



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**O HOMEM COMO SUJEITO E OBJETO: POLÍTICAS DAS
MASCULINIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Alberto Luís Araújo Silva Filho

**Brasília-DF
2025**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**O HOMEM COMO SUJEITO E OBJETO: POLÍTICAS DAS
MASCULINIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Alberto Luís Araújo Silva Filho

Tese apresentada ao Instituto de Ciências
Sociais da Universidade de Brasília como
requisito para obtenção do título de Doutor
em Sociologia

**Brasília-DF
2025**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida (Presidente)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Pedro Paulo Gomes Pereira (Examinador Externo)
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Profa. Dra. Milena do Carmo Cunha dos Santos (Examinadora Externa)
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Portugal - CES

Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Júnior (Examinador interno)
Universidade de Brasília – UnB

Joaze Bernadino Costa (Suplente)
Universidade de Brasília - UnB

A todas as mulheres que nos ensinaram que igualdade não se
constrói com silêncio ou conveniência, mas com coragem,
escuta e ação.

AGRADECIMENTOS

O trabalho sociológico que percorre as próximas páginas, coroa de uma década de formação acadêmica, é resultante da colaboração direta e indireta de diferentes mãos, ainda que sua assinatura leve antes, e sobretudo, o meu nome, de autor e responsável por suas virtudes e vícios. Além disso, simboliza um período de transformações pessoais e profissionais, que foram acompanhadas de sua construção. Considerando essas singularidades, gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus familiares – em especial, minha mãe (Francisca), meu pai (Alberto), meu tio e minhas tias (Joaquim, Maria do Amparo [in memoriam], Maria do Socorro e Teresa) e minhas avós (Luísa e Maria Ismar [ambas in memoriam]). A minha chegada até o presente momento seria impossível sem o amor, o cuidado e a atenção reservados por vocês desde antes do meu nascer.

Gostaria de agradecer à professora Tânia Mara Campos de Almeida, minha orientadora desde o mestrado e com a qual sempre contei para fins de leitura atenta e instigante, bem como para recomendações a respeito de quais caminhos seguir. Agradeço-a também pela oportunidade de compor a equipe da pesquisa para reestruturação do Ligue 180, entre os anos de 2023 e 2024, acontecimento que acrescentou em meu olhar acerca das questões de gênero e masculinidades. Com relação a esse, agradeço às professoras Ana Paula Antunes Martins e Ela Wiecko, coordenadoras, junto à Tânia, da empreitada.

Deixo registrados os meus agradecimentos aos professores Milena Santos, Paulo Gracino e Pedro Paulo Gomes Pereira por terem aceitado o convite para compor a banca avaliadora do trabalho. A partir de suas observações, pretendo aperfeiçoar o argumento e as escolhas empíricas, metodológicas e teóricas operacionalizadas, vislumbrando futuros desenvolvimentos. Agradeço aos meus interlocutores de pesquisa, bem como às organizações, por terem aceitado o convite para discorrer sobre sua atuação e trajetórias, provendo fundamentação a aspectos-chave da investigação.

Nesse espaço, não posso deixar de enumerar as amigas de longa data, as quais foram e são cruciais para me apoiar moral e psicologicamente, bem como para a tensa conciliação entre estudos, pesquisas, vida laboral e vida social. Dessa forma, agradeço, em especial, a Hamanda Maiara Nascimento Pontes, minha querida amiga paraense, e a Tony Gigliotti Bezerra, meu querido amigo paulista e agora colega de trabalho, que tornaram e tornam a minha existência em Brasília mais amena. Às amigas que estão fora do Distrito Federal, não posso deixar de mencionar Daniela Carvalho, minha querida amiga piauiense (conterrânea); e Maíra

Santana, minha cara amiga pernambucana, as quais, mesmo longe, não saem de minhas memórias.

Às amizades e relações que estabeleci no último ano, em meio a esta jornada incrível que tem sido compor os quadros do IPEA, agradeço principalmente às que compõem a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC), com destaque às diferentes pessoas com as quais tenho tido a oportunidade de trabalhar em projetos de assessoramento, avaliação e pesquisa, em especial a Ana Amélia Camarano, Enid Rocha e Joana Mostafa, da Coordenação de Igualdade de Gênero, Raça e Gerações. Nesse sentido, agradeço igualmente pela acolhida de Rafael Osório aos novos servidores da unidade, em outubro de 2024. E, por fim, deixo um agradecimento mais do que especial aos meus companheiros de jornada e queridos amigos do recém-criado Projeto Presença Negra (Antônio Teixeira, Danielly Monteiro, Itaquê Santana, João Vitor Silveira e Marcell Machado).

“Tudo que meu pai me deu foi um espermatozoide”

(Pai Pai, João Silverio Trevisan, 2017)

RESUMO

A presente tese investiga os repertórios de ação e os fluxos de interação local-global das Organizações Não Governamentais (ONGs) que visam ressignificar as masculinidades no Brasil. Essas instituições são compreendidas sob a ótica do conceito de políticas das masculinidades, proposto pelos sociólogos anglo-saxões Michael Messner e Raewyn Connell, tentando, a partir desses, promover uma releitura crítica da ideia para o contexto brasileiro, tendo em vista a necessidade de considerar as singularidades da sua formação colonial-moderna, patriarcal e racista, a qual participa das configurações de masculinidade e intervenções a essas relacionadas. Além disso, discute-se que o vácuo produzido pela ausência do sujeito masculino nas políticas públicas - ainda que determinadas situações de vulnerabilidade possam ser levadas em conta por medidas governamentais - concede ênfase ao protagonismo do campo não estatal quando o tema são as reformas para a igualdade entre os gêneros. Para a realização da pesquisa empírica, foram selecionadas três instituições representativas de distintos momentos de evolução do debate sobre masculinidades no cenário nacional: Promundo, Instituto PDH e Projeto MEMOH, as quais tem atuado com metodologias próprias. Durante o trabalho de campo, foram realizadas 04 entrevistas semiestruturadas presenciais e virtuais com representantes dessas instituições. Posteriormente, foi desenvolvida a análise semiótica das postagens publicadas nos perfis oficiais dessas organizações na rede social *Instagram*, com ênfase em conteúdos sobre paternidades e interseccionalidades. O percurso investigativo encontrou, como principais resultados no âmbito da ação e do conteúdo disseminado por essas instituições: (i) a identificação da centralidade do formato grupo como tecnologia chave de intervenção, independentemente da metodologia mais ampla, aplicada para o trabalho coletivo; (ii) a presença de matrizes de cooperação financeira e técnica híbridas nas organizações, com protagonismo do setor privado; (iii) a atenção voltada para o homem negro e homossexual em imagens de sucesso e bem-estar da família nuclear; (iv) e o foco na correspondência entre o “novo pai” com o novo homem enquanto via privilegiada de transformação dos participantes.

Palavras-chave: gênero; masculinidades; paternidades; políticas governamentais; ONGs.

ABSTRACT

This thesis investigates the repertoires of action and the local-global interaction flows of Non-Governmental Organizations (NGOs) that aim to resignify masculinities in Brazil. These institutions are understood through the lens of the "politics of masculinities" concept, proposed by Anglo-Saxon sociologists Michael Messner and Raewyn Connell. From this perspective, the study attempts to critically re-read this idea for the Brazilian context, considering the need to account for the unique characteristics of its colonial-modern, patriarchal, and racist formation, which participates in the configurations of masculinity and related interventions. Furthermore, it is argued that the vacuum created by the absence of the male subject in public policies – even if certain situations of vulnerability can be considered by governmental measures – emphasizes the prominence of the non-state sector when the topic is reforms for gender equality. For the empirical research, three institutions representative of distinct moments in the evolution of the debate on masculinities in Brazil were selected: Promundo, Instituto PDH, and Projeto MEMOH, all of which operate with their own methodologies. During fieldwork, four in-person and virtual semi-structured interviews were conducted with representatives from these institutions. Subsequently, a semiotic analysis was developed for posts published on the official Instagram profiles of these organizations, with an emphasis on content related to fatherhood and intersectionalities. The investigative journey yielded the following main results regarding the actions and content disseminated by these institutions: (i) the identification of the centrality of the group format as a key intervention technology, regardless of the broader methodology applied for collective work; (ii) the presence of hybrid financial and technical cooperation matrices within the organizations, with the private sector playing a leading role; (iii) attention directed towards Black and heterosexual men in images depicting success and well-being within the nuclear family; and (iv) the focus on the correspondence between the "new father" and the new man as a privileged pathway for participant transformation.

Keywords: gender; masculinities; fatherhoods; government politics; NGOs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação Triangular das Políticas das Masculinidades.....	46
Figura 2 - Cartilhas antirracista e indígena elaboradas pelo Instituto Promundo.....	163
Figura 3 - Divulgação na rede social Instagram de evento sobre interseccionalidade e pensamento feminista promovido pelo MEMOH	163
Figura 4 - Pôster elaborado pelo PDH ilustrando os principais tópicos da pesquisa “O Silêncio dos Homens”	164
Figura 5 - Relatório sobre a situação social das paternidades negras elaborado pelo PROMUNDO	169
Figura 6 - Capa do episódio de podcast do MEMOH sobre o tema das paternidades	169
Figura 7 - Pôster do PDH com resultado da pesquisa “Meninos: sonhando os homens do futuro”	170
Figura 8 - "Ser pai é uma experiência única!".....	179
Figura 9 - #PaisQueCuidam	181
Figura 10 - II Seminário PATERNIDADES.....	183
Figura 11 - Educar sem violência.....	184
Figura 12 - Pais Pretos Presentes	187
Figura 13- A EQUIPE PROMUNDO DESEJA BOAS FESTAS!	189
Figura 14 - "O que você faz para fortalecer a relação afetiva com seu filho ou filha?"	192
Figura 15 - Envolvendo Pais e Mudando Normas	194
Figura 16 - 20 DE NOVEMBRO CONSCIÊNCIA NEGRA.....	196
Figura 17- Uma nova perspectiva sobre paternidade	202
Figura 18 - "Falar de paternidades é um lugar de dor".....	205
Figura 19 - Naturalizando o Cuidado com a Prática	208
Figura 20 - O real significado de 'pãe'	210
Figura 21 - Pai é quem cria	215
Figura 22 - Postagem do PDH na rede social Instagram.....	218
Figura 23- Kendrick Lamar e "GUIA PRÁTICO SOBRE COMO CRIAR GRUPO DE PAIS"	220
Figura 24 - A paternidade é um importante convite ao autocuidado.....	223
Figura 25- "Algo que parece “sem importância” para você pode fazer toda diferença na vida do seu filho"	225
Figura 26 - "O que uma geração pode aprender com a outra?".....	227
Figura 27 - "Essa é a minha família!"	231
Figura 28- Dia da Visibilidade Trans	234
Figura 29- A luta LGBTQIAPN+ é de todos nós	237
Figura 30 - "O Promundo é contra qualquer tipo de retrocesso!"	238
Figura 31- "Semana do Orgulho LGBTQIAPN+"	240
Figura 32- A luta identitária é da sociedade inteira	244
Figura 33 - O Movimento Transmasculino Brasileiro.....	246
Figura 34 - "Homofobia, Família e Saúde Mental".....	249
Figura 35 - Homens também podem ser bissexuais	254
Figura 36 - "Ame e se orgulhe dos seus filhos e filhas LGBTQ+"	256
Figura 37- "Afinal, como é ter dois pais?"	259
Figura 38 - "O que todo pai precisa saber..."	262
Figura 39 - "Chamei uma pessoa trans pelo jeito errado. Como eu posso me desculpar?"	263

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de mortalidade por gênero e por faixa etária, Brasil (2023)	26
Gráfico 2 - Taxas de Homicídios por 100 mil Habitantes no Brasil, por Gênero, Brasil (2011-2022)	28
Gráfico 3 - Taxas de Homicídios por 100 mil Habitantes no Brasil, por Gênero e Raça/Cor, Brasil (2011-2022).....	29
Gráfico 4 - Proporção da população carcerária por raça/cor, Brasil (2022)	31
Gráfico 5 - Taxa de repetência escolar por gênero, Brasil (2023)	32
Gráfico 6 - Distribuição das organizações e redes que atuam com o tema das masculinidades filiadas a Men Engage.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Instituições não governamentais que atuam com o tema das masculinidades no Brasil	11
Quadro 2- Políticas das masculinidades no Brasil	48
Quadro 3 - Mapeamento das parcerias do Instituto Promundo com instituições nacionais e internacionais e caracterização das instituições parceiras (2016-2022).....	91
Quadro 4- Mapeamento das parcerias do Projeto MEMOH com instituições nacionais e internacionais e segmento de atuação das instituições parceiras (2025).....	109
Quadro 5- Mapeamento das parcerias do Instituto PDH com instituições nacionais e internacionais e segmento de atuação das instituições parceiras (2025).....	121
Quadro 6 - Informações sobre as páginas oficiais das instituições analisadas.....	175
Quadro 7 - Definição procedimental dos tópicos metodológicos da análise semiótica	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Problema de Pesquisa e Justificativa	7
Procedimentos Metodológicos.....	15
Organização da tese	17
CAPÍTULO 01	20
POLÍTICAS DAS MASCULINIDADES: DO LOCAL AO GLOBAL E DO GLOBAL AO LOCAL	20
1.1 A invisibilidade do homem como objeto de políticas públicas.....	22
1.2 Políticas das masculinidades: a trajetória do debate.....	36
1.3 As políticas das masculinidades no discurso internacional.....	53
CAPÍTULO 02	65
POLÍTICAS NÃO GOVERNAMENTAIS DAS MASCULINIDADES	65
2.1 Instituto Promundo	67
2.1.1 Programas P, H e M: mergulhando na “sopa de letrinhas”	79
2.1.2 Parcerias institucionais: o fluxo internacional do Promundo	88
2.2 Projeto MEMOH	96
2.2.1 Parcerias institucionais: o fluxo internacional do Projeto MEMOH	108
2.3 Instituto PDH.....	111
2.3.1 Parcerias institucionais: o fluxo internacional do Instituto PDH.....	119
CAPÍTULO 03	127
MASCULINIDADES, A HERANÇA DO PATRIARCADO E OS HOMENS NA CONTEMPORANEIDADE.....	127
3.1 Da Europa à América Latina: duas interpretações e uma perspectiva histórico sociológica do patriarcado.....	127
3.2 O patriarcado nas reflexões canônicas sobre o Brasil.....	145
CAPÍTULO 04	158
AS MASCULINIDADES NO IMAGINÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE POSTAGENS NO INSTAGRAM	158
Perspectivas contemporâneas sobre o patriarcado e as masculinidades: os homens em suas pluralidades	158
4.1.1 Eixo Temático I – Masculinidades e interseccionalidades: raça/etnia, identidade de gênero e orientação sexual.....	161
4.1.2 Eixo Temático II – Masculinidades e paternidades	168
4.2 Ser homem como ser pai (e negro)	177
4.2.1 Instituto Promundo	178
4.2.2 Projeto MEMOH	201
4.2.3 Instituto PDH.....	214
4.3 Ser homem como ser pai e (também) LGBTQIA+.....	229

4.3.1 Instituto Promundo	230
4.3.2 Projeto MEMOH	243
4.3.3 Instituto PDH.....	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	277
ANEXOS.....	288

INTRODUÇÃO

A cultura ocidental sempre esteve baseada na associação do “masculino” com o “humano”. Logo, a humanidade, em sua acepção histórica, tem sido antes de tudo relacionada à masculinidade. Como no dizer do sofista grego Protágoras, “o homem é a medida de todas as coisas”. Fez-se a partir desse sujeito masculino a tônica da universalidade, generalizável a outros grupos sociais, que, na ausência ou incompletude dos marcadores que sinalizavam a subjetividade legitimada, afastaram-se dessa circunscrição e tornaram-se alvos da subalternização. Colocado na posição de figura central da sociedade, ao homem “humano” também coube o papel de classificar e hierarquizar os outros. Criou-se então uma dicotomia entre esse e aqueles que a ele não se correspondem.

Logo, o homem (especialmente branco, heterossexual e burguês) tem sido, a partir da Modernidade, o indivíduo por excelência da civilização ocidental, a qual se contrapõe à selvageria e à corporalidade representadas pelo feminino por essa ótica. Feminino esse encarnado como marca de subordinação não apenas entre mulheres, mas também em todos aqueles e aquelas que, nas cenas sociais, encontram-se desprovidos de potencial e prestígio econômico, político e racial. Ao outro feminino restara, nessa construção, o lugar de objeto, fundamental para a complementaridade do par sujeito-objeto que constitui a formação do pensamento moderno e, que se relaciona, respectivamente, ao binarismo homem-mulher, oposição produtora de desigualdades e violências. A despeito de sua prevalência milenar, contudo, o sujeito-homem tem deixado de ser universal, tornando-se cada vez mais objeto de preocupação acadêmica, governamental e empresarial, além de cravado por marcas sociais que o tornam específico e o obrigam a se olhar no espelho. Esse deslocamento de sujeito para objeto se deve, sobretudo, à ação dos movimentos feministas, LGBTQIA+ e negros, agentes constrangedores dos paradigmas tradicionais.

Esse tensionamento do macho contribui com a desestabilização dos significados do ser homem. Se, rotineiramente, a masculinidade esteve ligada à força, coragem, honra, atividade, destreza, liderança e frieza emocional, conjunto de elementos que a deveriam compor; atualmente, abrem-se outras possibilidades para o eu masculino. É possível que os homens também incorporem, para si: o cuidado, a sensibilidade, os medos e as

fraquezas, bem como a empatia, alterando sua perspectiva relacional. Nesse sentido, na contemporaneidade, tem-se difundido o ideário crítico que aponta para a necessidade de novas masculinidades que se contraponham ao modelo hegemônico. Mas seriam essas performances de gênero possíveis de serem renovadas ou, ainda em algum nível, fadadas à continuidade e reatualização das performances masculinas tradicionais? Esta reflexão de cunho sociológico tem me inquietado nos últimos anos e me levado a estudar os meus pares identitários de gênero, os homens.

Como se sabe, as masculinidades têm produzido inquietações científicas. Além disso, o masculino sob questão tem aparecido no dia a dia das universidades, da imprensa, de gestões estatais, do judiciário e de empresas públicas e privadas. Essa recorrência decorre da associação do ser homem hegemônico com a raiz de diferentes problemas, micro e macrossociais. O homem em si, destituído do seu lugar de protótipo privilegiado no campo científico, agora tem aparecido como mal a ser compreendido e, até mesmo, eliminado. Diante disso, não falta quem aponte para a possibilidade de que a masculinidade nos moldes patriarcais esteja em decadência. Esta, entretanto, apesar de se apresentar sob novos elementos imagéticos e comportamentais em determinados segmentos, se mantém assentada no paradigma de virilidade¹ que se sabe tradicionalmente relacionado à violência e ao patriarcado.

A menção a uma decadência da masculinidade patriarcal pode ser posicionada como relativa. Ao mesmo tempo em que existem movimentos afirmando a necessidade de ressignificação dos padrões que fundamentam a noção de um homem de verdade, tem se proliferado, ainda mais, grupos que reivindicam a identidade patriarcal como positiva. Esses últimos são marcados pela intensificação da retórica misógina e homofóbica (e a depender do contexto, inclui-se mais ou menos o racismo). Essa valoração se dá de forma casada ao conservadorismo político que tem obtido centralidade eleitoral em múltiplos países, sendo o masculinismo uma de suas expressões principais, na medida em que a fixação dos papéis clássicos de gênero é uma das formas de restauração das formas de organizar o “social”, reivindicadas pela retórica ideológica de direita.

¹ “A virilidade se reveste de um duplo sentido: 1) os atributos sociais associados aos homens e ao masculino: a força, a coragem, a capacidade de combater, o “direito” à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são – e não podem ser – viris: mulheres, crianças; 2) a forma erétil e penetrante da sexualidade masculina. A virilidade, nas duas acepções do termo, é aprendida e imposta aos meninos pelo grupo dos homens durante sua socialização, para que se distingam hierarquicamente das mulheres. A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina.” (Molinier e Welzer-Lang, 2009)

Frente a esse cenário, a interlocução permanente entre o “dentro” e o “fora” da imaginação científica em minha trajetória de cientista social (sendo também homem, gay e negro, portanto, detentor de masculinidade vista como subalterna em relação a outros grupos de homens) faz com que questões de pesquisa, inclusive essa, não estejam plenamente respondidas, depreendendo outras e assim por diante. No que se refere aos estudos sobre os homens contemporâneos, este quadro se agrava, tendo em vista que há um *devir* entre teorias e dados já estabelecidos e debates que pululam em torno da condição masculina a todo momento. Atualmente, o “homem de verdade” – não sentimental e não feminino – é glorificado por uns e vilanizado por outros, ao mesmo tempo que se entende que nem glorificação nem vilanização dão conta da complexidade representada por aquilo que socialmente forma um homem (ou uma mulher ou qualquer pessoa). Se há vantagens sociais nos atravessamentos que as masculinidades produzem nos homens, há também condições de risco acopladas a essas. É alinhado a tais contradições que me proponho a, mais uma vez, me aproximar dos estudos sobre as masculinidades, de matriz interdisciplinar, para oferecer uma interpretação com ênfase na perspectiva sociológica.

Dou início a esta pesquisa chamando a atenção para os contramovimentos nos campos do gênero e da sexualidade que têm se formado nos últimos anos, inclusive no tocante aos homens, mas que remontam às décadas de 1960 e 1970 em países do norte global. Entre os grupos feministas, bem como entre a população sexo-gênero dissidente e racializada, a discussão sobre a necessidade de transformar paradigmas sociais enraizados na cultura colonial/patriarcal, que é também homofóbica e racista, torna-se premente. Cidadãs e cidadãos são convocadas/os a repensar condutas, a questionar hierarquias antes naturalizadas e mesmo a alterar a forma como a linguagem é apresentada no universo comunicacional. Nada disso é feito sem confronto. A partir de quando se estabelece a crítica ao Estado e às demais instituições sociais, formam-se polos de resistência à mudança, intencionando manter firmes os pilares que assentam opressões.

Este é um panorama que se consolida em diferentes sociedades e que, no Brasil, se soma a violências históricas que tornam o país um dos líderes mundiais no concernente aos assassinatos de indivíduos pertencentes a grupos subalternizados, tornando, portanto, as disputas por igualdade ainda mais complexas. Transformações políticas e sociais dão o quadro no qual se insere a crescente oposição a essa seara de lutas. Para o cineasta, escritor e jornalista João Silvério Trevisan, uma das maneiras pela qual muitos dos

homens tendem a lidar com as modificações que ocorrem no mundo moderno é através da *inflação falocrática* (Trevisan, 2021). Essa categoria sócia psicanalítica expressa a demonstração do poder que decorreria do ser homem, valendo-se principalmente do uso da força (física ou bélica) ou de privilégios sociais para reordenar posições que se julgam desordenadas. É o ato de pôr o feminino em seu lugar diminuído. Essa libido de dominação converte-se também em bandeiras partidárias de preservação da família nuclear e hétero tradicional, da moralidade e dos ditos bons costumes, os quais estariam atrelados ao pensamento religioso conservador e fundamentalista. A partir dessa defesa, realça-se a figura da mulher submissa e excluem-se os então anormais, inadequados à heteronormatividade e à cisgeneridade.

Logo, a masculinidade hegemônica manifesta-se violentamente por depender de certos apagamentos para tornar-se operante. Apagamentos esses que se iniciam nas próprias ações dos sujeitos. É no corpo masculino, em seus gestos, atos e falas que começa a se identificar a tentativa de manter a virilidade inquestionada. O mínimo deslize é suficiente para pôr a macheza em dúvidas e impedir o acesso à “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001). Esse processo continua na tentativa de afastar as ameaças e tentações, pois ser homem, no dizer da filósofa francesa Elisabeth Badinter, é primeiramente não ser mulher, não ser bebê e não ser homossexual (Badinter, 1992). Portanto, a feminilidade é rejeitada em si e nos outros – a não ser que estas/es sirvam para ser subjugados, como no caso das mulheres cujos corpos são usufruídos para o trabalho sexual e do cuidado.

Como se vê, o masculino é produzido de forma instável, como um tributo a ser sempre alcançado (Segato, 2003). Ser homem é prová-lo constantemente, por toda a vida. Na infância, o tribunal de gênero para os meninos muitas vezes é a escola. Ao se depararem com um rapaz “feminino”, os colegas de turma logo o tornam alvo de piadas homofóbicas. Na adolescência, surgem cobranças de cunho sexual: a primeira vez, a primeira namorada. O garoto que escapa a esses ritos de passagem é observado com desconfiança. Já na vida adulta, a intensificação dessa performance sexual e uma boa performance laboral são a garantia de honra perante os demais homens e mulheres (Zanella, 2018). Logo, a todo momento a subjetivação se dá com base na observância da virilidade. Durante todas essas etapas, a família também atua, cumprindo a função de ferramenta de controle dos indivíduos, policiando se um menino ou menina está se

distanciando daquilo que a sociedade generificada espera. Em um país de tradição patriarcal, essa vigilância é mais intensa e culmina, por vezes, em agressões graves.

O esforço dos homens para provar a masculinidade, ao longo da vida, contradiz a apresentação do gênero como natural nos discursos institucionais (da família, do Estado, das escolas, do mercado etc.). Como outros elementos sociais, o gênero não está acoplado nos sujeitos. Sua atribuição, desde a identificação da genitália do bebê que está se formando, inicia um processo discursivo que desemboca no esforço de cuidadoras e cuidadores para manter o sujeito dentro das expectativas sociais. A socialização primária irá coroar esse percurso. Nesse momento, perspectivas subjetivas começam a ser entronizadas como verdades objetivas. Há também a socialização secundária na qual o sujeito é introduzido em “novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (Berger e Luckmann, 1999, p.175). Ao tomar consciência do “outro generalizado”, o indivíduo passaria a conter em si mesmo uma identidade coerente e contínua. Haveria um encontro entre realidade, sociedade e identidade. Contudo, longe de uma cristalização identitária, o que se observa na formação do sujeito é uma constante incoerência entre os desígnios sociais e a subjetividade. Essa incoerência fica nítida quando a identidade masculina e outras identidades de gênero e suas fragilidades são tematizadas.

Dessa forma, a produção de corpos generificados demanda diferentes operações que vão acontecendo ao longo do tempo, impostas por agentes externos ou não. Os indivíduos recorrem a uma plêiade de elementos que reafirmam seu pertencimento de gênero. Esses elementos estão nas roupas e acessórios, nas atividades físicas e nos procedimentos estéticos, bem como nos espaços frequentados. Não são apenas pessoas transexuais que infligem mudanças corporais para marcar suas identidades. No caso dos homens, há toda uma indústria (de suplementos de musculação a estimulantes sexuais) que objetiva atender o desejo de funcionalidade requerido pelo modelo do “homem de verdade”. Sendo assim, é preciso operar duplamente, positivando aquilo que seria do “eu” (alinhado com o modelo da masculinidade hegemônica) e negando de forma constante aquilo que o põe em risco, ou seja, o feminino.

Além disso, o “ser homem” também é formatado pela produção de um imaginário, o qual os indivíduos buscam replicar. Nesse sentido, cumprem papel fundamental filmes, séries, livros, músicas, peças de teatro, pinturas, entre outros meios de difusão de retóricas, e que acabam por reiterar estigmas referentes a grupos sociais no jogo entre dominantes e dominados. No caso das masculinidades, historicamente, há a sinonímia

destas com o heroísmo e a liderança nas imagens veiculadas. Os filmes de super-heróis são um exemplo, mas também aqueles dos gêneros ação e aventura (que seguem tendências também presentes nas histórias em quadrinhos e romances), nos quais protagonistas – em geral brancos, heterossexuais e do Norte global – são responsáveis por salvar uma pessoa, um coletivo ou mesmo a humanidade. Também nesse campo da cultura (em sentido estrito) o surgimento de novas representações tem possibilitado a eclosão de outras formas de viver a masculinidade. Alinhado, em maior ou menor grau, a esses processos, tem emergido novas formas de ação social. Podem agora os homens, ao invés de voltarem-se a seus outros, voltarem-se a si, pondo em questão a própria masculinidade.

A reflexão sobre este cenário de mudanças e permanências, que é ao mesmo tempo teórico e político, não pode ser realizada sociologicamente sem a atenção à centralidade do poder masculino que nacionalmente entrelaça-se à herança do processo colonial-moderno. Em razão disso, as masculinidades hegemônicas forjadas aqui associam-se à autoridade, à honra e ao mando, bem como à branquitude e à posse de capital econômico. Logo, os corpos femininos ou feminilizados (mas não só) facilmente se tornam propriedade e “alvos” principais dessa estrutura de gênero, raça e classe baseada na subjugação. Visando alterar essas estruturas, ao longo das décadas foram fundadas, dentre outras iniciativas, organizações e projetos da sociedade civil que vêm discutindo estas categorias (masculinidades e suas intersecções) enquanto marcadores sociais da diferença e estruturantes do nosso povo. Estas arenas não são necessariamente acadêmicas, tampouco governamentais ou ligadas aos partidos políticos e movimentos sociais clássicos. São, sim, instituições formais da sociedade civil que, por vezes, oferecem serviços ao mercado, a governos e outros órgãos de mesmo nível. Trata-se de instituições que se propõem a implementar políticas não estatais de mitigação das disparidades. É em torno delas e dos sujeitos que as representam que aponto meu olhar descritivo e analítico na pesquisa aqui desenvolvida.

Esta pesquisa dá continuidade aos estudos que venho realizando desde o mestrado. Naquele momento a minha preocupação concernia ao modo como as masculinidades podiam ser revisadas em micro espaços, de forma referenciada às agendas feministas ou pró-feministas. Me deparei então com um cenário no qual a subjetividade masculina é trabalhada à parte das questões sociais e políticas que decorrem da produção do masculino. O cenário de análise era o Distrito Federal (Brasil), onde foram identificados

treze grupos de homens, tendo cinco sido abordados no trabalho realizado a partir de entrevistas com seus coordenadores ou representantes, via *survey* e etnografia digital em grupos de Whatsapp (Silva Filho, 2021; Silva Filho e Almeida, 2024).

Agora meu olhar se desloca: desejo entender como o debate sobre masculinidades foi institucionalizado em nível global nas últimas décadas a ponto de se tornar uma preocupação de organizações da sociedade civil nacionais. De que forma as políticas para as masculinidades se estruturam no Brasil através de instituições que emulam um discurso anti patriarcal e quais os reflexos disso na produção de novas formas de sociabilidade e processos de subjetivação masculina em nosso contexto, haja vista que organizações brasileiras e estrangeiras têm se articulado aqui e fora do país de modo a colocar os homens como objetos de revisão, dilemas vivos. Esse processo, realizado por organismos não governamentais nacionais e internacionais, tem ocorrido há décadas de modo focalizado sobre o público feminino; assentada na retórica do empoderamento feminino. Grosso modo, a emancipação da mulher encontra-se consolidada como uma questão global. Mas, e sobre os homens: como tem ocorrido esta dita libertação?

Diante destas dúvidas, o meu empreendimento visa deslocar o olhar sobre as masculinidades, entendendo-as enquanto objeto de preocupação que transita do Norte ao Sul planetário através de políticas institucionais assentadas na revisão de modelos hegemônicos, oriundos do “mundo civilizado”, do “ser homem”. As instituições foco deste trabalho captam preocupações do debate de gênero e masculinidades, transformando-as em iniciativas com aspectos locais e globais, e cujas limitações podem se passar pela despolitização e tecnificação dos problemas imbuídos às categorias. A partir dos três casos enquadrados, espero contribuir com os estudos de gênero e sexualidade na Sociologia brasileira e áreas afins, especialmente, com investigações que articulam problemáticas relativas à estrutura de gênero no *continuum* global-nacional, verificando os impactos macro e microsociais da tentativa de alterar as práticas patriarcais, colonial-modernas e racistas nele enraizadas.

Problema de Pesquisa e Justificativa

A literatura do campo das masculinidades no Brasil pouco tem atentado para as formas como tem se organizado politicamente no debate de gênero os sujeitos que são designados e se autodesignam como pertencentes ao gênero masculino. Conforme

levantamento de Pamplona e Barros (2021), o tema predominante das produções bibliográficas tem sido a saúde dos homens e a constituição de suas identidades afetivas e sexuais (14%). As arenas de homossociabilidade masculina – que podem incluir os grupos e organizações que trabalham com homens – tem aparecido em apenas 2% dos trabalhos (de um total de 165 artigos analisados)².

Por sua vez, a área predominante onde as pesquisas foram feitas é a Saúde Coletiva (34%), seguida da Antropologia (16,3%), da Sociologia (15%), da Psicologia (14,4%), da Educação (9,4%) e da Literatura e Linguística (3,8%). Outros campos correspondem a 6,9% dos estudos. Nesse interim, as Ciências Sociais correspondem a aproximadamente 30% dos trabalhos, um índice considerável. Por sua vez, referências dominantes no país têm sido de autores estrangeiros, bem como da australiana Raewyn Connell, autora que se situa no Sul global. Contudo, a produção teórica tem se dado de forma referencial aos dados empíricos colhidos, não se partindo de arcabouços prévios para analisar os dados das pesquisas (Pamplona e Barros, 2021).

Em revisão da literatura tendo como abrangência o contexto latino-americano, Vigoya (2018) obteve números similares. Foram identificados 30% de trabalhos acerca das identidades masculinas; 18% sobre a relação entre masculinidades e violências; 16% de pesquisas abordando problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens; e 14%, tanto para o tema afetos e sexualidades quanto para reflexões epistemológicas sobre os estudos das masculinidades. Por fim, tem-se 6% de investigações relativas às representações e produções culturais sobre as masculinidades, finalizando com 2% de trabalhos sobre espaços de homossociabilidade masculina, mesmo índice identificado por Pamplona e Barros (2021).

A maior parte das produções sobre os homens no continente – no início do século XXI – provêm do Brasil e do México, seguidos da Colômbia e do Chile. Vigoya identificara também aumento no número de produções sobre as masculinidades nos últimos anos, o que indica incremento do interesse pela temática na região. Conforme a pesquisadora, os estudos latino-americanos nessa seara convivem ainda com dois dilemas centrais: primeiro, ocupam o local de exportação de matéria prima para a produção de teorias no Norte global; ou seja, são pautadas pelo empirismo nas práticas internas do trabalho intelectual, seguido da importação de paradigmas. Em segundo lugar, nestes

² Outro estudo, de Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira (2022), constatou a quase ausência de perspectivas transmasculinas nas pesquisas sobre masculinidades. No contexto dessas pesquisas, a masculinidade surge como sinónimo de cisgeneridade.

estudos persiste a imagem essencialista e homogeneizadora da masculinidade latina, a qual seria marcada pelo sexismo e a selvageria, em enquadramento colonial, modernizador e euro centrado, típico de perspectivas hegemônicas.

Além dos dados observados na produção regional, Vigoya (2018, p.94) aponta que “os trabalhos que consideram as masculinidades como parte de uma trajetória histórica global ainda são raros”. São igualmente escassas as pesquisas do tema que dialogam com a teoria feminista e que questionam as agendas políticas orientadoras dos estudos sobre os homens e sua condição. Diante desses *gaps*, busco, na presente tese, inter-relacionar os casos das instituições focalizadas - com seus temas chave - às problemáticas da internacionalização, do feminismo e dos repertórios que guiam os discursos e intervenções que pairam em torno do “masculino”, na busca da conexão das interações locais com “os processos coloniais, neocoloniais e os do liberalismo econômico mundial” (ibid.).

Para além da análise das instituições feitas por homens para intervenções com os homens, ressignificando padrões de gênero, esta tese se propõe a problematizar o lugar do *homem como objeto de políticas públicas*. Ainda que a reprodução das masculinidades esteja na raiz de uma série de problemáticas enfrentadas pelos homens, são escassas e/ou inexistentes políticas públicas que tenham como recorte o masculino, com suas especificidades. Este movimento ocorre em função da exclusão dos homens do terreno das diferenças e da vulnerabilidade³, aptos para a incidência de intervenções estatais. Logo, há uma associação direta da masculinidade com a dimensão da universalidade.

Na contracorrente, no campo das masculinidades brasileiras, as instituições não governamentais, não religiosas e não universitárias vêm formando trajetórias desde a década de 1980 e estabelecendo vínculos locais e globais com vistas a eleger os homens como sujeitos alvo de políticas, ainda que de caráter não estatal (embora pressionando o Estado por meio de *advocacy*). Parte destas instituições surgiu no contexto histórico no qual o papel dos homens na promoção da igualdade de gênero passou a ser evidenciado internacionalmente. Este movimento global, que é de pesquisas e de proposições, envolvendo conjuntos de países, tornou-se um fluxo direcionado do Norte ao Sul global

³ Entendo vulnerabilidade – conceito que aparecerá em diferentes momentos deste trabalho – nos termos de Robert Castel (2015): uma zona intermediária e instável entre a integração e a exclusão social, caracterizada pela fragilização dos vínculos coletivos — sobretudo os vínculos de trabalho e os dispositivos de proteção social que asseguram reconhecimento, identidade e pertencimento. Não se trata de um estado permanente do sujeito e grupos sociais, mas de determinado momento e a depender das relações sociais em que se inserem.

e que pôs as masculinidades em foco. Porém, se os debates sobre a condição dos homens e seu caráter gendrado tem seu desenvolvimento inicial nos contextos norte-americano e europeu, hoje há ampla circulação da temática em países da dita periferia do sistema capitalista, a exemplo do Brasil, por meio de atuações visando combater as desigualdades de gênero e revisar as masculinidades.

Esta reflexão me leva a duas questões: a) em que medida a atuação com homens por parte das instituições não governamentais brasileiras reflete o fenômeno da internacionalização do debate sobre masculinidades? e b) em que medida é possível retirar os homens, em especial os homens negros, da visibilidade negativa ou parcial no campo das políticas públicas? Estas inquietações iniciais sobre a difusão dos trabalhos com os homens me levaram a tentar compreender de que forma as ações referentes às masculinidades via instituições não governamentais⁴, operacionalizadas no país, incorporam orientações de movimento global, baseadas nas singularidades que aqui se apresentam, bem como mobilizam abordagens interseccionais na operacionalização de suas iniciativas.

No Brasil, importa afirmar que o anti patriarcalismo institucional, desde a mobilização do tema das masculinidades, refletiu-se no número de instituições que surgiram nos últimos anos abordando a questão. As organizações estudadas (desvinculadas do Estado, mas que com esse realizam parcerias) vem a se somar com grupos de homens existentes e trabalham fornecendo consultorias e assessorias para empresas e governos; promovendo grupos de reflexão para homens (núcleos de sua atuação) e realizando iniciativas públicas (principalmente capacitações) em escolas, universidades e repartições públicas e privadas, assim como palestras, workshops e outros eventos. As instituições selecionadas para a pesquisa, em específico, foram evidenciadas a partir da maior prevalência de vínculos externos identificados em mapeamento prévio.

No conjunto das instituições não governamentais no país destacam-se historicamente aquelas que formam a *RHEG* – Rede de Homens pela Igualdade de Gênero que inclui no país o Instituto Promundo (Rio de Janeiro), o Instituto Papai (Recife) e o Instituto Noos (São Paulo). Para além delas, tem se destacado, ao longo das décadas, o Instituto Papo de Homem (São Paulo), o MEMOH (São Paulo), *ECOS*-Comunicação e

⁴ O termo “organizações da sociedade civil” (OSC) pode ser utilizado como sinônimo a “organizações não governamentais” (ONG), comumente utilizado nas décadas de 1990 e 2000. No presente trabalho, contudo, utilizo o termo em sentido amplo e não estrito, o que implica não abarcar apenas pessoas jurídicas personificadas enquanto OSCs, ainda que as constantes no mapeamento realizado e apresentado neste capítulo sejam oficialmente institucionalizadas.

Sexualidade (São Paulo) e o Coletivo Feminista Sexualidade Saúde (São Paulo), para ficar em alguns exemplos adicionais. Esta última, embora seja uma organização feminista, possui campanhas e ações com a participação de homens, engajando-os na promoção da igualdade de gênero.

Desde a investigação preliminar, fora possível identificar que existem articulações estrangeiras nas instituições, a exemplo dos casos que serão focalizados: o Instituto Promundo (primeiro foco da pesquisa) é sede de organização com filiais no exterior e parceiro de empresas nacionais e multinacionais, governos estrangeiros e nacionais e fundações internacionais. Já o Projeto MEMOH atua com o tema das masculinidades a partir de um rol de parceiros que inclui empresas nacionais e multinacionais; e o Instituto PDH, por fim, realiza parcerias seja com empresas locais e globais seja com organismos internacionais. No quadro 01 apresento o mapeamento completo de nove instituições identificadas ao início da investigação, incluindo informações sobre as cidades onde estão localizadas, seu ano de criação, seus sites e objetivo das ações desenvolvidas.

Quadro 1- Instituições não governamentais que atuam com o tema das masculinidades no Brasil

Organização	Localidade	Ano de Criação	Ações / Objetivos
4Daddy Site: 4daddy – Consultoria de Impacto	São Paulo	2016	Produção de conhecimento e consultorias sobre parentalidades, masculinidades e economia do cuidado, com foco no engajamento dos homens.
Instituto Promundo Site: Instituto Promundo	Brasília (filiais no RJ e Washington)	1997	Promoção da igualdade de gênero com foco na transformação das masculinidades; intervenções, advocacy e parcerias com governos e organizações.
Instituto Noos Site: Instituto Noos	São Paulo (fundado no RJ)	1992	Terapia familiar e de casal, mediação de conflitos, grupos reflexivos de

			gênero e terapia comunitária.
Instituto Papai Site: Instituto Papai	Recife	1997	Igualdade de gênero a partir do envolvimento dos homens em direitos sexuais e reprodutivos; novas práticas sociais de masculinidades.
Instituto PDH (antigo Papo de Homem) Site: Instituto PdH	São Paulo	2006	Produção de conteúdo sobre masculinidades; cursos, consultorias e palestras para empresas e organizações.
Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde Site: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde	São Paulo	1981	Atenção à saúde das mulheres; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos; grupos reflexivos com homens autores de violência.
ECOS – Comunicação em Sexualidade	São Paulo	1989	Educação e saúde sexual e reprodutiva; conteúdos, cursos e grupos educativos com adolescentes, mulheres e LGBTQ+.
Projeto MEMOH Site: MEMOH	São Paulo	2017	Grupos reflexivos para homens, consultorias para empresas e produção de conteúdo sobre masculinidades.
Instituto Mapear Site: Instituto Mapear	Brasília	2024	Promoção de uma sociedade antissexista e antirracista; paternidade ativa com oficinas, palestras e consultorias.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas nos sites das instituições (2025)

Ao longo da pesquisa, foram identificadas nove instituições não governamentais, sendo uma delas a divisão de uma organização internacional. Duas possuem escritório no Distrito Federal, cinco possuem sede em São Paulo, uma possui sede no Rio de Janeiro e uma possui sede em Recife. Todas as informações do quadro foram coletadas no site das próprias instituições. Das oito, quatro foram fundadas na década de 1990, duas na década de 1980, uma na década de 2000, duas na década de 2010 e uma na década de 2020. Importa ressaltar que do conjunto, sete tem como objetivo central o trabalho com homens. Nas demais, este trabalho ocorre secundariamente às bandeiras centrais da instituição, como no caso do Coletivo Feminista Sexualidade Saúde, OSC dirigida ao público feminino, mas que possui um Núcleo de Masculinidades. Identificou-se também que uma delas, a mais antiga (ECOS), interrompeu o seu trabalho nos últimos anos (em paralelo ao desenvolvimento dessa pesquisa) e outra foi criada no mesmo período (Instituto Mapear).

No site das organizações, foi possível identificar também quais informam publicamente as suas parcerias ou fontes de financiamento, no período de consulta aos seus sites entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024: Promundo (parcerias técnicas com empresas, governos e fundações privadas; e investimentos de organismos nacionais e internacionais não governamentais), Instituto Noos (parcerias governamentais e doações individuais), MEMOH (parcerias com empresas), Coletivo Feminista Saúde Sexualidade (financiamento de organizações nacionais e internacionais), Instituto PDH (financiamento de empresas e organizações internacionais), 4Daddy (financiamento de empresas), Instituto Papai (parcerias governamentais e doações individuais) e Instituto Mapear (parcerias governamentais). Não informam essas fontes no site: ECOS, embora fosse possível identificar nesta, antes do seu fechamento, ações desenvolvidas em parceria com órgãos de governo, apontando para a ligação com recursos públicos. Logo, os projetos eram geridos desde a cooperação externa⁵.

⁵ Em âmbito global, as organizações que atuam com a questão dos homens se situam em um cenário de alianças internacionais dos trabalhos com masculinidades. Essas se congregam em alianças transnacionais que reposicionam o debate sobre patriarcado e masculinidades de forma conjugada à luta pelos direitos das mulheres e os direitos LGBTQs. No caso da *Men Engage*, há a existência de conexões em todos os continentes (Men Engage, 2022). Pensando nos trânsitos aqui abordados, é possível inferir que os projetos acima podem incorporar referências exteriores a fim de atuar com as masculinidades brasileiras e adaptá-las, ou em alguns casos desconsiderar realidades locais em prol de diretrizes normativas globais, o que, como se verá diante da apresentação dos dados empíricos, não se confirma.

Das nove organizações localizadas, três foram selecionadas para um estudo de caso mais aprofundado, seguindo quatro critérios. O primeiro e fundamental deles esteve relacionado aos vínculos institucionais externos identificados em cada uma das iniciativas. Tanto Promundo quanto MEMOH e PDH possuem uma série de parcerias – que não implicam necessariamente financiamento – seja com empresas seja com governos seja com outras instituições não governamentais, incluso organismos internacionais⁶. O objetivo principal desses vínculos é estabelecer cooperação técnica, tanto concedendo quanto incorporando técnicas de atuação sobre públicos de homens. O segundo deles esteve relacionado à identificação de metodologias próprias de promoção das ações e, principalmente, dos grupos reflexivos. O Instituto Promundo, a exemplo, se consolidou por meio das metodologias H (para inclusão dos homens em intervenções sobre saúde sexual e reprodutiva), M (para emponderamento de mulheres jovens) e P (para promoção da “paternidade ativa”), espécies de vitrines. Por sua vez, o Projeto MEMOH possui metodologia própria de formação de grupos reflexivos; sendo essa aberta – ou seja, autorizada pelos responsáveis para domínio público – e replicada em outros grupos de homens pelo Brasil e em organizações privadas. E, por fim, o PDH tem se singularizado pela circulação de grupos de reflexão com homens e com pais ao longo dos anos, também prescrevendo a replicação de suas formas organizacionais para que outros projetos interessados pudessem fazê-lo; embora não tenha sido identificada metodologia própria proveniente do Instituto.

O terceiro critério de seleção foi o caráter histórico. Entendo que as três organizações desta pesquisa representam momentos distintos do debate sobre masculinidades no Brasil, sendo uma delas ligada à fase embrionária da inserção da temática no país, outra relacionada ao desenvolvimento do campo e outra ligada ao momento no qual esse campo já se encontrava consolidado. Diante disso, aspectos encontrados no Promundo, no PDH e no MEMOH me ajudaram a entender a evolução das políticas das masculinidades no Brasil, as quais têm entre suas facetas o formato dos projetos não governamentais e que ajudam a preencher o flanco deixado pelo Estado (internamente em seus próprios quadros administrativos como externamente na sociedade em geral) quanto a intervenções direcionadas especificamente aos homens.

O quarto e último critério de seleção foi a presença das paternidades como eixos transversais temáticos das três organizações. Seja nos relatos seja nos conteúdos textuais

⁶ Bem como alianças internacionais como a supramencionada *Men Engage*

ou audiovisuais identificados, a construção de novos pais é uma preocupação que perpassa as iniciativas dirigidas por e para eles. A centralidade na relação entre o ser homem e o ser pai foi também identificada nos grupos masculinos de matriz terapêutica, cuja análise realizei em minha dissertação de mestrado (Silva Filho, 2021; Silva Filho e Almeida, 2024).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa de campo com as organizações selecionadas para o estudo de caso, foi realizada entre os meses de agosto de 2023 e abril de 2025, por meio de entrevistas semiestruturadas com seus membros representantes e análise semiótica do material imagético identificado em seus perfis na rede social Instagram.

Na primeira fase, os representantes da organização Promundo, Papo de Homem e do projeto MEMOH foram entrevistados individualmente através da plataforma Zoom e Google Meet. Nos dois momentos, utilizei como suporte um roteiro com perguntas abertas que foram formuladas a partir dos objetivos gerais e específicos da tese (Cf. o roteiro no anexo 01). Paralela a essa primeira fase, uma busca extensa foi realizada nos sites das organizações, com o intuito de coletar documentos produzidos institucionalmente e que contivessem informações sobre parcerias/fontes de financiamento e as ações desenvolvidas com homens.

Enquanto na primeira instituição (Promundo) tentei conhecer preliminarmente o perfil das suas atividades por meio dos materiais escritos disponibilizados no site do instituto, bem como pelo conjunto de discursos enunciados pelos membros do seu núcleo diretivo, com os quais dialoguei em diferentes momentos⁷; na segunda e na terceira instituições reduzi o número de entrevistas a uma (caso do MEMOH), acompanhando-as também pela leitura dos guias acessíveis aos usuários dos sites, das próprias indicações de parcerias existentes nestes e do perfil oficial da rede.

De forma complementar, assisti a vídeos promocionais, *lives* e propagandas das três instituições em seus canais no Youtube ou na rede social Instagram; ouvi o conjunto de episódios do podcast do MEMOH, lançado no ano de 2019, e do podcast do Promundo,

⁷Vale ressaltar que o Instituto Promundo também realiza grupos reflexivos como ação central; contudo, neste caso, eles ocorrem de forma presencial em comunidades periféricas de cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife - fato que me impossibilitou de realizar observações diretas.

lançado no ano de 2024⁸; acompanhei semanalmente atualizações e publicações no site e na página do PDH; bem como li materiais institucionais complementares a fim de compreender de que forma o ideário da equidade de gênero se constituiu em metodologias *sui generis* e não governamentais de atuação com homens.

Na segunda fase da pesquisa, passei a acompanhar o perfil das três organizações na rede social *Instagram*, com o intuito de identificar a forma como o tema da masculinidade era elaborado iconograficamente em postagens públicas. Esse movimento me colocou diante de material denso, constituindo base de dados que merecia ser explorada em profundidade. Como se sabe, explorar em profundidade passa pela delimitação de um *corpus* de análise. Para tanto, dois critérios me ajudaram a elaborar tal *corpus* e orientaram o meu olhar sobre o material: i) temporal e ii) temático.

Ao se considerar o primeiro critério, foram selecionadas todas as postagens públicas realizadas no período de 2020 até o primeiro semestre de 2024, por se tratar de um momento comum e de maior profusão de imagens das três instituições, iniciado na pandemia de Covid. Em seguida, a partir do segundo critério, esse conjunto de postagens passou por um novo filtro, sendo mantidas apenas aquelas que abordavam a temática das paternidades plurais. Uma vez que o recorte foi delimitado, realizei a análise semiótica de todas as postagens selecionadas (Cf. Capítulo 04).

Como parte do processo de produção de dados, realizei a análise descritiva de dados quantitativos oficiais disponibilizados por instituições de pesquisa do Estado brasileiro. Esses dados descritos abrangem indicadores nas áreas de educação, saúde e violência, com recortes interseccionais de gênero e raça/cor, evidenciando as especificidades da condição masculina na sociedade brasileira e expondo a extensão das demandas masculinas para além do escopo alcançado por organizações da sociedade civil e negócios sociais voltados à resignificação do masculino.

Meu desejo, ao longo desta pesquisa, não foi o de realizar comparação entre as organizações, ainda que alguns parâmetros pudessem ser estabelecidos com esse fim. Objetivei, sim, captar os fluxos organizacionais comuns de maneira a promover salto indutivo que ajudasse a esclarecer de que maneira a transformação das masculinidades, como ideal, tem se materializado em atividades não estatais que atravessam uma linha que vai do macro ao microsocial, intervindo

⁸ Do qual também participei como convidado em outubro de 2024. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=UwN8dm9Jf2E>

institucionalmente sobre desigualdades identificadas em contextos relacionais, os quais provocam a inserção dos homens em momentos de reflexão acerca de suas posições de gênero. Além disso, as organizações me ajudam a entender: a sinonímia entre o “novo homem” e o “novo pai”, inter-relacionados pela centralidade dos marcadores racial, sexual e de gênero, basilares na conformação de uma ordem patriarcal repressora, enquanto outros subalternizados; e a coadjuvância do Estado brasileiro no debate sobre as masculinidades enquanto fatores ligados a vulnerabilização. O núcleo desse trabalho é, em sua essência, o enquadramento e a focalização das organizações e sua atuação para, a partir dessas, pensar questões sociológicas prementes do campo. Com isso, as funções dos e as repercussões sobre os indivíduos são metodologicamente secundárias, o que não significa que não sejam importantes, já que auxiliam na explicação dos problemas postos. Essa opção pela secundarização metodológica faz com que os indivíduos da “ressignificação das masculinidades” ocupem menos a posição de sujeitos de práticas a ser analisados e mais de alvos posteriores da ação organizacional elaborada e gerida (e cujas raízes podem ser parcialmente desveladas por meio do discurso dos entrevistados).

Organização da tese

A presente tese organiza-se em quatro capítulos, além das considerações finais nas quais sintetizo os resultados da pesquisa, apresentando possíveis interpretações que se podem depreender deles e apontando as lacunas deixadas pela investigação. Afinal, o trabalho sociológico nunca está completo. Trata-se, em sua essência, de projeto inacabado.

No primeiro capítulo, intitulado “Políticas das masculinidades: do local ao global e do global ao local”, apresento a discussão sobre o protagonismo da sociedade civil brasileira e de frações do mercado no debate sobre a condição masculina e suas singularidades, bem como nas suas tentativas de resignificação, por meio de dados sócio econômicos que abordam a questão dos homens como questão política que demanda intervenções do Estado, mas que constitui lacuna. Serão consideradas variáveis sobre educação, saúde e violência, coletadas e tratadas por diferentes órgãos federais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). A discussão sobre o papel do Estado se inter-relaciona àquela sobre as iniciativas espontâneas voltadas a este público. Se a masculinidade

hegemônica é por vezes lida como um problema social ou de saúde pública (Separavich e Canesqui, 2013; Zanello, 2018), onde estão as políticas oficiais para além das políticas não governamentais quando este é o assunto? O que fazer diante do machismo/misoginia epidêmicos na medida em que se ignora a necessidade de envolver os homens nas disputas por igualdade de gênero?

Dando sequência, neste capítulo também explicarei o conceito de “políticas de masculinidades” que norteia esta pesquisa, além de apresentar a maneira como as referidas iniciativas – as quais o conceito se refere – se encontram presentes no Brasil bem como no debate internacional advindo predominantemente de redes globais e instituições multilaterais.

No segundo capítulo intitulado “Políticas não governamentais das masculinidades”, apresento o panorama institucional do campo de pesquisa, abordando as especificidades das três organizações da sociedade civil brasileiras que são escopo da análise: entram os temas centrais, as parcerias institucionais e os repertórios metodológicos que são chave nas três organizações, o que permite caracterizá-las no âmbito das políticas das masculinidades, com seu caráter transnacional e relacional perante diversos atores, a exemplo de empresas e organizações multilaterais. As informações expostas são complementadas por meio dos relatos obtidos com os entrevistados.

No terceiro capítulo, intitulado “Masculinidades, a herança do patriarcado e os homens na contemporaneidade”, apresento aspectos teóricos que foram fundamentais para iluminar o objeto de estudo e o contexto de gênero, sexualidade e raça no qual este se insere. Inicialmente, desenvolvo o conceito de patriarcado e como esse tem sido trabalhado por autores contemporâneos, com base em evidências históricas, e na sequência explicarei sua relação com a herança colonial no quadro latino-americano – baseado nas teorias de Heleieth Saffioti, Mara Viveros Vigoya e Rita Segato – e, especificamente, no Brasil, desde o enquadramento concedido por autores do pensamento social brasileiro.

No quarto e último capítulo, intitulado “Entre imagens e representações sociais do masculino – um olhar a partir das organizações da sociedade civil”, exponho os conteúdos presentes nas postagens da rede social Instagram, os quais enfatizam, via perfis oficiais das instituições estudadas, o tema das paternidades, de maneira transversal aos três casos e cruzado com as variáveis raciais e de diversidade sexual e de gênero. Ao

início do capítulo, trato dos problemas contemporâneos relativos a essa masculinidade de formação patriarcal; problemas esses que são expressos nas desigualdades existentes entre os homens, na medida em que o privilégio do “macho” não é experiência una, implicando o masculino de formas distintas. São os espaços digitais, focalizados na sequência, o parâmetro analítico sociológico compartilhado para o estabelecimento da pesquisa. As postagens serão analisadas desde a perspectiva da semiótica, por meio de uma metodologia de análise de imagens.

Ao fim, retomo as discussões teórico-metodológicas presentes ao longo do texto e sintetizo os apontamentos centrais do trabalho, os quais são respectivamente: a transformação ou superação da ordem patriarcal, histórica na sociedade brasileira e em outras sociedades, desde a transformação das práticas sociais masculinas; a relação do “novo homem” com o “novo pai”; pai esse marcado pela diversidade racial e sexual evidenciada pelo material das organizações em uma perspectiva interseccional; o problema da baixa institucionalização das iniciativas direcionadas às questões dos homens no Brasil; a permanência da forma grupo como a metodologia principal de trabalho com homens e masculinidades; a existência de vínculos com empresas, governos e organizações nacionais e internacionais entre as políticas das masculinidades à brasileira; e a demanda por posicionar os homens – marcados por gênero – como sujeitos de direitos e as masculinidades como categorias de políticas públicas. Portanto, o intuito do primeiro capítulo é a iniciação dos repertórios teórico-metodológicos desta tese, enquanto nos três capítulos subsequentes será possível desenvolvê-los, desde uma perspectiva empírica e teórico-crítica, que atrela as problemáticas relativas às masculinidades a um horizonte normativo de prevalência da igualdade.

CAPÍTULO 01

POLÍTICAS DAS MASCULINIDADES: DO LOCAL AO GLOBAL E DO GLOBAL AO LOCAL

O “homem” não é mito ou essência naturalmente manifesta, mas um fenômeno social construído. Ele se estabelece por meio de processos socioculturais e, por isso, pode ser considerado um objeto de estudo sociológico por excelência. Como uma sombra que se projeta nas práticas cotidianas, o “ser homem” se define por uma lógica de negação, exigindo reafirmações constantes. Essa dinâmica está na raiz de diversas problemáticas que afetam tanto aqueles identificados ou que se identificam como homens quanto mulheres e outros grupos sociais – especialmente aqueles sujeitos à homotransfobia e ao racismo, tendo em vista a construção da masculinidade estar atrelada à construção de formas de dominação. Contudo, apesar da relevância deste tema para a compreensão e intervenção em múltiplas questões ligadas a gênero, as últimas décadas foram marcadas por uma escassez de políticas estatais voltadas a repensar o papel do “masculino” nas sociedades em perspectiva equânime e com convivência respeitosa ao “feminino”.

Desde o ponto de vista governamental, importa afirmar que o homem ainda é considerado sujeito invisível, no sentido de não se destinar a ele o posicionamento de objeto de políticas públicas, dado o caráter de universalidade, normatividade e não vulnerabilidade associados à condição masculina. Em decorrência desse fenômeno, políticas públicas que pensam o lugar dos homens na sociedade e compreendem as masculinidades, especialmente as hegemônicas, como raízes de problemáticas coletivas, são escassas. No Brasil, a exemplo, nas últimas décadas, são poucas as ações federais voltadas a tratar de dilemas que afligem a população masculina. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), criada em 2009⁹ e gerida pelo Ministério da Saúde, é o principal destaque, na medida em que visa promover a melhoria nos indicadores de saúde dos homens, vitimados por altas taxas de adoecimento e morbidade decorrentes de causas evitáveis. Outras medidas estatais com esse recorte são a Campanha Novembro Azul, tocada pelo Ministério da Saúde – em parceria com o Instituto Nacional do Câncer –, a Licença Paternidade, estendida para vinte dias em 2016¹⁰ e direcionada à

⁹ Portaria GM/MS nº 1.944, de 27 de agosto de 2009.

¹⁰ Lei n.13.257, de 8 de março de 2016.

promoção da participação dos homens nas atividades parentais; e os grupos para homens autores de violências no âmbito do Poder Judiciário, no âmbito da Lei Maria da Penha.

Ainda que existam demonstrações de como problemas derivados do projeto social do masculino ingressaram na agenda governamental, o fato é que persiste lacuna relativa à posição dos homens, que vivenciam prejuízos e não apenas privilégios, especialmente nas áreas de educação, saúde e violência, especialmente quando a condição masculina é cruzada com a variável de raça/cor (como será evidenciado com relação à trágica situação dos homens negros). Logo, é possível afirmar que a existência dos homens como marcados por precariedades dentro do enquadramento estatal se acentua no cruzamento com categorias associadas à marginalidade (homossexualidade, negritude etc.), o que torna necessária a ponderação de possíveis perspectivas vitimárias acerca deste segmento populacional. Afinal, a presença maciça de homens como autores de múltiplas violências também impõe um dilema político de gênero para o Estado. Entretanto, na medida em que desaparecem as masculinidades como configurações capazes de fundamentar políticas sistemáticas que visam não apenas combater os efeitos nocivos da hegemonia do masculino, mas incidir sobre suas origens, é possível ler a suposta força atrelada a este público como elemento capaz de impedir intervenções governamentais.

Sabe-se que a transformação de um incômodo social em problema público passa pela constituição de experiência coletiva, que atravessa o público em geral e públicos específicos (o que pode incluir atores políticos implicados) (Cefai, 2017). Nessa direção, ainda que estejamos diante de um Estado de matriz capitalista, patriarcal e racista e, portanto, com tendências autoritárias, a relevância dos temas sociais para a construção de políticas públicas não é ditada apenas de cima; ela envolve movimentos sociais e sociedade civil, que existem como atores capazes de encaminhar delimitações, indagações, indignações e imputações de responsabilidade de modo a responder incômodos que os provocam existencialmente (op.cit.). Contudo, para a consecução desse processo de formação de uma arena pública em torno de uma preocupação social, intervêm relações de força, tendo importância o caráter econômico daquelas/es que emitem determinadas visões.¹¹ Tornar a masculinidade (e principalmente a masculinidade

¹¹ “O problema público aumenta sua força quando crescem o grau de mobilização dos múltiplos atores e o grau de ressonância junto a numerosos auditórios, quando as diferentes cenas entram em ressonância umas com as outras, se interpelam e se respondem, se emprestam temas, recursos e informações. Sua temporalização parece se acelerar e sua configuração ramificar novos processos e conhecer múltiplos desdobramentos e bifurcações — tanto em matéria dos campos interessados (midiático, industrial, político, de consumo quanto da complexidade ecológica (hibridação, junção ou subordinação a outros problemas).

negra) agenda de Estado é, nesse ponto, um esforço de chamar a atenção para questão que tem se ramificado nos mais distintos campos relacionais.

1.1 A invisibilidade do homem como objeto de políticas públicas

Onde estão os homens enquanto destinatários de políticas públicas, voltadas à transformação desta sociedade? É preciso pautar os problemas decorrentes da masculinidade em sociedade na qual os espaços de prestígio e poder já são majoritariamente masculinos? A masculinidade, ainda que plural, configura uma condição comum de vulnerabilidade aos riscos provocados pelas dinâmicas do patriarcado? E se configura, demanda políticas públicas que mitiguem a fragilidade que seria a ela relacionada? Apresento este conjunto de questões de modo a desafiar as convenções universalistas que separam o caráter prejudicial da ordem de gênero de questões que são enfrentadas diariamente e diretamente pela população masculina. Faço isso, contudo, pontuando, desde já, que por trás do gênero, outros marcadores como classe e raça atuam para transformar o masculino em arena de perigo para si mesmo e para as mulheres, crianças e outros grupos sociais. A performance de virilidade como prova do “ser homem”, embora socialmente difundida entre sujeitos com distintos perfis e a partir de uma série de representações sociais, não possui a mesma centralidade em todos os contextos, já que provar-se masculino o suficiente pode operar como capital social que compensa a ausência de outros capitais (Oliveira, 1998), processo que exacerba a disposição para acionar os dispositivos mais violentos do arquétipo de “macho”, também recaindo destrutivamente sobre eles mesmos.

Pode-se argumentar, como resposta às perguntas postas, que, de fato, são desnecessárias medidas estatais que utilizam a masculinidade como recorte, tendo em vista que, ainda que na figura de destinatários universais (e, portanto, apagados em sua universalidade), os homens são alcançados de diferentes formas em processos de implementação; alguns precariamente, mas ainda assim existentes enquanto componentes da população e da cidadania. Contudo, não é possível negar que a virilidade, na medida em que reivindicada de forma persistente e intransigente, configura um problema social e que, portanto, deveria ser vista como componente da agenda pública, dadas as

Então, o problema público passa por cima das fronteiras dos mundos sociais, organizacionais e institucionais; abre novos palcos de publicização, meio lá meio cá, sobre esses mundos e entra, de modo central ou periférico, nas agendas de muitos dos que tomam decisões.” (Cefai, 2017, p.209)

consequências que impõe para a coletividade. Logo, parto do princípio de que, se a masculinidade tem efeitos generalizantes, deve ser enxergada deliberadamente como questão governamental. Como mostrarei ao longo deste trabalho, enquanto este movimento não ocorre, é a sociedade civil quem realiza o debate sobre a condição e o lugar dos homens no país, algo que não escapa das tendências internacionais, pois ainda são raros os países (como a Suécia) que tem incorporado este tema na arena estatal¹².

Ressalto inicialmente as considerações de Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), para os quais a incorporação dos homens como sujeitos visíveis em suas marcas de gênero não pode ocorrer de modo apartado de uma leitura feminista. Os pesquisadores propõem uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades, sustentada em quatro eixos analíticos: o sistema sexo/gênero, a dimensão relacional, as marcações de poder e a ruptura com o modelo binário nas mais diversas organizações. Essa perspectiva é capaz de evitar a despolitização do debate sobre masculinidades na esfera pública, permitindo compreender como os dispositivos institucionais produzem e regulam determinadas formas de ser homem.

Nesse sentido, a entrada dos homens na agenda política não deve ser lida apenas como demanda identitária (ainda que, em certa medida, o seja), mas enquanto oportunidade de interrogar criticamente o modo como a ordem de gênero atravessa as práticas estatais. Em intervenções mais recentes, os autores analisam como crises contemporâneas, a exemplo da pandemia de COVID-19, atestam a persistência de masculinidades hegemônicas orientadas pela autossuficiência e pela negação da vulnerabilidade, e de que forma a permanência desses paradigmas interfere nos resultados de indicadores no campo da saúde (Medrado *et al.*, 2021).

Para compreender as dinâmicas de desigualdade que afetam os homens, especialmente os ditos racializados por não serem vistos brancos, é essencial recorrer a dados que evidenciem suas condições sociais, educacionais e de saúde. Outros como de trabalho e de rendimento são também fundamentais, mas limitar-me-ei neste momento a aqueles. Vale ressaltar que a invisibilização das masculinidades como categoria de análise nas políticas públicas resulta igualmente na ausência de diagnósticos sobre como

¹² Ver o caso da Swedish Gender Equality Agency ([Swedish Gender Equality Agency - Government.se](https://www.government.se/en/press-releases/2020/04/swedish-gender-equality-agency)) que tem implementado iniciativas de reforma do comportamento masculino no país, a exemplo da Estratégia de Prevenção da Violência junto aos homens desde o estágio da infância.

determinados grupos masculinos vivenciam disparidades específicas. O cruzamento entre marcadores de subordinação revela que homens negros, por exemplo, estão entre os mais expostos a condições de precariedade no mercado de trabalho, à evasão escolar e a altas taxas de mortalidade por causas evitáveis, incluindo homicídios. Esses elementos demonstram que, longe de serem um bloco homogêneo privilegiado, estes sujeitos se encontram distribuídos em diferentes espectros de situações de vulnerabilidade, tornando-se necessário um olhar mais atento do Estado para essas disparidades. Por outro lado, uma visão panorâmica que isola apenas a categoria gênero (opondo as situações socioeconômicas de homens e mulheres) já ajuda a expor as fragilidades do masculino em cenários específicos nos quais elementos como força, honra, coragem, destreza e resiliência operam enquanto vias configurativas.

Entre os diversos indicadores que revelam as desigualdades aqui em questões, aqueles referentes à educação, à saúde e à violência foram por mim selecionados como áreas centrais de análise, ilustrando neste primeiro momento os argumentos que quero desenvolver. Do ponto de vista da saúde, constam abaixo: os dados referentes ao número de nascidos vivos por gênero; os relativos à expectativa de vida ao nascer por gênero e as taxas de mortalidade por gênero e por faixa etária; e o mesmo dado por gênero, por faixa etária e por raça/cor. Já do ponto de vista da segurança pública/violência, apresento gráficos com taxas de mortalidade por acidentes de trabalho e por acidentes de trânsito, ambos por gênero; sendo seguidos pelas taxas de homicídios por gênero e por gênero e raça/cor; e pelas proporções da população carcerária por gênero e separadamente por raça/cor. Por fim, do ponto de vista da educação, destaco as taxas de evasão e as taxas de repetência escolar por gênero, desagregando-as conforme o nível de instrução básica: ensino médio e ensino fundamental. A seguir, serão apresentadas estas informações, permitindo uma visão mais detalhada das precariedades enfrentadas pela população masculina e das possíveis implicações para a formulação de políticas públicas.

Como se vê no Gráfico 01, no Brasil, nascem mais meninos do que meninas em certa constância nos anos recentes. Desde uma ótica demográfica que considera apenas os nascidos vivos, esta é uma sociedade que se projeta como de certa maioria masculina. Os dados representados, a exemplo, indicam que 51,17% dos nascidos são do sexo masculino, enquanto 48,83% são do sexo feminino. A diferença entre os dois grupos é pequena, mas consistente com padrões globais, nos quais o número de nascimentos de meninos tende a ser ligeiramente superior ao de meninas

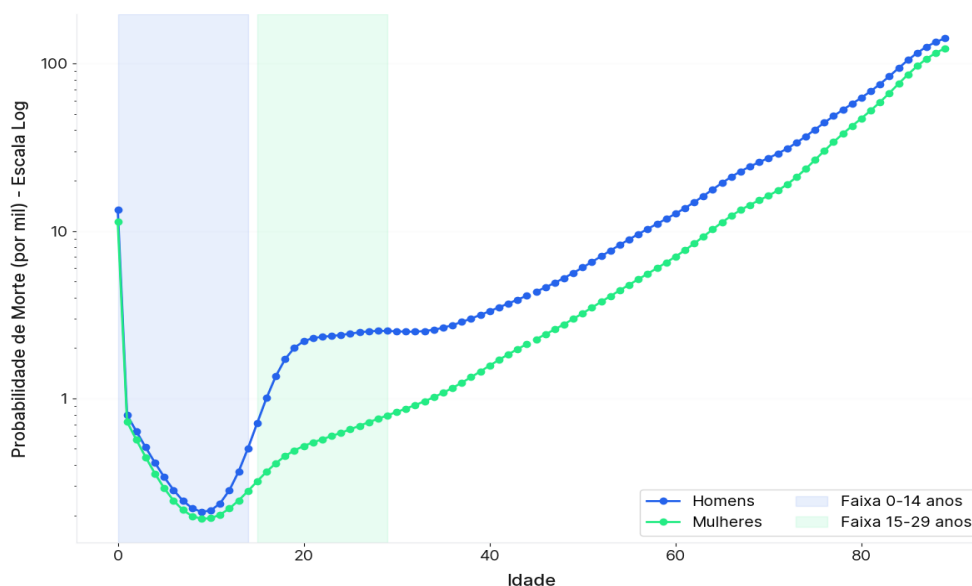
Embora o nascimento de pessoas do sexo masculino seja levemente predominante no Brasil, esse dado isolado não se traduz em equilíbrio de condições ao longo da vida. Quando considerada a discussão sobre masculinidades, é importante observar que os meninos, ao crescerem, são socializados sob normas de gênero específicas que influenciam suas trajetórias escolares, de saúde, de exposição à violência e até de mortalidade precoce, fazendo com que nas faixas etárias subsequentes o equilíbrio demográfico seja transformado em desequilíbrio. Assim, ainda que começando em maior número e possuindo privilégios ao longo da vida (como a desresponsabilização social pelo cuidado¹³), os homens morrem mais, curva que se acentua na etapa da juventude (e entre jovens negros) – compreendida pelo IBGE enquanto o intervalo que vai dos 15 aos 29 anos. Esta mortalidade, que decorre de uma série de causas evitáveis, interfere nas projeções com relação a expectativa de vida por gênero. Conforme os dados das Tábuas de Mortalidade divulgadas pelo IBGE, os homens possuem uma expectativa de viver 73,1 anos no país, enquanto para as mulheres esse número é de 79,7, quase sete anos a mais. Como no caso dos nascimentos, este padrão demográfico não é exclusivamente local, mas interage com questões globais.

Conforme o Censo Demográfico, produzido pela mesma instituição, na chegada aos 60 anos a expectativa de vida média de homens é de 21 anos e a de mulheres de 24,8 anos; ou seja, já no processo de envelhecimento, permanece a espera por maior longevidade. Comportamentos de risco, menor adesão aos cuidados com a saúde e maior exposição à letalidade são dimensões associadas a formas hegemônicas de ser homem, incentivadas culturalmente e que contribuem para a mortalidade precoce masculina. A discrepância de expectativa de vida, portanto, não é apenas questão biomédica, mas indicador das desigualdades de gênero que afetam os próprios homens em suas trajetórias de vida. Ao deslocarmos o olhar da média de anos para as taxas de mortalidade desagregadas por faixa etária (Gráfico 01), é possível observar que, ao longo de todos os intervalos etários, a média de mortalidade masculina é maior do que a feminina. Contudo, as médias de homens e mulheres se encontram próximas na faixa de 0 a 14 anos (razão de 1,19 vezes de homens com relação às mulheres), se distanciando a partir da adolescência e alcançando o ápice no intervalo de 15 a 29 anos (razão de 3,63 vezes de diferença de homens com relação às mulheres), para depois obter uma nova aproximação, embora com

¹³ Que pode ser também compreendida como desvantagem, na medida em que resulta em negligência com o autocuidado.

a maior probabilidade de morte masculina se mantendo como tendência contínua no interior do corpo populacional. A passagem entre infância, adolescência e juventude está enfatizada na visualização abaixo.

Gráfico 1 - Taxa de mortalidade por gênero e por faixa etária, Brasil (2023) ¹⁴



Fonte: Tábuas Completas de Mortalidade (IBGE)

Dentre as causas que podem ser atribuídas a essa morbidade por gênero que se mantém contínua, estão os acidentes de trabalho, cuja taxa de mortalidade para os homens é de aproximadamente 96% *versus* à de mulheres, que seria de aproximadamente 4% (Menegon, Menegon e Kupek, 2021). Esta discrepância pode ser explicada pela maior proporção de homens, especialmente negros, em setores como construção civil, indústria e mineração, alguns dos quais concentram a ocorrência de acidentes laborais. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2011, e expondo tendência que persiste até os dias atuais, países com maiores disparidades de gênero também apresentaram maiores razões de diferença de mortalidade entre homens e mulheres no campo laboral. No caso do Brasil, essa razão de diferenciação foi de quase 10 vezes, como é observável na representação. 11,9 a cada 100 mil trabalhadores homens morriam em função de atividades de trabalho contra 1,2 a cada 100 mil trabalhadoras mulheres.

¹⁴ A representação por escala logarítmica permite uma compreensão dos valores e oscilações de modo a representar adequadamente a trajetória das informações no decorrer do intervalo etário focalizado

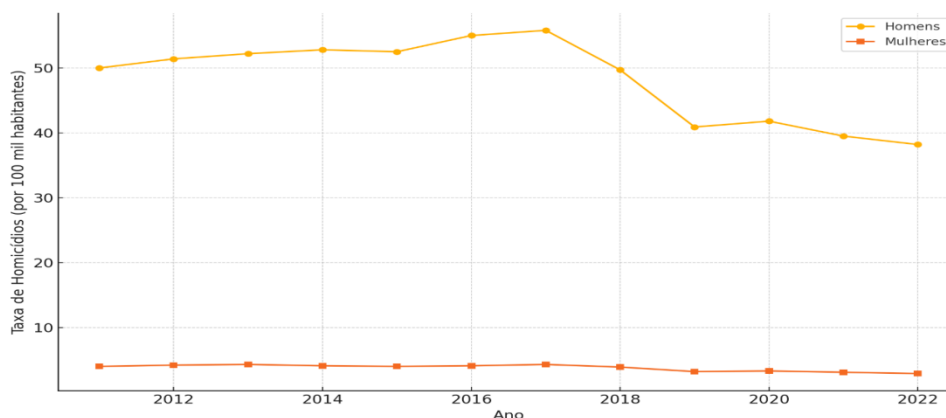
Os segmentos laborais nos quais esses acidentes ocorrem predominantemente são setores de risco. Nestes, além da questão racial, intervém a questão de classe. Por se tratar de ocupações com menores rendimentos e piores condições de trabalho, também agrega homens com menor qualificação e por vezes trajetória de menor inserção formal no mercado de trabalho. Com isso, retorno à premissa inicial: o gênero é crucial para ler estas informações, e a masculinidade, em certas ocasiões, pode operar como condição de risco de vida. Entretanto, não são todos os perfis masculinos que estão expostos às situações nas quais a morbidade evitável e/ou precoce é recorrente. Quem é o homem que se expõe a elementos cancerígenos e radioativos? Aquele que limpa janelas de prédios, mexe em fiações elétricas expostas e sobe em telhados e estruturas de construção? Para se ficar em apenas alguns exemplos de contra representações à generalização de todos os homens enquanto dotados de um conjunto de privilégios patriarcais. Por fim, outra causa do fenômeno que resulta na menor expectativa de vida para os homens são os acidentes de trânsito¹⁵.

O trânsito é um dos espaços sociais por excelência de manifestação da virilidade. Por meio do controle de carros e motocicletas, os homens exibem o seu domínio (ou pretensão de domínio) da esfera pública. Aqui surgem insultos sexistas como uma forma de desqualificar mulheres que ousam se colocar como agentes tão capazes de se mover no trânsito quanto os homens. Tal exibição de domínio envolve imprudências e situações de riscos, as quais podem ser conjugadas à utilização do álcool, cujo abuso opera como outra via de afirmação da masculinidade e modo de encaminhamento emocional de questões psíquicas reprimidas. Se é homem, afinal, tem que aguentar. Outras situações no trânsito como ultrapassagens constantes em rodovias, ultrapassagens dos limites de velocidade, burla à blitz e regras associadas, bem como a realização de rachas ou rolezinhos nas vias das cidades são práticas tipicamente masculinas, o que não significa que inexistam mulheres nelas inseridas. Contudo, a distribuição das fatalidades no campo demonstra que entre elas se trata de práticas menos recorrentes e que não operam como, no caso dos homens, enquanto formas de produção de sociabilidade. A mortalidade no trânsito pode ser classificada como manifestação de violência, na medida em que ameaças à segurança nesta arena representam ameaças à segurança pública. Porém, a

¹⁵Levando em conta a taxa média no intervalo que vai de 2000 a 2020, ou seja, das duas primeiras décadas do século XXI, entre os homens essa taxa, ao longo do período, foi de 191,93 mortes por milhão e a das mulheres de 68,13 mortes por milhão, ou seja, uma razão de mais do que 2,5 vezes no intervalo, com oscilações anuais. Cf. Manjabosco *et al* (2024)

materialização por excelência deste risco se encontra nas altas taxas de homicídios apresentadas pelo país, as quais revelam o cruzamento flagrante com o tema das masculinidades, como visível no Gráfico 02, que contém dados do Atlas da Violência.

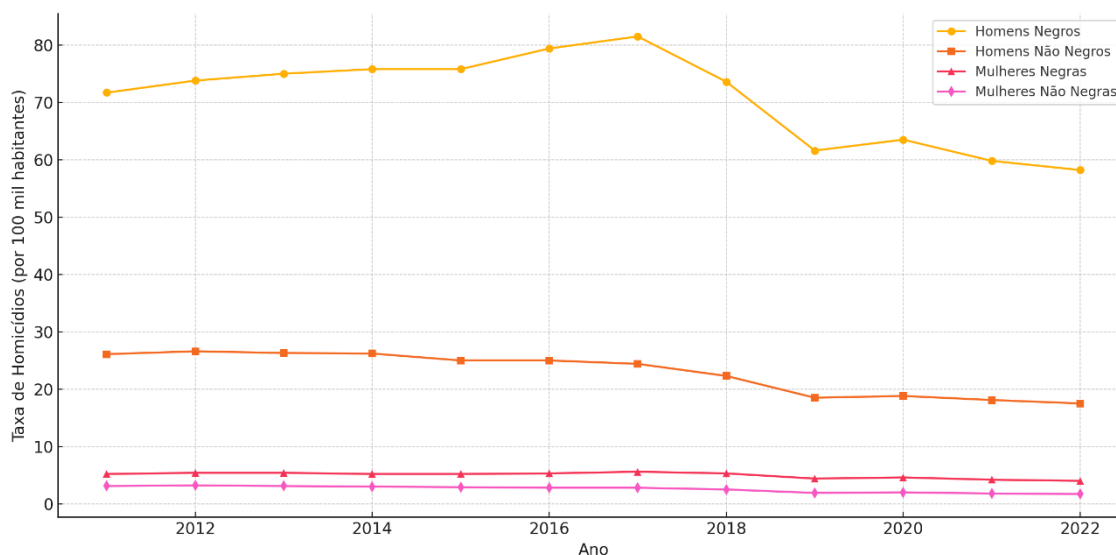
Gráfico 2 - Taxas de Homicídios por 100 mil Habitantes no Brasil, por Gênero, Brasil (2011-2022)



Fonte: Atlas da Violência (IPEA/FBSP), 2011-2022.

Entre 2011 e 2022, a taxa média de mortalidade por homicídios entre os homens oscilou de 50 assassinatos ocorridos para cada 100 mil habitantes para 38 assassinatos ocorridos para cada 100 mil habitantes. Embora com queda ao longo do período, esse índice ainda é aproximadamente trezes vezes maior do que o das mulheres no último ano do intervalo (2,9). Durante o pico da série histórica representada (2017), essa proporção era aproximadamente a mesma. A associação entre masculinidade e violência está tanto no âmbito da prática infligida contra as mulheres quanto, e principalmente, na prática de violência contra outros homens, tendo em vista que a maioria absoluta dos autores de violências, em um contexto ou outro, é representada pela população masculina. Ao desagregarmos estas informações cruzando gênero e raça/cor (Gráfico 03), contudo, vemos que, dentre os homens, a violência atinge desproporcionalmente homens negros. No quadro geral, são estes seguidos por homens não negros (brancos, amarelos e indígenas) e somente após estes vem as mulheres negras e, por fim, as mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas). No último ano do intervalo, esta sequência de segmentos correspondeu aos seguintes números em ordem decrescente: 58,2; 17,5; 4,0 e 1,7. No ápice da mortalidade (2017) foi esta sequência a seguinte: 81,5; 24,4; 5,6 e 2,8.

Gráfico 3 - Taxas de Homicídios por 100 mil Habitantes no Brasil, por Gênero e Raça/Cor, Brasil (2011-2022)



Fonte: Atlas da Violência (IPEA/FBSP), 2011-2022.

Os dados de mortalidade decorrentes de homicídios para os homens negros são maiores do que a média identificada para o conjunto da população masculina. Quando levada em consideração a proporção, a diferença é acachapante. A exemplo, com relação às mulheres não brancas, que se encontram situadas no outro extremo da comparação, a razão detectada é de aproximadamente 34 casos para 01. Como discutirei ao longo deste trabalho, existe um conjunto de representações tradicionais acerca das masculinidades negras, o qual interfere em diferentes âmbitos, sendo esses considerados animais, selvagens, hiper sexualizados e perigosos com base em um enquadramento estigmatizante que advém dos processos de colonização (Fanon, 2008).

A desumanização dos homens negros encontra suas raízes no projeto colonial que estabeleceu hierarquias sexuais e raciais como mecanismos de controle e dominação. Como demonstra Pinho (2005), a figura do "brau"¹⁶ em Salvador exemplifica (para ficar em apenas uma das ilustrações fornecidas pelo campo antropológico) a maneira pela qual

¹⁶ Segundo Pinho (2005), os "braus" eram jovens negros da periferia de Salvador que, a partir dos anos 1970, reinventaram uma visualidade/corporalidade negra inspirada na cultura soul norte-americana, sendo simultaneamente estigmatizados pela classe média como violentos e hipersexualizados - ou seja, "excessivamente negros" e "excessivamente masculinos".

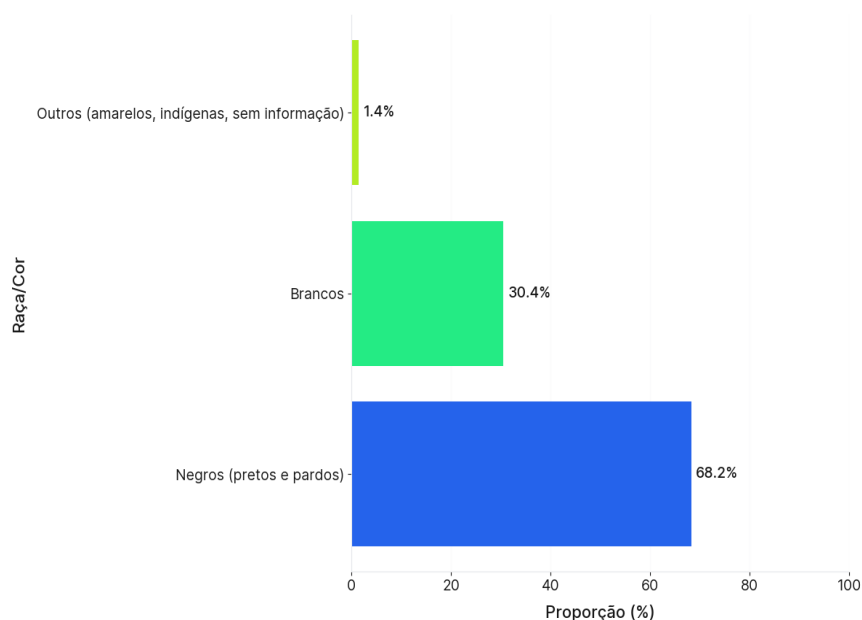
jovens negros da periferia foram historicamente estigmatizados pela classe média local como violentos, hipersexualizados e "excessivamente negros", revelando a persistência de estereótipos que remontam ao período escravocrata. A racialização do grupo, conforme argumenta o autor (2008), opera através da regulação de seus corpos; regulação essa na qual o homem branco ocupa discursivamente o lugar do "macho penetrador e civilizador", reservando para os negros o lugar passivo de objeto da dominação. A escravidão, portanto, constitui-se como "fantasma na máquina" que preserva seu caráter estrutural, estabelecendo um *continuum* de vulnerabilização que transcende a abolição formal e se manifesta contemporaneamente em indicadores que afetam desproporcionalmente o segmento.

A construção social das masculinidades negras no Brasil revela-se como processo contraditório que simultaneamente fetichiza e subordina os corpos negros masculinos. A miscigenação, longe de representar uma democratização racial, constituiu-se como "engrenagem lubrificada" que permitiu equacionar contradições sociais em solução ideológica baseada no desejo e na dominação (Pinho, 2008). Homens negros são sistematicamente "feminilizados" - associados à passividade e transformados em "objetos" ou "peças" - através de representações que os emasculam simbolicamente ao mesmo tempo que os hipersexualizam. Esta dinâmica torna-se explícita nas experiências de jovens homossexuais negros, nas quais a aceitação social ocorre apenas através do "exotismo" e da fetichização corporal, negando-lhes a possibilidade de existir além de sua corporalidade (op.cit.).

Nessa linha de opressão infligida aos homens negros, se destaca o âmbito da violência sofrida, a qual pode ser perpetrada por pares masculinos "civis" (negros e não negros) ou por agentes do Estado, os quais tem elegido os indivíduos lidos como racializados enquanto principal alvo. A violência sócio econômica de caráter estrutural – ou seja, a restrição no acesso a direitos e oportunidades – antecede a prática desta violência, na medida em que se relaciona à sujeição a espaços marcados por maior incidência de práticas violentas. Ainda na discussão sobre a segurança pública, quando observados os dados sobre a inserção de homens e mulheres na população carcerária do país, observamos outra diferença marcante: 96% dos "residentes" das penitenciárias nacionais são provenientes da população masculina contra 4% de mulheres. Mais uma vez a masculinidade, na medida em que relacionada ao universo criminal, se apresenta como selo de desprestígio.

Outro dado, dessa vez não do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2022 (Gráfico 04), revela que desse público masculino, 68% são compostos por homens negros, o que mostra mais uma vez o cruzamento entre a questão das masculinidades e a questão racial. Não é possível, nesse sentido, fazer o debate dos dramas do masculino (e do feminino) em termos abstratos na sociedade brasileira, sem considerar as especificidades da materialização do gênero em um cenário de formação colonial, patriarcal e racista. Erode o universal e emerge a especificidade dos cruzamentos identitários, os quais estão latentes nas diferenças apresentadas pelos indicadores dos órgãos oficiais; há sim diferenças e estão registradas em estatísticas que precisam ser consideradas. Como é possível analisar, o Anuário, contrariamente ao Atlas da Violência, não aglutina amarelos e indígenas na categoria “não brancos”. Estes estão situados como “outros”, enquanto os “brancos” aparecem como um segundo grupo enunciado nos dados; a proporção dos homens brancos é também considerável, na medida em que representam aproximadamente 30% dos casos. Contudo, constam, no ano de 2022, como referentes à menos da metade do mesmo índice para a população masculina negra.

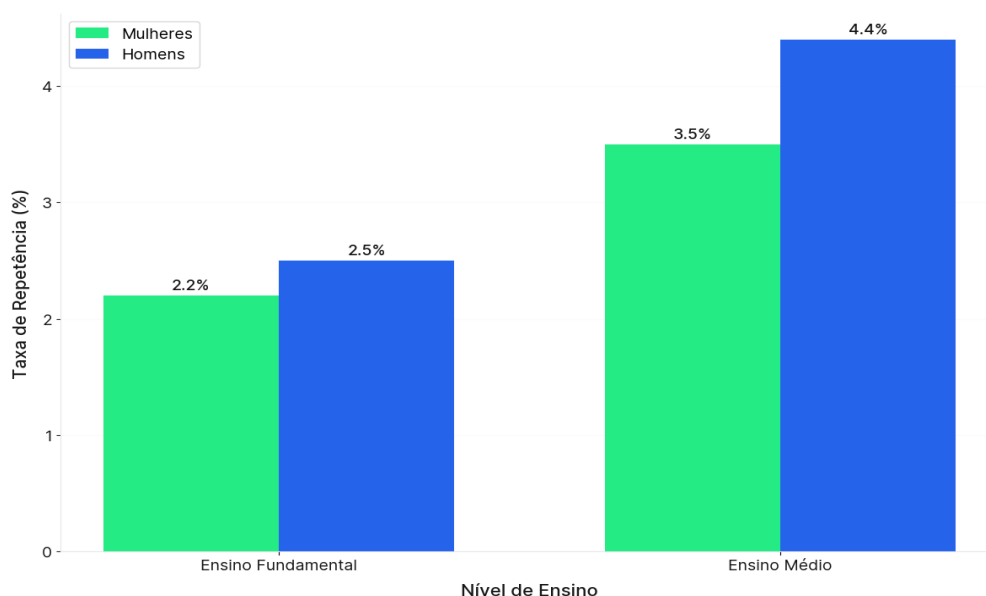
Gráfico 4 - Proporção da população carcerária por raça/cor, Brasil (2022)



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Para além da segurança pública/violência e das questões de saúde, ambas abrangendo taxas de mortalidade e se relacionando mutuamente – já que os índices de uma arena interferem nos índices da outra –, outro campo que chama a atenção, e que tem sido um dos mais importantes na seara das políticas públicas, é o da educação. Trago abaixo números recentes identificados desde o Censo Escolar produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e que indicam igualmente vulnerabilidades masculinas (e de classe e raciais) que importam para uma primeira consideração de uma noção de políticas das masculinidades¹⁷. No que diz respeito às taxas de repetência identificadas pela pesquisa amostral bianual, seja no ensino fundamental seja no ensino médio, os homens se sobressaem do ponto de vista percentual de reprovações por série (Gráfico 05). No primeiro nível, a diferença pode parecer insignificante: de 2,5% contra 2,2%; já no segundo nível a distância aumenta um pouco mais: de 4,4% para 3,5%. As estatísticas tem apontado que, no prosseguimento dos estudos iniciados na educação básica, as mulheres tem conseguido uma maior inserção no ensino superior, ainda que continuem mantendo os menores rendimentos e uma ascensão mais difícil a postos de comando e ao topo das carreiras.

Gráfico 5 - Taxa de repetência escolar por gênero, Brasil (2023)



Fonte: Censo Escolar (INEP), 2023.

¹⁷ Conceito que trabalharei na próxima seção

Quando considerada a evasão escolar, as diferenças são mais significativas do que no tocante à variável de repetência, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio. No fundamental, a diferença é de 3,5% para 2,6%, uma diferença percentual que se assemelha a de repetência no ensino médio (0.9%). Entretanto, no ensino médio, a disparidade passa a ser de 7,3% para 4,5% quando analisada a amostra do Censo. O ensino médio é uma etapa crucial na vida dos estudantes adolescentes, na medida em que, considerando a demanda de transição para a juventude e por conseguinte para a vida adulta, questões econômicas como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho emergem, impelindo para a saída destas moças e rapazes das escolas. Essa saída, por sua vez, produz consequências no modo como estes jovens irão se inserir profissionalmente e, por sua vez, no tipo de rendimento que irão obter no mercado. Supõe-se que eles, ainda que assumam bem menos as tarefas de cuidado ao longo da vida (Pinheiro *et al*, 2023), são impelidos em maior grau, e mais cedo, a assumir o papel de arrimo de família— dada a associação de masculinidade com provisão¹⁸. Essa hipótese, contudo, necessitaria ser mais bem testada desde a identificação dos dados relacionados a ocupação dos jovens adolescentes.

Paro o enquadre numérico do tema por aqui. Ao partir destes exemplos de indicadores para aprofundar as problematizações da tese, desejo demonstrar que junto à inserção social da masculinidade e do público masculino, existem marcadores e situações de precariedade e/ou vulnerabilidade, as quais são dadas pelos próprios atributos que compõem a construção social do ser homem: violência, virilidade, negligência com o cuidado, embotamento emocional, necessidade de se provar macho constantemente, dentre outras práticas danosas a si e a terceiros. Acrescento que os indicadores demonstrados acima não são os únicos. Exemplificações outras dos próprios campos abordados poderiam vir a somar. Desde essas informações, que tem causas e efeitos generificados, compreendo haver a existência de um problema público da masculinidade, o qual vai ao encontro dos problemas públicos das desigualdades de classe e das desigualdades raciais, estas últimas ficando explícitas nos dados de segurança pública expostos acima. Portanto, há situações em que existe o gênero e junto dele a classe e a raça, ou situações nas quais ocorre o protagonismo da classe ou da raça; e ainda quadros

¹⁸ Nesse contexto, conforme Silva e Vaz (2023), as mulheres negras compõem a maior proporção da chamada população “nem-nem” (nem trabalha nem estuda), o que pode ser explicado por sua recorrente dedicação integral a tarefas domésticas e de cuidado, as quais não são computadas como trabalho pelo IBGE.

nos quais estas posições são de difícil demarcação diferencial. De todo modo, trata-se de problemáticas que demandam alguma intervenção, a qual vem se concentrando (especificamente quanto à focalização dos homens como alvos de intervenção) na arena não governamental.

Se a importância do tema não é observada sob o olhar dos prejuízos enfrentados pelo público masculino, pode ser vista pela ótica das lutas relacionadas à conquista da igualdade de gênero, na medida em que mudanças sobre as masculinidades tem impactos sobre as tentativas de reconstruir paradigmas sociais sob os quais se assentam a subordinação da população feminina, a qual sofre prejuízos em um conjunto ainda maior de variáveis econômicas e sociais. Para ambos, homens e mulheres¹⁹, contudo, a ordem de gênero (de cunho patriarcal e racial) é um vetor problemático comum, ainda que os dividendos extraídos pelos homens da referida ordem impliquem em um aparente não problema. São eles, afinal, e ainda mais no encontro de marcas de distinção, os que ocupam o topo da ordem e possuem ganhos importantes advindos dela. Outra questão a acrescentar é que, se os ganhos dos homens implicam em desigualdades para as mulheres, as desvantagens estatísticas do público masculino não reverberam em vantagens para o público feminino. Portanto, as diferenças aqui apresentadas não podem ser lidas na chave das desigualdades de gênero. Desde uma ótica analítica, o que desejo argumentar é que a masculinidade e seus efeitos possuem uma dupla camada, sendo mais difusa e menos reconhecida a camada das consequências negativas para os homens.

Seja na posição de vítima do próprio patriarcado seja na posição de seu algoz representante, o sujeito homem provoca a noção de que a masculinidade enquanto projeto social é capaz de trazer problemas socioeconômicos que demandam a ação dos agentes governamentais. Sabe-se que as questões representadas acima foram eleitas, em diferentes momentos e por diferentes pastas ministeriais, como objeto de políticas – não apenas provisórias, mas de mobilização permanente. Por outro lado, passa ao largo destas escolhas institucionais a introjeção de que as normas sociais de gênero ligadas à construção do masculino estão diretamente relacionadas a fatores de adoecimento, mortalidade e violência, embora seja latente na literatura científica a predominância dos homens nestes indicadores. Trabalhar com os homens, a outra ponta do debate de gênero, seria um elemento lógico dos processos de implementação; embora seja não considerado

¹⁹ Considerando a configuração cis normativa

ou eventualmente incorporado, dado o apagamento da dor, do sofrimento e da desumanização que a normatização da masculinidade produz.

Quando há interação entre gênero, classe e raça, é necessário atentar para o modo pelo qual homens negros tem sido considerados como atores de políticas públicas indiretos, a exemplo do cenário das ações afirmativas, as quais permitiram nas últimas décadas o acesso a universidades públicas e vagas de empregos públicos, propiciando a constituição parcial de uma classe média negra no país, composta por homens e mulheres lidos como racializados²⁰. A implementação dessas ações, resultante das lutas políticas do movimento social, encontraram e encontram, contudo, diversos argumentos de oposição, sendo um dos quais ligados ao temor da instauração de conflitos raciais; temor esse desmentido conforme se verificou que as cotas, por si só, não são capazes de produzir o acirramento racial entre os estudantes de instituições federais de ensino superior (Santos, Freitas, 2021)²¹. Diante desse cenário, pode-se afirmar que quando a raça ocupa a cena, medidas que podem vir a beneficiar homens negros são, quando não negligenciadas, tornadas objetos de disputa entre os atores políticos.

Outras medidas com foco em raça/cor, além das cotas, são capazes de gerar disputas, mas também efeitos positivos sobre esse público, mitigando as desigualdades apontadas. Contudo, é necessário cautela quanto ao papel do Estado, na medida em que homens negros tem ingressado historicamente como agentes de “políticas” de caráter negativo, sendo alvos – como já mencionado – de práticas governamentais racistas, como as que se dão no campo da segurança pública; esse é um dos casos que ajuda a desmistificar a noção de que o Estado sempre ocuparia o papel de benfeitor ou pai bondoso, capaz de proteger todos aqueles que estão sob sua jurisdição. Logo, ao mesmo tempo em que sujeitos negros são oprimidos por essa máquina, podem esperar dela medidas de reparação, em lógica de aparente contradição.

²⁰ Pessoas brancas são também racializadas. Contudo, seu processo de racialização acaba sendo socialmente ocultado, havendo associação entre cor branca e neutralidade/humanidade.

²¹ Sales Augusto dos Santos e Matheus Silva Freitas (2021, p.17-18) enumeram aqueles que seriam os principais argumentos contrários às cotas para pessoas negras nas universidades públicas: “a) haveria a quebra da ideologia do Brasil racialmente misturado; b) a inconstitucionalidade das cotas ou a ruptura com os princípios formais do constitucionalismo liberal; c) a dificuldade de saber quem é negro/a no Brasil ante a elevada mistura racial no país; d) há exclusão dos/das negros/as da universidade pública porque são eles/elas pobres e não porque são negros/as; e) as cotas favoreceriam os/as negros/as mais bem aquinhoados ou as classes média e alta negras; f) a ideia de que as cotas para os/as negros/as discriminam os/as brancos/as mais pobres; g) a concepção de que as cotas são um paternalismo que humilha os/as negros/as, tornando-os mais estigmatizados; h) a opinião de que as cotas impõem a racialização do Brasil; i) a criação da bipolarização racial ou de duas categorias raciais; j) o aumento ou acirramento de tensão inter-racial nos campi universitários brasileiros; e k) o incentivo a animosidades raciais ou à criação de ressentimentos raciais.”

Fora do cenário do Estado, por sua vez, é explícito o quão precária é a centralidade do “homem”, ainda enunciado como significante do humano. Essa instabilidade em sua “ontologia”, materializada pelas masculinidades hegemônicas²², relaciona-se a emergência de formas de desnaturalização dos paradigmas biologizantes (Machado, 2014)²³ e de desestabilização do “masculino”; formas essas que aportaram no cenário latino-americano, sob influências globais, e as quais compõem o *continuum* que inclui os homens como sujeitos estratégicos para as disputas em torno das reformas de gênero/sexualidade. Na ausência de atores governamentais que consideram o debate sobre as masculinidades como debate estratégico, atores não governamentais locais tem se ocupado, na parceria com empresas, entidades internacionais filantrópicas e organismos multilaterais, da promoção de ações microsociais de ressignificação do papel dos homens em sociedade. A esses atores não governamentais, expressos por formas institucionalizadas, somam-se os grupos que se estruturam em formatos fluidos e ocasionais, e em versões pró e antifeministas. Se o espaço político oficial para os homens enquanto sujeitos-dilema ou sujeitos-objeto ainda é baixo ou vazio, na arena não estatal é visível um conjunto de ações.

1.2 Políticas das masculinidades: a trajetória do debate

Para lidar com a questão da invisibilidade da masculinidade como tema do Estado, e tendo em vista os modos pelos quais as masculinidades têm sido colocadas como alvo, este trabalho tem como norte inicial o conceito aqui empregado sob a rubrica de “políticas das masculinidades” (originalmente “políticas de masculinidades”). A partir dele, é

²² Ressalto aqui a crítica de Fialho (2006) ao conceito de masculinidade hegemônica, o qual observa que, baseada na teoria de Gramsci, Connell levou às masculinidades o dualismo entre hegemonia e subalternidade; entretanto, sem considerar que os subalternos, diante dessa lógica marxista, desejam disputar o poder e substituir uma hegemonia por outra, o que não pode ser aplicado à distribuição dos “masculinos”.

²³ Conforme Lia Zanotta Machado (2014, p.21-22): "Hoje o campo acadêmico dos estudos de gênero e sexualidade tornou mais complexa a noção de gênero. Por quê? Porque sobre o gênero agora se tem uma grande certeza: não há consenso nenhum, nem essência nenhuma sobre o que é masculino e o que é feminino. O conceito de gênero complica pois ele não mais admite dizer o que é o masculino, o que é o feminino, o que é o ser lésbica, o que é o ser gay. Não se define nenhum dos gêneros nem quantos são; os estudos de gênero afirmam que há uma proliferação de formas de ser e de se construir. Se há um consenso hoje nos estudos de gênero é que não há uma constância da definição do que é masculino, do que é feminino, do que é heterossexual e do que é homossexual. São construções sociais e culturais mutáveis, não determinadas pela fundação biológica ou pelo determinismo cultural, pois vivenciadas por investimentos subjetivos distintos com agencialidades diversas em práticas relacionais inseridas em situações de poder cambiantes."

possível englobar um grupo de associações, movimentos sociais, grupos reflexivos/terapêuticos, organismos internacionais e locais, ativismos *on-line* e instituições da sociedade civil as quais atuam (progressiva ou reativamente aos avanços dos feminismos) tendo os homens e as “hombridades” no centro da problematização. A referência central na qual me baseio para esse emprego conceitual é a obra *The Politics of Masculinities* do sociólogo estadunidense Michael Messner, publicado na segunda metade da década de 1990, período no qual as masculinidades ascendiam nos discursos multilaterais e as organizações voltadas aos problemas masculinos ganhavam impulso no Brasil.

Falar em políticas das masculinidades é discorrer sobre iniciativas no campo social que dissolvem o homem genérico e suas perplexidades em repertórios de ação direcionados às suas especificidades, incluso aquelas cruzadas com marcadores sociais. Ao passo em que o outro feminino ou “segundo sexo”²⁴ desponta, cresce o medo dos homens, que não é apenas o medo da violência de uns sobre os outros, mas o medo da “feminização” das sociedades e da ascensão socioeconômica e simbólica das mulheres (Ambra, 2019; Badinter, 1992; Messner, 1997). A existência de políticas das masculinidades, portanto, corresponde a ações que buscam proteger ou, ao menos, adaptar os homens a um mundo ocidental em que seu lugar de dominância deixou de ser inquestionável.

Raewyn Connell (1995) trouxe à baila, e de forma pioneira, em seus trabalhos o conceito de “políticas de masculinidades”. A autora apontou para quatro grandes demonstrações dessas no Norte global no período: o movimento da liberação gay, o *lobby* das armas, as terapias de masculinidades e as políticas de transformação ou saída. O movimento gay denunciava a masculinidade convencional como fonte de opressão a homens que não se encaixavam nos paradigmas heteronormativos. Boa parte desse movimento, levado à frente por homossexuais e transexuais negras/os, foi significado a partir do enfrentamento do HIV/AIDS; já o *lobby* das armas, expressão do anti feminismo, se fortaleceu como tendência na política, na cultura e nos negócios por meio da exaltação do masculinismo (ibid..)

Nessa categorização, as políticas de transformação ou saída visavam à “libertação” masculina e a busca por igualdade em todos os âmbitos. Tratava-se de homens heterossexuais dispostos a se engajarem no cuidado doméstico, organizando-se

²⁴ Cf. Beauvoir (1980)

contra o sexismo, enquanto as terapias, outra faceta da proposta de liberação, diziam respeito à abordagem da psique desses, marcados por instabilidades de gênero. Com exceção das políticas de transformação ou saída, o caráter era predominantemente conservador. Ao invés de reformar o modelo de gênero, essas políticas reforçavam a distinção entre a masculinidade e o que se encontra fora dela. Em um mundo em que as mulheres ganhavam voz, homens passaram a se sentir em risco. Os grupos de masculinidades, em seu sentido inicial, inclusive, surgiram como propostas para tentar ajudar homens, predominantemente brancos e de classe média, a se situar em meio a comportamentos e hábitos que se transformavam repentinamente. Essa revisão da ordem de gênero se situa em um quadro que o sociólogo Claude Dubar (2008) classifica como de complexificação das sociedades ocidentais que se distanciam cada vez mais das formas comunitárias insuladas.

Vale ressaltar que, na medida que as políticas das masculinidades ganharam impulso nos cenários estadunidense e europeu, e penetravam na América Latina, o conceito de masculinidade tomou forma como estratégico para organizações multilaterais, empresas, bancos, fundações filantrópicas, governos, igrejas, movimentos sociais e organizações não governamentais. Ainda assim, neste trabalho, opto por enfatizar outra abordagem, de Michael Messner, e não a de Connell, acerca deste conceito congregador de diferentes formas organizacionais, por entender que o sociólogo estadunidense aprofundou a caracterização destas políticas, seja por apresentar como as singularidades das masculinidades implicaram em formatos específicos de ação e diferentes maneiras de enxergar os dramas modernos de gênero, sexualidade, cor/etnia e região; seja por materializar esquemas conceituais que explicitam a forma como a problematização do local dos “homens” implicou em articulações, as quais – ainda que sem as dimensões dos feminismos – mobilizaram sujeitos masculinos, especialmente do Norte global Ocidental, a repensar ou reivindicar lugar de gênero por muito tempo colocado como naturalmente estável.

Ao analisar o contexto estadunidense, Michael Messner subdivide as políticas das masculinidades nas seguintes classificações: em grupos cristãos que reivindicam o “homem” e a “mulher” conforme preconizados pela Bíblia Sagrada (homem provedor e mulher mãe e dona de casa) e cujos exemplos principais nos EUA foram o *Promise*

Keepers e a Irmandade Cristã²⁵; em ativismos gays e de homens pró feministas, que denunciam o sexismo, o assédio, a homofobia e a violência sexual, visibilizando os homens aliados às lutas das mulheres em organizações como a *National Organization for Men Against Sexism* (NOMAS); em ativismos pelos direitos dos homens, os quais alegam serem eles e não elas os mais prejudicados pela ordem de gênero vigente, especialmente no que diz respeito às acusações de estupro e violência doméstica, bem como processos judiciais de divórcio e guarda dos filhos (Kimmel, 2017); e no movimento mitopoético, influenciado por Carl Jung e Robert Bly (autor do clássico “João de Ferro - Um Livro sobre Homens”, 1990) que organiza-se em grupos e rituais que reivindicam a introdução às masculinidades por meio de ritos de passagem²⁶ que ajudam a redescobrir o guerreiro oculto em cada um²⁷. Vale ressaltar que mitopoéticos e masculinistas cristãos compartilham da aversão à “feminização” ao denunciar a desmasculinização dos homens do Ocidente (Messner, 1997).

A princípio, conforme Messner, houve o movimento liberacionista masculino da década de 1970, assim nomeado pelo autor e que vem à tona com seus escritos. Esse movimento teve como foco a construção social das masculinidades e o modo como essas interferem na qualidade de vida e no bem-estar dos homens; nesse sentido, incorporou a denúncia feminista ao patriarcado, mas a leu de forma a posicionar os homens como igualmente prejudicados pela ordem de gênero (Messner, 1997). Nesse ponto já residiam o risco da evolução de ações pela emancipação coletiva com relação a ordem de gênero para ações que bradam pelos direitos dos homens. Os primeiros livros do “movimento” - liderado por psicólogos - focaram menos em estruturas e instituições de poder e concederam atenção às formas emocionais e psíquicas do sofrimento masculino em

²⁵ Ambas são organizações religiosas constituídas por homens e que preconizam a importância da espiritualidade para o fortalecimento da masculinidade. Seus eventos costumam ser realizados, além de igrejas, em espaços públicos como avenidas e estádios de futebol, reunindo milhares de fiéis. A Irmandade Cristã, em específico, tem proposta direcionada para os homens negros norte-americanos, no intuito de que esses se tornem não só patriarcas em suas famílias, mas lideranças cristãs em suas comunidades (Messner, 1997).

²⁶ O cinema contemporâneo tem exposto representações de grupos masculinos que apostam em vias “míticas” de reconstrução do “eu”. O filme francês *Hommes au bord de la crise de nerfs*, da cineasta Audrey Dana, o faz sob um tom cômico, retratando conjunto de homens – de idades e orientações variadas – que é conduzido por uma mulher a uma experiência terapêutica em uma floresta. Já *Inxeba*, drama sul-africano dirigido por John Trengove, apresenta os rituais de iniciação Ulwaluko, dirigidos aos jovens de origem Xhosa, sob a ótica de Ulani, rapaz homossexual que é responsável pela circuncisão de garotos que são enviados para a comunidade.

²⁷ Embora reivindique elementos basilares da masculinidade tradicional, o movimento mitopoético é lido como menos autodestrutivo ou menos agressivo, pois representaria uma nova “masculinidade hegemônica”, moderada por ritos (Messner, 1997).

sociedade, na qual os homens eram ensinados a competir e a vencer em diversas situações, tendo que provar sua virilidade continuamente (ibid.).

Quando o “liberacionismo” masculino atingia seu ápice, a ideia de "funções do sexo" detinha proeminência - homens e mulheres seriam socializados para funções diferentes (objetos sexuais ou objetos de sucesso) e isso os tornaria vulneráveis tanto quanto ou mais a prejuízos. Essa noção funcionalista de gênero, contudo, caíra em desuso mais tarde (Cecchetto, 2004). Assim como as teorias, evoluiu também o movimento pela liberação das "amarras" de gênero impostas pela sociedade em direção a posicionamentos antifeministas que buscavam desmistificar o poder masculino ou poder patriarcal e realçar que as instituições afetavam negativamente (e principalmente) os homens (Messner, 1997). Destarte, o movimento liberacionista, ao enfatizar a questão de gênero, ignorou temas raciais, de classe e de sexualidade. Ou seja, fora privilegiada a vivência do homem branco, heterossexual e de classe média (protótipo do debate de masculinidades em círculos acadêmicos, literários, espirituais e terapêuticos).

Do anti feminismo nasceu o movimento pelos direitos dos homens (década de 1980 em diante) que passou a denunciar o suposto viés misândrico das instituições de justiça, especialmente nos EUA e no tocante à processos de divórcio e de atribuição de tutela parental em casais heterossexuais²⁸. Homens também seriam os mais afetados pela pornografia, pela prostituição, pela violência sexual, pelas convenções sexistas ou mesmo pela violência doméstica (Messner, 1997; Kimmel, 2017). Logo, o *men's rights movement* partiu do negacionismo empírico para formular teses políticas. O movimento pelos direitos masculinos é interpretado por Messner como o segundo estágio do movimento pela liberação dos homens, já que ambos trabalham com o tema do "homem oprimido". Demonstração disso esteve nos escritos de Warren Farrell, autor importante da onda liberacionista, que passou a publicar textos atacando o movimento feminista com o passar dos anos (Messner, 1997).

Há uma diferença importante entre a política pelos direitos dos homens e as políticas de masculinidades cristãs, pois aquele não advoga abertamente o retorno a um patriarcado mítico ou a uma "masculinidade tradicional". Sua defesa é por uma masculinidade mais pacífica, voltada ao cuidado consigo e com o outro, livre de

²⁸ A defesa dos direitos dos pais (no Brasil, a crítica à alienação parental) tem sido a principal bandeira do movimento pelos direitos dos homens. Essa defesa não está relacionada à divisão dos cuidados com os filhos, mas ao direito de visita e à possibilidade de expansão do tempo com as crianças e adolescentes; compartilhando, por exemplo, fins de semana ou períodos de moradia (Kimmel, 2017).

pornografia, drogas ou prostituição. Entretanto, seus membros compreendem que o ativismo feminista dificulta esse horizonte, na medida em que distorce o cenário sociopolítico, situando as mulheres como as principais vítimas da ordem de gênero, quando na verdade seriam essas os homens. O movimento pela liberação dos homens, também se desdobrou em uma segunda direção: os movimentos masculinos pró-feministas, os quais partem da crítica de gênero e feminista das mulheres para pautar suas demandas. Exemplos desse são articulações/instituições como *Men Engage*, *White Ribbon Campaign* (Campanha do Laço Branco) e *Men's Resource Center Change*. O pró-feminismo no movimento de homens, por sua vez, desdobrou-se em subdivisões: o pró-feminismo liberal, o pró-feminismo radical e o pró-feminismo socialista (Messner, 1997).

O discurso pró-feminista radical opõe-se a ideias feministas liberais de igualdade de gênero (ligadas às classes médias), e incorpora a crítica ao patriarcado e aos privilégios masculinos institucionalizados, realizada pelos movimentos feminista radical, gay e lésbico. Os grupos de consciência masculina (que possuem paralelo com grupos de reflexão feministas) a partir do início da década de 1970 foram a maior expressão dessa política feminista radical em meio às masculinidades. O apontamento dos privilégios e poderes herdados do patriarcado era equilibrado com a análise dos custos das masculinidades para os homens, nesse movimento. Em Berkeley, Califórnia (EUA), essa política tomou forma organizacional com a criação de um centro para homens, cuja retórica era anti patriarcal.

A denúncia à violência sexual, incluso na forma da pornografia e da prostituição, passou a ocupar boa parte dessa agenda política feminista radical²⁹. Processos como a objetificação sexual, a fixação e a conquista foram descritas como maneiras de oprimir e desumanizar as mulheres, bem como os homens, por vezes interpretados como máquinas sexuais (Messner, 1997). A posição feminista radical possui, no entanto, diversos limites: ênfase na sexualidade, de forma a demonizá-la e associá-la, em todas suas manifestações, à opressão; a indiferença acerca de temas de classe social e raça, demarcando a divisão entre homens e mulheres como única a ser considerada e atribuindo o "poder masculino" de forma equitativa aos homens; e o baixo tratamento aos temas que dizem respeito aos

²⁹ John Stoltenberg, ex-marido da teórica feminista radical Andrea Dworkin, foi um dos precursores desse movimento. Ele alegava que a masculinidade era inerentemente violenta, não podendo ser reformada. A única saída seria que os homens a negassem (Messner, 1997; Stoltenberg, 1999).

custos das masculinidades, o que dificultou a adesão dos homens a essa perspectiva (ibid.).

Entre o pró-feminismo socialista do movimento de homens estadunidenses, houve outro fenômeno: o foco na questão de classe social e nas relações de trabalho. O homem chave à análise é o trabalhador ou operário, cuja masculinidade está ligada à sua posição no domínio da produção. Questões estruturais são enfatizadas em detrimento de temas como sexualidade, ligados à esfera do privado. A transformação, nessa ótica, não deve ser de sujeitos, mas das instituições sociais capitalistas, que criam tipos específicos de subordinação para homens e mulheres. Portanto, o exercício da masculinidade estaria relacionado ao usufruto de dividendos patriarcais na ausência dos dividendos de classe social a serem desfrutados pelos operários (poder masculino em substituição ao baixo poder institucional), argumento que também está presente na obra da socióloga marxista brasileira Heleieth Saffiotti (Saffiotti, 1987, 2004), autora que buscou relacionar o fenômeno da violência contra as mulheres trabalhadoras à destituição de capitais vivenciada pelos homens trabalhadores e agressores.

Entre essa política pró-feminista e socialista, mantém-se o argumento de que a masculinidade é construída em relação às mulheres e em relação a outros homens (principalmente levando em conta seus lugares na hierarquia social). Os dilemas de homens de classe média são lidos aqui como diferentes, pois há, entre eles, outra forma de encarar a carreira, a família e os relacionamentos. As masculinidades nesse grupo transfiguraram-se nos modelos de homens de negócios, como os *yuppies*, cuja personalidade é voltada para aquisição de capital econômico. A desconstrução da masculinidade não foi o foco da política feminista socialista entre os homens; e sim a expansão da análise teórica e da intervenção marxistas no campo das relações de gênero, dando maior atenção a estratégias coletivas ao invés de ações individuais. Diversos autores dos estudos das masculinidades foram influenciados pelo feminismo socialista, como Connell, Kimmell (representante de posições mais flexíveis), Brod e Segal. Tal perspectiva contribuiu para debates sobre a condição do homem, a violência contra a mulher e a pornografia no interior do emergente movimento de homens.

Outra configuração adquirida pelas políticas das masculinidades é a de caráter racializado ou negro/latino. De acordo com Messner, seria possível afirmar que há um maior engajamento dos homens de cor ou homens dissidentes sexuais e de gênero no debate sobre masculinidades, por serem esses – dentre outros – ocupantes de local de

subalternidade na hierarquia do “masculino”. Homens negros são a maioria dos desempregados, dos moradores de rua, das vítimas de homicídios, dos encarcerados, dos pacientes de doenças crônicas graves e dos que evadem dos sistemas educacionais³⁰. No cenário analisado pelo autor (norte-americano), o esporte tem sido meio de obtenção de "honra" e "respeito" entre esses homens negros; bem como o universo dos crimes e das gangues³¹. No Brasil o panorama não é tão destoante, tendo em vista a importância que o ideário profissional de ser um jogador de futebol tem entre as camadas populares e vistas como racializadas da nossa sociedade³². Vale destacar também o papel do crime organizado, especialmente das facções, na mobilização de homens pardos e pretos nas periferias brasileiras.

Sobre os homens negros, ademais, recai uma série de imagens de controle: criminosos, drogados, desprovidos de respeitabilidade, selvagens, entre outros. Nos EUA, por exemplo, o mito do "negro estuprador" foi utilizado como justificativa ideológica do racismo (expresso muitas vezes em linchamentos) após a Guerra Civil no país (Davis, 2016). Posteriormente, a hipersexualização do homem negro como medo construído pelos homens brancos – baseado nos paradigmas da hipermasculinidade e da genitalização – ajudou a fomentar a repressão contra indivíduos racializados e reduzi-los a pessoas sem cognição ou intelecto (Fanon, 2008). Homens asiáticos, por sua vez, são vistos como "femininos", "frágeis" e "não atrativos". Contudo, asiáticos, em diversas representações, são enxergados como muito inteligentes, enquanto negros são reduzidos à corporeidade. Tomando a leitura de Messner acerca dessas políticas, o autor identifica escassez de posicionamentos pró-feministas entre homens negros, tendo em vista que as questões racial e de classe social acabaram se constituindo como centro das agendas das masculinidades negras. Por vezes, os movimentos de homens negros buscaram restabelecer o *locus* patriarcal que não foi possível de ser acessado por estes sujeitos ao

³⁰ Curiosamente, nos EUA, essas taxas negativas tiveram um acréscimo a partir da década de 1960, concomitantemente à expansão dos direitos civis. Declínio econômico e industrial do país, principalmente em pequenas e médias cidades, em função de políticas neoliberais, contribuiu para o aumento das taxas de desemprego entre homens negros (Messner, 1997).

³¹ Em outros estudos, *Power at Play: Sports and the Problem of Masculinity* e *Sex, Violence & Power in Sports: Rethinking Masculinity*, Messner destaca que os meios esportivos são igualmente canais de afirmação para as masculinidades como um todo, na medida em que envolvem força física, rigidez e virilidade, além de proporcionarem espaços de sociabilidade para os homens (Messner, 1994; 1995).

³² As expectativas que acoplam jovens homens negros ao futebol nas periferias brasileiras são sensivelmente retratadas no longa-metragem nacional *Marte Um* (2022) do diretor mineiro Gabriel Martins, a partir de microcosmo familiar, que inclui, entre seus personagens, o adolescente negro Deivinho, cujo sonho é ser astrofísico, mas que é pressionado pelo pai, um auxiliar de serviços gerais, a aderir a carreira de futebolista a fim de mudar a sua vida e daqueles em seu entorno.

longo de sua história (Messner, 1997)³³. A questão que se apresentava nessa direção era: como destituir de “privilégios” aqueles que habitualmente não os acessaram?

Entre os homens gays ou bissexuais, as políticas de masculinidades estiveram relacionadas ao movimento pela liberação homossexual. Esse grupo de sujeitos subalternizados por aspectos de orientação sexual (à época vista como doença) se relacionara com aspectos das masculinidades hegemônicas, ao mesmo tempo em que tendia a universalizar a experiência de homens gays, desconsiderando outros marcadores sociais da diferença³⁴. A radicalização do movimento homossexual, em primeiro momento marcado por mobilizações como a Revolta de Stonewall (1969)³⁵, decorreria da aproximação com tendências feministas, do movimento negro e de movimentos de homens pró-feministas (Messner, 1997).

Na década de 1980, contudo, houve declínio dessas tendências radicais e uma busca pela assimilação dos “desviantes sexuais” ao mercado capitalista, incorporando aspectos físicos e comportamentais das masculinidades hegemônicas na reivindicação pela integralidade das prerrogativas patriarcais (*status*, poder, privilégios), o que, em parte, buscava afastar a imagem social de decadência atribuída aos homossexuais durante a pandemia de HIV/AIDS (Miskolci, 2007; Lionço, 2008). Em razão da homofobia institucionalizada e legitimada seja aqui seja nos EUA, a ideia de uma “comunidade gay” como ficção política se mostrara frágil, seja por mascarar o cruzamento da sexualidade com outras formas de subalternidade seja pela dificuldade de estabelecer coalizões com outros movimentos de homens, tendo em vista ser a afirmação da heterossexualidade um dos aspectos mais arraigados de consolidação da identidade masculina.

Para analisar e representar os componentes desse universo das políticas das masculinidades, Michael Messner analisou quatro eixos principais: a maior, a média ou menor ênfase no tema das desigualdades; a maior, a média ou menor ênfase no tema das diferenças; a maior, a média ou menor ênfase no tema dos privilégios masculinos

³³ O sociólogo estadunidense traça duas posições principais para as políticas das masculinidades negras: a primeira conjuga posições que expressam o essencialismo conservador, o qual advoga por um patriarcado negro, no qual predominam valores familistas e heterossexuais; essa postura é crítica ao feminismo e à liberação gay. A segunda contemplaria um reducionismo radical, onde todas as reivindicações deveriam orbitar em torno da questão racial (Messner, 1997).

³⁴ Para Messner, homens gays e pró-feministas podem realizar pontes entre organizações pró-feministas, movimento feminista e movimento gay. Homens gays racializados, na sua posição, estariam prontos a integrar criticamente as categorias de classe, raça, gênero e sexualidade enquanto sistemas de opressão (*op. cit.*)

³⁵ Cujos impactos só reverberaram no Brasil a partir da inauguração do movimento homossexual nacional no final da década de 1970 com o Grupo SOMOS (Lima, 2020; Quinalha, 2017)

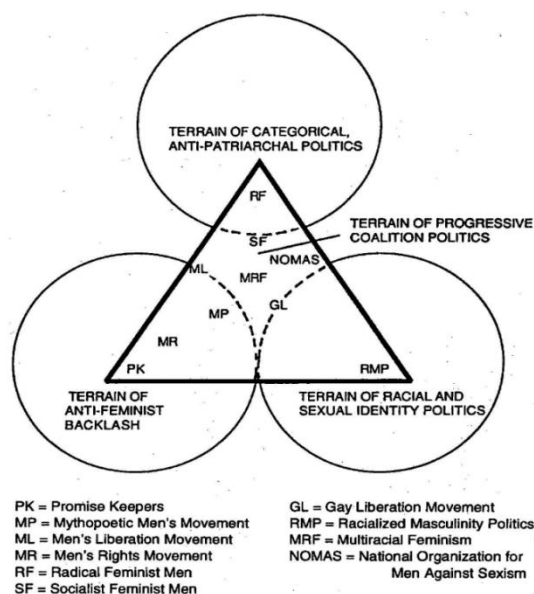
institucionalizados e a maior, a média ou menor ênfase no tema dos custos das masculinidades (Messner, 1997). Portanto, o dilema desigualdades *versus* diferenças, presente na teoria sociológica contemporânea, alastrou-se pelo modo como as organizações de homens são compreendidas em suas vertentes.

Considerando a classificação do autor, as políticas pró-feministas socialistas atribuíram média ênfase nos privilégios institucionalizados, enquanto as pró-feministas radicais concederam alta ênfase a esse mesmo elemento. As políticas das masculinidades negras ou latinas, por sua vez, deram protagonismo acentuado às diferenças e desigualdades; já as políticas das masculinidades gays ou bissexuais, em suas mobilizações, deram ênfase média às desigualdades e diferenças existentes entre homens, contrariamente às tendências dos homens racializados. Por fim, tem-se o movimento pelos direitos dos homens que concedeu alta ênfase aos custos das masculinidades³⁶, enquanto aqueles que reivindicavam o liberacionismo masculino o fizeram sob a mesma categoria, só que com centralidade média (Messner, 1997).

A fim de representar tais variações, o sociólogo estabeleceu um triângulo que mostra a distribuição dessas políticas no cenário do “movimento de homens”. Com essa figura (Figura 01), que, ao longo de sua obra, aparece como forma de posicionar ações empreendidas em torno das masculinidades no cenário estadunidense, tem-se uma visão de como variáveis de priorização se correlacionam com modelos de ação estabelecidos entre grupos masculinos diferenciados por aspectos sociais. Ainda que a sua classificação diga respeito ao contexto norte-americano da década de 1990, entendo a lógica organizacional elaborada pelo autor – a qual abarca distintos formatos de reunião e mobilização – como válida para identificar e categorizar os espaços nos quais as ações relativas às masculinidades têm sido empreendidas no Brasil. Este deslocamento pressupõe a substituição e/ou acréscimo das análises e categorias.

³⁶ “The more a group expresses a “costs of masculinity” focus, the more it practices tend to express an antifeminist (and often antigay) backlash that is clearly antithetical to movements for equality and social justice” (Messner, 1997, p.99)

Figura 1 - Representação Triangular das Políticas das Masculinidades



Fonte: Michael Messner (1997)

Deslocar essa noção de “políticas das masculinidades” para pensar as ações para e por homens em nosso país também exige uma releitura dos pressupostos que a fundam. Aqui, o problema das masculinidades entrelaça-se às desigualdades de classe, raça/etnia e sexualidade, mais acentuadas diante dos parâmetros do Sul planetário. Os entroncamentos raciais, por exemplo, não podem ser apartados da leitura das opressões vivenciadas pelos sujeitos, em termos de gênero, na sociedade brasileira/latino-americana, haja vista que os estudos sobre homens e masculinidades aqui se defrontam com singularidades como conflitos econômicos e geopolíticos; ideologias como as da democracia racial e da mestiçagem; e expectativas regionais sobre os locais do masculino e do feminino, próprias a cada uma das culturas presentes na região (Vigoya, 2018).

As contradições entre privilégio e prejuízo do “masculino” são significativas no Brasil, o que se explica em função dos impactos que a formação social capitalista, colonial e racista possui sobre as cidadãs e cidadãos, atingindo desproporcionalmente homens negros. Contribuem para isso também os padrões comportamentais ditados pela cultura patriarcal, os quais são decisivos para maiores ou menores taxas de morbimortalidade, tendo em vista que a masculinidade exige comportamentos de riscos, vulnerabilizando os próprios homens e aqueles que estão em seu entorno. Além disso, a negação e o

distanciamento de aspectos lidos como femininos os afastam do autocuidado e os predis põem ao abuso de si como prova de virilidade (Schraiber, Gomes e Couto, 2005; Zanello, 2018).

Logo, na hierarquia das masculinidades brasileiras, tal qual nos EUA, são os homens negros, os quais incluem pretos e pardos, os mais vitimados pelo ônus social colhido pelo “masculino” (Cecchetto, 2004). Ademais, a transposição do conceito ao Brasil exige pensar, além dessas interseccionalidades, o modo como as iniciativas que posicionam os homens ao centro possuem suas próprias taxonomias em âmbito local. Embora influenciados por leituras e projetos do mundo anglo-saxão, os homens brasileiros engajados em movimentos esparsos ou sistêmicos e instituições direcionadas às masculinidades criaram formas próprias de debater e agir sobre os públicos que tem posto o seu lugar em questão, seja para incorporar ou contestar as transformações anti patriarcais. Nessa direção, tento apresentar neste trabalho as políticas das masculinidades nacionais de forma a ressaltar seu caráter não governamental e não acadêmico, ao mesmo tempo em que marcadas por formatos organizacionais vários, que não demandam necessariamente interações sociais *tête-à-tête*.

No panorama nacional, entendo serem quatro os modos de manifestação dessas políticas ou movimentos de homens³⁷: primeiramente, tem-se os grupos terapêuticos ou de iniciação masculina (muitos dos quais mitopoéticos), projetos espontâneos e auto organizados por homens a fim de rediscutir a sua condição, os quais se reúnem presencial ou virtualmente sob diferentes abordagens, comumente psicológicas ou religiosas, resgatando ora arquétipos da masculinidade tradicional – como os do guerreiro, provedor ou patriarca – ora representações do homem moderno, o qual introjetam aspectos associados às feminilidades como a empatia e a sensibilidade. Esses grupos estão em todo o país, mas se concentram em grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (Silva Filho, 2021).

Em segundo lugar, tem-se os grupos reflexivos para homens autores de violências contra as mulheres, previstos como obrigatórios pela Lei 13.894 de 2020, iniciativas psicossociais as quais têm sido analisadas predominantemente na literatura da Psicologia Social. Esses espaços, de caráter civilizador e ressocializador, agregam homens que

³⁷ É necessário relativizar a categoria “movimento de homens” no contexto brasileiro, tendo em vista que aspectos ligados à ação coletiva e ao confronto/mobilização política envolvendo os grupos e instituições que atuam com homens são insuficientes para caracterizá-los como componentes de um movimento social. Também por essa razão opto pela ideia de “políticas”, as quais não são necessariamente interdependentes.

enfrentam processos no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006) e visam reeducá-los em pontos que se referem ao respeito à dignidade das mulheres, valendo-se de uma abordagem de gênero (Aguiar, 2019; Martínez-Moreno, 2018; Oliveira, 2016; SPM, 2008). Esses grupos também presentes nos EUA – e emergentes nesse país a partir de 1977 com a fundação do *Emerge – Center Against Domestic Abuse* – não estiveram incluídos como políticas de masculinidades nos trabalhos pioneiros de Connell e Messner. Entretanto, para fins deste estudo, entendo serem as formas institucionalizadas (inclusive as produzidas de cima para baixo) fundamentais de serem inseridas no rol de “políticas” direcionadas à revisão/reafirmção dos homens.

Em terceiro lugar, ocorrem as variadas organizações masculinistas ou de homens antifeministas, que no Brasil se expressam principalmente através dos grupos virtuais em redes sociais estabelecidas – como X, Youtube e *Reddit* – ou em *chats* e fóruns da *deep web* (Vilaça e Andréa, 2021). Expressões organizacionais misóginas como o movimento *RedPill*³⁸ são parte dessas, fomentando a circulação de discursos que pregam o ódio e o ressentimento contra a afirmação social, econômica e sexual das mulheres. Essas diversas expressões masculinistas também tomam corpo em eventos e grupos de masculinidades cristãs que reivindicam o lugar de dominância e liderança do homem, a exemplo da *Machonaria*, Confraria Nacional de Homens, liderada pelo pastor brasileiro Anderson Silva e existente desde 2019.

Por fim e em quarto lugar, há o trabalho de instituições não governamentais, não religiosas e não universitárias que incorporam os homens como protagonistas de suas intervenções, trabalhando em torno de temas que preocupam indivíduos masculinos de diferentes origens, como as paternidades, e realizando principalmente grupos reflexivos e ações em parcerias com empresas, organismos locais e internacionais e governos. São essas organizações, forma institucionalizada das políticas das masculinidades, a partir de três casos a serem aqui destrinchados, com seus vínculos nacionais e internacionais, os casos de estudo da presente tese.

³⁸ Baseado na distorção de elementos presentes no filme *Matrix* (1999), das cineastas norte-americanas Lana Wachowski e Lilly Wachowski, o movimento *RedPill* reivindica a autoafirmação masculina em detrimento do emponderamento feminino que seria prejudicial aos homens e seus direitos. A pílula vermelha significaria o despertar dos homens em relação a uma realidade nua e crua de inversão e subjugação de suas posições sociais. Os símbolos principais do *RedPill* são o comprimido vermelho, o totem e a taça de vinho, representados por *emojis* que costumam circular na web entre homens, em sua maioria jovens, que são adeptos do movimento (Vilaça e Andréa, 2021).

Quadro 2- Políticas das masculinidades no Brasil

Tipo	Caracterização	Exemplos
Grupos de homens	Grupos de inspiração mitopoética, psicologizantes/terapêuticos, espiritualistas ou não, formados espontaneamente por homens que questionam ou reafirmam aspectos das masculinidades hegemônicas.	Guerreiros do Coração, Homens Essenciais, Homens Reais, Roda de Conversa de Homens Negros, Brotherhood Brasil etc.
Grupos reflexivos de gênero	Grupos voltados a homens autores de violência contra mulheres, com abordagem de gênero. A participação é geralmente compulsória, determinada por decisão judicial com base na Lei Maria da Penha.	Espaços Acolher (Secretaria da Mulher do DF), Projeto Tempo de Despertar (MP/SP), Grupo Reflexivo com Autores de Violência Doméstica (TJ-RJ), Grupos Reflexivos de Gênero (TJ-RS) etc.
Grupos masculinistas/antifeministas	Grupos religiosos ou laicos, presenciais ou virtuais, que promovem valores de masculinidade hegemônica, discurso antifeminista, antagonismo com as mulheres e valores tradicionais de honra e virilidade.	Machonaria, Homens com Honra, RedPill (versão brasileira), MGTOW – Men Going Their Own Way (versão brasileira) etc.
Instituições não governamentais	ONGs, OSCs, negócios sociais, empresas ou institutos que abordam o tema das masculinidades como foco principal ou de forma transversal.	Instituto Noos, Instituto Papai, Instituto Promundo, Projeto MEMOH etc.

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Para os fins a que me proponho, entendo que as organizações da sociedade civil (que tem como foco central ou não os homens, mas que atuam sobre e com esses) são espécies de políticas das masculinidades à brasileira que se somam aos grupos reflexivos de gênero e os grupos auto organizados existentes. Todas essas são iniciativas que servem para se pensar o tema da masculinidade hegemônica e suas revisões no país e, indiretamente, no exterior. Tendo em vista o conjunto aqui abordado, meu olhar de pesquisa se volta em particular para as iniciativas apresentadas enquanto não conservadoras ou pró feministas do rol listado na tabela acima.

A consolidação de ações direcionadas às masculinidades tem se mostrado interdependente, teórica e cronologicamente, dos repertórios de ação dos movimentos feministas. Em primeira etapa histórica, lida no Norte global como “primeira onda” do movimento feminista – mas que não pode ter classificação generalizada ao contexto latino-americano – as reivindicações dos ativismos de mulheres estiveram voltadas para prerrogativas civis como a conquista do voto (vide as sufragistas), a liberdade de ir e vir, o acesso à educação formal e ao mercado de trabalho³⁹. A busca por esses acessos em condições iguais aos homens esteve no fundamento de demandas que eclodiram já no século XIX e que permanecem até os dias de hoje, sendo recente, para ficar em apenas um exemplo nacional, a aprovação de lei (111/2023) que instituiu a igualdade salarial entre ambos os gêneros.

No Brasil, tais reivindicações civis, pautas de entrada das lutas sociais feministas, tiveram destaque por meio de figuras pioneiras como Nísia Floresta durante o Império e Bertha Lutz já no período republicano, sendo essa um dos primeiros nomes femininos a ocupar posições de poder em nossa história (Pinto, 2023). Décadas mais tarde, a Constituinte de 1988 foi palco do *lobby do batom*, no qual as ativistas trouxeram aos poderes estabelecidos pautas que deveriam ser normatizadas no fito de estabelecer a plena igualdade formal em paralelo à redemocratização. Pouco antes, no período da ditadura civil-militar brasileira, conjunto de aspectos da “segunda onda” do Norte pode ser observado no Brasil, a partir da atuação de grupos e associações feministas que se desenvolveram em cenário de repressão política e combate às esquerdas. Em virtude disso, os feminismos ajudaram a compor a frente democrática que atuou no combate ao regime autoritário, ainda que renunciando a questões caras para esse segmento populacional como o direito ao aborto (Zirbel, 2007). Vale ressaltar que, nos anos de 1960, foi esse um dos temas que levou milhares de mulheres às ruas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, produzindo agenda não somente dos movimentos sociais, mas também da academia.

Esses momentos específicos foram decisivos não apenas para a pluralização dos feminismos, resvalando para a evidenciação das mulheres – em toda sua diversidade – na esfera pública. O fortalecimento do ativismo provocou também alianças com outros

³⁹ Importa destacar que as pautas feministas variam conforme o cruzamento de gênero com cor /etnia, orientação sexual, classe social e região. Demandas pelo reconhecimento enquanto trabalhadoras ou mesmo por direito ao aborto, portanto, não são universais, embora o alcance de tais prerrogativas possa dar margem a generalizações do seu usufruto no conjunto das mulheres de uma dada sociedade.

setores oprimidos que buscavam o seu espaço (pessoas negras, LGBTQs, povos tradicionais), por muito tempo marginalizado; ou deu margem para que novas formas de organização tivessem seu lugar, como as já mencionadas, as quais os homens começaram a arregimentar. Em nosso país, marcos para um “movimento de homens” podem ser encontrados a partir da década de 1980, com a realização de seminários sobre o tema e o lançamento de teses de doutorado e dissertações de mestrado que discorriam acerca das masculinidades⁴⁰. A exemplo, a dissertação “Identidade masculina Um estudo sobre o homem de classe média” defendida em 1986 na PUC-Rio e de autoria de Sócrates Nolasco pode ser considerada marco do período, desdobrado posteriormente no clássico “O Mito da Masculinidade” (1993). Outro texto chave é a coletânea “Macho Masculino Homem A sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro” organizada por diferentes autores do campo da saúde e publicada em 1985. Já em 1993, é fundado o grupo “Guerreiros do Coração” na cidade de Porto Alegre (RS), sendo o primeiro de cunho terapêutico/de iniciação de homens no país. A iniciativa adveio do psiquiatra gaúcho Mauro Luiz Pozatti, após uma viagem à Austrália, na qual conhecera projetos semelhantes. Na mesma década são criadas as primeiras instituições não governamentais brasileiras que trouxeram os temas masculinos ao centro, como o Instituto Papai, fundado em 1997 na cidade do Recife, Pernambuco; o Instituto Noos (1992) e o Instituto Promundo (1997).

O fato é que o ritmo de ações e produções sobre os homens se intensificaram desde então. Estudiosos brasileiros da temática foram e são inúmeros e incluem como exemplos: Adriano Beiras, Benedito Medrado, Berenice Bento, Jorge Lyra, Leandro Colling, Marcos Nascimento, Miriam Grossi, Pedro Paulo de Oliveira, Richard Miskolci, Rita Segato e Valeska Zanello. As pesquisas dos últimos anos acerca da condição masculina em nosso país, ainda que baseadas predominantemente em referências bibliográficas em língua inglesa (Pamplona e Barros, 2021), tem sido cruciais para desvendar em quais arenas o capital de gênero dos homens os faz exercer precedência e em quais outras os desloca para a marginalização, produzindo a demanda por outras ou novas masculinidades, capazes de não auto infligirem danos aos demais e a si próprias.

Os estudos nacionais sobre as masculinidades dizem respeito à produção acadêmica sobre eles, mas muitas vezes produzida por elas, como mostra o estudo de Daniel Barral (2019) sobre o lugar das masculinidades na Psicologia, o qual aponta que

⁴⁰ Contexto que já é paralelo à eclosão da terceira onda dos feminismos no Norte global

mais de 70% das pesquisas sobre o tema na área são realizadas por mulheres. Dizem respeito igualmente a arena que ajuda a desassociar a categoria “gênero” do sujeito “mulheres”. O homem, como a mulher, é constructo de processos de socialização que fundamentam práticas sociais, as quais, reproduzidas ao longo do espaço e do tempo, configuram estruturas de gênero. Estruturas essas que, na perspectiva sociológica aqui vislumbrada, não podem ser consideradas imutáveis nem a-históricas, mas permeáveis à reflexividade dos sujeitos que as integram (Bourdieu, 1996, 2004; Giddens, 2003; Peters, 2006), abrindo margem para ações produtoras de mudanças.

Diante desse panorama, pode-se afirmar que o atual cenário brasileiro dos estudos, grupos e organizações voltados aos homens é produto de gerações de ativistas e pesquisadores; mas também de líderes religiosos e indivíduos sem vinculações institucionais específicas que estabeleceram dinâmicas de reforma ou reação tendo os dilemas enfrentados pelo “masculino” no centro do debate. Essas ações por vezes invocaram e invocam a noção de “crise da masculinidade” para justificar suas inquietudes. Conforme o sociólogo canadense Francis Dupuis-Déry, essa ideia de “crise” vivenciada pelos homens não é nova, tendo suas origens na Roma Antiga (antes de Cristo) e atravessado diferentes eras, sob justificativas díspares, mas em geral relacionadas a algum ganho de posições sociais importantes por parte das mulheres (Dupuis-Déry, 2022). Nos momentos em que as mulheres tiveram maior autonomia sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, sobre seus posicionamentos políticos, sobre seus ganhos econômicos ou destaque cultural e simbólico, logo grupos masculinos compreenderam que o coletivo de homens estava sob ameaça generalizada, lançando mão do imaginário de que o “macho” poderia chegar ao fim (ibid.).

Essa noção, basilar a diversas políticas das masculinidades, levou a reorganização dos homens em situações de conflitos bélicos ou após esses; em crises econômicas e de transição dos modos de produção; diante da reconfiguração de práticas familiares, ou mesmo com o surgimento de novos comportamentos, estilos e vestuários, que logo geravam a associação dos adeptos desses à feminilidade, como quando da eclosão dos *dândis* ou dos cortesãos na sociedade europeia (Kimmell, 1998). Ligas desportivas, militares e religiosas, a exemplo dos escoteiros, foram algumas das redes homossociais estabelecidas como resposta a esses processos de suposta aniquilação dos “verdadeiros” homens: provedores, corajosos, viris e pouco afeitos a etiquetas, estéticas e maneirismos (Dupuis-Déry, 2022). O ideário de que os homens estão em crise permanece como

justificativa discursiva para intervenções, institucionais ou não, direcionadas aos homens, ainda que parte dos agentes envolvidos nessas iniciativas tenha ciência do caráter ficcional e relativo dessa retórica.

As organizações a serem analisadas empiricamente neste trabalho ingressam como parte desse movimento. A primeira delas, o Instituto Promundo, foi pioneira no debate sobre masculinidades e paternidades no Brasil, tendo sido fundada em 1997, e tendo como campo de atuação principal o desenvolvimento das parentalidades, com especial foco, na atualidade, nas parentalidades de homens negros. A segunda delas, o MEMOH, criada em 2017, se direciona à produção de conteúdo educacional e promoção de grupos reflexivos para homens de todos os perfis, a fim de pautar a temática da equidade de gênero. Ainda que abrangente, como se verá ao longo deste trabalho, o projeto tem sido levado a frente principalmente por homens heterossexuais que buscam repensar sua condição de gênero e as relações sociais que estabelecem. Por fim, o Instituto PDH, originalmente Papo de Homem, criado em 2006, tem atuado na produção de conteúdo online para site e redes sociais, direcionado majoritariamente ao público de homens, mas alcançando também mulheres; e na geração de cursos, documentários, eventos, palestras, pesquisas e treinamentos junto aos segmentos público e privado.

São as iniciativas analisadas exemplos de ações por e para homens, que atuam no deslocamento desses da posição de sujeitos para o papel de sujeitos-objetos. Para compreender a maneira pela qual as organizações brasileiras, incluso algumas voltadas para a temática feminista, incorporaram a problemática dos homens em seu cerne, é necessário recapitular a importância que a condição e as atribuições do “masculino” adquiriram no contexto internacional. Nesse sentido, materializaram-se os fluxos local-global e global-local, ambas dimensões importantes para o entendimento de como as instituições selecionadas atuam, mediante a circulação de capitais, para alteração nos quadros de disparidades de gênero, agudos no Brasil, país de formação social patriarcal e líder em práticas violentas contra as mulheres e pessoas negras e LGBTQIA+.

1.3 As políticas das masculinidades no discurso internacional

A categoria “gênero”, hoje utilizada em diferentes campos de conhecimento científico e de intervenção social para problematizar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, bem como demonizada como palavra interdita justamente por

cumprir esse papel (Miguel, 2016; Lionço, 2018; Junqueira, 2018)⁴¹, é uma elaboração teórica e política que emergiu inicialmente na literatura médica, especialmente nos trabalhos do psiquiatra Robert Stoller na década de 1960, ganhando espaço posteriormente no universo acadêmico anglo-saxão como todo. Sua utilização frequente nos contextos britânico e estadunidense ocorreu em contraposição ao cenário francês, no qual a noção de “relações sociais de sexo” detinha preeminência na caracterização das representações e práticas sociais de dominação, exploração e prestígio entre e inter sexos (Kuchemann, Bandeira e Almeida, 2015). Dessa maneira, “gênero” passou a ter centralidade descritiva e analítica, contribuindo para desvelar a aparente naturalidade do “masculino”, do “feminino” e das expectativas imbuídas a esses.

A chegada do conceito ao Brasil – com seu caráter relacional, transversal e variável – se deu na década de 1980, sob influência da produção em língua inglesa. “Gênero” tornou-se então estratégico para o estudo de fenômenos de interesse das ciências sociais e humanas e para as mobilizações que reivindicavam mais direitos para as mulheres, público que, historicamente, foi sinonimizado com a categoria (Louis, 2006). O gênero ou *gender*, entretanto, não ficou restrito às sociedades nacionais abertas à recepção de teorias e ações políticas ocidentais. Reformar ou romper com as iniquidades existentes e resultantes das estruturas gendradas passou a ser questão também para os atores internacionais, em especial no Sistema das Nações Unidas, arranjo institucional supranacional fundado no pós-segunda Guerra. Não somente temas relacionados à guerra e paz ocuparam os debates e proposições dessa rede global, mas também as problemáticas de meio ambiente, pobreza, saúde, infraestrutura, bem como o papel exercido pelas mulheres nos espaços de poder.

Ao se compreender a posição subalterna ocupada por elas na maioria das sociedades, teve início o surgimento de programas e seções internacionais direcionados ao seu empoderamento, o que incluiu a realização de reuniões importantes, como a I Conferência Mundial da Mulher em 1975 na Cidade do México (“Igualdade, Desenvolvimento e Paz”), as quais discutiam a valorização dos direitos femininos em contexto internacional multilateral, no qual a frente das soluções para dilemas que atingiam múltiplos países exigia romper com engajamento exclusivo dos homens, acostumados aos postos de decisão globais. Nessa direção, os processos internos

⁴¹ Sob a figura da “ideologia de gênero”, gestada entre intelectuais ligados à alta cúpula da Igreja Católica (Junqueira, 2018).

ocorridos no Norte, esfera geopolítica⁴² que congrega os países centrais do sistema capitalista e imperialista, contribuíram para que questões direcionadas às mulheres ganhassem relevância.

Dez anos depois, em 1985, os Estados-membro da Organização das Nações Unidas foram instados a comparecer à III Conferência Mundial da Mulher⁴³, encerrando a Década Internacional da Mulher iniciada em 1975, durante a primeira conferência. O objetivo geral era avaliar quais avanços haviam sido concretizados frente ao horizonte estabelecido no México. Concomitantemente, também em 1985, fora fundado no Brasil o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em âmbito federal (Zirbel, 2007). Contudo foi somente na IV Conferência Internacional, realizada em Pequim, em 1995, que a retórica da igualdade de gênero atingiu seu ápice. Deste evento sediado na China foi desmembrado o documento *Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, mais conhecido como a *Declaração de Pequim* ou *Plataforma de Ação de Pequim*.

A IV Conferência alçou a categoria de gênero para o núcleo das plataformas políticas direcionadas ao desenvolvimento das mulheres. Antes dela, eventos internacionais voltados à temática optavam por trabalhar com o termo “mulher/es” enquanto palavra que arregimenta a construção política a ser feita. A palavra não deixou de ser empregada, já que a/s “mulher/es” é o sujeito que se buscava e se busca fortalecer. Entretanto, a partir do momento em que o conceito de gênero foi estabelecido na arena das Nações Unidas, o foco passou para as iniquidades bem como para o papel que os homens detêm na dominação feminina em campos e sociedades plurais. Não à toa o ideário da responsabilização masculina emerge na *Declaração de Pequim* (1995). Em seu artigo 25, o texto propõe como objetivo: “Encorajar os homens a participar plenamente de todas as ações orientadas à busca da igualdade”. Em outros trechos o documento fala da responsabilidade masculina, sendo que um deles, o artigo 15, expressa:

A igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos recursos, a distribuição equitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e a harmônica associação entre eles são fundamentais para seu próprio bem-estar e de suas famílias, como também para a consolidação da democracia (Artigo 15 da Declaração de Pequim)

⁴² Segue-se aqui classificação geopolítica cujos fundamentos são pós-coloniais

⁴³ Foi realizada ainda uma II Conferência com o tema “Educação, Emprego e Saúde” em Copenhague, capital da Dinamarca, em 1980.

Os homens não são considerados, nessa acepção, sujeitos passivos diante do alcance de prerrogativas pelas mulheres nos Estados-nação. As destituições vivenciadas por elas (acentuadas no cruzamento com outros marcadores) são, em geral, produto de atuações masculinas, seja na esfera doméstica seja na esfera pública, ainda que a ação masculina não possa provocar ou superar diretamente todas as manifestações estruturais. Ao permear as relações sociais, o “gênero” consolida dicotomias hierárquicas atreladas ao binarismo homem-mulher. Cria-se então quadro no qual demandas delas e deles se entrecruzam, o que exige a responsabilização também em nível individual dos sujeitos masculinos frente às questões macrosociais que se apresentam. É esse o ponto de partida de iniciativas e projetos internacionais e nacionais que se voltam para a mudança de comportamentos como início de alteração da ordem gendrada estabelecida.

A globalização dos paradigmas de gênero e sexualidade é acompanhada historicamente da internacionalização dos parâmetros de violência e sofrimento infligidos às pessoas subalternizadas por essas estruturas. Essa opressão não vem do alto, pois não é extemporânea. Ela atravessa o tecido social, reproduzindo-se nos atos cotidianos dos indivíduos, até se voltar contra o Outro ou a diferença que se quer rebaixar, situada no campo das feminilidades. O fato de essas ações ocorrerem em larga escala, nos terrenos micro, dá forma a quadro que se amplifica (torna-se estrutura) e que requer o comprometimento dos aparelhos estatais e da sociedade civil, bem como dos indivíduos, na sua mitigação, sendo a omissão quanto às questões postas para o aprofundamento de violações.

Nessa perspectiva, questões de gênero são questões globais, tendo em vista que singularidades masculinas, femininas e ligadas a outras formas de identificação de gênero repetem-se nas sociedades quanto ao posicionamento social dos sujeitos que tem selados em si determinadas marcas. Essa repetição ocorre em função das similaridades que o gênero encontra em diferentes culturas e religiões. Por esta ótica estereotipada e praticamente universal, mulheres são em geral associadas à maternidade, às tarefas de cuidados, à passividade e à sensibilidade. Os homens, por sua vez, são ligados à liderança/provisão, às tarefas associadas ao mundo externo ao lar, à atividade e à virilidade. Essas expectativas se manifestam de forma mais ou menos extrema conforme os códigos simbólicos vigentes.

Diante dessas variações, são as mulheres que tem convívio, em maior grau, com a privação de direitos, chegando à quase nulidade de possibilidades político-econômicas

em alguns países. Essas restrições, ao longo do tempo, deram origem a segmentações nas instituições internacionais para lidar com o tema. A autonomia⁴⁴ da mulher, enquanto retórica do sistema neoimperial, demandou o comprometimento legal das nações na implementação de ações equitativas. Conferências e declarações são produtos dessa alteração, a qual não pôde prescindir da atuação, ou ao menos do chamado para atuação, dos homens. Ao passo em que as políticas das masculinidades obtiveram espaço nas articulações reformistas da estrutura de gênero, o tema “masculinidades” extrapolou o espaço, muitas vezes limitado, das sociedades civis locais. O homem, tal qual a mulher, também virou problema internacional.

Logo, a internacionalização das iniquidades de gênero, já milenar – embora não assim nomeada – foi seguida mais recentemente pela globalização do enfrentamento ao patriarcado transnacional. Essa disputa se dá sob marcos liberais e restritos, tendo em vista a ausência de mecanismos de coerção externos aos Estados-nação, e tem se resumido a conjuntos discursivos, ações de assessoramento e iniciativas de financiamento que se disseminam por meio de organismos não-estatais. Contudo, a influência de iniciativas internacionais não estaciona em plano superficial ou de impactos regionais diretos. Essa órbita da reforma de gênero a partir da inclusão dos homens tem propulsionado governos, empresas e organizações de todo o mundo a adotar novos conceitos e discursos para lidar com problemáticas que afligem os cidadãos locais. Exemplo disso é a disseminação do próprio termo “gênero”, aqui focalizado, o qual tem resvalado para as políticas públicas nacionais.

Entre nós, o conceito de “gênero” foi fundamental para incutir nova visão às medidas direcionadas não somente às mulheres, mas à população LGBTQIA+, desde o entendimento de que os prejuízos gerados a esses segmentos se vinculam a processos históricos alimentados por práticas cotidianas de descaso, negação ou discriminação nas instituições. Se, localmente, o aparecimento do conceito em ações governamentais (a partir dos anos 1990 e fortemente de 2003 em diante) se deu como resultado dos movimentos traçados globalmente, os quais propulsionaram a abordagem das problemáticas sociais baseadas na categoria; na sociedade civil brasileira, ecos das masculinidades na década de 1980 em diante podem ser enquadrados na mesma lógica

⁴⁴ No contexto de emergência das conferências internacionais dos direitos da mulher, houve destaque para o termo “empoderamento”. Esta noção, contudo, tem sofrido críticas feministas nos últimos anos em função do seu enquadramento teórico-metodológico em discursos sobre desenvolvimento econômico (Sardenberg, 2018). Esta contestação implica a possibilidade de outras referências conceituais, dentre as quais se incluem a categoria “autonomia”.

local-global/global-local. O surgimento ou inclusão da condição do homem como condição de questão para instituições não governamentais e a emergência do homem como sujeito-objeto na sociedade brasileira não andam apartados dos processos que se deram no Ocidente como todo. As políticas das masculinidades nacionais se entrelaçam às políticas e movimentos globais de e para homens.

Vale notar que o Ocidente é aqui tomado como referência analítica, embora compreenda, nos termos de Edward Said (2007) a arbitrariedade que envolve a sua construção sócio histórica. As sociedades ocidentais, importa dizer, não abarcariam a América Latina que, por sua vez, é alvo secular da exploração e inferiorização advinda dos países capitalistas centrais (Quijano, 2005). Entretanto, por mais que o Brasil componha o chamado Sul Global, parte significativa de nossos arranjos e formações pode ser atribuído a paradigmas herdados da colonização europeia, a qual foi marcada pela repressão e exploração a povos (africanos e indígenas) componentes do nosso povo. Diante disso, as marcas colonizadoras permanecem na modernidade, sendo o Brasil um exemplo de país que incorpora, de forma recorrente, paradigmas políticos e teóricos das nações ditas desenvolvidas; incluso aqueles que se referem à engenharia social das estruturas de gênero, sexualidade e raciais, consolidadas em séculos por processos desde a nossa formação.

Neste *continuum*, as organizações multilaterais e outros mecanismos globais, como alianças, não atuam desde a coação a Estados-nação e indivíduos no sentido de aderirem às suas diretrizes. Essa adesão a outros olhares sobre a temática de gênero ocorre em movimentos marcados por estímulos de financiamento e reconhecimento externo, os quais dão origem a iniciativas institucionais intra e extra governamentais de promoção da equidade entre elas e eles e – pode-se dizer mais recentemente – elus. Para fins da análise empreendida, compreendo serem os homens engrenagens chave da propagada transformação nos paradigmas de gênero.

No ano de 2000, outra declaração internacional mencionara os homens: *Women 2000: Gender Equality, Development, and Peace for the Twenty-First Century*, a qual buscava revisar o que foi efetivamente cumprido daquilo que estava contido na *Declaração de Pequim*. Diante das lacunas listadas à época, o texto apontava também em quais medidas os Estados-nação precisavam avançar. No ano de 2004, novamente a Organização das Nações Unidas lançara documento dentro dessa temática, intitulado *Role of Men, Boys in achieving Gender Equality* (ONU, 2000; 2004). Esse explicitou, dessa

vez não secundarizando a questão das masculinidades à questão das mulheres, a importância de meninos e homens para que houvesse igualdade material – e não somente formal – entre homens e mulheres, sem deixar de mencionar os benefícios de sociedades igualitárias tanto para elas quanto para eles. O texto faz breve análise do papel de meninos e homens para o fomento à equidade; propõe objetivos a serem alcançados nos próximos anos no sistema das Nações Unidas; além de sugerir métodos de trabalho internos nos quais pudesse haver o engajamento dos homens na identificação de demandas e na proposição de ações para maior envolvimento masculino em intervenções (ONU, 2004). Os principais tópicos e chamados apontados pelo documento são:

1) Participação de Homens e Meninos na Igualdade de Gênero

- Homens e meninos devem ser aliados e participantes ativos na promoção da equidade.
- Reformas de gênero exigem que os homens repensem sua masculinidade e relações com mulheres.

2) Incentivos para o Envolvimento Masculino

- Homens apoiam mudanças quando percebem benefícios para si e seus relacionamentos.
- A responsabilidade ética de combater privilégios masculinos deve ser enfatizada.

3) Barreiras e Resistências

- Alguns homens resistem por medo de perder privilégios ou por identidade masculina tradicional.
- Estratégias devem abordar preconceitos, falta de conhecimento e estruturas de poder masculinas.

4) Educação e Desenvolvimento de Gênero

- Reformular a educação dos meninos para incluir igualdade de gênero e relações saudáveis.
- Criar currículos que incentivem homens a participarem de tarefas de cuidado e atividades domésticas.

5) Políticas Públicas e Governamentais

- O governo deve integrar os homens em políticas de igualdade, promovendo paternidade ativa e licença parental.
- Criar programas de incentivo à participação masculina na equidade de gênero.

6) Trabalho, Vida e Família

- Reformas no ambiente de trabalho para permitir maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal.
- Incentivar os homens a usar políticas de trabalho flexível e licença parental.

7) **Violência de Gênero e Segurança**

- Criar campanhas e programas específicos para prevenir a violência masculina contra mulheres.
- Envolver os homens na resolução pacífica de conflitos e em programas de reabilitação.

8) **Saúde, Sexualidade e Direitos reprodutivos.**

- Incluir os homens nas políticas de saúde sexual e reprodutiva, promovendo conscientização e acesso.
- Combater ideais masculinos prejudiciais, como a negação da vulnerabilidade à saúde.

9) **Movimentos Sociais e Alianças**

- Apoiar e fortalecer movimentos masculinos pró-igualdade de gênero.
- Criar alianças entre homens e movimentos feministas para maior impacto.

10) **Estratégias de Comunicação e Cultura**

- Usar a mídia e campanhas para promover novas masculinidades e comportamentos igualitários.
- Trabalhar com esportes e cultura popular para redefinir modelos positivos de masculinidade.

Além destes marcos das Nações Unidas, importa frisar que, desde 2014, uma das expressões mais importantes da agenda internacional multilateral pelo engajamento masculino em prol da equidade de gênero tem sido a campanha *He for She*, lançada pela ONU Mulheres⁴⁵. A meta desse movimento global é o fortalecimento da solidariedade masculina com relação à conquista e expansão dos direitos femininos. A partir da identificação de homens com as agendas igualitárias contidas na proposta, a campanha obteve a adesão de personalidades da política, da música, da moda e dos meios acadêmicos, as quais atuam como embaixadoras da causa. No Brasil, a iniciativa ganhou apoio de prefeitos e reitores de universidades sensíveis a esse formato de publicidade social. *He for She* é a ponta de lança das mudanças invocadas no sistema das Nações Unidas em prol de uma “revolução liberal” das estruturas de gênero, a qual inclui o fortalecimento do feminino nos marcos vigentes.

Por vezes, elaborações de agendas internacionais que abrangem problemas relativos aos marcadores sociais da diferença podem ser compreendidas como formações antidemocráticas que negam mobilizações sociais ocorridas no interior dos países, especialmente dos que compõem o Sul Global. Sinal disso é a utilização da retórica dos

⁴⁵ É possível encontrar campanhas similares realizadas pela UNICEF, FAO, OMS e Banco Mundial, todos órgãos pertencentes ao sistema internacional multilateral.

direitos das mulheres ou das pessoas LGBTQIA+ como tropos discursivos para a promoção de guerras de conquista territorial ou de ocupação colonial (Abu-Lughod, 2012; Asad, 2011; Zizek, 2010)⁴⁶, o que desconsidera as variações regionais das lutas sociais por igualdade.

Essa manipulação neoimperial, que se dá com o próprio conceito de “gênero” em sua acepção universalista, contudo, não anula a importância do enfrentamento à subalternidade das mulheres e da transformação das masculinidades em países periféricos. A retórica pela diversidade e dignidade globais não é construção vertical e monopólio das instituições multilaterais globais, mas fenômeno resultante de lutas raciais, sexuais e de gênero locais, incluso latino-americanas. Portanto, a crítica à linguagem internacional dos direitos humanos (fomentadora de guerras ao "terror") não deve levar a uma desistência das reivindicações por direitos pela igualdade de gênero e pela diversidade das sexualidades no Sul Global. Como pontua Lia Zanotta Machado:

O risco é esquecer que os tratados e declarações internacionais de direitos humanos não são o resultado das propostas de um Estado-nação norte-americano, mas o resultado, ainda que parcial, das propostas contínuas das lutas subalternas de mulheres, homossexuais e antirracistas de mundos não hegemônicos, como os latino-americanos, os asiáticos e os africanos, na elaboração, tradução e sustentação da noção de direitos humanos e da positividade dos efeitos das articulações e tratados acordados internacionalmente (Machado, 2014, p.42).

Nessa constituição de similaridades entre as reivindicações locais e as proposições globais, a “masculinidade” também ingressa como categoria de dupla circulação. Ao apontar que o fortalecimento dos direitos das mulheres conduz a uma necessidade da participação masculina, os documentos internacionais posicionam o “homem” (não mais generalizado, mas particularizado) como sujeito-objeto integrante das retóricas dos direitos humanos. Outrora o homem considerado “medida de todas as coisas”, nas palavras do filósofo Protágoras, é agora ser de-substancializado e com local de gênero posicionado nos projetos de transformações internacionais. Esse fato, entrelaçado à evidenciação das políticas das masculinidades locais, posiciona a sociedade civil como o espaço da problematização do masculino.

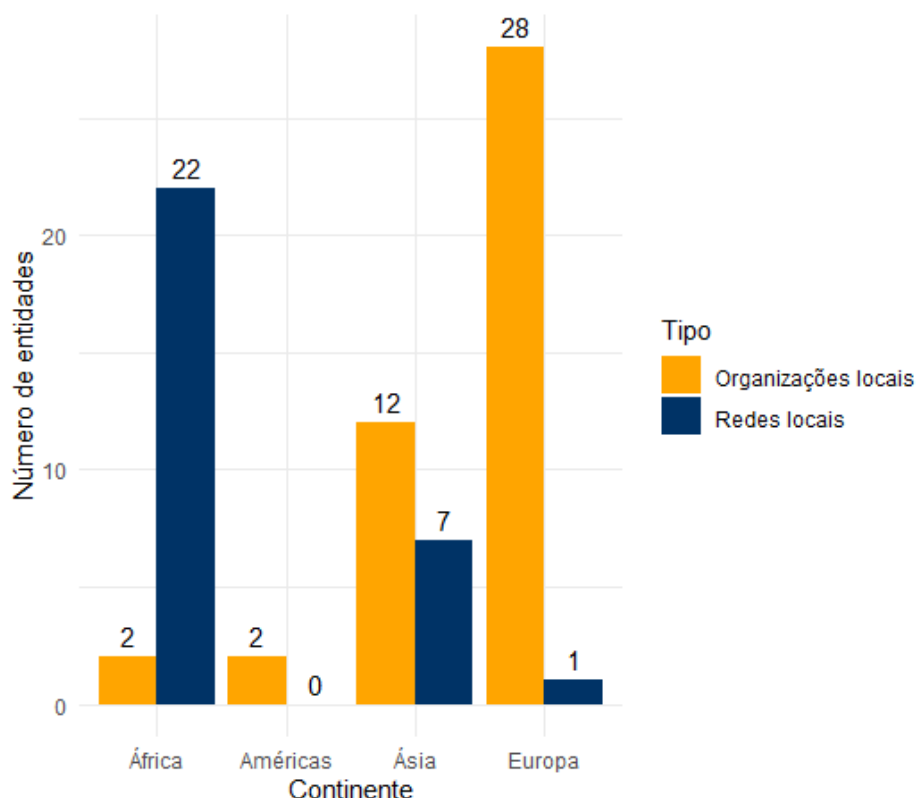
⁴⁶ São, neste sentido, emblemáticas a propaganda dos direitos das pessoas sexo-gênero diversas no Estado de Israel, promotor de *apartheid* contra a população palestina, e a utilização, nos anos 2000, pelos EUA, da ideia do emponderamento feminino como justificativa para intervenções militares no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003).

Instituições não governamentais – com seus múltiplos formatos e parcerias – materializam atividades alinhadas, mesmo que não diretamente, às diretrizes da reforma de gênero/sexualidade circulantes globalmente. Esse alinhamento se traduz em ações direcionadas para a revisão comportamental e de pensamento entre segmentos masculinos brasileiros. Essas redes locais se integram de forma transnacional, especialmente após 2008 com a fundação da aliança internacional *Men Engage*⁴⁷ que integra instituições de todo o mundo que atuam com o tema da promoção da equidade desde o envolvimento dos homens. Atualmente, essa aliança global conta mais de mil membros em 84 países; havendo concentração das iniciativas nos continentes africano (maior número de redes regionais – total de 22) e europeu (maior número de organizações sociais filiadas – total de 28). Uma das organizações estudadas para esta tese (Promundo) é fundadora desta aliança.

No gráfico abaixo, apresento os números da aliança, os quais dizem respeito às organizações que trabalham com o tema de homens e masculinidades em nível internacional. Como é possível ver pelas barras, a supramencionada liderança europeia e africana é visível na representação. Pontuo que o caso asiático (12 organizações locais e 7 redes locais) considera a soma de organizações e redes do Oriente Médio, do Sul da Ásia e do Sudoeste Asiático (divisão que é apresentada pelo mapa disponibilizado no site da aliança).

⁴⁷ “We are a social change network working to transform patriarchal masculinities. As a global community, we engage men and boys in women’s rights, gender justice, LGBTQI rights, and social justice for all.” (Men Engage, 2024)

Gráfico 6 - Distribuição das organizações e redes que atuam com o tema das masculinidades filiadas a Men Engage



Fonte: Men Engage (2024)

Nesse sentido, a *Men Engage*, embora não integrante do universo multilateral oficial, é mais uma das facetas da internacionalização da categoria “masculinidade”, na medida em que congrega projetos específicos nacionais que buscam estabelecer conexões amplas de enfrentamento ao **patriarcado** (conceito mobilizado pela aliança). É importante afirmar que os parâmetros pelos quais se dá o debate ou intervenção sobre problemas decorrentes da condição masculina contemporânea ou questões anexas a essa, no rol dessa e demais alianças, envolve soluções que variam conforme a iniciativa e o país no qual esses se integram. Aspectos culturais, sociais, políticos e legais de um dado contexto interferem no modo como as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia serão trabalhadas junto aos públicos alcançados. Afinal, atuar com masculinidades na Europa Ocidental difere, em preceitos, por exemplo, das ações a serem empreendidas em nações da África Subsaariana; ainda que o igualitarismo esteja no cerne dos respectivos objetivos.

Ademais, essas iniciativas não podem ser enquadradas sob um perfil único de institucionalização; nem acerca do papel que o sujeito-objeto masculino exerce em sua

missão, podendo este ser secundário, na medida em que a revisão/reforma do gênero ingressa no escopo de organizações que atuam prioritariamente com mulheres, crianças, idosos, questões econômicas e ambientais, entre outras. Da mesma forma que as masculinidades necessitam do diálogo com outros temas sociais em seu processo de afirmação ou revisão, problemáticas diversas acabam por implicar os sujeitos masculinos como personagens cuja mudança tem como potencial a desestabilização de estruturas que se perpetuam por meio de práticas sociais prejudiciais às pessoas, à fauna e à flora.

Logo, há aproximadamente três décadas tem se fortalecido o debate global das masculinidades – de maneira a retroalimentar as políticas de e para homens (pró ou antifeministas) nacionais. E, como se viu aqui, o “chamado aos homens” é concomitante à ascensão, no Brasil, de iniciativas direcionadas às masculinidades. Em que medida ambos os movimentos coincidem? Na tentativa de entender a localidade transnacional das masculinidades, enquanto categoria sociológica e de intervenção – ligada ao debate de gênero –, no cenário transnacional, atrelada aos seus reflexos no Brasil, contexto nacional deste estudo, decidi entender melhor quais são e como funcionam as instituições não governamentais (que não necessariamente se auto nomeiam como organizações da sociedade civil ou são assim juridicamente personificadas) as quais atuam sobre a condição dos homens. Passo agora para os dados relativos aos casos focalizados.

CAPÍTULO 02

POLÍTICAS NÃO GOVERNAMENTAIS DAS MASCULINIDADES

Conhecer o perfil das iniciativas voltadas à ressignificação das masculinidades no Brasil exige uma abordagem metodológica que considere as particularidades institucionais, as estratégias de atuação e as redes de parcerias estabelecidas por organizações que trabalham com essa temática. Nesse sentido, ao examinar os casos do Instituto Promundo, do Instituto Papo de Homem (PDH) e do Projeto MEMOH, três entidades que desempenham papéis centrais na problematização das masculinidades e na promoção de práticas mais equitativas de gênero, procuro explicitar suas histórias, modelos de intervenção e formas de articulação com diferentes setores da sociedade, buscando investigar de que maneira tais organizações podem ser lidas (ou não) como espaços estratégicos da sociedade civil para o questionamento do modelo tradicional de masculinidade em espaços microsociais, abarcando a demanda de públicos esparsos e espontâneos de homens bem como a demanda de entidades que ambicionam a reformulação de traços da sua cultura organizacional.

Para além do *continuum* local-global/global-local apresentado na seção anterior, a presença destas instituições reflete o aumento no engajamento de alguns atores na promoção de masculinidades mais plurais e menos associadas à violência, ao autoritarismo e à desigualdade de gênero; movimento que ocorre simultaneamente à ascensão de discursos políticos e sociais antifeministas, os quais acentuam o discurso misógino e de ainda maior rebaixamento das masculinidades tidas como subalternas. O engajamento com masculinidades dissidentes e a tentativa de reformular discursos hegemônicos enfrentam resistências. Contudo, a atuação de organizações, com as críticas e os limites que podem ser realizados a estas, demonstra a existência de um movimento não governamental de reforma do gênero com base na incidência sobre o masculino, o que contribui para evidenciar a relacionalidade pressuposta pelo conceito de gênero.

As informações sobre as instituições autorizam igualmente a situá-las no contexto das disputas simbólicas e além acerca das masculinidades no Brasil. A atuação dessas entidades não ocorre em um vácuo, mas em cenário no qual diferentes forças sociais tensionam acerca da persistência ou superação do macho viril/provedor enquanto referencial patriarcal para a coletividade. Estas disputas podem resultar em desafios, seja no financiamento de suas atividades, na resistência de determinados setores da sociedade

ou mesmo nas dificuldades de engajamento de públicos masculinos diversos, limitando os alvos de atuação. Diante disso, a análise destes espaços de intervenção permite refletir sobre os dilemas acerca do tema das mudanças culturais estruturais desde iniciativas localizadas.

Pontuo a seguir o perfil autodeclarado dos entrevistados – membros que ocupam posições de centralidade nas organizações e cujos relatos se encontram neste capítulo, os quais são respectivamente: 01 (homem, cis, branco, heterossexual, administrador público, de 54 anos); 02 (homem, cis, branco, heterossexual, publicitário, de 48 anos de idade); 03 (homem, cis, branco, heterossexual, publicitário, de 37 anos); 04 (homem, cis, branco, heterossexual, administrador de empresas, de 42 anos)⁴⁸.

Ainda que o recorte acima não tenha sido predefinido como critério de seleção dos interlocutores, a homogeneidade racial identificada entre os entrevistados atesta um dado sociológico: o predomínio de homens brancos nos postos de centralidade das organizações que se propõem a problematizar as masculinidades. Essa composição não passou pelo meu olhar de investigador apenas como coincidência empírica, podendo ser lida como manifestação de um padrão histórico de racialização do poder – em sua acepção de gerência – no campo das políticas de gênero, inclusive naquelas focalizadas na revisão crítica do masculino.

A branquitude ou branquidade, nesse contexto, aparece como lócus de enunciação privilegiado, a partir do qual se definem os marcos simbólicos e discursivos sobre o que deve ser entendido como “homem” e quais performances masculinas são passíveis de “redenção”. Em outros termos, mesmo em espaços voltados à desconstrução da masculinidade hegemônica, reproduz-se uma diferença que organiza quem fala sobre os homens e quem é falado por meio dessas intervenções. Nessa toada, o fato de o público-alvo de muitas das ações institucionais ser majoritariamente composto por homens negros e periféricos vem a somar na explicitação da assimetria, ainda que as iniciativas ocorram também com a consideração da agência de sujeitos masculinos socialmente subalternizados.

⁴⁸ Idades referentes ao momento das entrevistas

2.1 Instituto Promundo

No âmbito dos projetos em formato de organizações da sociedade civil, existentes no Brasil, e que abordam o tema das masculinidades – recentemente, e de forma especial, com ênfase nos dilemas das masculinidades negras – o **Promundo** é a primeira instituição que analiso nesta tese. Desde o início, a organização a mim se destacava pela proliferação de vínculos institucionais constatados, desde os seus documentos, dentro e fora do país. Logo, como campo de estudo, me parecia ser esta uma opção “natural”. Essa obviedade se devia não só aos aspectos citados na seção anterior, mas também à centralidade que a instituição exerce no conjunto das iniciativas não governamentais existentes no Brasil. Nenhuma outra organização identificada possui o mesmo volume de suas produções, tornando-a terreno fértil de intervenções sobre o sujeito-objeto masculino, em especial aquele situado nas periferias nacionais a partir da promoção de grupos reflexivos. Em função desse fato que justificou sua escolha, dúvidas emergiram quanto à seleção de uma 2º ou 3º organização para a pesquisa, já que as demais instituições mapeadas não detêm a mesma abrangência.

O fator geográfico contribuiu para acelerar minha aproximação com o instituto. O Promundo está sediado, em sala comercial própria, na cidade de Brasília (DF), desde 2018. Outrora, a localização física da organização era o Rio de Janeiro (RJ). Com isso, pude conhecer suas instalações em ambas as entrevistas que realizei presencialmente. Instalações essas pequenas, mas que contam com escritório, sala de reuniões, cozinha, banheiro e sala para gravações de *podcasts*; todas arenas de materialização das chamadas metas organizacionais. Antes de visitar a sede, enviei previamente e-mails aos membros da instituição. Os endereços eletrônicos de todos eram organizacionais, logo vinculados ao instituto. As minhas mensagens, em forma de convite, já versavam sobre a intenção de entrevistar seus membros, o que acabou tornando mais direcionadas minhas visitas pela sede, já que conjugadas com tarefas de campo (entrevistas 01 e 02). Estas permitiram, complementarmente a outras fontes informacionais listadas, começar a conhecer o percurso da organização. Passo então para traços destes relatos.

O Promundo foi fundado em 1997 e nasceu com o propósito de auxiliar na política de combate ao HIV AIDS e sua disseminação entre crianças, problema basilar para a saúde coletiva nacional a partir dos anos de 1980. Posteriormente, a temática dos homens

e seu papel no exercício das paternidades tomara o protagonismo. O HIV/AIDS, associado, *a priori*, à homossexuais, prostitutas e usuários de drogas, resvalou para outros segmentos sociais conforme aumentava a disseminação do vírus. O tema das crianças afetadas apareceu de forma clara ao entrevistado 01 (membro da organização) nos estudos sobre a primeira infância que realizou no exterior, tornando-se uma de suas preocupações políticas e profissionais. Isso se traduziu no desejo de promover iniciativas na segunda metade da década de 1990, período no qual, embora o país já tivesse política de saúde estruturada para o tema, convivia com lacunas que impediam a democratização do acesso ao tratamento.

O vírus HIV surgiu no final da década de 1970, simultaneamente nos continentes africano, asiático e americano; porém, foi com a chegada dos anos de 1980 que esse ganhou a atenção pública a partir de óbitos ocorridos em Nova York, EUA, os quais resultaram do desenvolvimento da AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causada pelo HIV. Ao longo daquele período, a epidemia esteve relacionada às mortes de homens homossexuais e pessoas transexuais, sendo logo alcunhada de “câncer gay”. Frente ao silêncio estigmatizante das autoridades, a mobilização de setores ligados ao movimento LGBTQIA+, contudo, levou à mobilização de cientistas e governos, incluso o brasileiro, que em 1986 fundou o pioneiro Programa Nacional de DST e AIDS, responsável por atender não apenas sujeitos sexo-gênero dissidentes mas outros grupos sociais (Lionço, 2008).

Nos anos seguintes, o cruzamento entre HIV/AIDS e infância produziu problemas como a mortalidade infantil e/ou a orfandade, especificamente entre sujeitos que desconheciam ou tinham dificuldades de acessar os meios de prevenção a essa e outras infecções. Por meio de parceria com o líder social e sociólogo Betinho, o referido entrevistado conseguiu institucionalizar um projeto de pesquisa na UNICEF (primeira atividade do Promundo) para estimar o número de crianças afetadas pelo HIV/AIDS. A estimativa tinha o objetivo de estabelecer correlação com o não acesso gratuito dos medicamentos em clínicas maternas infantis. Dessa forma, seria possível mobilizar a opinião pública para concretizar mais um direito, acoplado ao direito à saúde. A estratégia de pesquisa e difusão fora bem-sucedida.

Frente ao produto obtido, o governo “passou a distribuir gratuitamente, virou uma portaria, inicialmente do ministério, e depois isso, para clínicas materno-infantis, para mulheres, depois isso se expandiu pra todo mundo né” (Entrevistado 01). Os resultados

da empreitada catapultaram o entrevistado para outras preocupações e desejos de intervenção. O tema da infância manteve-se no seu horizonte, porém não mais cruzado com o tema do HIV AIDS. Houve intervalo no qual suas inquietações ficaram em aberto, carecendo o Instituto, em breve fase, de identidade temática. Foi então que, no ano de 1998, ele foi pai pela primeira vez. Durante a entrevista, ele narrou dois momentos que produziram novas percepções acerca de si mesmo, em espécie de corte biográfico que abriu portas sobre o que poderia vir a ser a atuação da organização. O primeiro desses momentos foi a ida a uma consulta pré-natal, acompanhando sua esposa:

Entrevistado 01: Ai eu fui ao pré-natal com a minha mulher, é, acompanha-la no primeiro pré-natal e era o único homem lá né. Achei tudo estranho e tal, e quando eu entro na sala do médico só tinha uma cadeira, pra ela. E ele só falava com ela, sobre a saúde dela, e eu achava aquilo normal, tava ainda em pé, com a sacolinha, já tinha a sacolinha assim como acessórios, e ai teve aquela experiência, a ecografia na semana seguinte, e ai o Promundo já existia nessa fase né.

Na cena narrada, o acompanhamento da gravidez e, portanto, da saúde da mãe e do filho, é marcada pela coadjuvância da figura paterna; se a construção do “ser mãe” é inaugurada com o processo de gestação, a do “ser pai” não possui marcos exatos (Pinho, 2019). Coloca-se, desde então, a divisão entre a figura dos cuidados e aquela da provisão; a que ingressa com a nutrição, a proteção e outros cuidados e aquela que fornece parte ou todo das bases materiais e por vezes, na socialização, exerce a interdição do sujeito. Esse panorama, contudo, está longe de corresponder à boa parte dos quadros familiares, tão diversos hoje em arranjos, e que ajudam a “embaralhar” as funções paterna e materna, atreladas à ordem binária de gênero. Contudo, ainda que haja diversidade, tais arranjos persistem nas práticas sociais como hegemônicos e se refletem em imagens como a do entrevistado e sua companheira no hospital.

Na época da gravidez, ele não trabalhava o tema das masculinidades na organização. A cena do pré-natal trouxe a ele questões sobre qual seria a medida da sua presença na vida do filho que viria a nascer. Suas concepções, conforme colocadas na entrevista, eram e são machistas e faziam e fazem parte do processo de naturalização da associação do “feminino” com o cuidado. Essa adesão masculina não é totalmente opcional, pois sabe-se integrar o processo de identificação dos homens com aspectos gendrados, e socialmente chancelados, que os retiram da arena do cuidar, não sem

inúmeros benefícios e prejuízos. A socialização de gênero⁴⁹ é base para compreender a difusão de paradigmas que não são apenas comportamentais mas resvalam para a formação de uma economia dos objetos e das expectativas circulantes.

A ideia de um “DNA” das masculinidades provém do atravessamento produzido por essa formação rígida (ainda que mutável) que opõe o que se espera deles e delas (e suprime formas de identificação alternativas à leitura binária do mundo). Desde essa socialização o “ser pai” não é ato compulsório e responsabilizador, no imaginário e nas práticas, na mesma medida que o é o “ser mãe”. Para consta-lo basta lembrar que a maternidade, com sua carga de cuidado, começa a ser apresentada como via única às mulheres desde os primeiros anos de vida, a partir de representações em brinquedos e brincadeiras (Belotti, 1975; Finco, 2003). A montagem de casinhas, a amamentação, a troca de fraldas de bonecas e a organização de miniaparelhos de cozinha são ilustrações de como caminham juntas a produção da feminilidade e a manutenção dos hábitos de cuidado.

Seguindo essa linha de problemáticas, ocorreu o segundo momento de reflexão na vida do entrevistado que o provocara a trazer a paternidade para o centro de suas inquietações. Foi esse a possibilidade de observar a imagem do seu bebê na ecografia, fato narrado com emoção:

Entrevistado 01: na ecografia eu fiquei na cadeirinha lá na sala da médica, e aí a médica levantou a barriguinha dela, botou o gel, foi quando eu vi o monitor e vi meu filho pela primeira vez. E aí eu sempre me emociono muito. Porque a cena que eu tive naquele momento, foi que eu não sabia que amor tinha braço, que amor tinha perna, foi a primeira vez que eu vi o amor de verdade né... E naquele momento eu senti que o amor tá muito relacionado ao cuidado. Eu falei: eu quero cuidar, eu quero participar. E a partir dali eu fiquei com aquilo na cabeça né... Ah, deixa eu voltar atrás: porque que eu era o único homem, porque só uma cadeira, e aí fui começar a ver essa questão, me atentar às questões relacionadas ao machismo né.

Compreendendo o caráter estrutural do sexismo, ligado à ordem de gênero, e, no Brasil, atrelado ao patriarcado racial herdado da colonização, o entrevistado 01 passou a trabalhar com o tema das masculinidades, interseccionado com as questões das paternidades e infâncias. Mas não só. Os incômodos provocados pelo “ser pai” o fizeram se engajar na participação dos cuidados com o filho e na mudança de hábitos pessoais e em seu relacionamento. Nas suas palavras “a igualdade de gênero salvou a minha vida” e a compreensão da importância dessa igualdade foi capaz de impulsionar projetos sociais

⁴⁹ Que adquire contornos raciais em país de formação colonial e escravocrata como o Brasil

do tema, na instituição que nascera preocupada com crianças e passara a observar os homens como uma das pontas do próprio desenvolvimento dos sujeitos infantis. Além disso, a organização passou a oportunizar que outros homens, especialmente negros e periféricos, também conhecessem as vantagens de deter a equidade como máxima pessoal:

Entrevistado 01: Além do racismo, que é estrutural, o machismo é estrutural! Então foi a primeira vez que me despertou pra isso e comecei a trazer gente pra dentro do Promundo, pra começar a pensar, deixa eu entender o que que é isso, o que que tá acontecendo né. E realmente nós não somos formados pra cuidar. Somos formados pra uma cultura de masculinidade hegemônica, em que o cuidado não faz parte. Então foi aí que a gente começou a jornada, a partir daí.

Para além da fundação da instituição, intimamente ligada à experiência paterna do membro entrevistado, destaco do relato obtido sua fala a respeito dos “grupos reflexivos”, espaços nos quais se materializa o cerne das atividades sobre paternidades e infâncias da organização, pois são ações que ocorrem diretamente com homens e mulheres em comunidades vulneráveis de diversas cidades brasileiras, abordando a questão do cuidado. Há uma plêiade de projetos sociais executados anualmente pela instituição; todavia, os grupos aparecem com destaque na voz do entrevistado; esses grupos são nomeados da mesma forma que as arenas que recebem homens autores de violência contra a mulher encaminhados pelo sistema de justiça. Seus alvos nesse tipo, contudo, são pais (e mães) que frequentam unidades de assistência social e saúde públicas. Os grupos, portanto, materializam o processo de reflexão e reconstrução do eu:

Entrevistado 01: Então eu acho que isso é a minha experiência, mas eu acho que o mais importante é o que a gente recebe dos depoimentos dos homens, por mais brancos, mais rígidos (...) então é transformação total, sai dali e? Não! Sai dentro de um processo reflexivo, mas a formação tá ali. É difícil! Eu vou morrer e não vou ver uma sociedade com igualdade de gênero.

Pode-se afirmar que os grupos reflexivos buscam promover o que, nos termos de Berger e Luckmann (1999), se caracteriza como o fenômeno da alternância. Esse conceito expressa a ruptura com quadros socializadores anteriores; no referido caso, com aspectos de gênero apreendidos ao longo das trajetórias, especialmente na socialização primária, momento no qual as percepções subjetivas absorvidas (como se objetivas fossem) desde o Outro generalizado se tornam de difícil modificação posterior. Na divisão de etapas, promovida por Berger e Luckmann (1999), consta também a socialização secundária,

ocorrida em diferentes espaços institucionais (fora da família) e que marca a inclusão de novos aspectos à biografia do indivíduo socializado, porém mantendo-o nos marcos iniciais apreendidos. No âmbito da alternância, não se mantém essa ancoragem, pois ocorre reinterpretação dos paradigmas dados *a priori*.

Se a sociedade é constituída a partir de uma dialética entre a auto identificação e a identificação externa, a identidade só pode emergir e ser apropriada na arena coletiva (Berger, Luckmann, 1999; Honneth, 2003). Nesse sentido, as realidades objetivas e subjetiva do “social” retroalimentam-se por meio de encontros e desencontros (diferenças e sinônimas) que ajudam a constituir um quadro que cristaliza papéis/posições tais quais do “masculino” e do “feminino”, atreladas a homens e mulheres, respectivamente. Esses papéis/posições vem carregados de expectativas sociais que, caso intencione-se substituir no plano das concepções subjetivadas, requerem o ato de desaprende-las em espaços de transformação (ou espaços de alternância).

Esses espaços são promovidos por organizações como as analisadas neste trabalho, que propõem novas formas de masculinidades - sensíveis e não violentas - alinhadas a modelos europeus e norte-americanos de civilidade e equidade, adaptados para contextos propícios a vulnerabilidades. Uma das preocupações, além do relato de si, por parte do entrevistado, foi mencionar aspectos que são cruciais na atuação organizacional como os Programas P, H e M⁵⁰, que compõem, nas suas palavras, a “sopa de letrinhas” da instituição (“E aí são só programas que tem uma sopa de letrinhas. Então é sempre assim: Programa H, Programa M, Programa P, todos já reconhecidos por essas letrinhas”). A difusão desses programas, por meio de parcerias, ocorre a partir de materiais textuais e audiovisuais, e atividades formativas com públicos de empresas, governos e sociedade civil, os quais ajudam a desenvolver as diretrizes das iniciativas de equidade nos seus contextos locais. Outro dado importante diz respeito às abordagens antirracista e decolonial, componentes da linguagem institucional contemporânea da instituição. A ação com as populações negras e/ou tradicionais se dá desde a ideia de protagonismo dos sujeitos “atendidos”, negando a lógica kantiana⁵¹ e colonizadora do esclarecimento.

Entrevistado 01: Então, lógico que a gente tem uma missão pré-estabelecida, uma visão, você deve ter visto, os valores. Hoje uma pauta muito da questão

⁵⁰ As características dos três programas serão expostas na próxima seção

⁵¹ Cf. Immanuel Kant (2022). O esclarecimento daqueles que sofrem da menoridade intelectual também pode ser reinterpretado como espécie de “fardo do homem branco”, responsável por levar as luzes aos negros e outros sujeitos racializados.

antirracista também, questão da decolonialidade também, muito forte, tudo isso (...) A questão do machismo também na perspectiva do feminino, que também é formado dessa ótica.

Entrevistado 01: População tradicional! Indígena! A gente não tem nada pra ensinar pro indígena, a gente tem que aprender com o indígena. Então a primeira etapa é a escuta, né. O que que eles tem pra nos ensinar. E aí a gente trabalha com eles, como foi com a população Wajãpi, pra que eles gerem os seus próprios materiais explicando como eles trabalham o tema da paternidade, da masculinidade e foi lindo, foi lindo realmente, e esse trabalho a gente fez com a Universidade Estadual do Amapá, e aí tem essa primeira etapa de cinco né. É a escuta, depois levar esse tema pros profissionais do governo.

Finalizando este primeiro momento, destaco que o entrevistado 01 colocou, durante o seu relato, o tema da invisibilidade masculina no âmbito das políticas públicas. Ainda posicionado no local de “sujeito universal”, o homem é visto, sob a lógica do Estado, como destinatário natural das ações governamentais que não possuem segmentação em termos de idade, raça/etnia, sexualidade e gênero – esse último marcador contemplando, em geral, as mulheres⁵², de tal forma se dá a associação de políticas de gênero às políticas para as mulheres. Ao apontar as especificidades de problemas sociais que acometem os homens, com atenção para os homens negros, a organização estaria na contramão do imaginário que reserva a alteridade ao “feminino”:

Entrevistado 01: outro objetivo fundamental é tirar o homem da invisibilidade das políticas sociais! Saúde, educação, proteção social. Não dá pra você ir no SUS, no CREAS, no CRAS, o homem ele tá invisível, ele não tá ali. Você tá todo direcionado ao atendimento de mulheres e crianças, mas não há abordagem além da geração de renda né, que as vezes entra um pouco, que possa trazer espaços pra esse, pra esse homem. De qualquer faixa etária, de qualquer condição social, pra que isso aconteça.

A organização é um dos casos *sui generis* de políticas para as masculinidades institucionalizadas e existentes no país enquanto iniciativas que problematizam o “masculino”, com seus “privilégios” e desafios enfrentados, fora da dimensão estatal, sendo esse local no qual o homem é abordado como sujeito universal e, portanto, invisível para ações públicas com recortes de marcadores. Na ausência de linguagem do Estado que incorpore os homens como indivíduos que possuem uma série de atravessamentos derivada de sua condição masculina, instituições deste tipo assumem a dianteira dessa problematização com grupos, rodas de conversas, cursos, sessões de terapias, e outros espaços, enquadrando os homens não somente como foco de atenção, mas também como

⁵² O fenômeno tem como raiz a própria assimilação do conceito de gênero à ideia de “mulher”, descaracterizando sua polissemia e relacionalidade (Louis, 2006).

sujeitos em dilemas vivos de uma contemporaneidade ocidental na qual comportamentos hegemônicos são postos em questão. Essas arenas, resultantes de processos sociais mais amplos, visam a produção de impactos que contribuem para a revisão, em menor escala, de aspectos tradicionais de gênero e sexualidade (interdependentes) em cenários locais e/ou regionais.

Se o entrevistado 01 me ajudou na compreensão da história da entidade (com menção a algumas das iniciativas), o entrevistado 02 enfatizou menos os aspectos pessoais e sua relação com a dimensão adquirida pela organização ao longo do tempo; explicando aspectos institucionais e iluminando minha compreensão das metodologias elaboradas e mobilizadas pela organização para incorporar as questões de gênero e masculinidades e transforma-las em ferramentas de intervenção sobre o mundo social.

O terreno de aplicação primário destas metodologias são os equipamentos das redes SUS e SUAS, tendo em vista serem estes os locais nos quais há uma mobilização para que homens – e mulheres – participem dos grupos reflexivos promovidos. Vale dizer que o não aprofundamento de situações individuais no segundo relato não apaga a relação do pessoal com o institucional, pois dentro de uma organização social, é possível que a subjetividade passe também a ser institucionalizada, na medida em que acopla os indivíduos à missão organizacional. Isso não significa que o rol de objetos de intervenção da instituição, conformados pelos planejamentos estratégicos, produza cisão entre as inquietações institucionais e aquelas preocupações que integram a vida privada e o ativismo dos agentes envolvidos.

O conjunto dos membros da organização conta com histórico de ação e formação que propulsiona o interesse na construção de capacidades que possam contribuir para o ideário de reforma do “masculino”. Logo, os indivíduos passam a constituir ativamente as instituições, concretizando objetivos que não são apenas da OSC, mas entrelaçados às suas aspirações de justiça social, ligando os trabalhos sob demanda deste “mercado de assistência social” àquilo que os atinge no âmago de seu cotidiano.

Da mesma forma que o entrevistado 01, o entrevistado 02 destacou que a questão das masculinidades não nasceu juntamente com o Promundo, sendo inquietação que tomara o protagonismo posteriormente. Conforme o entrevistado, a organização fora um desdobramento de outra que prestava serviços na arena empresarial, sendo assim elemento que acabou por resultar de um dos planejamentos iniciais da consultoria corporativa, do qual o entrevistado 02 participou. Por conseguinte, a proposta

institucional de atuar sobre questões sociais emergiu de um mesmo campo de trabalho que já vinha sendo tocado anteriormente, com base no interesse em desenvolver propostas de mudança da realidade social em diálogo com organismos afins. Durante sua resposta a uma das questões levantadas (sobre seu ingresso na organização), ele fez uma breve descrição temporal das gestões, apontando para os problemas enfrentados a partir dos anos 2000. Problemas esses que não teriam sido capazes de comprometer a qualidade das “entregas” realizadas.

Para o entrevistado 02, se o setor privado possui capacidade gerencial (o que inclui boa quantidade de recursos financeiros) para a realização de ações sociais, a sociedade civil detém o aspecto que também da virtude, da criatividade; do chamado “terceiro setor” emergiriam, para ele, as ideias “inteligentes” acerca da utilização dos recursos, tendo em vista o aprendizado decorrente da limitação com a qual os organismos da sociedade civil convivem diariamente. Contudo, no que diz respeito ao fortalecimento das políticas públicas, a aproximação com o Estado torna-se central. Diante disso, o entrevistado 02 questiona ao mesmo tempo que responde: “E o governo tem o que? Capilaridade! O governo alcança, o governo tem pontos para você trabalhar.”

Dentro dessa lógica, o Estado representaria a possibilidade de disseminação de práticas institucionais de forma abrangente, o que torna os trabalhos com os governos tão interessantes para a mudança do “social”. Não bastariam, dessa maneira, ações focalizadas da própria OSC já que as diretrizes de transformação elaboradas pelo Promundo aumentam o seu alcance na medida em que interferem em serviços que chegam a homens e mulheres, negros, pobres e em condição de vulnerabilização, atendidos pelo SUS ou por centros de referências da assistência social. Vale destacar que as parcerias da instituição se dão (com o Estado ou demais), nas palavras do publicitário, por três modos: aliança, parceria e rede, conceitos que expressariam definições distintas:

Entrevistado 02: Você tem o que, o que é a aliança, o que que é parceria e o que que é rede. (...) Parceria⁵³ é quando, de forma geral, você tem parceiros próximos, parceiros que tem vantagens comparativas diferentes, só que com a mesma finalidade. (...) Aliança você tem parceiros com atuação próxima, visando uma mesma finalidade. O que que é isso? Você tem, por exemplo, o Instituto A com o Instituto B com o Instituto C com a Fundação C com a ONG D que vão ali se unir pra trabalhar várias ações pra o 18 de maio... Isso é parceria. Não! Isso é aliança! Você tem vantagens comparativas próximas pra mesma finalidade. Parceria são vantagens comparativas diferentes. E aí tem a questão da rede, que é o terceiro. Que que é a rede? A rede é todo mundo junto e misturado, que quer trabalhar com as mesmas causas (...) Você junta todo

⁵³ O entrevistado desejava se referir desde o início à “aliança”, porém acabou realizando uma troca dos conceitos.

mundo com a finalidade de trocar informação, de “ah! Abriu um edital pra todo mundo! Olha que legal, tem um fórum não sei o que” Então, é todo mundo junto e misturado visando trocar informação, ferramenta e possibilidades pra o fortalecimento das instituições gestoras e causas. Aliança, parceria e rede! Então a gente tem que ter habilidade pra trabalhar nessas três características.

A diferenciação conceitual apresentada a mim pelo entrevistado 02 se constituiu como novidade. Afinal, os termos “aliança”, “rede” e “parceria” costumam ser empregados de maneira intercambiável na linguagem corrente; tal diferenciação também não estava nítida quando da leitura que fiz dos relatórios sintetizadores da atuação da organização entre os anos de 2016 a 2022, embora pudesse depreender uma distinção a partir da colocação das classificações em arranjos distintos. Por exemplo, “alianças” e “redes” designando as conjunções da instituição com múltiplas outras em temáticas comuns; e parcerias designando conjunções duais, da instituição com parceiros isolados, não necessariamente no tocante a uma problemática, mas na cooperação quanto a ações técnicas que se diversificavam. No mais, a distinção conceitual, sobre a qual o entrevistado explicita notoriedade, desvela que o jogo das instituições formais é também o jogo das palavras, responsáveis por indicar significantes que realçam a centralidade das proposições inicialmente estabelecidas.

A aproximação da organização com o Estado, por sua vez, demonstra a abrangência da máquina estatal em relação ao corpo social, mesmo quando se trata de ações que partem inicialmente de organizações da sociedade civil. Para alcançar homens e mulheres, destrinchando o problema da construção social das masculinidades, avessas ao cuidado, a possibilidade ótima é aquela que envolve instituições públicas, dadas as suas possibilidades de alcançar os sujeitos que, de forma espontânea, não procurariam tematizar sua condição de gênero; embora espontaneamente possam acessar os grupos reflexivos promovidos, desde a percepção de chamadas e divulgações. Sem políticas específicas para si, o homem ingressa como objeto do “terceiro setor”; contudo as políticas para as masculinidades nessa arena, para serem bem-sucedidos em termos de difusão, recaem novamente na centralidade dos governos, ainda que não dependendo do diálogo estrito com a gestão federal, tendo em vista as possibilidades oferecidas pelos sistemas únicos de assistência social e de saúde em diversas unidades federativas do país.

Na Sociologia Clássica do século XIX, Durkheim abordava o Estado enquanto racionalização coletiva do corpo social (Durkheim, 2012). Seria a estrutura estatal aquela que condensaria os componentes dispersos existentes em uma dada sociedade (entendida,

em geral, nos enquadramentos de um Estado-nação), demandantes de um ente nuclear que os centralizasse. No caso brasileiro, essa racionalização, quando empreendida, captura múltiplas demandas sociais, o que não afasta a possibilidade de que atores privados também se responsabilizem pelos problemas que afligem segmentos populacionais herdeiros de mazelas históricas. No caso dos homens negros, sujeitos representantes dos ideais imagéticos da organização - como se verá mais a frente, com a interpretação das postagens na rede social *Instagram*-, aos prejuízos decorrentes do processo de racialização somam-se prejuízos decorrentes do ideal de virilidade, sendo os primeiros acentuadores dos segundos.

A chegada das ações empreendidas à ponta, direta ou indiretamente, afeta os públicos que compõem os grupos reflexivos de homens/mulheres e que participam dos demais projetos. Quando perguntado por mim acerca dos impactos das ações promovidas pela instituição, especificamente sobre a vida e os comportamentos dos homens focalizados, o entrevistado 02 levanta ponto interessante, relativo ao monitoramento e avaliação das atividades implantadas. Não é suficiente que os projetos da organização, com suas propostas, sejam colocados em prática, sem a correspondência do retorno com relação aos objetivos propostos previamente. Com isso, há outro esforço, posterior às entregas, de mensurar se o impacto tido com as propostas foi aquele que estava sendo aguardado. No caso dos grupos, ocorrem avaliações periódicas, sendo uma delas mencionada pelo entrevistado, com os respectivos benefícios gerados, do ponto de vista da produção de outra masculinidade, atenta ao eu e ao outro:

Entrevistado 02: O que eu posso falar é como observador e participante de uma avaliação. Acho que as avaliações mostram o impacto disso. O homem passa a cuidar melhor e mais das suas filhas e filhos. Esse homem passa a negociar mais esse cuidado, passa a dialogar mais com a parceira, ele passa a cuidar mais de si mesmo. Aquela história do homem que só procura a saúde quando tá podre e caindo, é mais ou menos isso. Sou macho! Macho! Macho! Não procura, não se previne, não faz exames rotineiros. Mas esse não é só um problema do homem.

Os grupos reflexivos são, portanto, espaços instituídos, monitorados e apresentados como iniciativas vitrine, tendo em vista ser por meio deles que o alvo de toda a ação, os indivíduos, é alcançado. Tal ação percorre caminhos contextuais e institucionais e passa por acordos travados com entes de níveis diferentes. É nos grupos que nasce a possibilidade de repensar coletivamente características de gênero que

prejudicam a homens, mulheres e sujeitos que se posicionam com demais identificações. A reflexividade promovida é ancorada em falas das/os participantes e das/os mediadores, conteúdos audiovisuais e sonoros, bem como problematizações de aspectos como a violência, a saúde sexual e reprodutiva, os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, entre outros. Porém, não basta atingir a esses frequentadores dos grupos; sabe-se que o interior do Estado é também povoado de práticas sexistas, racistas e homofóbicas entre indivíduos que possuem, em tese, o dever de atender aos cidadãos. Esses sujeitos vocalizam a forma estatal brasileira, que é também patriarcal e racial, embora fundamentada em premissas de equidade. Nesse sentido, as parcerias institucionais com governos, envolvem igualmente a reforma interna, desnaturalizando, através de ações e capacitações, aquilo que é o do “masculino” ou do “feminino”:

Entrevistado 02: E no plano das profissionais é isso: a gente entender que o pai deve fazer parte do pré-natal. Ai a gente fica: olha, o pai não tá aqui, o pai não vem. Pro profissional do CRAS e CREAS é caótico: como é que você pode começar a conversar com esse pai de uma maneira mais significativa? No plano do CRAS e CREAS, por exemplo, quando você fala da violência baseada em gênero, como é que você vai receber uma mulher numa estrutura que tá totalmente quebrada; que acabou de ser violentada pelo próprio marido, que é sustentada financeiramente pelo marido, que não tem pra onde levar os filhos, que tá ali dizendo, por exemplo, que o religioso X disse que aquilo ali tá validado, que Deus validou, como é que você recebe uma mulher dessas? Você não tem estrutura no CRAS e no CREAS pra receber, como é que você faz? Então, como é que você capacita o profissional público para atuar de uma maneira mais significativa, atendendo melhor? Como atender e trabalhar com essas pessoas que estão precisando do P, do H, do M, do D, do J... Então tem essas duas frentes principais pra mim!

Acrescento que na percepção dos objetivos mais profundos enunciados pelo entrevistado, se não são os homens preparados para a paternidade e o cuidado, cabe à sociedade civil – sob uma ótica alargada de família e de paternidade, ultrapassando os marcos da heteronormatividade – a tentativa de transformar, ainda que em escalas limitadas, o modo como os homens enxergam e agem sobre as atividades de reprodução da vida, as quais recaem de forma predominante em cima das mulheres, em suas duplas e triplas jornadas laborais. O entrevistado 01 compartilha com entrevistado 02 da noção de que o engajamento masculino no campo dos cuidados só é possível a partir da demonstração de que esses poderiam se beneficiar com a adoção de comportamentos menos sexistas. Ou seja, não basta um processo de conscientização de gênero que apele ou para a culpabilização dos homens ou para a crença no seu altruísmo para com as mulheres ou para a politização dos seus comportamentos desde uma perspectiva

feminista. É necessário que os sujeitos que se identificam e são identificados com o masculino (e majoritariamente com a heterossexualidade) enxerguem as vantagens de uma outra masculinidade, responsabilizada pelos cuidados com pessoas, ambientes e objetos. Nessa direção, a lógica do comprometimento passa pela lógica dos ganhos. Frente aos dilemas metodológicos desta empreitada, passo às metodologias H, M e P.

2.1.1 Programas P, H e M: mergulhando na “sopa de letrinhas”

Apresento neste tópico os objetivos dos programas H, M e P, que se constituem como eixos centrais do Instituto Promundo, constituindo-se como suas metodologias próprias e principais ferramentas de aplicação dos propósitos da organização. Os três programas funcionam como balizas para as iniciativas empreendidas pela instituição em diferentes espaços e momentos. Se cada um dos programas tem temas centrais particulares, contribuindo para a ação prática junto aos homens atendidos pela instituição, isso não significa a inexistência de interdependência entre eles. Os três (H, M e P) se conectam a partir de áreas de atuação e objetivos que visam à conquista da igualdade de gênero, desde processo que congregue os homens como partes interessadas nessa “nova masculinidades”. Guardam também a semelhança de funcionarem como metodologias⁵⁴, baseadas em iniciativas e pesquisas aplicadas dentro e fora do país.

Primeiramente, tem-se o Programa P, que visa a promoção da “paternidade ativa”. O programa é o mais importante da organização e carro-chefe da “sopa de letrinhas”. O P tem sido aplicado precipuamente em grupos reflexivos com pais e mães, grupos com profissionais de saúde e da assistência social que atuam no engajamento de homens em práticas parentais, e grupos com ativistas das temáticas de gênero e cuidado (Promundo, 2015). No manual do mesmo⁵⁵, publicado em 2015, essas dimensões de ação correspondem também às subdivisões do documento – que possui caráter essencialmente empírico. O Programa P passou a ser implementado como resultado da Pesquisa Internacional sobre Masculinidades e Equidade de Gênero (IMAGES), realizada em pontos diversos da América Latina, e da campanha global *Men Care*⁵⁶. Desde sua criação,

⁵⁴ Nessa seção, utilizarei os termos “metodologia” e “programa” como intercambiáveis, assim como são utilizados pela instituição.

⁵⁵ O Manual é produto de parceria do Promundo com a EME, Redmas, Cultura Salud, Instituto Noos, Instituto Papai, Ministério da Saúde e Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁵⁶ Campanhas da *Men Care* no Brasil e na América Latina: Brasil “Você é meu Pai” (<http://voceemeupai.com/>); América Latina (<http://www.campanapaternidad.org/>); Chile “Campaña de Paternidades” (<http://paternidades.blogspot.com/>).

a metodologia condensa um conjunto de práticas organizacionais de parentalidade, combate à violência de gênero, promoção do cuidado (marcadamente de filhas e filhos menores) e autocuidado, por parte de sujeitos que são identificados e se identificam com o masculino. Logo, baseia-se em:

evidências das melhores práticas sobre a participação de homens e de suas parceiras ou parceiros no exercício da paternidade e do cuidado, assim como na saúde materno-infantil e inclusão da perspectiva de autocuidado masculino, destinado a profissionais do setor da saúde, da educação e trabalhadores/as comunitários/as. (Promundo, 2015, p.20)

A metodologia P tem como fim último a transformação dos arranjos familiares normativos, nos quais as tarefas de cuidado concentram-se como atribuições femininas. Por meio da promoção de atividades com homens e mulheres (em geral heterossexuais)⁵⁷, seria possível conscientizar ambos dos malefícios que a cultura patriarcal promove na distribuição de papéis no interior de um relacionamento (por vezes resvalando para a violência sexista), e tornar os homens conscientes de que o cuidado é algo que também lhes cabe (Promundo, 2015). A participação em decisões reprodutivas; o cuidar para além da companheira e dos filhos, incluindo a atenção aos avós, pais e irmãos; a expressão emocional como parte da vida cotidiana; o diálogo franco e pacífico em um relacionamento conjugal; e o cultivo do respeito mútuo nas relações afetivas, são outros dos pilares que ajudam a fundamentar o Programa P (ibid.). A metodologia da organização tem como intuito responder a uma demanda corrente, na medida em que as sociedades latino-americanas, dentre as quais o Brasil, carecem de materiais – em diferentes formatos – e ações que abordem a paternidade como questão problemática a ser transformada, ainda mais levando em conta a não responsabilização dos homens expressa em índices de abandono documental e afetivo (Liési, 2009).

Conforme referências científicas mobilizadas pela instituição, o envolvimento dos homens na arena da reprodução tem impactos na saúde materna e infantil. Além disso, homens envolvidos em cuidados domésticos e das crianças tendem a ter relações igualitárias e, portanto, menos violentas – mesmo para os filhos produto desses relacionamentos (Promundo, 2015), que acabam sendo vitimados por atos e

⁵⁷ O manual do Programa P, contudo, ressalta como um dos princípios da metodologia: “Promova a participação dos homens em qualquer tipo de família: heterossexual, homoparental, casais que estão juntos ou separados, pais que vivem ou não com os seus filhos e filhas, pais biológicos, sociais ou adotivos” (Promundo, 2015, p.21)

circunstâncias ocorridos em interações abusivas. A atuação dos profissionais que lidam com as mulheres-mães desde a gravidez, ao invés de auxiliar, afasta a participação masculina do cuidado. Detentores de concepções arraigadas de gênero e sexualidade, os profissionais das redes pública e privada muitas vezes consideram que a mãe é a única que deve se responsabilizar pelos cuidados com os bebês. Dessa forma, os homens pouco ou nunca vão às consultas pré-natal e, quando vão, raramente ingressam nos consultórios médicos (ibid.). Advém daí a importância de capacitações de trabalhadores do SUS e do SUAS, assentadas nessa metodologia.

A organização também fundamenta o programa em estudos estrangeiros que mostram os benefícios da igualdade para os próprios homens e os custos, em termos de políticas públicas, da ausência de homens-pais no ambiente familiar⁵⁸. Pais participativos teriam impacto positivo na renda e no bem-estar das famílias; logo, são apontados benefícios com a introjeção mais engajada do *pater* no ordenamento dos núcleos familiares (Promundo, 2015). Importa afirmar que esses arranjos, embora predominantemente ligados à tríade pai-mãe-filhos, são diversos, não permitindo o uso do singular em sua referência. Nos termos da psicanalista Maria Rita Kehl, as famílias na contemporaneidade são tentaculares e não nucleares; diversas em arranjos e composições (Kehl, 2003). Por conseguinte, a “função paterna” caberia aos avôs, avós, tios, padrastos, madrastas, pais e mães adotivos, em estruturas que podem ser igualmente homo parentais, pois a reivindicação pela valorização da pluralidade se impõe como máxima e faz com que a ideia de dois pais ou duas mães no ordenamento familiar seja elemento comum da vida social em países como o Brasil, o qual reconheceu, via Supremo Tribunal Federal (STF), a adoção por casais do mesmo sexo/gênero no ano de 2015.

Como empecilhos para o exercício da paternidade são apontados, pelo material de fundamentação da metodologia P, a cultura da saúde pública, que visibiliza mulheres e crianças e invisibiliza os homens como sujeitos dos processos de promoção e recepção do cuidado; a ausência de modelos paternos positivos na vida dos homens, tendo esses convivido com pais ausentes ou abusivos ao longo de suas trajetórias, o que influencia seus comportamentos parentais atuais; a manutenção do enrijecimento emocional

⁵⁸ “Quando os pais têm uma presença de qualidade na vida de suas/seus filhas/os, estes tendem a prosperar em diversas áreas, como a saúde física e mental, a motivação para o estudo, o rendimento acadêmico, o desenvolvimento cognitivo e as habilidades sociais, maior autoestima, menos problemas de comportamento e maior tolerância ao estresse”; “Na adolescência, as/os filhas/os que tiveram um pai engajado durante a sua infância eram mais propensos a ter uma melhor saúde mental, menor abuso de drogas, menos problemas com a lei e menos riscos em temas de saúde sexual e reprodutiva” (Promundo, 2015, p.28)

masculino, que faz crer que um “bom pai” é apenas aquele que provê financeiramente e/ou disciplina com castigos físicos; e a ausência de políticas públicas que reconheçam os homens como cuidadores, a exemplo da licença paternidade estendida ou da permissão para que os pais acompanhem as mulheres grávidas em consultas nas maternidades (Promundo, 2015).

Visando alterar esse cenário, o Programa P operaria como tentativa de revisão das práticas parentais metodologicamente implementadas⁵⁹ por organismos da sociedade civil internacional, os quais abrangem com suas ações, no caso brasileiro, principalmente homens pretos e pardos, em situação de vulnerabilidade por condições sócio econômicas e raciais. Com a chegada da pandemia de covid 19, no ano de 2020, houve movimento de adaptação dessa metodologia, que congrega um conjunto de projetos concretizados (Promundo, 2020, 2021, 2022). Logo, o Programa P passou a ter também atividades *online*, mas sem deixar de lado os grupos reflexivos, atividades nucleares da instituição, com públicos distintos de pais, mães e servidores públicos.

Em segundo lugar, tem-se o Programa H, que está voltado à orientação em temas de bem-estar e direitos sexuais e reprodutivos dos homens, seara cuja discussão tradicionalmente tem ocorrido de forma relacionada às mulheres (assim como a parentalidade). A inclusão das masculinidades no debate sobre reprodução e sexualidade tem alguns objetivos, dentre os quais: incrementar a participação dos homens – especialmente jovens – em decisões sobre contracepção, prevenção (inclusive o procedimento de vasectomia) e planejamento familiar (inclusive a relativa às práticas abortivas); diminuir os índices de infecção por DSTs/ISTs entre a população masculina; e responsabilizá-los em assuntos como gravidez e parentalidade, nos quais o peso tem sido historicamente atribuído às mulheres (Donath, 2017). Pode-se apontar a falta de interesse dos homens em abordar e cuidar da própria saúde como um dos desafios levantados pela organização no referente a produção de uma metodologia direcionada aos profissionais que lidam com esse público-alvo em estabelecimentos de assistência social e saúde pública:

Homens são vistos como aqueles que detêm o conhecimento e o poder, e por isso acreditam não poder expressar constrangimentos quando se trata de discorrer sobre seu corpo, sua sexualidade, sua saúde reprodutiva, mas o que

⁵⁹ São mencionados no Manual o trabalho das seguintes instituições: Rede Cegonha (Brasil), Pré-Natal do Parceiro (Brasil), Comitê Vida/Movimento pela Valorização da Paternidade (Brasil), Unidade de Saúde Parceira do Pai (Brasil), École de Maris (Niger), Family Foundations (EUA), Family Nurse Partnership (EUA), Father Support Program (Turquia), Mama Clubs (Uganda), Positive Fathering (Hong Kong), UNICEF Papa Schools (Ucrânia) e Father Schools (Suécia).

se observa é que, atualmente, eles pouco conhecem sobre si mesmos. Além disso, são escassos os programas de educação sexual e de saúde reprodutiva voltados para os homens jovens e que incorporem a dimensão de gênero, buscando promover em seu cotidiano a igualdade e equidade de gênero. (Promundo, 2006, p.20)

Logo, trabalhar essas problemáticas com os homens faz parte do processo de alcance da equidade entre elas e eles; com o diferencial de que, no caso do Programa H, são incorporadas as dimensões do autoconhecimento e do gênero, conceito-chave para problematizar as desigualdades. A noção de direitos sexuais está atrelada à Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo em 1994; já a noção de direitos reprodutivos é produto da Conferência Internacional da Mulher de Pequim em 1995, supramencionada no primeiro capítulo. A emergência desses teve como principal opositora a Igreja Católica, que passara a trabalhar no mesmo contexto com a categoria “ideologia de gênero” para contestar a crítica de iniquidades. Atualmente, ainda há uma resistência, constatada pela prática política e dos profissionais da saúde, na inserção dos homens enquanto sujeitos desses direitos, que passaram a ser lidos como humanos (Promundo, 2006). Destarte, quando ocorre essa associação, é de maneira a secundarizar os papéis das masculinidades nesse processo, fundado no imaginário social de culpabilização das mulheres, seja no referente à vida sexual seja no que concerne à quantidade de filhos e o modo como ocorre a gravidez. Os homens entram aqui apenas como os indivíduos sexualmente ativos, insaciáveis e incontrolláveis, detentores de uma natureza contraposta ao ideário da contenção e da responsabilidade; parte de uma performatividade do desempenho sexual (Zanello, 2018).

No caderno de 2006 acerca do Programa H⁶⁰, o Promundo advoga por alguns direitos sexuais, quais sejam: direito à liberdade sexual, direito à autonomia sexual, integridade sexual e segurança do corpo sexual; direito à privacidade sexual, direito ao prazer sexual, direito à expressão sexual, direito à livre associação sexual e direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis. Ao mesmo tempo, fornece algumas diretrizes para o trabalho com homens, como mostrar as diferenças e desigualdades de gênero existentes; expor a diversidade no campo das masculinidades; explorar dimensões da

⁶⁰ O caderno do Programa H foi produzido com base em uma série de experiência com homens (172 ao todo) em cinco países da América Latina e incorpora duas visões principais: a especificidade de gênero e a equidade de gênero. Ademais, o caderno é produto de parceria realizada nos anos 2000 entre o Promundo, o ECOS – Comunicação em Sexualidade, o Instituto Papai, o Salud y Género, dentre outras instituições do país e da região, bem como dos EUA, a exemplo do Instituto Planet Parenthood.

sexualidade humana que vão além da ereção e do pênis; fomentar o conhecimento do próprio corpo; e esclarecer quais são os direitos sexuais e reprodutivos dos participantes. Os grupos – com 15 a 30 participantes – são o *lôcus* de realização das atividades do programa. Sua facilitação cabe tanto a homens quanto a mulheres (quando não em pares mistos) e os mesmos devem ser organizados em espaços distintos:

Pode-se e deve-se usar essas técnicas em diversas circunstâncias - na escola, grupos desportivos, clubes juvenis, quartéis militares, em centros de jovens em conflito com a lei, grupos comunitários etc. Também podem ser usadas com grupos de jovens numa sala de espera de uma clínica ou posto de saúde. Precisa-se, enfim, de espaço privado, tempo disponível, facilitadores dispostos (Promundo, 2006, p.15).⁶¹

Assim como no caso do Programa P, é o grupo reflexivo a forma organizacional por excelência na qual se materializa o Programa H. Para além da questão dos direitos sexuais e reprodutivos, o Programa H aborda temas tangenciais ao seu escopo principal como saúde mental, uso de drogas e prevenção da violência em todas as suas formas, fatores agravados por comportamentos masculinos decorrentes do modelo vigente de virilidade.

Portanto, trabalhar a inserção de homens jovens em terreno convencionalmente “feminino” implica rediscutir aspectos de gênero amplos, tendo em vista que a busca pelo ideal de “macheza” impede a formação do “ser pai” na mesma medida em que se gesta o “ser mãe”. Diante disso, a inversão de paradigmas de parentalidade, especificamente em cenários de vulnerabilidade, passa pela sincronização de três momentos: a participação no planejamento familiar e reprodutivo, ligado ao Programa H, e, sendo mais ligados ao Programa P; o envolvimento anterior ao nascimento da criança, com a ação de homens-pais nos cuidados da gravidez das mulheres-mães; e o envolvimento no pós-nascimento, com a participação na troca de fraldas, no fornecimento da alimentação, nos banhos dos bebês e na emissão de atos de carinho. Esse engajamento deve ser antecedido por um processo de tomada de consciência dos supostos benefícios trazidos ao próprio “eu”; afinal o cuidado parental implica o dispêndio de horas de trabalho.

Por fim, a “sopa de letrinhas” conta com o Programa M, voltado para o empoderamento de mulheres jovens, ou seja, a promoção da cidadania dessas, expondo o

⁶¹ O caderno fornece uma série de anexos com instruções e propostas de atividades para os grupos reflexivos. Ou seja, nele há um caráter de fundamentação do Programa, mas também um guia de operacionalização de atividades lúdicas, dinâmicas, oficinas e reuniões (Promundo, 2006).

fato de que a organização tem como um dos seus braços o ideário da igualdade de gênero desde a inclusão do seu sujeito habitual: as mulheres. Tendo como base o manual “Trabalhando com Mulheres Jovens: empoderamento, cidadania e saúde”, publicado no ano de 2008 – em parceria com Salud y Género, Instituto Papai, ECOS e World Education⁶² – e disponível no site da organização, é possível caracterizar o programa como metodologia direcionada ao trabalho em campos diversos, sendo os principais: gênero, empoderamento e direitos humanos; identidade e relações; violência; corpo e sexualidade; direitos sexuais e direitos reprodutivos; maternidade; e prevenção e convivência com HIV/AIDS (Promundo, 2008). Dessa maneira, para cada uma dessas dimensões, o material propõe atividades, recursos e procedimentos que podem ser utilizados na abordagem dos temas em contato com o público espontaneamente convocado para participação em grupos reflexivos. Portanto, o conteúdo elaborado é direcionado à educadoras (facilitadoras do gênero feminino) que irão atuar na mediação dos referidos espaços; pois contrariamente ao Programa H, no Programa M não há a figura do facilitador masculino.

A ideia de trazer mulheres jovens (e cisgênero) ao centro dessas atividades concerne ao local estratégico ocupado pela “juventude”, enquanto fase da vida, nos processos de subjetivação dos indivíduos. O programa entende por jovens aquelas mulheres entre 15 e 24 anos (definição da OMS⁶³), faixa etária relativamente ampla. Essa abrangência não implica, conforme a apresentação da metodologia, que os grupos não possam ser aplicados a outras idades ou que não possa haver divisões no conjunto 15-24. Não estão, igualmente, excluídas ideias envolvendo grupos mistos, com ambos os gêneros (Promundo, 2008). No caso do Programa P, homens e mulheres encontram-se em ações que dizem respeito às masculinidades e paternidades; afinal, ações centradas no cuidado tem consequências que incidem sobre as duas partes. No tocante ao Programa M, opta-se por priorizar espaços exclusivos e seguros para elas, já que o método “foi desenvolvido para ajudar educadoras a envolverem mulheres jovens em discussões sobre como ideias rígidas a respeito do que significa ser homem e mulher afetam as opções e escolhas de mulheres, em sua vida, saúde e sexualidade.” (ibid.,p.9). O foco, como se vê, incide sobre

⁶² O apoio técnico e financeiro para produção do relatório veio das seguintes instituições: Fundação Ford; Fundação MacArthur; Fundação Nike; Fundação Oak; International Planet Parenthood; Foundation/Western Hemisphere Region (IPPF/WHR) e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – Brasil (Promundo, 2008).

⁶³ A definição do IBGE, por sua vez, estipula que são jovens as pessoas de 15 a 29 anos, os quais se subdividem em: jovens-adolescentes (15-17), jovens-jovens (18-24) e jovens-adultos (25-29).

a desconstrução de paradigmas do “masculino” e do “feminino”, a fim de promover maior qualidade de vida a elas.

Ademais, os grupos reflexivos para mulheres são reduzidos, podendo incluir entre dez a vinte participantes, com durações que variam de 45 minutos a 2 horas; seu desenvolvimento pode ocorrer em clubes, escolas e organizações comunitárias e as atividades devem prezar por regras organizativas internas bem como pela garantia da privacidade de todas aquelas que se insiram ali. Para além das questões que estruturam a divisão do manual, os temas drogas, trabalho e participação comunitária são mencionados como eixos de atuação para as facilitadoras do programa (Promundo, 2008). Tal qual nas outras metodologias, o foco é mais voltado à conscientização do que a instrução prática de atos, comportamentos e gestos que possam ser levados à vida das participantes. Logo, trabalha-se para que os questionamentos das práticas sociais de gênero produzam despertar nas integrantes a respeito dos prejuízos sofridos como consequência da binariedade atribuidora de papéis opressores às mulheres, a qual relega a essas a função central de donas de casa, mães e esposas, com variações étnico-raciais, de classe e orientação sexual, mas que convergem em expectativas similares acerca das feminilidades (Zanella, 2018).

Cada atividade (grupo) do programa é organizado por etapas basilares: a primeira é o compartilhamento da proposta pela facilitadora, com as participantes; a segunda consiste na distribuição de materiais como cartolinas, marcadores, *flip-charts*, canetas, entre outros, para que as mulheres possam realizar intervenções lúdicas; a terceira corresponde à execução, a qual pode envolver leituras, escritas, montagens e exercícios físicos: pluralidade de vias para o alcance do objetivo geral do programa, materializado em sessões que, preferencialmente, devem ser únicas em cada dia, evitando a exaustão das integrantes (Promundo, 2008). Podem ser empregados “aquecimentos” ou momentos de preparação no início dos grupos; além de sugeridos temas, advindos das facilitadoras ou das facilitadas, sempre procurando evitar constrangimentos, a exemplo da coerção para que todas se pronunciem em relação aos assuntos focalizados.

A síntese das atividades do Programa M pode ser ilustrada pela animação em curta-metragem “Era uma vez outra Maria” que aparece, sob imagens, no manual e tem exibição recorrente nas ações do Programa, para referenciar as questões abordadas⁶⁴,

⁶⁴ O vídeo, que é uma animação, está disponível publicamente no link: [Era uma vez outra Maria \(Completo\)](https://www.youtube.com/watch?v=...) (youtube.com). O filme, de aproximadamente 20 minutos, narra a vida de uma jovem moça que deseja acessar o mercado de trabalho, ter liberdade estética e sexual e realizar atividades – incluso esportivas –

tendo em vista a pluralidade de temas que o atravessam e são relacionados à socialização e aos desafios enfrentados por mulheres ao longo de suas vidas. No decorrer e ao final das sessões de cinema, podem ser lidos textos-resumo sobre o que foi tratado, ou fornecidos *links* e referenciadas cenas de vídeos curtos. Destarte, o fornecimento de folhas de apoio impressas sobre os temas ou a elaboração das mesmas em cartazes, pelas participantes, constitui-se parte da metodologia de democratização da linguagem. Ao fim e ao cabo, às facilitadoras cabe “criar um ambiente aberto e respeitoso no qual as mulheres jovens possam se sentir à vontade para compartilhar e aprender com suas próprias experiências” (Promundo, 2008, p.12)⁶⁵. Essa abertura visa as mudanças de trajetórias, desde o fomento a novas atitudes individuais e deve levar em conta que, no dia a dia das integrantes, tomar as rédeas de suas vidas implica custos, principalmente se estivermos abordando mulheres que, além de jovens, são negras, vulnerabilizadas e periféricas. O empoderamento produz, então, a possibilidade de um embate (por vezes violento) com os companheiros, os filhos, os amigos e vizinhos e a família estendida.

O manual traz uma série de recomendações sobre como deve ser o perfil das facilitadoras. A palavra-chave que deve ser nelas condensada é o equilíbrio. As mulheres mediadoras dos grupos devem ser acessíveis sem deixar de ser profissionais; sérias sem deixarem de ser divertidas; envolventes sem renunciar ao seu protagonismo; assertivas e ao mesmo tempo neutras; e verificadoras sem serem intimidadoras (Promundo, 2008). Vale destacar que perguntas de aclimação como “Como estiveram desde o último encontro?”, “Aconteceu alguma coisa?” e “Vocês conversaram com alguém sobre os problemas discutidos na última sessão?” devem compor o ritual cotidiano e introdutório das ações, na tentativa de incorporar as integrantes naquilo que será debatido. A metodologia M é, nessa toada, um esforço permanente de geração de engajamento e interesse das mulheres, já que seus processos de “empoderamento” possuem duplo caminho: os seus e os das mulheres designadas como mediadoras.

consideradas masculinas, mas que o tempo todo sofre pressões sociais e subjetivas (representadas por um lápis e uma borracha) contra os seus desejos. Após breve relacionamento, sua vida é alterada com a chegada de uma gravidez indesejada.

⁶⁵ “Recomenda-se que, antes de ler ou trabalhar com o manual, a facilitadora tenha adquirido noções básicas acerca de conceitos como ‘gênero’ e ‘sexualidade’, e tenha atravessado um certo nível de autorreflexão a respeito de suas próprias experiências e lutas envolvendo os temas do manual. As facilitadoras se tornam, frequentemente, importantes modelos e fontes de informação e apoio para as mulheres jovens. Por essa razão, é importante que elas tenham recebido treinamento suficiente em trabalhar com mulheres nos temas em questão, e tenham uma estrutura de apoio e recursos de organizações e/ou outros educadores e facilitadores” (Promundo, 2008, p.12)

Conforme o cenário aqui apresentado, o alinhamento dos três programas (P, M e H, aplicados preferencialmente nos grupos) tem se somado, recentemente, aos programas D, de diversidade, e J, de juventude, dos quais tomei conhecimento pelo entrevistado 02. Embora o D e o J ainda não contem com sistematização, já existem materiais da organização direcionados à promoção da diversidade sexual e de gênero, com foco no setor privado, e ações voltadas a homens adolescentes e jovens. Nessa toada, igualmente, começam a aparecer com frequência menções a pessoas LGBTQIA+ nos documentos, o que demonstra que a instituição tem buscado se alinhar ao avanço das ações dos movimentos sociais nos últimos anos, desde a propulsão – com consequente incremento de repercussão – de atores outros na esfera pública. Um programa para paternidades; outro para homens e direitos sexuais e reprodutivos e outro para o fortalecimento das mulheres em diversas arenas, formam, portanto, a espinha dorsal de quase todas as atividades da organização 01. Longe de separados, os três estão conectados em seus propósitos de envolver, em medidas distintas, mulheres e homens em políticas para as masculinidades – via sociedade civil – que redefinam as expectativas de gênero, promovendo a equidade.

2.1.2 Parcerias institucionais: o fluxo internacional do Promundo

A mobilização do Instituto Promundo como organização globalizada e situada na teia governos-empresas-organismos internacionais-sociedade civil possibilita que diretrizes formuladas por especialistas (das humanidades em geral) atravessem o espaço e o tempo, sendo traduzidas em materiais e planos institucionais, e cheguem até os cenários de aplicação das intervenções, no qual estão situados os indivíduos componentes do público de atuação. Há, portanto, movimento que advém da arena externa e alcança a arena interna institucionais. Mesmo processo que se dá do global ao local ou do estrangeiro ao nacional – por meio das parcerias a ser listadas – promovendo a ocorrência de adaptações às variabilidades sócio culturais encontradas nesse trajeto. O objetivo desse caminhar é o alcance de impactos micro sociológicos entre homens e mulheres socializados desde a primeira infância nos paradigmas tradicionais (e correntes) de gênero, os quais se baseiam em comportamentos, expectativas, papéis e responsabilidades específicos para o “masculino” e o “feminino”, relegando a esse o cuidado com o outro. Esse grupo de homens e mulheres corresponde tanto aos participantes dos grupos

reflexivos da instituição quanto aos profissionais da assistência social capacitados em ações junto aos governos; e a outros públicos alcançados pelos conteúdos produzidos que circulam através de *podcasts*, manuais, cartilhas, relatórios, livros, vídeos, palestras e postagens em redes sociais.

A quebra ou reforma da cadeia socializadora, contudo, neste caso, não leva em conta somente o marcador de gênero. O movimento do macro político ao micro social vai ao encontro, especialmente, do marcador da raça. São os homens negros (pretos ou pardos) aqueles que mobilizam a maior parte dos recursos institucionais, desde a retórica antirracista e/ou interseccional. A ideia é não apenas incluir as masculinidades negras ao debate sobre cuidados, paternidades e sexismo – apresentando a superação desse último como benéfica aos próprios homens – mas também valorizar as imagens de pais negros (cisgêneros e heterossexuais), assimilando-os à ordem simbólica patriarcal, que, historicamente, excluiu-os da função do *pater*, com especial atenção ao período colonial e da escravidão, originador desse fenômeno (fato que veremos exposto de forma mais detida no capítulo 03).

Se, em geral, homens negros são vistos como selvagens, violentos e sexualmente impulsivos (Davis, 2016), o que se busca, nos discursos e materiais levantados, é apresenta-los como “pais de família” amorosos, valorosos e honrados (bem como engajados nos cuidados dos filhos) quanto o seriam homens brancos. Esse outro formato das masculinidades negras decorre de processo de revalorização ontológica e iconográfica (predominantemente racial) somado a processo de transformação e alternância (predominantemente de gênero). Por outro lado, o escopo de atuação da organização deixa nítido que o homem negro encarna uma série de problemas em geral atribuídos (via dados estatísticos) aos homens enquanto grupo social; a maior medida desses dilemas entre sujeitos racializados se relacionaria com aspectos de precariedade socioeconômica e mesmo territorial.

Aos homens negros, acrescentam-se os homens indígenas e/ou ribeirinhos como indivíduos que despertam a preocupação dos atores institucionais engajados na transformação social. Corresponde a eles a retórica decolonial, ou seja, de inversão de atos e fundamentos que marcaram o tratamento das metrópoles europeias com comunidades originárias e/ou tradicionalismo Brasil, nas Américas, na África e na Ásia, regiões seladas por processos de imposição e etnocídio exportados do continente europeu. A decolonialidade como marca organizacional buscada (Promundo, 2019, 2020, 2021,

2022) subjaz ao antirracismo como elemento que também compõe os anseios políticos do Instituto, haja vista que estes povos são também povos não brancos e, portanto, vitimados pelo racismo presente na história e nas instituições nacionais.

As masculinidades de comunidades originárias e tradicionais foram incorporadas como objetos de trabalho em 2021, ano em que se começa a passagem da virtualidade estrita para a presencialidade gradual das atividades. Porém, essa colocação como “objeto” se deu sob uma outra lógica, na qual o campo de atuação tornou-se também campo fértil de produção, envolvendo os indivíduos e seus saberes, e relegando à organização (em sincronia com pesquisadores locais, também “estrangeiros” às comunidades) a função de sistematização de conhecimentos captados localmente. É o público-alvo que ensina e não é ensinado e, em consequência, passar a ser agente do seu próprio destino, ao compreender que suas práticas de cuidados e de parentalidades (elementos gendrados) não são – e nem devem ser – meras reproduções daquilo que constitui a cultura branca, urbana e hegemônica.

Desde a linha adotada pelo Instituto, os ganhos obtidos em termos micro sociais por meio das empreitadas organizacionais contribuem, junto a outras iniciativas não governamentais esparsas (ainda que possam ser organizadas em alianças, redes ou parcerias – como as mencionadas na classificação do entrevistado 02), para pôr em xeque dois problemas constitutivos da formação nacional: as desigualdades raciais e as desigualdades de gênero, as quais, nos seus entroncamentos, prejudicam em maior medida homens negros e mulheres negras. Ambas as formas de iniquidade são consequências de longo prazo de aspectos da organização social colonial do patriarcado racial brasileiro, categoria sócio histórica que é também ordem característica do modo como estão estruturadas as posições de poder (inclusive político) no cenário nacional. Nas proporções devidas e em grupos selecionados, as ações contribuem para impactar questões sociais solidificadas e expõem a capacidade de articulação e comunicação que entidades fora do Estado possuem na intervenção sobre problemáticas que tem adquirido relevância cada vez maior.

A partir do quadro abaixo, construído com base nos relatórios 2016-2019, 2020, 2021 e 2022 da organização 01, constata-se que, no que diz respeito às parcerias (que são técnicas e não de injeção financeira, como levantado pelos entrevistados) com instituições locais e internacionais, foi possível constatar que as entidades internacionais se constituem como as maiores parceiras – quantitativamente – do Promundo, o que não

diminui a importância dos vínculos nacionais estabelecidos, inclusive os eventuais com órgãos de governo, notadamente aqueles relacionados com as políticas da assistência social (projetadas em sistema único) em diferentes estados da federação, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, para onde a organização tem alargado suas ações.

Quadro 3 - Mapeamento das parcerias do Instituto Promundo com instituições nacionais e internacionais e caracterização das instituições parceiras (2016-2022)

Instituição	Nacionalidade	Proposta Global
Alegria AHOI	Alemanha	Projeto social localizado na Favela de Guararapes no Rio de Janeiro, que visa combater a criminalidade e a pobreza entre crianças e adolescentes através da promoção de atividades esportivas.
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância	Brasil	Organização da sociedade civil que atua em ações de desenvolvimento de mídia e comunicação, especialmente voltadas para promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.
Associação Voluntários para Serviço Internacional Brasil	Brasil	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua no empoderamento de pessoas em situações de vulnerabilidade ou emergência humanitária
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento	EUA	Instituição financeira internacional ligada à ONU, que oferece empréstimos à empresas e governos de países em desenvolvimento.
Bernard Van Leer Foundation	Holanda	Fundação privada que atua em âmbito internacional no desenvolvimento da primeira infância, a partir de parcerias com governos e organizações sem fins lucrativos.
Bolsa de Valores Socioambientais - Sexual Exploitation No!	Brasil	Segmento da Bolsa de Valores de São Paulo que financia projetos de organizações sociais e ambientais brasileiras voltados à educação
Brazil Foundation	EUA	Organização que visa a produção de impactos sociais e ambientais no Brasil por meio da integração entre OSCs e doadores
Comic Relief	Reino Unido	Organização de caridade voltada ao combate à fome e à pobreza em nível global, com foco nos países da África e no Reino Unido.

IBD Exploring Teen Dating Violence	Não foram encontradas informações	Não foram encontradas informações
International Development Research Centre (IDRC) – IMAGES Research in Brazil and Maputo	Canadá	Instituição ligada ao Parlamento canadense e às diretrizes de política externa do país; financia projetos sociais em países em desenvolvimento.
Fundação ABRINQ	Brasil	Fundação promotora dos direitos da criança e do adolescente seja através da mobilização para projetos sociais seja através do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas
Fundo Angela Borba	Brasil	OSC também conhecida como Fundo Social de Investimento Social ELAS; investe em ações que promovem os direitos e o protagonismo da mulher na sociedade.
Fundação Open Society	EUA	Rede internacional de filantropia que financia grupos da sociedade civil em todo o mundo, especialmente em temas como educação, saúde, liberdade de imprensa e justiça social.
Fundo Uno SIDA	EUA	Fundo global de combate ao HIV AIDS, ligado à Organização das Nações Unidas.
Galpão Aplauso	Brasil	Espaço de oferta de cursos profissionalizantes e artísticos para jovens de comunidades do Rio de Janeiro e de outras localidades (via internet)
Global Grace	Reino Unido	Organização de fomento à igualdade social e de gênero no Reino Unido e em países em desenvolvimento; é liderada por pesquisadores britânicos.
Instituto Caixa Seguradora	Brasil-França	Instituto ligado à Caixa Econômica Federal, voltado para investimentos sociais e ações de desenvolvimento socioambiental, e com foco de atuação na juventude brasileira.
Instituto CNP	Brasil	Instituto voltado ao apoio à OSCs em projetos voltados ao combate às desigualdades sociais, à conservação ambiental, ao incentivo ao empreendedorismo e ao acesso à saúde e ao bem estar.
Kindernothilfe (KNH)	Alemanha	Organização cristã de caridade que financia projetos de desenvolvimento social direcionados à infância

L'Oreal Paris	França	Empresa multinacional francesa de cosméticos fundada pelo empresário e químico Eugène Schueller em Clichy no início do século XX
MAC AIDS FUND	EUA	Organização que concede fundos para comunidades e organizações que oferecem serviços a pessoas com HIV/AIDS e ajudam a prevenir a doença por meio de programas educacionais
Oak Foundation	Suíça	Fundação que financia organizações ao redor do mundo, visando impactos ambientais, globais e sociais, em atuações multitemáticas.
Plan International	Reino Unido	Organização promotora dos direitos das crianças, com ênfase na igualdade de gênero.
Porticus	Holanda	Fundação filantrópica da família Brenninkmeijer (proprietária da rede varejista C&A) que investe e promove projetos sociais de organizações e entidades beneficentes ao redor do mundo
Serviço Social do Comércio	Brasil	Fundação voltada à promoção de educação, saúde, cultura, lazer e assistência a cidadãos e cidadãos brasileiros.
South African Medical Research Council	África do Sul	Organização de pesquisas médicas e financiamento do desenvolvimento científico na área da saúde; liga-se ao governo sul-africano.
The Freedom Fund	EUA	Fundo global de combate ao trabalho escravo
Technical Assistance (GIZ)	Alemanha	Organização que presta assistência técnica (know-how) à organizações da sociedade civil e à corporações; liga-se às diretrizes da política de desenvolvimento alemã.
Uber	EUA	Multinacional prestadora de serviços de transporte por aplicativo
UNICEF	EUA	Organização internacional vinculada às Nações Unidas que atua na promoção que atua na promoção dos direitos das crianças, especialmente das mais vulneráveis.
Universidade de Huddersfield	Reino Unido	Instituição de ensino superior britânica que oferta cursos de graduação e pós-graduação, atendendo ao público local e internacional.
UN Women – Fund for Gender Equality	EUA	Fundo das Nações Unidas dedicado ao empoderamento

		econômico e político da população feminina através do financiamento de organizações sociais
UNTF – Prevention of Violence Against Women	EUA	Fundo das Nações Unidas dedicado ao financiamento de organizações que promovem ações de prevenção à violência de gênero
UN Trust Fund to End Violence against Women – UN Women	EUA	Fundo das Nações Unidas dedicado ao financiamento de organizações que promovem ações de combate à violência de gênero
USAID	EUA	Agência de desenvolvimento internacional estadunidense, responsável por conceder ajuda externa do país a nações parceiras e organizações sociais, conforme diretrizes da Secretaria de Estado.
Verasel ⁶⁶	Não identificado	Não identificado

Fonte: Promundo (2019, 2020, 2021, 2022)

Os dados das parcerias foram coletados para os intervalos de 2016 a 2019 (primeiro relatório), 2020 (segundo relatório), 2021 (terceiro relatório) e 2022 (quarto relatório), o que indica que nem todas as parcerias – predominantemente técnicas – estiveram presentes em todos os anos, sendo a maior parte delas concentradas no espaço temporal abarcado pelo relatório número 01. Logo, há alternância na presença das parcerias, sendo algumas identificadas em um dos intervalos temporais e não nos demais. Do total de organizações mapeadas, 13 são norte-americanas, maior número, sendo seguido pelo correspondente ao Brasil (08 instituições). Entendo que os bancos e organizações de caráter multinacional, embora classificados como globais, podem ser inseridas no âmbito da nacionalidade estadunidense, dada a presença de sede no país. Outros destaques são o Reino Unido com 4 parcerias, a Alemanha com 3 parcerias e Holanda e França com 2 parcerias. Não foram encontradas informações e não foi identificada a existência da instituição listada para 1 caso respectivamente cada.

Vale apontar que entre estes parceiros, há embaixadas estrangeiras, organizações interestatais derivadas do sistema das Nações Unidas, fundações filantrópicas ligadas à

⁶⁶ Constatei, a partir de buscas na *web*, a existência de empresa no ramo da celulose de nome Verasel, sediada na Bahia, cuja atuação pauta-se, conforme invocado em seu site, pelos princípios do desenvolvimento sustentável. Entretanto, devido a mudança da letra “c” pela letra “s” no relatório, não posso afirmar se essa é a mesma instituição mencionada.

conglomerados ou famosas famílias e empresas que incentivam ações sociais. Em aberto, resta questão que exigiria pesquisa de maior abrangência e densidade do que a presente tese: quais as motivações presentes nesses parceiros internacionais que justificam a atuação no campo da modificação das masculinidades, em especial de homens negros e periféricos, no Brasil? Deixo esta provocação em aberto. A entrada das masculinidades no discurso “globalista” a partir da década de 1990, enquanto fato histórico crucial a esse debate, pode fomentar caminhos analíticos e de pesquisa que respondam a essa pergunta. Quanto ao espaço temporal dos relatórios identificados, a pandemia de covid 19 e a reorganização do Instituto são dois fatores que tomaram o protagonismo da análise. Dos quatro relatórios os quais tomei contato para coleta de informações para a pesquisa, três (2020, 2021 e 2022) são baseados em atividades e projetos executados em contexto no qual as metodologias organizacionais tiveram de ser adaptadas para ao âmbito *online* e posterior, e gradualmente, retomadas para sua aplicação em interações face a face.

O contexto da pandemia impôs questões específicas de acentuação das desigualdades de gênero e raciais que também precisaram ser levadas em conta, desde o incremento de ações emergenciais humanitárias que anteriormente não estavam no foco da OSC. Isso evidencia a capilaridade da política voltada às masculinidades, especialmente diante das singularidades de uma situação geracional inédita, que representou uma ruptura em relação às formas tradicionais de atuação das organizações da sociedade civil. O relatório antecedente (2016 a 2019), por sua vez, condensa o novo momento do Promundo, caracterizado pelo resgate de sua solvência; e no qual optou-se pela aproximação com o universo das políticas (de Estado e de governo), expressa pela transferência da sede para Brasília; e igualmente por modificações no planejamento e implementação das ações. Foi a partir desse primeiro relatório que comecei a tomar conhecimento das metodologias H, M e P (a sopa de letrinhas), as quais se somam à emergente metodologia D, que me foi apresentada por um dos entrevistados. Métodos esses que norteiam os projetos sociais da organização, aparecem com frequência nas descrições dos documentos e são explicados extensamente em materiais à parte, disponibilizados no *site* da organização e explicitados na descrição realizada na primeira seção do capítulo anterior.

Em geral, as instituições pertencentes à sociedade civil possuem nos discursos organizacionais uma de suas principais marcas. Sua missão, visão e valores (no caso aqui analisado, explicitados no último relatório) são fatores presentes na própria concepção de

planejamento e de apresentação ao público. Os elementos empregados com intensidade nos documentos escolhidos são também acoplados, em grau igual ou maior/menor, nas atividades desenvolvidas. Essa linguagem, que oscila entre táticas empresariais de mercado e modos de enunciação tipicamente acadêmicos (como a discussão teórico-conceitual sobre decolonialidade e masculinidades negras, na qual se recorre a diferentes autores desses campos), forma um exemplar de empreendedorismo social no campo das masculinidades e paternidades, tocando uma série de temas transversais que são síncronos ou não com esses dois e incorporando, ao ritmo dos avanços dos debates de identidade nos últimos anos, novos problemas sociológicos que consistem em alvos necessários para a transição de um quadro societário eivado de desigualdades e violências para panorama em que a dignidade humana é efetivada como princípio cotidiano.

Em suma, o Instituto Promundo compõe o fluxo dos processos transformacionais que tem ocorrido nas últimas décadas, em gradual visibilização dos homens em cenários importantes para a constituição da sociedade civil e das políticas públicas, conjugando desde a década de 1990 como parceiros alguns organismos sociais atuantes em plêiade de questões que afligem os sujeitos na contemporaneidade, e complementares à ação estatal. Entendo estarem inclusos esses processos transformacionais de gênero (no encontro com demais marcadores, especialmente de raça) no âmbito das políticas das masculinidades no Brasil, em seu formato institucionalizado, ainda incipiente em número de organizações, porém articulado globalmente, desde a formação de teias importantes com diversos atores que mobilizam igualmente o conceito de “masculinidade” como estratégico, sendo esta categoria de gênero interna também a uma geopolítica imperialista, fundada nos direitos humanos.

2.2 Projeto MEMOH

O Projeto MEMOH, segundo caso estudado nesta pesquisa, é uma organização fundada no Rio de Janeiro (RJ) no ano de 2017. Autointitulado “negócio social”, a instituição não se configura como organização da sociedade civil, mas empresa que atua com a questão das masculinidades, estabelecendo vínculos com outras instituições privadas e com organismos internacionais que se mobilizam pela agenda da revisão dos comportamentos masculinos. O centro da atividade organizacional são os grupos reflexivos auto organizados, virtuais e semestrais, ofertados de modo gratuito e abertos a

participantes maiores de dezoito anos; porém, na seara dos serviços ofertados – como via de obtenção de financiamento – são protagonistas os *workshops*, palestras e seminários sobre a temática do ser homem e os caminhos para transformá-lo. Nesse sentido, seu principal “produto” tem sido a reforma de gênero.

Inicialmente, as reuniões com os homens eram presenciais, na capital carioca ou em São Paulo (SP). A partir da pandemia de Covid 19, contudo, a transferência compulsória para o ambiente *online* possibilitou que participantes de outras regiões do país pudessem conhecer a iniciativa, fato narrado pelo entrevistado 03 da pesquisa. Ainda que esse formato mais inclusivo possua limitações, fora mantido por ter maior número de facilidades quanto a participação regular de homens, o que não impede desistências durante os processos. Esses espaços têm a divulgação de suas atividades realizada no perfil oficial do projeto, o qual faz circular, sob recortes plurais, conteúdos que serão aqui (posteriormente) analisados. Contudo, vale apontar que esses grupos reflexivos, organizados pela instituição, seguem metodologia própria, inspirada pelos grupos reflexivos para homens autores de violências contra as mulheres do Instituto Noos.

Os procedimentos dessa metodologia basilar, desenvolvida por equipe de psicólogos, são descritos abaixo:

A metodologia segue alguns momentos importantes de execução. Um deles é o disparador de conversas, que pode acontecer com diferentes estímulos materiais, entrevistas, desejos, reportagens, algo que estimule a reflexão e a circulação de ideias sobre um tema. O segundo momento é a reflexão grupal sobre esta primeira etapa, com perguntas reflexivas, perguntas sistêmicas circulares, recursos conversacionais, gerando debate grupal. O terceiro momento é a síntese da discussão do dia, que caracteriza os novos sentidos e significados colocados no grupo, que representam sua coletividade e podem ser registrados e recordados posteriormente. Outros dois aspectos muito importantes dizem respeito à atenção aos diálogos internos e ao cuidado especial na escuta, ou seja, em como escutar e observar o grupo em sua interação, em seus sentidos e significados, não colonizando ideias e sim trazendo e estimulando a troca de experiências e descrições diversas dos fenômenos e relações vividas. Como etapas das sessões grupais temos uma atividade inicial de acordo de convivência, onde se escolhe coletivamente e se justifica as regras do grupo, além do momento de escolha dos temas a serem discutidos (Beiras, Bronze e Schneider, 2020, p.65).

Para além das postagens sobre o tema da paternidade (cruzada com aspectos raciais e sobre diversidade sexual e de gênero) constantes no perfil oficial no *Instagram* a ser analisadas no próximo capítulo, obtive, de modo informal – por meio do site, do *podcast* e de vídeos relativos ao projeto –, mapeamento de parcerias que compõem a rede que engloba o “ecossistema de produção de conteúdo” representado pela iniciativa.

Importa afirmar que o presente caso está atrelado à lógica mercadológica dupla: há dimensão com fins lucrativos que faz circular a masculinidade como “moeda de troca”, sendo a revisão microssocial de comportamentos masculinos demanda empresarial com vistas à inserção dos trabalhadores em *ethos* corporativo socialmente responsável. A outra dimensão, para além da prestação de serviços, corresponde às ações finalísticas não lucrativas, afins a um dos propósitos originários do projeto: reunir homens para compartilhar suas inquietações.

O contato com o membro entrevistado (03) pela organização se deu após tentativas de marcar conversa por meio de e-mail oficial, perfil oficial da página e perfil pessoal do *Instagram*, sem respostas em cada um. Somente com acesso ao e-mail pessoal do entrevistado, agendei diálogo com algumas semanas de antecedência. Frente à distância do meu interlocutor (residente no Rio de Janeiro/RJ), a interação pesquisador-pesquisado ocorrera na plataforma Google Meet em julho de 2024. Essa conversa se deu de modo paralelo às observações da página no *Instagram* e às sondagens de conteúdos lançados pela instituição. Como nas demais organizações, a problemática que entrelaça masculinidades e paternidades aparece com frequência nas cenas virtuais expostas. Os exemplos desse processo se situam em perfil cuja essência é mais institucional do que nos demais casos, predominando, nas publicações, as menções aos temas – e eventos promovidos sobre esses – e não abordagem direta de comunicação com os seguidores.

O MEMOH surge como resultado da percepção de tendência publicitária ocorrida na segunda metade da década de 2010. Essa tendência teria sido responsável por alinhar as empresas com corpos discursivos e ações direcionadas à promoção da equidade. Houve, desde então, a proliferação de iniciativas de inclusão de mulheres, pessoas negras e, em menor medida, de pessoas LGBTQIA+ no mundo corporativo como forma de tornar o setor privado espaço mais acolhedor. Para o entrevistado 03 a existência dessa espécie de “moda” foi ao encontro de interesses práticos, relacionados ao desenvolvimento de um modelo de negócios sociais que tanto pudesse impactar o modo como as relações sociais (especificamente de gênero) se estabelecem quanto gerar renda para si os demais membros iniciais da iniciativa, já que a vinculação ao empreendedorismo social operaria como modo de transição de carreira:

Entrevistado 03: O MEMOH começa em 2017, né? É isso. Eu sou publicitário de formação. Atuava no mercado publicitário. Já tava querendo mudar de... dar uma guinada na carreira profissional, na minha atuação profissional. E num desses cursos muito doidos, eu fiz quase que uma pós, assim, de um curso

chamado Desenvolvimento de Negócios Sociais Inclusivos, que é uma linha de empreendedorismo, né? Que é um empreendedorismo social, que é a coisa de negócios de impacto. Negócio de impacto social, né, que chama. E aí eu pensei ali em um modelo de negócio que foi o MEMOH. Então, assim que surge, do ponto de vista mais prático da história, é assim que a coisa aconteceu.

Seu desejo de trabalhar com questões sociais foi desenvolvido por série de fatores, sendo um deles o desgaste psíquico manifestado com relação às demais experiências profissionais, a inserção no carnaval de rua, no qual tomou contato com questões reivindicatórias a exemplo das pautas anti sexistas; e a participação em campanhas políticas, iniciada por volta de 2013/14. Houve, nesse sentido, a passagem de uma atividade publicitária menos para outra mais engajada com questões coletivas. O contexto político que é pano de fundo para a narrativa do entrevistado passa por acontecimentos históricos como as Jornadas de Junho de 2013, a realização de uma Copa do Mundo no país, além das eleições gerais de 2014, todos esses com repercussões sociais posteriores. Esse é também cenário de emergência de mobilizações feministas que pautaram a defesa dos direitos das mulheres contra retrocessos pautados no Congresso Nacional à época. Toda essa atmosfera influenciou no modo como o entrevistado concebia o seu ofício:

Entrevistado 03: Eu tava querendo mudar meus rumos de publicitário, já tava agoniado com a minha carreira, queria dar uma outra guinada. Nesse período da minha vida, né? Eu tinha voltado pro Rio de Janeiro, eu morei em São Paulo há muito tempo, sou do Rio, sou de Niterói, na real. Eu nasci e fui criado em Niterói, me mudei, ainda na faculdade fui pra São Paulo, voltei, mas aí não pra Niterói, já no Rio. E aí logo que voltei, trabalhei ainda em agência, depois fui pro marketing da Coca, e aí tava meio agoniado com a minha atuação profissional.

E aí eu já queria fazer alguma coisa relacionada a impacto positivo, impacto social. E aí entrei nesse curso, e meio que entrei nessa de masculinidades, vislumbrando ali uma maneira de atuar, de se sentir politicamente, e ao mesmo tempo ter isso como uma profissão, como um sustento mesmo. Então nasce nesse contexto. E aí especificamente sobre masculinidades, né, eu tava ali investigando alguma coisa que fazia sentido pra mim também, pra eu estar fazendo uma ruptura dessa de carreira, tinha que ser alguma coisa de fato muito pertinente pra mim pessoalmente, não só do ponto de vista de negócios. E aí essas questões de gênero estavam muito ali no meu contato direto, das pessoas que eu frequentava, os eventos que eu participava, essa coisa da rua, do carnaval e tal, tava muito presente, e o movimento de mulheres já tava me fazendo refletir sobre algumas questões, me sentindo mais babaca do que eu pensei que fosse, como eu costumo dizer. E aí veio essa ideia de falar com o homem sobre isso.

Como atestado por seu relato, o entrevistado 03 passou por diferentes mudanças de cidade bem como por mudanças de locais de trabalho antes da sua decisão de construir, conjuntamente a outros homens, um negócio, cujos principais *outputs* são processos que visam a transformação social, expressos por meio de atividades públicas. Além dos contextos empresarial e político, mudanças no campo publicitário e de consumo geraram maior abertura para que questões de gênero, sexualidade, raça/etnia, dentre outros, se tornassem modelos de negócios. Ou seja, a mobilização histórica dos movimentos sociais desembocou em mudanças no interior do Estado e nas suas normas e práticas institucionais, bem como em alterações no modo pelo qual são incorporados, no campo do mercado, públicos sócio economicamente marginalizados. A publicidade tem sido um dos meios mais eficazes de veiculação de imaginários, na medida em que é construída com a intenção de produzir convencimento acerca de uma causa/ideia, pessoa, produto ou serviço. O entrevistado 03 captara – como em aspectos das demais dimensões – a circulação desses novos paradigmas como oportunidade de levar a frente suas ideias.

Com base nos seus interesses pela discussão circulante de gênero, o entrevistado 03 optou por enfatizar a questão das masculinidades, inclusive como via de transformação pessoal. Nas suas palavras, tornar-se “homem menos babaca” foi uma janela aberta simultaneamente ao projeto de empreendedorismo social direcionado à problemática. O que seu relato expõe é que, a princípio, a incorporação dos debates de gênero e masculinidades como moedas de ganho não os excluem como interesses políticos que atravessam a própria trajetória. A fim de estruturar fisicamente as tarefas propostas, o entrevistado começou a organizar os encontros na sua casa, espaço inicial no qual se estabeleceram os grupos reflexivos que vem a ser a marca principal de atuação do projeto. Esse florescimento, portanto, conforme ele, não se deve a um episódio extraordinário na sua biografia ou na biografia dos outros membros do projeto, mas à dupla de fatores já elencados (interesse profissional e interesse político), ressalva que ele fez questão de frisar em nosso contato.

Os encontros, inicialmente pequenos, rapidamente se difundiram, tornando-se cada vez maiores em participantes e na quantidade de edições. É importante dar destaque a essa primeira etapa da organização, tendo em vista que o empreendedorismo social das masculinidades relacionado ao MEMOH não surgiu com a oferta de serviços de assessoria/consultoria, mas por meio da realização de grupos gratuitos para homens inquietos com as exigências e incompletudes de ser e estar no mundo em sua posição de

gênero. Essa gratuidade é um princípio mantido até os atuais grupos reflexivos, com a diferença de que, inicialmente, tais momentos eram exclusivamente presenciais, enquanto são agora exclusivamente virtuais.

A projeção, adquirida por esses espaços de ressignificação do masculino, permitiu que a instituição pudesse se projetar com uma carteira de “produtos” de mobilização e transformação social. Ao se posicionarem no espaço dos grupos reflexivos, os participantes selecionados pelo MEMOH podem se mostrar “frágeis” na medida em que são sujeitos políticos alinhados às preocupações com as desigualdades existentes entre homens, mulheres e demais indivíduos com identificações diversas e ao mesmo tempo expressar seus dilemas individuais, os quais podem encontrar vazão em terrenos coletivos.

Conforme o entrevistado 03, a ideia não é que os grupos reflexivos funcionem como espaços terapêuticos. Afinal, não são estruturados profissionalmente para a recepção das demandas psíquicas dos homens participantes e nem guardam a promoção da saúde mental como intenção originária. A noção de operar como espaço de troca de sujeitos que vivenciam experiências comuns está relacionada ao ideário de um coletivo político masculino que não silencia diante das práticas sexistas que perpassam o cotidiano dos indivíduos em diferentes esferas (afetivo-sexual, doméstica, familiar, profissional etc.). Neste sentido, a existência dos grupos enquanto porta de entrada dos trabalhos da organização é uma ferramenta fundamental de fortalecimento de uma conscientização que é dada previamente, na medida em que estão mobilizados nesses espaços indivíduos que, de alguma forma, são atravessados pelos debates contemporâneos acerca da mudança comportamental dos homens:

Entrevistado 03: O propósito do MEMOH, né, a maneira que a gente coloca, é mobilizar homens pela equidade de gênero por meio do debate de masculinidade. Então o que a gente almeja é uma transformação social mesmo, né? A revolução feminista (riso tímido), algo do tipo. Então a ideia é chamar os homens pra atuarem também, né? Eles não fiquem de fora dessa luta política, assim, deles também se envolverem com isso. E aí a nossa estratégia, né, é envolvê-los falando sobre homens e masculinidades.

Subjaz ao discurso enunciado que homens envolvidos nas conversas sobre masculinidades (desde uma perspectiva crítica) são capazes de construir pontes com as causas feministas. Dessa forma, o objetivo não é um debate microssocial, com as práticas

que dele se desdobram, restrito ao universo pessoal dos participantes, mas a construção de atividades que sejam capazes de repercutir, com sua metodologia, em outros locais nos quais homens estão colocando em questão o suposto local de dominância que as práticas sociais os reservam. Para operacionalização da metodologia dos grupos – própria do MEMOH – há uma ordem na qual ocorre a distribuição de papéis entre os participantes, a geração das conversas a partir das provocações chave de cada encontro, a composição de ciclos semestrais virtuais abertos a participantes de todo o Brasil, mas previamente selecionados dado o alto número de inscrições; e a indicação de práticas, relacionadas aos debates instituídos em cada encontro.

Os grupos possuem limite de 25 pessoas, de modo a facilitar as trocas, sendo preferível o teto de 20 integrantes. Ademais, o ciclo de encontros é composto por dez momentos distintos e de periodicidade quinzenal, nos quais, sob a dinâmica da roda de conversa, um participante fica responsável por ser o líder da rodada, levantando alguma inquietação pessoal que abre o debate, em geral sob a forma de pergunta-incômodo, a qual mobiliza os demais participantes a falarem. Esse líder é, portanto, um tipo de protagonista dos encontros; sua função, todavia, é alternada, sendo diferente o ocupante da liderança a cada um dos momentos.

Cada encontro do projeto é aberto com uma explicação das diretrizes de funcionamento dos grupos, de modo a deixar claras as suas regras, bem como diferenciá-lo de um grupo de estudos sobre masculinidades ou de um tratamento terapêutico coletivo, tendo em vista que alguns participantes podem e são levados a conduzir sua participação como se estivessem vinculados a esses tipos de propostas (ou mesmo iniciar a inserção nos ciclos com expectativas específicas acadêmicas ou de cura). Vale ressaltar que o primeiro e o décimo (último) encontros funcionam como momentos, respectivamente, de apresentação e fechamento/revisão do ciclo, não sendo associados com questões temáticas formuladas pelos líderes. Portanto, o funcionamento do formato roda de conversa se dá entre o segundo e o nono encontros, considerados a motriz dos processos reflexivos semestrais. Além dos líderes da rodada, os encontros contam com dois caseiros, que, conforme o relato do entrevistado, são figuras fixas, responsáveis, durante todo o ciclo, por facilitar as atividades. Os caseiros coordenam os encontros, explicam as regras, mantêm contato com os participantes pelo WhatsApp ou na plataforma do projeto, e participam eventualmente das discussões, sendo espécies de “participantes com responsabilidades” nas palavras dele:

Entrevistado 03: Mas... Como funciona, né? São grupos fechados, a gente hoje convoca 25 homens por grupo, entendendo que o número ótimo de participantes no mesmo encontro é de 20, né? Aí tem 25, até 25 participantes por grupo e dois caseiros, que a gente chama, né? Que são os facilitadores do grupo. Esses facilitadores eles têm algumas responsabilidades organizativas também, assim. Então, eles que lembram, marcam na agenda das pessoas, eles que ajudam a pessoa que vai propor o tema, bom, explicando melhor, né? Grupos de até 25 homens, um grupo fechado, que dura um semestre. Então, é um ciclo de encontros, que dura 10 encontros. Então, são 10 encontros em um semestre. Numa periodicidade quinzenal. Aí a gente tem um primeiro encontro, que a gente chama de encontro inaugural, que é pra as pessoas se conhecerem ali, pra o grupo se entender como grupo, a gente faz uma dinâmica ali, pra eles interagirem individualmente, em trios e tal, pro grupo dar uma liga, né? Pra a gente trocar uma ideia, criar um senso de pertencimento entre aqueles homens ali. Do segundo encontro ao nono, é a dinâmica de roda de conversa de um grupo reflexivo mesmo, né?

Do segundo ao nono encontro, essa dinâmica de roda de conversa, sim. Mas a gente tem pra fazer essa roda de conversa. E no último encontro, é o encontro de encerramento que a gente passa por todos os encontros do segundo ao nono. Desde o primeiro, na verdade, a gente faz um resgate pra ter uma conclusão. Mas do segundo ao nono é a coisa acontecendo efetivamente. E aí a gente tem algumas figuras chaves nesses encontros de roda de conversa, com essa dinâmica de roda de conversa. Que são os caseiros, que eu estava explicando agora, que são os facilitadores do grupo, são duas figuras fixas. Eles começam sendo caseiros e terminam o ciclo sendo caseiros. Mas eles também são participantes. Então eles podem também interagir ali como participantes do grupo. A gente costuma brincar que é um participante com responsabilidades a mais. Mas ele também está ali pra falar, e não pra ser professor, não pra mediar. Não nesse lugar. Ele é um facilitador, é meio que pra fazer o processo da metodologia acontecer.

Os grupos reflexivos propostos pelo MEMOH, assim como os grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, operam como espaços de reconstrução do eu. Ainda que com públicos distintos, os quais chegam também por vias diferentes, seus propósitos se aproximam na medida em que o horizonte da equidade de gênero pela revisão do masculino está presente. A diferença principal estaria no método. Enquanto em um grupo reflexivo para homens agressores/suspeitos o papel de facilitação se aproxima da concepção pedagógica clássica (Muskatz, 2012) com elementos participativos, aqui os facilitadores cumprem a função de abertura e gestão das conversas, as quais são protagonizadas por aqueles que decidem se integrar voluntariamente ao espaço: homens incomodados com as perspectivas limitantes advindas de modelos rígidos de masculinidades. Não há, durante o ciclo, a definição de agenda prévia de temas. Como já evidenciado, os temas surgem a partir de questões problematizadoras dos líderes, as quais

não restringem a discussão que será desenvolvida, na medida em que, a partir de um incômodo, podem ser desdobrados em outros. A roda de conversa faz com que a questão chave passe a ser analisada coletivamente desde a ótica pessoal, ou seja, com base na noção de que cada um dos tópicos trazidos à tona reverbera de modo singular na biografia dos falantes:

Entrevistado 03: Não. É totalmente aleatório. Porque é a partir de uma questão individual. E aí o nosso desafio enquanto metodologia, enquanto organização, é fazer esse incômodo que é particular dele, a gente enquanto caseiro, né, os facilitadores têm meio que essa missão de fazer com que aquele incômodo individual seja sobre masculinidade e consiga ter um reflexo no coletivo, ali no grupo, né? Então, assim, ah, tô triste. Não me interessa tanto se você tá triste. Mas, assim, tô triste porque não consigo pedir ajuda, porque aí conecta com alguma coisa de masculinidade e nos interessa a questão. Não é grupo de terapia, né? A gente tenta fazer essa divisão do que somos e do que não somos.

A fala, por sua vez, não é obrigatória. Os participantes dos encontros têm o direito de permanecer calados, como ouvintes, embora seja recomendável sua manifestação com relação aos incômodos tematizados. Quando questionado sobre as questões mais recorrentes nos encontros, o entrevistado 03 indicou que a paternidade tem sido um fenômeno que perpassa os ciclos e, conseqüentemente, a vivência de diferentes homens. Logo, assim como nas atividades e publicações das demais organizações, no MEMOH a associação entre masculinidades e paternidades se faz presente, e emerge como “angústia transversal” relatada pelos integrantes, tendo em vista a relação da questão com outras. Nas palavras do entrevistado, o pai entra “no meio” de discussões que, a princípio, não teriam relação com ele. Embora não tenha apresentado o mapeamento que afirma existir, relacionado aos temas predominantes, o entrevistado pontuou que a paternidade é, na verdade, um eixo de discussão. O emprego do termo eixo denota a importância que a discussão possui para os participantes dos grupos reflexivos. Outro assunto recorrente são os abusos sexuais sofridos pelos homens durante a infância, algo que, ao aparecer, surpreende o entrevistado, pois não se trata de algo isolado, mas experiência compartilhada por diferentes homens:

Entrevistado 03: Mas tá todo mundo em alguma medida ali querendo falar de paternidade, da sua relação com o pai, ou, sei lá, de cuidado. A gente vai definindo esses macros temas. Saúde. Então isso tem minimamente mapeado. Minimamente mapeado, não! Tem mapeado! E aí tem alguns temas que são mais transversais, né? Assim, você pode estar falando, sei lá, medo de brochar.

Vai entrar o pai no meio. Então, assim, a sua relação com o pai, paternidade de uma maneira geral, né? E aí englobando nesse eixo paternidade. É uma coisa que tá presente em quase 100% dos encontros. Apesar de talvez não ser o tema ali, né? A questão. Todo mundo bota o pai no meio em algum momento. Seja por ausência, seja porque falou alguma coisa efetivamente, né? Mas o pai tá sempre atravessado.”

(...) uma coisa que sempre aparece também meio igual paternidade assim, que é sempre meio assustador, são questões de abuso, de assédio na infância. Muitos homens sofreram abusos, assim. E relatam isso. E aí o outro se liga e fala também. É sempre uma parada meio assim. Porra! De um grupo de 20 tem 6 que sofreram abuso, 4 que sofreram abuso. Sabe? Nunca é um só. Essa parada também chama atenção. Porque aí sempre vira um assunto, né?

Os grupos reflexivos no formato de roda de conversa expressam formas socializadoras que se combinam com aspectos apreendidos ao longo da vida, especialmente no estágio da primeira infância, quando o binarismo de gênero é incorporado como realidade objetiva pelos indivíduos (Berger, Luckmann, 1999). Neste sentido, estes espaços são de ressocialização e operam como novas camadas da constituição subjetiva dos indivíduos. Ademais, só são possíveis a partir do estranhamento dos atores proponentes e integrantes com relação ao ideário social da masculinidade. Entretanto, a desnaturalização de comportamentos e vivências é processo que pode anteceder ou se dar quando os ciclos ocorrem, não sendo resultados previsíveis da interação entre os sujeitos inquietos que se inscrevem e são selecionados todos os semestres para participar dos ciclos.

Frente a esse cenário, pode-se afirmar que o caráter dos ciclos semestrais é mais político do que comercial, embora possam ser lidos como peças de divulgação organizacional. A ambicionada revisão ou reflexão das masculinidades ingressa no mercado social, no qual se situa o projeto, enquanto cerne dos produtos e serviços ofertados para empresas, instituições e organizações. Contudo, não são os grupos reflexivos seu principal bem à venda. Segundo o entrevistado 03, diversos são os organismos que contratam o MEMOH, no fito de atender às demandas por diversidade e inclusão, elementos que tem sido requeridos seja do Estado seja do mercado como forma de tornar o ambiente corporativo mais acolhedor ao bem-estar e às demandas de minorias sociais e políticas. Portanto, tematizar o lugar do homem seria uma maneira de constrengar padrões tradicionais que estão na raiz de práticas sexistas, homo transfóbicas e racistas reproduzidas no mercado de trabalho. Na ausência de equipes autônomas que produzam ações com foco na redução das desigualdades (eventos, oficinas, workshops etc.), as corporações contratantes fazem a busca por políticas extemporâneas para as

masculinidades. E é na sociedade civil que encontram aquelas/es que podem atender seus anseios:

Entrevistado 03: A gente vende serviços pra organizações, instituições, empresas, basicamente, pra conseguir sustentar o nosso trabalho todo com grupos reflexivos, com desenvolvimento de conteúdo, com pesquisa e tal. Então esse é meio que o nosso modelo, né? Então a gente vende serviços, efetivamente. É assim que a gente se sustenta. E a gente tem várias empresas que contratam os nossos serviços, né? A gente atua nessa coisa de transformação de cultura organizacional. Então, sei lá, qualquer grande empresa que esteja minimamente preocupada com questões de diversidade e inclusão, que de uns anos pra cá teve um boom disso dentro do mercado corporativo.

Predominantemente é um evento pontual, assim. Apresentar o assunto masculinidade. Isso é o que tem mais recorrência. Mas os trabalhos que a gente geralmente executa e tal são workshops, algumas sessões, umas oficinas, assim, que duram dois, três meses. Aí tem alguns projetos que duram mais tempo. Tem alguns clientes que retornam, né? E a gente tem uma recorrência pra conseguir fazer um acompanhamento. Mas... é assim que a gente trabalha. Os grupos reflexivos surgem também como possibilidade de trabalho lá dentro. Mas não necessariamente é isso que a gente oferece como trabalho, não.

Os grupos não são o foco das organizações no que diz respeito aos serviços oferecidos, como deixa explícito o entrevistado. Sua principal atividade, aquela que lhe deu origem, acaba situada em dimensão que escapa na maior parte do tempo às transações financeiras. Essa não localização no rol de produtos requisitados se deve às demandas dos clientes que, no geral, solicitam ações pontuais. Os ciclos, no formato em que são realizados, exigiriam engajamento contínuo dos atores corporativos, predominantemente trabalhadores das empresas, ao longo de um semestre, situação que se mostra inviável na realidade dos ambientes organizacionais. Por outro lado, os grupos reflexivos na modalidade gratuita predominante, e na arena virtual, contam com a presença de homens que manifestam disponibilidade de tempo para estarem na data e no horário acordados para realização quinzenal dos encontros. Essa manifestação se dá no processo da inscrição para os ciclos, a qual possibilita a opção por dias/horários distintos de participação no ciclo do MEMOH ou nos ciclos de outros grupos de homens pelo país que tem adotado a metodologia do projeto. As demais opções apresentadas também ocorrem na modalidade on-line, a qual é inclusiva com participantes de fora do eixo Brasília-Rio-São Paulo.

A disseminação da metodologia do MEMOH, inspirada na metodologia de grupos reflexivos para homens autores de violência do Instituto NOOS, é um fator de destaque, pois parte de suas técnicas são aquelas já aplicadas em outra das organizações históricas

que compõem o rol das políticas para as masculinidades inseridas na sociedade civil nacional. Essa adaptação para um contexto de homens não imbricados com processos da Lei Maria da Penha foi capaz de atualizar e jogar essa herança metodológica adiante. A releitura que o projeto possibilitou abriu margem para que uma rede de grupos de masculinidades pelo país compartilhasse da mesma estrutura de organização dos encontros, oferecendo-os igualmente de forma gratuita.

Outro destaque da participação nos ciclos do MEMOH é a filtragem das inscrições que busca contemplar, no rol dos 20 a 25 participantes, pessoas de todas as regiões e autodeclarações raciais. Busca-se aproximação com as taxas apontadas pelo IBGE para cada um desses recortes, de modo a haver aproximação com a realidade social brasileira. Contudo, o entrevistado pontuou que, ainda que haja a busca por inclusão, a maioria dos interessados nos ciclos possui alto nível de instrução formal (graduação, pós-graduação), o que se relaciona a familiarização com repertórios críticos de gênero. Os marcadores vislumbrados pelos agentes envolvidos no projeto, por sua vez, escapam à dimensão de classe. Logo, não há busca por inclusão desde o critério de renda. No momento da inscrição para participação no ciclo, a partir de 2020 – quando a modalidade virtual adquiriu centralidade –, são perguntados apenas dados pessoais dos aspirantes a participantes.

Durante a entrevista, 03 apontou que a organização conta com esses dados de perfil dos integrantes ao longo do tempo, porém afirmou desconhecer o paradeiro das informações. Questionado sobre os efeitos dos grupos sobre as mudanças de comportamentos dos homens, ele afirmou não ser essa uma preocupação, tendo em vista que o objetivo dos ciclos não é fornecer o selo de homem “desconstruído” para os participantes. Mais vale que, ao longo das reuniões, os homens se percebam como machistas, ou seja, visualizem que os seus comportamentos são problemáticos. A partir disso, é possível que, ao praticarem determinado ato sexista (“fazer a merda” nas suas palavras), haja um pensamento prévio apurado, impedindo-os de concretizar o gesto. Por outro lado, a auto implicação é necessária para que o grupo não adquira contornos academicistas. Essa, contudo, é mais uma expectativa de construção de outro marco socializador e menos um fato captado a partir de controle organizacional posterior aos ciclos.

2.2.1 Parcerias institucionais: o fluxo internacional do Projeto MEMOH

Com relação ao caso do Projeto MEMOH, chama a atenção o predomínio de empresas do setor privado entre as entidades que estabelecem vínculos institucionais com a organização. Estes vínculos podem ser entendidos como de cooperação financeira (e não técnica), na medida em que as empresas identificadas no site da organização são clientes dos produtos ofertados pelo projeto. Frente a este cenário, o conjunto de parceiras/clientes inclui corporações nacionais e multinacionais que atuam em setores variados, como bebidas, varejo, tecnologia, mídia, indústria química e energia. Essa predominância de empresas enquanto agentes institucionais chave que se associam ao MEMOH evidencia um processo no qual a problematização das masculinidades não se dá exclusivamente por meio de iniciativas da sociedade civil ou de políticas públicas isoladas, mas, sobretudo, nas interações que ocorrem com o setor privado. O caráter comercial dessas relações reforça a importância de compreensão a maneira como as demandas empresariais influenciam a formulação e a implementação de ações sobre masculinidades, seja em treinamentos internos seja na construção de narrativas que atravessam a identidade organizacional das iniciativas sociais envolvidas.

A relação com o setor privado insere o projeto em contexto no qual a revisão das masculinidades passa a ser pensada como uma estratégia empresarial e não apenas como via de transformação social, o que pode ser compreendido como consequência das orientações multilaterais emergentes a partir das conferências que puseram a categoria gênero no centro do debate. A inserção desse tema no ambiente corporativo simultaneamente ao ascenso de políticas corporativas de diversidade e inclusão, que igualmente incorporam elementos de contestação à dita masculinidade tóxica. O referido processo não está isento de contradições, uma vez que a introdução do debate sobre masculinidades nas empresas tende a estar atrelada a objetivos organizacionais, a exemplo: fortalecimento da imagem da marca, a melhoria da produtividade e redução de conflitos internos. Logo, o modo como o debate é conduzido no ambiente corporativo pode ser modulado por interesses que nem sempre coincidem com abordagem crítica e estrutural da questão.

É possível afirmar que, reverberando demandas advindas das lutas sociais, surge a lógica de mercantilização dos debates sobre equidade de gênero e masculinidades, a qual se traduz na transformação de discursos e práticas igualitários em formatos de

consumo organizacional. Ademais, o fato de que as empresas parceiras do MEMOH incluem conglomerados de comunicação e grandes marcas do varejo reitera a análise corrente de que a formulação de estratégias de mercado progressistas visa alcançar públicos significativos que demandavam um alinhamento a perspectivas inclusivas, ao mesmo tempo que detinham poder aquisitivo para influenciar decisões organizacionais. Com as eleições estadunidenses de 2024 e a respectiva chegada de Donald Trump à presidência do país, entretanto, agendas igualitárias, especialmente as concentradas em conglomerados sediados nos EUA, passaram a ser retiradas de cena ou reduzidas drasticamente como forma de se adaptar à ofensiva ideológica conservadora promovida pela gestão do bilionário novaiorquino. Este fenômeno mais recente expõe a fragilidade da diversidade de mercado. Abaixo, no quadro 04, apresento as parcerias (majoritariamente empresas), com suas respectivas nacionalidades e segmentos de incidência. Diferentemente do mapeamento realizado para o Promundo, optei por enumerar os segmentos de atuação dos parceiros/clientes, ao invés de descrever suas propostas principais, por entender que o predomínio do caráter comercial em cada um destes torna marginais visões mais englobantes.

Quadro 4- Mapeamento das parcerias do Projeto MEMOH com instituições nacionais e internacionais e segmento de atuação das instituições parceiras (2025)

Instituição	Nacionalidade	Segmento de atuação
AMBEV	Brasil	Bebidas
Americanas as	Brasil	Varejo
B3	Brasil	Bolsa de Valores
Eletrobras	Brasil	Energia
ELO	Brasil	Meios de Pagamento
Danone	França	Alimentos e Bebidas
Falconi	Brasil	Consultoria em TI
Globo	Brasil	Mídia e Comunicação
Globosat	Brasil	Mídia e Comunicação
Goodyear	Brasil	Pneus e Borracha
Grendene	Brasil	Calçados
Ipiranga	Brasil	Combustíveis
Klabin	Brasil	Papel e Celulose
Locaweb	Brasil	Tecnologia e Hospedagem Web
Magalu	Brasil	Varejo
META	EUA	Tecnologia e Redes Sociais
Morphus	Brasil	Segurança da Informação
Netflix	EUA	Entretenimento e Streaming
O Boticário	Brasil	Cosméticos
Raízen	Brasil	Energia e Biocombustíveis
PicPay	Brasil	Fintech e Pagamentos
P&G	EUA	Bens de Consumo

Reserva	Brasil	Moda e Vestuários
TIM	Itália	Telecomunicações
VALE	Brasil	Mineração
WestRock	EUA	Embalagens e Papel

Fonte: Projeto MEMOH (2025)

A distribuição das nacionalidades das empresas parceiras do MEMOH indica um predomínio de companhias brasileiras, diferentemente das parcerias técnicas estabelecidas pelo Instituto Promundo, que possuem inserção mais ampla em redes internacionais e organismos multilaterais. Das 27 empresas listadas no Quadro 04, 20 são brasileiras, o que representa mais de dois terços do total. Entre as estrangeiras, há presença notável de corporações norte-americanas (Coca-Cola, Goodyear, Meta, Netflix, P&G e WestRock), além de uma francesa (Danone) e uma italiana (TIM). Tal perfil institucional sugere que, enquanto o Promundo se articula com organizações internacionais voltadas para a formulação de metodologias e diretrizes globais no campo das masculinidades, a segunda organização analisada tem desenvolvido modelo mais orientado ao mercado nacional, estabelecendo parcerias comerciais e institucionais com empresas origem e atuação majoritária Brasil. Este caráter local, por sua vez, pode indicar um alinhamento pragmático às dinâmicas corporativas brasileiras e às demandas específicas do setor empresarial no país, sem necessariamente se atrelar a redes globais de *advocacy* em gênero e direitos humanos.

A relação destas empresas em específico com as agendas igualitárias no campo de gênero é um aspecto que merece ser reiterado. Muitas das organizações listadas operam em setores nos quais a incorporação de políticas de diversidade e inclusão acaba sendo incentivada também por pressões regulatórias ou demandas da sociedade civil (além do supramencionado mercado consumidor), com as devidas ressalvas contextuais e políticas, a exemplo do recente recuo de corporações norte-americanas como a META na propulsão destas agendas. No caso nacional, algumas das empresas listadas já enfrentaram críticas por adotar discursos de diversidade e equidade enquanto suas estruturas internas continuam reproduzindo desigualdades, seja na distribuição de cargos de liderança, seja no acesso diferenciado a oportunidades por grupos historicamente marginalizados. Este panorama aponta que a adesão empresarial ao debate sobre masculinidades não pode ser analisada apenas pela via dos discursos e campanhas institucionais, mas também pela observação das práticas institucionais que resultam desta suposta aproximação com relação aos lemas da diversidade.

Como é possível ver desde a distribuição constante no Quadro 04, os segmentos de atuação das empresas parceiras do MEMOH podem ser lidas enquanto reflexos da diversidade do setor privado brasileiro bem como da amplitude do interesse corporativo na incorporação de debates sobre masculinidades em suas diretrizes institucionais internas. O predomínio de companhias dos setores de consumo, tecnologia, comunicação e energia - segmentos aparentemente díspares - indica que as parcerias estabelecidas com a entidade não se limitam a um nicho específico, mas se expandem para outras empresas de impacto socioeconômico relevante. O setor de varejo, a exemplo, representado por clientes como Magalu, Americanas e O Boticário, tem sido um dos que mais tem investido em iniciativas de diversidade e inclusão na última década (inclusive por meio de ações afirmativas em processos seletivos de contratação). Por outro lado, a presença de conglomerados de entretenimento, mídia e tecnologia, como Globo e Netflix evidencia, em mesmo movimento, a forma como estes debates também vem sendo incorporados na produção e disseminação de conteúdos audiovisuais e digitais, o que pode ter impacto na constituição de outras narrativas culturais sobre gênero e masculinidades.

Ao lado dessas empresas voltadas ao consumo e à comunicação, ocorre também a inserção de setores industriais e financeiros, como os representados por B3, Vale, Klabin e Eletrobras. A inserção de empresas do setor energético e de commodities entre os parceiros mapeados corresponde a esforços institucionais de reversão de imagens corporativas historicamente associadas à masculinidade tradicional e a arenas organizacionais marcadas por estruturas hierárquicas rígidas. Contudo, faço mais uma ressalva que deve ser levada em consideração. Além das incompatibilidades entre intenções e práticas empresariais, a adesão ao debate das masculinidades não ocorre sem tensões, uma vez que a introdução dessas pautas nas empresas não indica necessariamente uma receptividade por parte dos atores situados nas diferentes posições organizacionais. Logo, a partir do mapeamento exposto, ficam claros os limites impostos em um contexto no qual a transformação das relações de gênero coexiste com dinâmicas econômicas e organizacionais específicas.

2.3 Instituto PDH

O Instituto PDH surgiu em 2006 com o nome de Papo de Homem (pelo qual é mais famoso até os dias atuais) e como blog voltado à produção e circulação de conteúdos

sobre questões que afligiam e afligem os homens no mundo contemporâneo, especialmente acerca da paternidade, da afetividade, do trabalho, da saúde, das finanças, da moda e da estética, bem como temas correlatos. A ideia era se contrapor às publicações direcionadas ao público masculino predominantes na época, as quais focavam apenas na sexualização das mulheres, em automóveis e em ganhos econômicos, reafirmando dispositivos constitutivos das masculinidades. A princípio, a ideia de criar um blog viera das angústias de inadequação com o ideal do “macho” atreladas ao seu fundador, também refletidas nas incursões que esse fizera – antes de criar o PDH – em fóruns virtuais, a fim de dialogar com outros homens não “conformados” aos paradigmas vigentes.

Desde o início, o blog fora criado com o intuito de operar como negócio social. Ou seja, o propósito não se restringia a intencionalidade reflexiva, mas visava desde então a comercialização da “revisão das masculinidades” em momento no qual esse ideário já detinha espaço, mas ainda engatinhava enquanto “produto” para outros segmentos. À medida que as masculinidades passam a ser mobilizadas em âmbito internacional, fator que obteve repercussões na arena das organizações sociais, o campo do masculino enquanto campo do debate e campo comercial também passara a ter repercussões. Portanto, das três organizações sociais cujos eixos temáticos são aqui analisados, duas se enquadram na forma empresa, sendo o PDH a mais antiga de ambas as listadas, passando por evolução de blog de conteúdo para blog + site e, por fim, instituto, dessa forma autointitulado atualmente em paralelo a manutenção do blog original, tendo em vista ter firmado igualmente papel na oferta de pesquisas e assessorias sobre a temática.

A evolução dos projetos de incidência sobre públicos-alvo de homens como decorrentes das iniciativas de tematização que ocorrem no site, no blog e no perfil oficial do Instagram tornaram a difusão de textos e vídeos no campo online, bem como as pesquisas sociais no âmbito externo, as arenas por excelência do PDH, estando a promoção de grupos masculinos de reflexão em posição secundária, quando comparado ao caso das outras duas instituições. Nesse sentido, o formato grupo não detém nesse caso a mesma centralidade, o que reforçou, ao longo das minhas observações sobre o panorama brasileiro das políticas das masculinidades, a busca por semelhanças analíticas que perpassassem os quesitos assunto/tópico de discussão com protagonismo compartilhado (exemplo do pai e suas variações) e o espaço de circulação de conteúdos e discursos que mais aproximasse os diferentes formatos de atuação (as redes sociais, sendo essas, como em efeito de contracorrente, mais importantes no caso do PDH do que nos demais).

Em abril de 2025, dialoguei com membro da instituição, o qual, seguindo a ordem até aqui apresentada, nomeio de 04. O seu relato confirmou a predominância da organização como instituição marcada por vínculos institucionais numericamente expressivos no cenário nacional; conforme o entrevistado, tal capilaridade se relaciona à relevância adquirida pelo Papo de Homem - agora existente apenas como blog - no debate sobre gênero e masculinidades. O discurso do entrevistado 04 variou da expressão das motivações dos homens participantes e colaboradores envolvidos na construção do projeto até a concessão de informações acerca das redes estabelecidas pela organização, visualmente disponíveis nos materiais e canais do PDH na internet. Portanto, por meio de sua fala, tive reiteração daquilo que já era conhecido por meio das informações públicas. Inicialmente, pedi que ele discorresse sobre o surgimento e a trajetória do Instituto, fenômeno histórico que colocou de forma sintética:

Entrevistado 04: O Papo começa como um blog em 2006, com o objetivo de trazer e reunir homens que passavam por dificuldades em conseguir se encaixar com o estereótipo das masculinidades que eram evidenciados nas revistas, nos meios de comunicação, não se encaixavam com aquilo que se dizia como que você deveria ser homem. A partir disso, um grupo de homens se junta, começa a ter uma plataforma de conteúdo que era um blog, muitos começam a compartilhar suas histórias, disso vira um portal de conteúdo, a gente começa a ter milhões de seguidores todos os meses, começa a ser uma plataforma bastante grande.

A referida síntese é parte do resultado da extensão da entrevista, temporalmente menor do que as demais por questões técnicas e de agendamento com o entrevistado. Com isso, produziu-se o foco em perguntas que fossem centrais para a lógica pautada nessa pesquisa, bem como para a economicidade das respostas, o que não diminui a importância do relato diante dos demais. Conforme exposto no trecho acima, o atual PDH é uma derivação do Papo de Homem, como já indicado nesta seção, blog construído para reconfigurar a discussão sobre masculinidades em um momento (anos 2000) no qual, embora já tomasse força, o debate sobre gênero não possuía a mesma introjeção obtida a partir da segunda metade dos anos de 2010 no país. Nesse sentido, a existência de um negócio social – com diferentes ofertas gratuitas ao público nos últimos anos – só foi possível porque houve projeto de caráter “militante” previamente aos primeiros contatos com organizações locais e globais.

Mas o que motivava os homens a criarem esse projeto? As questões levadas ao blog ao longo dos anos dialogam com problemáticas que perpassam biografias no âmbito

da população masculina. São escritos que vem até os dias de hoje e abordam temas como: saúde sexual e reprodutiva dos homens, empecilhos à capacidade comunicacional e expressão emocional desses, o estabelecimento de relações em diferentes níveis com as mulheres e com as crianças (essas na posição de filhas/os); dicas de culinária, literatura, moda, dentre outros tópicos. Vislumbrou-se com isso prover uma visão ampliada para com a vida externa e interna dos homens, não os limitando a questões como futebol e política, por exemplo. Ao longo do tempo, o Papo de Homem buscou dialogar com a ótica sob a qual a rigidez que cerca o masculino precisa ser desconfigurada, de modo a propiciar processos de constituição da subjetividade mais livres; fato que beneficia, principalmente, os homens. Como expresso no próximo trecho citado, é a qualidade de vida deles que está em primeiro lugar quando se fala em reforma das masculinidades:

Entrevistado 04: é como se eles vestissem uma armadura emocional que impede de eles dialogarem com as suas emoções. E isso brota desde o momento onde a gente tem dois ou três anos de idade na nossa primeira infância, aonde a gente cai de bicicleta, o nosso pai nos olha e diz: "Engole esse choro que a vida vai ser dura com você. Levanta logo. Choro não é coisa de menino, não". Você não pode se conectar com nenhum sentimento, emoção que seja minimamente parecido com o sentimento feminino, com emoções que são tidas como sentimentos femininos. E a gente começa desde pequeno botando panos quentes nas nossas emoções. A gente começa desde muito pequeno entendendo que o campo emocional é um campo das mulheres e eu como menino não vou me conectar. E a gente começa a botar panos quentes nas nossas emoções. E basicamente a gente começa a viver a nossa vida com apagamento desse campo emocional, com raríssimas exceções, como a raiva, aonde com a raiva a gente vai nos estádios de futebol hoje em dia e é normal você ver um menino de 7 ou 9 anos chamando, falando todo tipo de palavrão para os jogadores do seu time, só porque ele errou uma bola, né? E o pai ali do lado sorridente, aplaudindo como um gesto que demonstra masculinidade, né? que o pai se orgulha daquele menino ter. E esse é um comportamento que pode desencadear muitos comportamentos violentos, né, e ciclos de violência. E basicamente ao longo da nossa fase, a gente vai botando panos quentes nas nossas emoções. Primeira infância, segunda infância, adolescência. E quando a gente chega na fase adulta, a gente tem um limitadíssimo repertório emocional. A gente não tem uma habilidade clara de poder olhar para dentro e dialogar com as emoções. Isso tem uma palavra chama alexitimia, que é a incapacidade que os homens têm de colocar os seus sentimentos em palavras. A gente tem uma enorme dificuldade em olhar para dentro e dialogar com as coisas que brotam. Então, os homens falam, falam, falam, mas quando é para falar sobre seus sentimentos, a gente tem uma enorme dificuldade. É como se a gente vivesse numa apneia emocional. A gente tem muita dificuldade em poder olhar para dentro e dialogar com os nossos sentimentos. Só que a gente também não pode levantar a mão e pedir ajuda, porque o homem que é homem não pede ajuda.

Desde esse diagnóstico, é possível inferir que o embotamento emocional tem sido uma preocupação deste que é um dos atores da instituição; mas a qual dialoga diretamente com questão que é prioritária nas ações e intervenções do Instituto PDH: a busca pela

ruptura com o silêncio dos homens, parafraseando documentário que contou com a organização em sua produção. Com atenção ao discurso emitido, sobrevive a ideia de que o primeiro passo de modificação comportamental dos homens não é a culpabilização, com a atribuição de responsabilidades individuais pelo sofrimento das mulheres e de grupos minoritários (que incluem recortes do masculino). Este passo de mudança deve se dar no reconhecimento de que o privilégio social masculino não é absoluto e implica em série de questões que precisam ser desnaturalizadas diante dos olhos deles; fator que propiciaria o reconhecimento da importância da discussão. Em tese, a ótica de gênero, ao recair sobre as atividades do Instituto, se torna capaz de mitigar os riscos da autovitimização dos homens, processo, contudo, que não é de todo eliminável. Afinal, existe fronteira sutil entre a defesa de possíveis vulnerabilidades da população masculina e a defesa aberta de que estes são os verdadeiramente oprimidos pela ordem gendrada.

Seguindo na linha de obter informações importantes para refletir o local do Instituto PDH como um reflexo das políticas das masculinidades inseridas nas teias local-global, perguntei ao entrevistado 04 acerca das parcerias realizadas pela organização com organismos nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, de modo a obter sua percepção acerca do tópico. A questão não era aqui confirmar ou não a existência dessas parcerias, já que essas são públicas e divulgadas nos diferentes canais da organização, mas ter outras informações/insights acerca das alianças tecidas. Embora com empresas e organismos multilaterais envolvidos (e mencionados como no caso da ONU Mulheres), o membro da entidade frisou a aproximação que tem ocorrido com governos nos três níveis federativos (pouco explorada no site). São múltiplas as demandas do Estado para a organização, o que mostra que, embora não execute diretamente políticas para as masculinidades, o âmbito estatal de determinados contextos recorre aos atores que possuem *expertise* em lidar com públicos de homens de modo a convoca-los para iniciativas do tipo:

Entrevistado 04: A gente tá fazendo projetos para as esferas federal, estadual e municipal. Então, poderia ficar muito tempo te citando. A gente acabou de fazer uma cartilha sobre como conversar com homem sobre violência contra meninas e mulheres para a Secretaria da Mulher do Acre, por exemplo. Pedido da delegada federal, que é a secretária da mulher do Acre, que responde pro governador (...) A gente tá começando um trabalho com o Tribunal de Contas da União, com TCU de Brasília para formação de homens aliados no TCU. A gente tem feito muitos trabalhos com a OAB, a gente tem feito muitos trabalhos com o Ministério Público. A gente fez um trabalho recentemente com o Ministério Público de Rondônia, por exemplo, a gente tem feito o trabalho com prefeituras específicas. Então, o nosso trabalho ele tem sido muito capilarizado e muitas atividades voluntárias, principalmente quando a gente tá olhando para

municípios, para secretarias menores. É, a gente tem feito um trabalho consistente com diversas frentes em São Paulo, desde trabalhos pro Bono com a Fundação Casa, por exemplo, aonde a gente tá começando uma série de formações na Fundação Casa, mas a gente teve com a Prefeitura de São Paulo, com a Secretaria de Tecnologia e Inovação, por exemplo, com trabalhos pro bono realizados ao longo de 2024 e 25, eh CETESB, que é a companhia de água, enfim, a gente tem eh dezenas e dezenas de atividades, tantas no ambiente público, federal, estadual e municipal, tanto as atividades empresariais quanto atividades probono que a gente faz muita questão de fazer uma entrega de volta para a comunidade de todo o nosso trabalho como Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Florescimento Humano.

O trecho acima conforma o destaque da entrevista, na medida em que indica instituições que não constam no levantamento que construí a partir do endereço oficial, levantamento esse presente na próxima seção. O entrevistado 04 citou a produção de cartilhas e materiais em parceria com instituições de estados como Acre e Rondônia, UFs localizadas na região Norte do país, bem como trabalhos junto a organismos do estado de São Paulo e do Distrito Federal. O PDH é, dessa forma, inserido em cenários regionais de características distintas, marcados por indicadores sócio econômicos e configurações populacionais que explicitam os diversos Brasis existentes no Brasil. Para além da atuação na sintonia com a versão direta dos poderes públicos e seus respectivos projetos, instituições educacionais estatais como escolas estaduais, escolas técnicas e institutos federais foram também mencionadas no espaço da entrevista. Para o Instituto, as masculinidades, dessa forma, não ficam restritas à substância de produtos mobilizados a fim de responder às demandas de representatividade dos homens no debate de gênero (em empresas clientes, por exemplo); elas são articuladas com a ideia de que a mudança perpassa a ruptura com dinâmicas sexistas de institucionalidade, as quais replicam ora o sexismo aberto ora a neutralidade governamental, que é também depositária do patriarcado.

Nessa toada, o trabalho com homens em campo é fundamental para desconstruir a ideia de que apenas um conjunto de ações de cima para baixo é capaz de fundamentar processos de ressignificação do masculino. É em função desse trabalho de campo que emerge o trecho seguinte da entrevista. Na consecução de ações com a arena governamental e não governamental (especialmente corporativa, marcada por áreas de diversidade), a criação de pontos de contato se constitui como desafio a ser enfrentado pelos agentes da organização que tomam contato com a realidade dos públicos-alvo. Um dos empecilhos chave está na interação com homens conservadores, lidos como “resistentes”. De modo a propor algum diálogo com esses, segundo 04, é necessário

reenquadrando os debates de modo a que eles fujam do ideário da “masculinidade tóxica”, considerado culpabilizador. Seguir insistindo em narrativa que retire dos sujeitos sociais o seu potencial para constituir alianças e pensar em formas menos preconceituosas e violentas de agir no mundo seria reiterar a ideia de que os trabalhos sobre homens e masculinidades são exclusivos para homens e mulheres convertidos. Esse pensamento está expresso a seguir:

Entrevistado 04: ...a criação de pontos é sempre um desafio. A criação de pontos ela não é fácil. É um trabalho que quando a gente tá trabalhando nas trincheiras, a gente chega no campo, a gente é contratado por uma pessoa progressista que tá dentro da área de diversidade ou de (...), de compliance ou de ISD, pra gente falar com homens de uma empresa do agronegócio pro interior do Paraná; quando a gente chega, eles estão de braço cruzado dizendo: "O que que tu vem fazer?" "Por que eu não tô no campo vendendo e eu tô aqui fazendo esse treinamento que eu acho que não faz muito sentido". Então, a gente tem um trabalho de campo que é muito desafiador, que não é um trabalho fácil de dialogar com públicos mais residentes. Entretanto, quando a gente traz uma perspectiva pra gente poder olhar sobre as dores que a gente tá vivendo, sem apontar dedo e poder olhar um futuro onde a gente sonha como sujeitos de um futuro, onde a gente pode construir um espaço, seja na minha família, seja na minha empresa, seja no meu grupo de amigos, na minha vida pessoal, onde eu vou ter menos violências, menos preconceitos e eu vou ser menos agente de promoção de violências, a gente tem uma participação geral dos homens que querem, não querem ser replicadores de violências e preconceitos de diversas formas, independentemente da posição ideológica. Então, a construção de pontes para com públicos mais distantes e resistentes, ela precisa ser feita com um olhar de construção de futuro, um olhar onde a gente se coloque no papel das nossas próprias dores e sofrimentos. Se a gente for fazer uma palestra com uma roda de conversa pra gente poder falar sobre masculinidade tóxica, por exemplo, nenhum homem mais conservador vai participar. Eles simplesmente desaparecem, diz que isso aí é muito mimimi. Então, como que a gente pode ter um exercício de construção de narrativa para furar bolhas e chegar mais longe em atingir públicos que estão mais distantes e que muitas vezes a construção da narrativa de quais palavras, quais termos a gente vai usar no convite e nas partes tangíveis, ela é fundamental pra gente conseguir criar ponte e fazer com que isso chegue mais longe, seja convidativo. senão parece que as mulheres entram, os homens mais convertidos entram, vamos chamar assim, e eles podem participar. O restante dos homens não! Esses vão dar uma série de desculpas e não vão entrar dentro desses espaços.

A construção de processos que levam em consideração a pluralidade da população masculina permite que as atividades das parcerias local-global se reflitam no trânsito que perpassa dos grandes centros às regiões mais longínquas do país. Dessa forma, torna-se possível inferir a possibilidade dialógica de que a política de gênero ganhe ressonância junto a sujeitos posicionados em matrizes anti gênero, desde que a mediação discursiva seja capaz de reconhecer seus lugares de fala, suas dores concretas e os imperativos produtivos que atravessam seus cotidianos, relacionando-os com os dilemas masculinos. Em vez de lançar mão de uma pedagogia corretiva verticalizada, a estratégia descrita pelo

entrevistado 04 aposta numa pedagogia de aproximação, a qual desloca o foco de uma etiqueta moralizante para a ideia de futuro compartilhado, com menos violências e maior bem-estar relacional. Tal enquadramento não suprime a dimensão crítica, mas recalibra a semântica do convite, transformando a problematização de gênero em oportunidade pragmática de resolução de conflitos e de autopreservação emocional. Aqui, o gesto político não é abdicar da crítica, e sim modular o léxico para que ele ative processos de identificação onde antes se anunciava recusa.

Nessa dinâmica, os processos dialógicos e a intermediação linguística funcionam como canais que irrigam distintas escalas da ação coletiva. No plano conceitual, a negociação de vocabulários (“dor”, “futuro”, “agente de mudança”) cria categorias que escapam ao binarismo “consciente versus resistente”, habilitando pontes entre universos previamente impermeáveis. Analiticamente, a escuta e a tradução de sentidos permitem vislumbrar como *habitus* masculinos diversos se articulam às estruturas de classe, raça e território, revelando gramáticas específicas de masculinidade que podem ser mobilizadas como pontos de entrada em campanhas de prevenção a violência, por exemplo. Politicamente, a mediação discursiva amplia o alcance das agendas de igualdade de gênero para além dos circuitos de convertidos, produzindo efeitos em organizações do agronegócio, a exemplo da mencionada no trecho por 04. Dessa forma, o diálogo torna-se dispositivo performativo: ao mesmo tempo que coleta adesões pragmáticas, reinscreve os sujeitos numa cadeia de significados ampliada, na qual ser “menos agente de violência” passa a compor identidades masculinas legítimas. A intermediação linguística, longe de ser mero artifício retórico, configura-se como tecnologia social capaz de disseminar saberes críticos em micro espaços do cotidiano, favorecendo a conversão de alinhamentos provisórios em potenciais transformações. Diante desse cenário, apresentei ao entrevistado 04 uma última questão: qual seria, afinal, o principal objetivo do Instituto PDH; no que ele respondeu.

Entrevistado 04: Com certeza mudança de cultura. Mudança de cultura para formação de homens aliados à diversidade, equidade e inclusão, principalmente conseguindo criar pontos com os homens mais resistentes. Eu acho que esse é um panorama de todo o trabalho que a gente faz. A gente não enxuga gelo aqui. Nosso objetivo é conseguir criar pontos com esses homens mais resistentes para a gente poder sonhar um futuro, onde a gente tem uma cultura sendo construída em direção de um espaço com menos preconceitos, sempre de forma interseccional e de menos violência para todas as pessoas.

O propósito declarado pelo entrevistado 04 — “mudança de cultura para formação de homens aliados à diversidade, equidade e inclusão” — desloca o horizonte de atuação do Instituto para além da sensibilização pontual e o inscreve no campo das políticas de transformação normativa. Nesse ínterim, a figura do homem aliado funciona como categoria de trânsito: ao mesmo tempo em que interpela sujeitos socializados na hegemonia do masculino tradicional, oferece-lhes uma posição discursiva legítima dentro da pauta de direitos, sem exigir conversão imediata ao vocabulário da crítica de gênero. É, portanto, uma operação de tradução que visa incorporar novos atores à coalizão reformista por meio de ganhos simbólicos compartilhados, o que inclui o reconhecimento das próprias fragilidades. A aposta estratégica é que, ao multiplicar experiências locais de adesão pragmática, o Instituto produza efeitos de difusão normativa capazes de desestabilizar a rigidez do modelo hegemônico de masculinidade.

Essa opção pela mediação não está isenta de tensões: quanto mais se caminha para a conciliação, maior o risco de despolitizar a raiz estrutural da desigualdade. Contudo, ao assumir a “mudança de cultura” como meta explícita e condicionar a eficácia do trabalho à construção de pontes com os segmentos mais relutantes, o Instituto PDH se coloca no espaço delicado, mas potencialmente fértil, da interseção entre crítica e reforma. É justamente nesse interstício que se produzem as capilaridades analíticas e políticas: cada atividade e/ou material produzidos amplia a circulação dos conceitos caros ao debate, os quais passam a ser ressignificados. Em suma, o Instituto atua como nó intermediário entre agendas globais de igualdade e dinâmicas comunitárias, convertendo alianças provisórias em circuitos de colaboração — tema que ganha forma concreta nas parcerias institucionais analisadas na próxima seção.

2.3.1 Parcerias institucionais: o fluxo internacional do Instituto PDH

Das três organizações analisadas nesta pesquisa e levando em conta apenas o retrato de 2025, o Instituto PDH é a organização com o maior número de parceiros/clientes identificados no conjunto da investigação (57 ao todo). No site, no qual foram identificados os vínculos listados no Quadro 05, utiliza-se o verbo no passado (“já atuamos”) para indicar que o instituto já manteve interações com as empresas e organizações divulgadas — o que igualmente pode incluir relações presentes. Neste rol, é possível verificar uma mistura de entidades públicas e privadas; predominando o setor

privado na solicitação de serviços da organização. As palestras e *workshops* sobre masculinidades, diversidades e equidade estão entre os serviços comercializados; estes treinamentos “bebem na fonte de práticas como grupos reflexivos, escuta ativa, conversa apreciativa, CNV⁶⁷, mediação de conflitos, metodologia dos pares, construcionismo, dentre outras abordagens e metodologias.” (PDH, 2025). O evento PAI, realizado desde 2016, e que visa promover uma imersão de paternidade ativa com os homens inscritos, aparece como outro produto ofertado. Também pelo site da instituição, o evento, em suas divulgações, explicita a valorização da figura do pai cuidador e dos pais plurais (negros, LGBTQIA+ etc.). Em sua edição mais recente, PAI contou com “painéis, debates, dinâmicas, momentos para conversa e tudo isso acompanhado de um buffet de petiscos e café” (ibid..).

Outro destaque da vitrine de ofertas do PDH é o PMR – Percurso Masculinidades Responsáveis, curso que aborda temas como feminismo, machismo, equidade de gênero, equidade racial e enfrentamento ao assédio. O curso é “uma trilha de aprendizagem formada por aulas em vídeo e conteúdo de apoio com dados, definições conceituais, casos reais e exercícios práticos.” (PDH, 2025). Conforme a divulgação do site, este conta com metodologia desenvolvida pela instituição nas últimas décadas, além de professores que conhecem a realidade do mundo corporativo, arena de introjeção dos aprendizados advindos do PMR. Outra marca primordial do Instituto são as produções audiovisuais. Foram lançados pela organização, em parceria com empresas e fundações, os documentários “O Silêncio dos Homens” (2019), filme de maior repercussão sobre a temática de masculinidades no Brasil até os dias atuais (com aproximadamente 2,1 milhões de visualizações⁶⁸) e “Precisamos Falar com os Homens” (2016).

No momento de elaboração deste trabalho, está sendo gravado o documentário “Meninos Sonhando os Homens do Futuro”. Por fim, o PDH realiza pesquisas que o tornam, do ponto de vista não governamental, espaço de geração de dados de questões relacionados à condição masculina. A primeira grande investigação analisou “qualitativamente e quantitativamente qual seria o papel dos homens na equidade de gênero, a percepção das mulheres sobre a situação atual e os possíveis caminhos para a mudança.”. Esta pesquisa intitulada “Precisamos falar com os homens?” deu origem ao primeiro documentário; tal qual a segunda pesquisa intitulada “O Silêncio dos Homens”

⁶⁷ Comunicação Não Violenta - CNV

⁶⁸ Estimativa coletada no Youtube em 18/03/2025

deu origem ao segundo documentário. Os livros-ferramenta “Derrubando muros e construindo pontes, como conversar com quem pensa muito diferente de nós” e “Como conversar com homens sobre violência contra as mulheres” também são produtos derivados desta pesquisa e estão disponíveis gratuitamente na internet, sendo amostras de que a organização atua com faceta mercadológica e outra gratuita, de circulação da pauta acerca das masculinidades. Mesmo movimento realizado pelo Projeto MEMOH.

Com nova similaridade com relação ao Projeto MEMOH, o Instituto PDH, no campo das masculinidades, igualmente se caracteriza por forte vinculação com o setor corporativo. Suas parcerias institucionais mais uma vez evidenciam a crescente circulação da temática das masculinidades no mundo empresarial, especialmente no que diz respeito a programas de diversidade, inclusão e bem-estar no ambiente de trabalho (DEI – Diversidade, Equidade e Inclusão, para usar o termo apontado no site da organização). Em um contexto no qual questões interseccionais vêm sendo incorporadas ao repertório de gestão de pessoas e de outras searas do mercado, o PDH passa a ser acionado como mecanismo direcionado à reflexão sobre os impactos das masculinidades hegemônicas nas relações interpessoais e organizacionais. Acrescento que a ênfase na figura do pai cuidador e na ressignificação das masculinidades dentro e fora do ambiente profissional pode refletir movimento mais amplo de incorporação dessas pautas nos discursos institucionais. Diante disso, no Quadro 05, repito a lógica do Quadro 04 (parcerias do MEMOH) e ênfase, para além da nacionalidade, os segmentos de atuação das empresas enumeradas, de modo a destacar que a centralidade do caráter comercial atenua supostas propostas globais de solidariedade advindas das marcas.

Quadro 5- Mapeamento das parcerias do Instituto PDH com instituições nacionais e internacionais e segmento de atuação das instituições parceiras (2025)

Instituição	Nacionalidade	Segmento de atuação
3M	EUA	Indústria de bens de consumo diversificados
AMBEV	Brasil	Bebidas e Cervejaria
Accenture	Irlanda	Consultoria de Gestão, Tecnologia da Informação e Outsourcing.
Assaí Atacadista	Brasil	Varejo Atacadista
AVON	Reino Unido	Cosméticos e Produtos de Beleza
Banco do Brasil	Brasil	Serviços Bancários

Bayer	Alemanha	Indústria Farmacêutica e Química
Bloomberg	EUA	Serviços de Informação Financeira e Mídia
Bradesco	Brasil	Serviços Bancários e Financeiros
Bridgestone	Japão	Fabricação de pneus e produtos de borracha
C6 Bank	Brasil	Serviços Bancários e Financeiros
Carrefour	França	Varejo
Cargill	EUA	Agronegócio e Alimentação
COSAN	Brasil	Energia, Logística e Agronegócio.
C&A	Holanda	Varejo e Moda
Duralex	Brasil	Produtos de Madeira e Revestimentos
EMBRAER	Brasil	Indústria aeroespacial
Engie	França	Energia
ExxonMobil	EUA	Petróleo e Gás
Fundação Dom Cabral	Brasil	Educação e Desenvolvimento Executivo
General Electric	EUA	Produção e oferta de bens e serviços variados (aviação, energia, saúde etc.)
Gerda	Brasil	Siderurgia
Globo	Brasil	Mídia e Telecomunicações
Google	EUA	Tecnologia e Serviços Online
Havaianas	Brasil	Calçados e Moda
IFood	Brasil	Entregas
Instituto AVON	Reino Unido	Responsabilidade Social e Projetos Comunitários
Itaú	Brasil	Serviços Bancários e Financeiros
Itaipu Binacional	Brasil/Paraguai	Energia
John Deere	EUA	Máquinas agrícolas e de construção
Johnson & Johnson	EUA	Produtos farmacêuticos, médicos, higiênicos e de consumo.
KPMG	Suíça	Auditoria e Consultoria
Natura	Brasil	Cosméticos e Produtos de Beleza
Novo Nordisk	Dinamarca	Indústria farmacêutica
Oracle	EUA	Tecnologia da Informação e Softwares
PWC	Reino Unido	Auditoria e Consultoria
Raia Drogasil SA	Brasil	Varejo Farmacêutico
Raízen	Brasil	Energia e Biocombustíveis
Reserva	Brasil	Varejo de Moda
Saint-Gobain	França	Materiais de Construção
Santander	Espanha	Serviços Bancários e Financeiros
SEBRAE	Brasil	Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SESC	Brasil	Serviços Culturais e Sociais
Serasa Experian	Irlanda	Serviços de Informações de Crédito

Shell	Reino Unido/Holanda	Petróleo e Gás
SICREDI	Brasil	Cooperativa e Crédito
Takeda	Japão	Indústria farmacêutica
TechnipFMC	Reino Unido	Engenharia e Serviços para a Indústria de Energia
Toyota	Japão	Indústria automobilística
Tribunal Superior Eleitoral ⁶⁹	Brasil	Órgão governamental
ULTRA	Brasil	Produção e oferta de bens e serviços variados (combustíveis, produtos químicos, etc.)
VALE	Brasil	Mineração
Via Varejo	Brasil	Varejo
Warner Media	EUA	Mídia e Entretenimento
White Martins	EUA	Gases industriais e medicinais
Whirlpool	EUA	Eletrodomésticos

Fonte: Instituto PDH (2025)

A distribuição dos segmentos de atuação das empresas parceiras do Instituto PDH traz como destaque áreas como serviços bancários e financeiros, tecnologia, varejo, indústria farmacêutica e energia. A exemplo, o número considerável de instituições dos setores bancário e financeiro, como Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, C6 Bank e SICREDI, sugere a gradual incorporação de pautas relacionadas às masculinidades e à equidade de gênero no âmbito do mercado financeiro, seja por meio de programas internos de diversidade e inclusão ou mesmo por estratégias de responsabilidade social corporativa. Da mesma forma, a presença de conglomerados de mídia, tecnologia e comunicação (alguns dos quais já estavam presentes entre as parcerias do MEMOH), como Google, Oracle, Bloomberg e Globo, aponta que o debate sobre ressignificação das masculinidades – e, em especial, das paternidades – pode estar adquirindo protagonismo em setores que moldam discursos públicos e desempenham papel estratégico na constituição de comportamentos, práticas e valores sociais. O que não isenta esta incorporação de limites e contradições.

Outros nichos que chamam a atenção na distribuição apontada no Quadro 05 são os setores varejista e industrial, representados por empresas como Carrefour, C&A, Via Varejo, Assaí Atacadista, Whirlpool, Toyota e Gerdau, o que indica um suposto realinhamento de suas culturas internas, fato que conjuga com a busca por respostas às pressões externas relativas à equidade de gênero e diversidade (agenda que pode ou não dialogar com o debate acerca da condição masculina). Simultaneamente, é possível

⁶⁹ Órgão público e, portanto, destoante das demais instituições que constam no quadro.

observar a participação de empresas do ramo da indústria farmacêutica e de saúde, como Bayer, Johnson & Johnson, Novo Nordisk, Takeda e White Martins, que podem ter interesse no tema tanto pelo viés do bem-estar e da saúde mental masculina quanto pela promoção de mudanças comportamentais que impactam o consumo de produtos voltados ao cuidado e à qualidade de vida dos homens.

Por outro lado, a presença de órgãos públicos e fundações filantrópicas é residual, o que reforça a tendência de que o debate sobre masculinidades e equidade de gênero no Brasil tem sido mais e melhor absorvido por instituições não governamentais do que por instituições governamentais – ponto de partida deste trabalho. Entre as poucas exceções estão o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o SEBRAE, o SESC e a Fundação Dom Cabral, entidades que possuem atuação ligada à governança, ao empreendedorismo ou à educação executiva por meio de suas iniciativas, cuja capilaridade varia federativamente, indo de searas municipais até a seara federal.

Ainda nesta toada, as parcerias – que são menos técnicas e mais financeiras, ligadas a venda dos bens, produtos e serviços supramencionados da organização – provenientes do setor privado permitem que o Instituto PDH encontre possibilidades de sustentar economicamente as suas iniciativas, provendo tanto versões pagas quanto versões gratuitas do trabalho construído, a exemplo dos documentários e pesquisas disponibilizados para acesso público. Ou seja, ainda que visando o lucro, o empreendedorismo social enquanto estratégia comercial reverbera em conteúdos que podem ser utilizados por ativistas e acadêmicos do campo, não se restringindo a empresas consumidoras/clientes. Esse cenário reforça a centralidade do mercado na tentativa de reformulação das masculinidades, deixando em aberto questões sobre a efetividade dessas iniciativas técnicas na transformação cultural.

Em mais uma similaridade com o Projeto MEMOH, há predomínio de colaboração com empresas fundadas e sediadas no Brasil (total de 26), com ainda maior destaque quantitativo no presente caso, tendo em vista o universo alargado de parcerias do PDH. Os dados sugerem que, apesar da crescente internacionalização do debate sobre masculinidades e equidade de gênero, a atuação do PDH persiste ancorada no contexto corporativo nacional. Esse padrão pode estar relacionado tanto à proximidade institucional da matriz das empresas quanto à demanda específica do mercado nacional no tocante a iniciativas voltadas à ressignificação das masculinidades. O segundo país mais representado enquanto *locus* de origem dos parceiros institucionais do PDH são os

EUA, refletindo a influência das agendas globais de diversidade, equidade e inclusão no âmbito de multinacionais norte-americanas, algo que, como discuti anteriormente, tem sido posto em questão na quadra histórica de fortalecimento político da extrema-direita.

Além das empresas brasileiras e estadunidenses, observa-se uma presença fragmentada de instituições europeias, com destaque para organizações do Reino Unido, França, Alemanha, Irlanda, Holanda e Suíça, além da participação de companhias japonesas e dinamarquesas. A presença de países latino-americanos além do Brasil é ínfima, algo que atesta a hegemonia dos países do Norte global na prestação de apoio técnico e financeiro a iniciativas sociais no Brasil e na própria América Latina (bem como em demais contextos pós-coloniais). A exceção desta lógica entre as parcerias listadas é a empresa pública binacional Itaipu (Brasil/Paraguai), que pode ser lida como de origem brasileira, igualmente ao conjunto majoritário indicada.

Desde uma perspectiva sociológica crítica, o predomínio - ou mesmo a quase exclusividade - de parcerias internacionais provenientes de economias capitalistas centrais evidencia o risco de importação acrítica de diretrizes e metodologias de ressignificação de gênero e masculinidades. Essas práticas, frequentemente integradas ao pacote de apoio oferecido a organizações e empresas locais, tendem a desconsiderar as especificidades culturais e socioeconômicas das realidades marcadas por desigualdades ainda mais profundas, sobre as quais pretendem atuar. Ademais, os fluxos expostos pelas organizações (de encapsulamento das agendas de ressignificação na forma de bens empresariais), podem retirar o caráter desestabilizador das opressões que está no cerne dos debates acerca da modificação do masculino.

A masculinidade torna-se, nesse cenário, uma categoria passível de ser gerida: elemento a ser corrigido, treinado e porventura certificado. As entidades passam, dessa forma, a atuar como mediadoras de um processo de moralização das condutas provenientes do masculino, sendo a transformação das subjetividades um ativo reputacional em potencial. O risco atrelado a esse deslocamento é a transformação das políticas das masculinidades em instrumentos de autocontrole, o que, a seu modo, reforça noções neoliberais de responsabilização individual. Em última instância, como acima pontuado, ao reduzir sua mobilização a institucionalidades, a contraposição a ordem de gênero arrisca perder o caráter contra hegemônico.

*

Diante dos cenários institucionais expostos, importa situar a ação das organizações selecionadas, que é de incorporação de paradigmas a respeito da transformação do “masculino”, em um cenário político-social distinto dos países de emergência desses debates. Como indicado desde o início do trabalho, no Brasil o sexismo, a homo transfobia e o racismo adquirem formas violentas, fato que se relaciona a formação social do país, marcada por elementos autoritários e de posse sobre corpos feminilizados, tais quais os das mulheres brancas e negras, dos homens negros e dos homens e mulheres indígenas e/ou pertencentes à outras comunidades tradicionais. Importa situar estes segmentos nesta tese, tendo em vista sua seleção enquanto possíveis públicos-alvo de atuação das organizações estudadas, bem como a representação destes enquanto detentores de marcadores que ajudam a complexificar o debate sobre masculinidades, não restringindo-os ao perfil sociológico do homem branco, heterossexual, cisgênero e de classe média ou alta.

A ordem que enquadra essas opressões é de cunho patriarcal e se define pela subordinação promovida pela masculinidade hegemônica sobre as demais masculinidades e sobre as mulheres, conforme o antropólogo Miguel Vale de Almeida (1996). A compreensão de como essa ordem patriarcal, que no Brasil é eivada de contornos raciais (patriarcado racial⁷⁰), foi gestada, é via analítica para decodificar o cenário contemporâneo, no qual se estabelecem políticas para as masculinidades direcionadas à ruptura com comportamentos individuais e práticas sociais, especialmente de parentalidade, herdados de estruturas que tem se reproduzido ao longo das gerações. Parto dessa leitura do legado colonial, patriarcal e racista, ainda que o conceito de “patriarcado” desperte uma série de controvérsias nos estudos sobre gênero e sexualidade, para interpretar a contraposição entre iniciativas microssociais masculinas igualitárias e o quadro macrossocial consolidado por relações de subordinação.

⁷⁰ Nos termos de Kehind Andrews (2023)

CAPÍTULO 03

MASCULINIDADES, A HERANÇA DO PATRIARCADO E OS HOMENS NA CONTEMPORANEIDADE

3.1 Da Europa à América Latina: duas interpretações e uma perspectiva histórico sociológica do patriarcado

O patriarcado, conceito sociológico central às instituições em estudo, refere-se a uma organização política e social na qual a figura do “masculino” se posiciona ao centro, sendo lido ora como historicamente datado ora como estrutura perene e cujas práticas reverberam no cotidiano dos sujeitos sociais contemporâneos⁷¹. Enquanto molde globalizante da sociedade brasileira e de sociedades estrangeiras, o patriarcado materializa-se a partir da associação entre masculinidade hegemônica e poder socioeconômico e político⁷², incorporando também marcadores raciais e de sexualidade dominantes (Almeida, 1996). O *ethos* patriarcal, entretanto, não reside apenas nessa distribuição das hierarquias que organizam as práticas sociais. Sua persistência se dá também no terreno do simbólico; nos termos de Bourdieu (2019), a dominação masculina (imbricada à cultura patriarcal) estaria incrustada em estruturas ocultas que se espraíariam pelo agir e o pensar dos sujeitos, consciente ou inconscientemente, de forma a posicionar o “masculino” como hierarquicamente superior.

O patriarcado, seguindo este argumento, é uma produção social e histórica, a qual vem envolvendo a reprodução de práticas por parte de homens, mulheres e demais indivíduos ao longo de diversas sociedades e do tempo. *A priori*, essa ordem é compreendida como desdobramento das unidades familiares existentes nas sociedades tradicionais antigas, nas quais o homem chefe de família (pai ou *pater*) detinha poder legal e econômico sobre seus dependentes, em geral escravos, esposas e filhos. Essa dominância, por sua vez, era chancelada pelos códigos jurídicos, os quais privavam as mulheres de suas prerrogativas, limitando-as à condição de propriedade masculina. Conforme essa linha interpretativa, de estrito senso, o patriarcado é um regime primitivo, marcado pela escravidão feminina, e cuja lógica teria sido replicada posteriormente em

⁷¹ Para Lerner (2019), essa perspectiva da continuidade é próxima a expressa pelo emprego conceitual realizado pelas feministas em suas atividades teóricas e de ativismo.

⁷² Próximo à noção de Miguel Vale de Almeida (1996)

outros modelos de escravização dos povos (Lerner, 2019). Quando se parte desse enquadramento do patriarcado como modelo societal singular e datado na história, chega-se à conclusão de que tal regime terminara por volta do século XIX, a partir de reformas legais que possibilitaram o reconhecimento inicial das mulheres enquanto indivíduos (ibid.). O quadro patriarcal tradicional retratado pela historiadora austríaca Gerda Lerner dá a ideia do poder absoluto então existente.

Assim como a subordinação das mulheres pelos homens forneceu o modelo conceitual para a criação da escravidão como instituição, a família patriarcal forneceu o modelo estrutural. (...) O pai tinha o poder de vida e morte sobre seus filhos. Tinha o poder de cometer infanticídio por abandono ou desamparo. Podia dar as filhas em casamento em troca de um preço para a noiva, mesmo durante a infância, ou designá-las a uma vida de celibato a serviço do templo. Podia arranjar casamentos para filhos de ambos os sexos. Um homem podia penhorar sua esposa, suas concubinas e seus filhos como garantia por uma dívida sua; se não conseguisse pagá-las, essas “garantias” se tornariam escravos por dívidas (Lerner, 2019, p.126).

Por outro lado, pode-se inferir uma segunda perspectiva, sob a qual o patriarcado permanece presente na atualidade, sendo herança milenar que é expressa em práticas sociais de dominação que continuam a vitimar as mulheres, bem como vitimar homens desprovidos de outros capitais, além do de gênero. Essa cultura patriarcal tem sido reproduzida com a ajuda das religiões, das famílias, das escolas e das leis, relegando as feminilidades a *lócus* de inferioridade. É a partir dessa subalternização que, por exemplo, o trabalho doméstico, exercido em sua quase totalidade por mulheres, é aceito como não remunerado e considerado de menor valor; que a autonomia sobre seus corpos e sua sexualidade é comprometida por meio de estruturas culturais ou racional-legais que as relegam à posição de seres tuteláveis⁷³; ou que aquilo que é associado ao “feminino” passe a ser considerado passível de sofrer violações, incluso quando materializada em sujeitos masculinos (Lerner, 2019). Esse ciclo de fenômenos que vem desde sociedades arcaicas é acentuado posteriormente nas trajetórias de homens e mulheres considerados racializados (Bento, 2024), a partir dos processos de colonização.

Para Gerda Lerner, cuja análise é marcada pelos limites de sua perspectiva eurocentrada – mas ainda assim importante pela realização de uma arqueologia do patriarcado –, são diversos os pontos de partida para analisar o patriarcado e seu

⁷³ A maior expressão deste fenômeno se encontra nas limitações quanto ao direito ao aborto e aos métodos contraceptivos

desenvolvimento. Primeiramente, esse regime expressaria a apropriação da capacidade reprodutiva das mulheres para fins de manutenção da família e da sociedade (antes mesmo da constituição da propriedade privada e das classes sociais)⁷⁴. Em seguida, pode-se afirmar que o patriarcado foi base para fundação e manutenção dos estados antigos (babilônico, egípcio, grego, mesopotâmico, romano), os quais possuíam interesse na reprodução do seu formato; além disso, a subjugação das mulheres teria oferecido aos homens dessas sociedades aprendizados hierárquicos passíveis de serem replicados na apropriação dos corpos de outros sujeitos, na condição de escravos. A historiadora destaca que tal subjugação era institucionalizada nos códigos antigos, reforçando o poder dos chefes familiares e exigindo das mulheres, especialmente daquelas da aristocracia, cumplicidade com os patriarcas no fito de obter benefícios e se diferenciar das mulheres lidas socialmente como não respeitáveis (Lerner, 2019). Sobre esse tema da respeitabilidade feminina, o historiador francês Ivan Jablonka afirma:

O pensamento patriarcal divide as mulheres em dois grupos: as “honestas”, sob proteção masculina, paterna ou marital, e as “decadentes”, que pertencem a todo mundo. Essa é lógica da legislação médio-assíria, em que o véu permite distinguir a esposa das prostitutas. É também a dicotomia traçada pelos romanos: dignidade da matrona à qual o homem confia sua casa, rebaixamento das escravas às quais ele recorre para volúpia (Jablonka, 2021, pp.78-79).

Nesse contexto, se a noção de classe para os homens poderia ser aferida em função de sua relação com os meios de produção, para as mulheres tal estabelecimento era dado desde a sua interação com os chefes de família, na medida de sua ligação com eles, a qual produzia dependência e/ou proteção. Diante dessas características da teia sócio econômica que gestou as sociedades patriarcais, Lerner não despreza os elementos simbólicos situacionais que estiveram atrelados ao patriarcado, como: o culto social – através das deusas – do poder das mulheres em gerar a vida, que foi seguido pela emergência do masculino dominante como representação religiosa legítima, relegando as Deusas-mães ao papel de amantes ou esposas dos chefes; a demonização da sexualidade

⁷⁴ Cf. Engels (2023), cuja tese da emergência da dominação masculina em paralelo ao surgimento da propriedade privada é contestada por Lerner.

feminina e da fertilidade, produtos do monoteísmo judaico cristão⁷⁵; e a desvalorização cultural do “feminino” como um todo, princípio de formação da civilização ocidental⁷⁶.

Ainda que a ideia de herança patriarcal não corresponda a um legado do passado, mas a um conjunto de aspectos contínuos, sua expressão alterou-se ao longo dos séculos. Tal qual a noção de masculinidade hegemônica (cerne dos modelos patriarcais) não é a mesma diante das variações espaço-temporais (Connell e Messerschmidt, 2013; Grossi, 2004), o patriarcado se metamorfoseou, na medida em que pode ser considerado *sistema de pensamento* capaz de replicar as funções-homem (razão, provisão, mundo público) e mulher (corpo, procriação, lar), de maneira a não se contrapor às demais estruturas sociais vigentes, incorporando-as. Esse sistema é marcado pela complementaridade hierárquica do “masculino” e do “feminino”, na qual vigora subordinação pela qual cooperam desigualmente as mulheres, a partir da retroalimentação de práticas socializadoras que incutem a efetivação de expectativas sociais de inferioridade, pertencentes ao *script* das feminilidades. São, como exposto por Elena Gianini Belotti (1975), a face de padrões que vem desde a infância, presentes nas brincadeiras, nos gestos, na maneira de falar e de se vestir e na preparação para o cuidado. Esse rol elencado corrobora a feminilização compulsória – caráter encontrado igualmente na masculinização e na heteronormatividade.

Portanto, o regime patriarcal está vinculado à maneira pela qual o gênero é socialmente construído, na medida em que quadros macrosociais que organizam os posicionamentos dos indivíduos acabam por reverberar nos seus comportamentos em escala micro, e vice-versa, das instâncias micro às macrosociais. É nessa direção que, por exemplo, atitudes como a objetificação do feminino, a marginalização de determinadas masculinidades, a atitude predatória quanto à fauna e à flora⁷⁷ e o caráter de propriedade atribuído a mulheres e crianças em organizações familiares ainda estão presentes nos aspectos que concedem aos sujeitos homens o *status* da virilidade. Este modelo tem por consequência atos predatórios e de violência contra os outros, o meio ambiente e contra si mesmos, os quais tornam as masculinidades, em contexto patriarcal, nocivas para o conjunto das sociedades. Este “macho” de qualidade viril detém, nos

⁷⁵ “O homem monopoliza o sagrado. O monoteísmo é uma aliança patriarcal: Deus escolheu o rei para reinar sobre os homens, e os homens para reinar sobre as mulheres” (Jablonka, 2021, p. 46)

⁷⁶ “A outra metáfora é dada pela filosofia de Aristóteles, que pressupõe que as mulheres sejam incompletas e defeituosas, uma espécie diferente da do homem. É por meio dessas construções metafóricas que a subordinação das mulheres passa a ser considerada natural, ou seja, invisível. É isso, diz Lerner, que estabelece o patriarcado como ideologia.” (Aronovich, 2019, p. 23)

⁷⁷ Nessa toada, o pensamento ocidental é marcado por teorizações que rebaixam a condição dos animais a elementos que se contrapõem ao homem ou que existem para seu usufruto (Kirjner, 2016).

termos de Ivan Jablonka, uma masculinidade de dominação⁷⁸, o que o torna homem capaz de impor-se sobre os demais. Esta masculinidade de dominação, conforme o autor, se subdivide ainda em: masculinidade de ostentação (exibição de habilidades), masculinidade de controle (força interior), masculinidade de sacrifício (abnegação e martírio) e masculinidade de ambiguidade (dominação que mescla elementos femininos) (Jablonka, 2021).

Estas formas do “masculino” são incorporadas coletivamente a partir da transmissão de códigos gendrados, os quais serão contestados a partir do ideal das novas masculinidades ou do novo homem que, por vezes, manifesta-se nas políticas das masculinidades analisadas no presente trabalho. O fato é que a relação entre o patriarcado e o ser homem (macro/macro ou macro/micro) possibilita a perenidade do universalismo e da superioridade do “masculino”, expressa até mesmo na linguagem. Dessa forma, tem-se a institucionalização do sexismo “em proveito de uma maioria de homens e de uma minoria de mulheres” (Jablonka, 2021, p. 103). Esse sexismo se perpetua não somente por meio de estruturas sociais extemporâneas, mas com base em esquemas de cumplicidade masculina que envolvem a agência engajada dos indivíduos, constituindo o que outro francês, o sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001) cunhara de “casa dos homens”, conceito que designa espaços homossociais simbólicos cuja premissa é a negação do “feminino”.

Conforme Jablonka, a díade dominação masculina-subordinação feminina, que caracterizaria o patriarcado, é acompanhada pela distribuição imutável de qualidades próprias a cada um dos gêneros: homens fazem as leis e mulheres fazem os costumes; homens reinam pelas armas e mulheres reinam pelo amor; homens governam o Estado e mulheres governam o lar, entre outras divisões. Em *O feminismo como crítica da modernidade*, Seyla Benhabib e Drucilla Cornell caminham nessa direção de desvendamento dos binarismos que opõem o “masculino” e o “feminino” na modernidade. Para as filósofas estadunidenses, pares como emoção-razão, forte-fraco, objeto-sujeito e mente-corpo são correlatos ao par homem-mulher no pensamento político e social moderno (Benhabib e Cornell, 1987). A binaridade de gênero, que é social, obteve, portanto, repercussões teóricas, posicionando parte da intelectualidade,

⁷⁸Jablonka opta pelo conceito “masculinidade de dominação” como forma de opor-se ao termo “masculinidade hegemônica”, o qual, segundo ele, não é capaz de abranger as variações sócio culturais existentes entre os homens.

historicamente, na fundamentação da manutenção das desigualdades próprias ao regime patriarcal.

A princípio, é possível afirmar que a divisão masculino-feminino foi instituída devido à interpretação social dada às diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, pertencendo a essas a capacidade reprodutiva⁷⁹. Essa distinção, cuja explicação biológica é válida para os primeiros estágios do desenvolvimento humano, tornou-se padrão cultural de rebaixamento do feminino, reforçado pelas práticas sociais com o decorrer dos períodos históricos (Lerner, 2019). Para que a ordem patriarcal pudesse ser mantida ao longo do tempo adentrando à Modernidade, o uso da força do Estado foi fundamental.

Como argumenta a historiadora italiana Silvia Federici (2017), a inauguração da ordem capitalista moderna se deu com a supressão da autonomia política, econômica, sexual e reprodutiva que as mulheres brancas vinham conquistando em determinadas sociedades europeias durante a Idade Média. Estas restrições, que visavam o controle dos corpos femininos, se materializaram por meio das imolações daquelas consideradas “bruxas”; ou seja, queimavam-se vivas não apenas as que praticavam a arte da bruxaria, mas todas aquelas que rompiam com as expectativas patriarcais, sendo consideradas como tais. Com isso, a inquisição operou como via de perpetuação da subordinação das mulheres, impedindo a sua ascensão ao protagonismo social (Federici, 2017).

Na configuração patriarcal contemporânea, lida em moldes heterossexuais, cis normativos e racistas⁸⁰, perdura a assimilação da mulher como objeto, desde ponto de vista utilitário que posiciona seu corpo para diferentes tarefas: dar prazer aos homens, alimentá-los, fazer filhos e responsabilizar-se pela prole; atribuições essas que seriam relativas a três dos seus órgãos: a vagina, o útero e os seios (Jablonka, 2021). Essa multifuncionalidade do “sexo como destino” se reflete nas duplas ou triplas jornadas de trabalho femininas, desigualmente distribuídas a depender da posição ocupada pela mulher na escala racial ou social. Repercute igualmente na compreensão da mulher como propriedade em relacionamentos afetivo-sexuais, raiz dos casos de violência doméstica e familiar, e feminicídio; nas violações sexuais que atingem meninas e mulheres; bem como na divisão sexual do trabalho que prejudica o bem-estar físico e mental e o

⁷⁹ Cf. Connell (2016)

⁸⁰ A cisnormatividade e o racismo são acréscimos meus às considerações de Ivan Jablonka

desenvolvimento profissional feminino, na medida em que concentra em suas mãos o cuidado.

É necessário relativizar os impactos do patriarcado a depender do contexto geopolítico. Embora haja semelhanças no modo como as masculinidades e as feminilidades são construídas, as diferenças entre as sociedades produzem níveis de desigualdades de gênero que são maiores ou menores. É possível contestar, neste sentido, a tentativa de quantificar essas disparidades, expressa em índices como o *Gender Equality Index* ou *Gender Gap Report*, os quais têm sido utilizados globalmente. Contudo, as informações levantadas por esses têm indicado que o nível de desenvolvimento do capitalismo está imbricado ao grau de dificuldades (nas quais se incluem as violências) enfrentado pelas mulheres nos respectivos países⁸¹. Diante de apenas uma demonstração desta ótica econômica, uma análise do patriarcado na América Latina e no Brasil não pode ser reduzida ao problema de gênero, já que as variações da pirâmide social e racial põem as mulheres do Sul global em desvantagem ainda maior, frente às mulheres do Norte.

Levando em conta esta questão, recorro a outras leituras teóricas, latino-americanas, do fenômeno do patriarcado, presentes na obra da socióloga brasileira Heleieth Saffiotti, estudiosa pioneira do patriarcado e da violência de gênero no Brasil; nos textos da antropóloga colombiana Mara Viveiros Vigoya, estudiosa das configurações de masculinidades no continente, e da antropóloga argentina e atuante no Brasil Rita Segato, intelectual e pesquisadora das temáticas de gênero, raça, direitos humanos, bioética e colonialidade do poder. Nas três autoras, a argumentação incorpora outros aspectos, incluso étnico-raciais, ignorados nos pesquisadores europeus que tem tratado da temática (Bento, 2024).

Heleieth Saffiotti, socióloga brasileira feminista marxista e autora de clássicos como *A Mulher na Sociedade de Classes* (1969), *O Poder do Macho* (1988) e *Gênero, patriarcado, violência* (2004), trabalhou inicialmente com a imbricação entre classe e gênero na sua obra para refletir acerca da inserção da mulher, especialmente a mulher operária, em um contexto de capitalismo periférico. Nesse sentido, em sua primeira fase, a intelectual buscou focar nas interações entre o então considerado fator natural (o sexo)

⁸¹ No *Gender Gap Report* do ano de 2023, divulgado durante o Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupou a 57ª posição, após sair da 94ª posição, referente ao ano anterior. Os eixos mensurados na avaliação são: participação e oportunidades econômicas, oportunidade educacionais, acesso à saúde e empoderamento político. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/noticias/global-gender-gap-2023/#:~:text=O%20Brasil%20subiu%20no%20ranking,junho%20pelo%20Fórum%20Econômico%20Mundial>.

e os elementos estruturais determinantes que constituem as relações de produção. Como resultado desta interação perversa, as mulheres são lidas a partir de uma pretensa condição biológica de inferioridade, a qual resulta no seu alijamento da estrutura produtiva. Este alijamento, por sua vez, estagna a mão de obra desta população, reduzindo-a à ocupação de funções econômicas no âmbito doméstico, também necessárias à reprodução do sistema capitalista (Saffiotti, 2013). O argumento de Saffiotti é sustentado desde dados históricos e estatísticos e serve para afirmar que, ao invés de contraditória com o modo de produção vigente, a marginalização da mulher é útil a este, na medida em que, por serem consideradas força de trabalho subsidiária, elas, quando inseridas no mercado, acabam adquirindo rendimentos menores do que a fração masculina operária, fenômeno de acentuação da mais-valia (ibid.).

A desvalorização do público feminino no capitalismo periférico brasileiro viria desde o período colonial escravocrata do país, na medida em que a força de trabalho feminina e negra no período era ainda mais explorada do que a masculina, em razão do acúmulo de funções por parte daquelas que carregavam consigo, a exemplo, funções reprodutivas e sexuais. Neste regime histórico, de caráter patriarcal-patrimonial, o tradicionalismo operou como base para subjugação das mulheres seja na arena pública seja na arena privada; e, ao lado do fator sexo, acrescentou-se o fator raça como *modus* de corte daqueles que compunham as camadas privilegiadas com relação aqueles que se encontravam nos segmentos subalternizados (Saffiotti, 2013). Na transição de um estágio pré-capitalista para um estágio capitalista, a função da mulher enquanto figura do lar/esposa/mãe (mística feminina⁸²), submissa aos desígnios do chefe de família patriarcal, foi repassada como concepção que se terá acerca desta no mundo do trabalho lido como produtivo. Nesta toada analítica, inspirada em Engels, mas tentando superar algumas de suas observações acerca da família patriarcal, Saffiotti vê a origem da exploração feminina para além dos efeitos da propriedade privada; intervém aqui fatores socioculturais que produzem uma forma de dominação que não é exclusivamente de classe (ibid.).

No final da década de 1980, em *O poder do macho*, Saffiotti alargou seu estudo sobre o patriarcado, de modo a nomear e pontuar outros aspectos deste. Vale pontuar que a ordem patriarcal foi inicialmente caracterizada na sua tese de doutorado, enfatizando o diálogo com perspectivas canônicas do pensamento social brasileiro, advindas de nomes

⁸² Parafraseando a jornalista estadunidense Betty Friedan (2020)

como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, ora concordando ora contestando o grau socioeconômico atribuído por esses ao patriarcado na formação social brasileira. A partir de agora, contudo, a tríade patriarcado-racismo-capitalismo (sem hierarquias entre os três elementos) passa a ser o nó representativo do par dominação-exploração, bem como a pirâmide sob a qual se assenta a subjugação das mulheres e dos homens - que, apesar de dominarem a elas, são também vitimados pelo capitalismo (Saffiotti, 1987). A tríade mencionada representa uma inovação capitalista para com o patriarcado, pois, a despeito de não ter inventado este regime, tal modo de produção o conjugou com outros sistemas de exploração. Como coloca a socióloga no trecho abaixo:

Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas, sociedades nas quais se fundiram com o sistema escravocrata. Da mesma maneira, também se fundiram com o sistema feudal. Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (Saffiotti, 1987, p. 60).

A perspectiva de Saffiotti acerca do cruzamento entre capitalismo, racismo e patriarcado encontra ressonância na análise empreendida por Bruna Cristina Jaquetto Pereira (2016) ao investigar a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. Pereira recorre à noção de “nó das contradições” de Saffiotti para evidenciar que tais violências não se manifestam de modo isolado, tampouco se restringem a dinâmicas interpessoais, mas resultam da articulação estrutural e simbólica entre sistemas de dominação. Ao mobilizar relatos de mulheres negras em situação de violência, a socióloga demonstra como o patriarcado se atualiza de forma racializada e como as hierarquias de gênero e raça se entrelaçam no cotidiano, moldando tanto a percepção social das vítimas quanto as estratégias de controle exercidas pelos agressores. Dessa forma, o patriarcado – tal como formulado por Saffiotti – deixa de ser um sistema puramente relacional entre homens e mulheres e revela-se uma engrenagem complexa de dominação sustentada e reproduzida pelo racismo e pela lógica capitalista no Brasil, cujos efeitos são especialmente cruéis sobre os corpos negros femininos.

A construção social da feminilidade negra – muitas vezes marcada por estigmas de hipersexualização e resistência à dor – atua como justificativa implícita para as violências sofridas e como obstáculo para o reconhecimento institucional dessas violências. Como destaca Saffiotti, este patriarcado, eivado de racialidade, não se desfaz com a modernização capitalista, mas se reinventa, ganhando novos contornos e reforçando desigualdades já naturalizadas; portanto, é fundamental a ruptura com leituras universalistas que caracterizem a ordem patriarcal apenas como configuração das dinâmicas sociais relacionais de gênero. Logo, entendo, ainda em consonância de Saffiotti, não ser esta ordem um resquício das sociedades tradicionais, mas elemento estruturante das formas contemporâneas de dominação, cuja permanência se dá por sua capacidade de articular-se com sistemas econômicos e raciais e de naturalizar as posições de subalternidade atribuídas às mulheres (especialmente as negras). Ao identificar o patriarcado como uma instituição de longa duração, que antecede o capitalismo mas é por ele ressignificado, Saffiotti aponta que sua função não se resume à opressão das mulheres enquanto categoria genérica. Ao contrário, ela demonstra como este regime se materializa de maneira seletiva (Saffiotti, 1987). Desde estas conjunções, a pensadora compreende igualmente que não há incompatibilidade entre o conceito de patriarcado e outros que auxiliam na complexificação da realidade socioeconômica posta, como o conceito de raça e classe.

A centralidade da obra de Heleieth Saffiotti para a compreensão da condição da mulher trabalhadora no Brasil reside justamente na sua capacidade de desnaturalizar a marginalização feminina no sistema produtivo e de evidenciar como essa exclusão não é acidental, mas funcional à lógica do capital. Ao conjugar os elementos de classe, gênero e raça como dimensões indissociáveis de um mesmo sistema de dominação-exploração, a autora não apenas reconfigurou os debates feministas e marxistas no país, mas também inaugurou um olhar mais atento à especificidade da mulher negra e operária enquanto sujeito atravessado por múltiplas opressões. É em meio a este horizonte de intersecções — que recusa simplificações — que se inscreve a reflexão da antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya, cuja obra oferece ferramentas teóricas complementares para aprofundar a leitura das interações entre raça, classe e gênero na América Latina.

Em *As Cores da Masculinidade* (2018), Vigoya, que se filia ao feminismo negro, explicita que há afinidade eletiva entre a dominação de gênero e as dominações de classe e raciais. No contexto colonial, essa manifestação de interações se deu por meio da ordem

patriarcal, caracterizada pela subordinação das mulheres em paralelo à subjugação dos homens negros – também feminilizados e considerados em estado de menoridade⁸³; ou seja, o cruzamento das hierarquias de gênero com as hierarquias raciais (ambas institucionalizadas) na mesma situação sociopolítica. Nesse contexto, as mulheres negras passam a ser sujeitos que encarnam a tripla opressão (classe/gênero/raça), compreensão que está no cerne da perspectiva interseccional.

Para a autora, as lutas feministas não podem ser apartadas das intervenções sobre as masculinidades e das trajetórias pessoais dos homens, sob pena da transformação das estruturas de gênero não ser efetiva. Neste sentido, a agenda feminista é também assunto masculino. Essa incorporação, contudo, deve ser realizada a partir das contribuições dos ativismos e pesquisas do Sul Global, os quais levam em conta as relações entre gênero e outras formas de exercício do poder, recalcadas pelos principais estudos publicados sobre o tema no Norte. Vigoya advoga, nessa direção, por metodologia que analisa as relações de dominação em escala societal, de forma a compreender sua modelação mútua, ao invés de sobrepor diferentes formas de opressão em experiências individuais, como preconiza a interseccionalidade enquanto proposta de trabalho (Vigoya, 2018).

Tomando por base a “Nossa América”, nomeação que a antropóloga atribui à América Latina, não é possível definir um tipo único de masculinidade hegemônica para a região. A identidade masculina varia de país a país (e no interior de cada país, entre as culturas), cada qual marcado por impactos distintos da colonização europeia, ainda que com quantidade significativa de semelhanças, as quais unem o macho latino a outros protótipos de masculinidade relacionados à honra e à virilidade. A produção social dos homens no continente sofre as repercussões históricas da violência social e política que marcou suas diferentes fases, moldando na atualidade as dinâmicas familiares, os reagrupamentos territoriais, as situações de deficiência, a epidemiologia e os deslocamentos geográficos locais (Vigoya, 2018). Conforme a autora, os próprios índices de violência doméstica apresentados em contextos pós coloniais são manifestações dessa herança patriarcal violenta.

Para além dos prejuízos, o arco íris das masculinidades latino-americanas, abordado pela antropóloga, é relativo também à diversificação das práticas afetivas, eróticas e sexuais dos homens, fenômeno que não se refere apenas à afirmação de outras

⁸³ A menoridade das mulheres ocorreu em paralelo com a menoridade dos negros, possibilitando a dupla validade dos binarismos (sendo os não brancos a espécie feminina entre as espécies humanas). Diante disso, o negro e o feminino constituem a negação da racionalidade moderna (Vigoya, 2018).

orientações sexuais, mas à complexificação do modo como os homens vivenciam seus desejos e sentimentos, a despeito das normas patriarcais heteronormativas dominantes que continuam a apregoar a anulação da sexualidade feminina em paralelo à performance da conquista como demonstração de machez. Esses paradigmas de dominação e poder são reproduzidos não somente pelos processos de socialização que ocorrem nas instituições tradicionais, mas também pelos meios de comunicação que funcionam como tecnologias de gênero responsáveis pela difusão da identidade masculina hegemônica⁸⁴, geradora de demandas diferenciadas de consumo (Lauretis, 2018; Vigoya, 2018).

Esta identidade normativa, um dos aspectos do patriarcado, está associada à branquitude⁸⁵, materializadora de valores e costumes positivos, em contraste com a pele negra que seria o negativo (mas necessário) do projeto da modernidade. A branquitude não seria mera legitimadora de aparências, mas parte de projeto de nação, cujo intuito modernizador passaria pela eliminação ou desvalorização das raças inferiores. Richard Miskolci (2012) constrói análise similar quanto ao período de transição da Monarquia para a República no Brasil. Baseado nos romances “Dom Casmurro” de Machado de Assis, “O Bom Crioulo” de Adolfo Caminha e “O Ateneu” de Raul Pompéia, o sociólogo aponta que a constituição do sujeito em diferentes espaços da sociedade nacional esteve atrelada ao projeto das elites nacionais, as quais elegeram a masculinidade branca como arquétipo da civilização e do progresso, valendo-se para isso de medidas estatais em busca do branqueamento da população.

Na contemporaneidade da Nossa América, as masculinidades continuam a ser legatárias desses projetos nacionais excludentes, sendo possível afirmar que os custos e os benefícios, patriarcais e raciais, não são distribuídos de forma equitativa. As hierarquias existentes nas sociedades latino-americanas diferenciam homens brancos de homens negros e estruturam a diferenciação acerca de quem controla e quem é controlado, sobre quem manda e quem obedece ou quem detém os capitais e quem é desprovido desses. As desigualdades entre os homens decorrem do fato de que as masculinidades não são posições fixas, seja pela pluralidade identitária dos homens seja pelo fato de que essas não necessariamente se corporificam através deles, possibilitando que seus aspectos se manifestem igualmente em corpos femininos ou de sujeitos marcados por outras

⁸⁴ “(...) as estruturas de classe e raça não operam em abstrato, mas sim através de tecnologias de subjetivação e de normalização e (...) seu funcionamento deve ser estudado empiricamente e em escala local.” (Vigoya, 2018, p.185)

⁸⁵ Categoria adotada por Vigoya em substituição à branquitude

identidades de gênero (Miskolci, 2012). Entretanto, estas diferenças não apagam o fato de que existem também privilégios masculinos compartilhados, os chamados dividendos patriarcais, expostos quando o conjunto dos homens é colocado em perspectiva relacional com o conjunto das mulheres (Vigoya, 2018).

Para que as ordens de gênero e de sexualidade fossem hoje realidade em terras latinas houve a violência manifesta em práticas de abuso, destruição e extermínio, promovidas por espanhóis e portugueses, bem como por processos de regulação da vida social, para os quais teve papel fundamental a Igreja Católica, produtora de justificações para a subjugação dos povos e, em especial, a subordinação das mulheres (Del Priore, 2012). Nesse sentido, a moralidade, especialmente em torno do sexo, cumpriu função crucial para os fins de opressão dos nativos do continente e dos escravos importados da África. Tal esquema de conversão dos sujeitos subalternos, que aqui povoavam, em corpos hábeis para a construção do Novo Mundo, desembocou em ordem binária de gênero, capaz de negar as tradições já existentes no continente, relativas à classificação dos seres para além dos marcos estabelecidos nas metrópoles europeias (Lugones, 2018; Vigoya, 2018).

Frente a esse panorama cisheteropatriarcal e racista, as práticas gendradas têm se reproduzido historicamente nos países de formação colonial, desde a incorporação de preceitos da modernidade que opõem homens e mulheres como espécies diferentes, em perspectiva essencialista marcada por expectativas sociais estanques (Laqueur, 2001)⁸⁶. Os estudos sobre as masculinidades na América Latina, tematizados por Vigoya, tem a função de tensionar essas práticas, abrindo margem para reflexão teórica que contribua para a desestabilização do patriarcado racial na região. Esse movimento de transição passa pela revalorização das epistemologias locais, rompendo com o local estabelecido ao Sul pela divisão internacional do trabalho intelectual, reprodutora da lógica colonial que silencia aquilo que os pesquisadores latinos têm a dizer sobre questões tão importantes quanto gênero e sua relação com o ser e estar dos homens nas sociedades (Vigoya, 2018).

Na linha do pensamento de Vigoya, a perspectiva decolonial, gestada no pensamento caribenho e latino-americano, tem indicado que o sistema colonial-moderno possui repercussões no que diz respeito ao modo como povos, culturas e saberes são considerados em sua essência. Com isso, seria necessário considerar os locais

⁸⁶ Em oposição a perspectiva pré-moderna do sexo que considerava a mulher como uma versão incompleta ou imperfeita do homem (Laqueur, 2001)

enunciativos dos subalternos no processo de produção de conhecimento (junção entre lugar epistêmico e lugar social); consideração essa capaz de legitimar práticas sociais comunitárias que se contraponham ao modelo hegemônico e gerem alianças entre aqueles que compartilham a experiência da subordinação (Bernardino-Costa, Grosfoguel, 2016). Portanto, uma análise das masculinidades no contexto latino-americano demandaria necessariamente uma ruptura com modelos teóricos eurocentrados, os quais apagam especificidades históricas, culturais e socioeconômicas da região. Dessa forma, a corpo-geopolítica do conhecimento (Bernardino-Costa, 2018)⁸⁷, revelar-se-ia central para compreender como as construções do masculino se articulam às experiências concretas dos sujeitos considerados racializados e cujas vivências foram sistematicamente deslegitimadas pela colonialidade do saber.

Em abordagem outra do patriarcado, Rita Segato discorre acerca da transição do mundo aldeia (marcado pela organização social em tribos) para o mundo-Estado, fenômeno que se tornou de imposição da modernidade em contextos coloniais. No ensaio intitulado *Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade* (2021), Segato descreve essa transição como a passagem de um patriarcado de baixa intensidade para um patriarcado de alta intensidade⁸⁸. O primeiro seria caracterizado pelo dualismo que opõe funções sociais ligadas ao masculino e ao feminino, mas sem gerar ruptura entre os diferentes espaços da comunidade, sendo todos eles entendidos como interligados e, portanto, parte de uma mesma lógica comunitária. Já o segundo seria caracterizado pelo binarismo – aqui diferenciado do dualismo – que opõe radicalmente o masculino e o feminino e produz uma cisão social entre as esferas pública⁸⁹ e privada, relegando o privado/íntimo às mulheres (Segato, 2021).

A dualidade, elemento predominante previamente à modernidade, pode ser definida como variante do múltiplo, sendo o “dois” comunitário – especialmente no mundo indígena – síntese da multiplicidade que caracteriza o social. Por sua vez, o

⁸⁷ Conforme Joaze Bernardino-Costa (2018), a corpo-geopolítica do conhecimento articula duas dimensões: a corpo-política, que reconhece as marcações corporais (raça, gênero, classe, sexualidade) e as experiências vividas como elementos constitutivos da produção de conhecimento; e a geopolítica, que situa o lugar de enunciação geográfico e político do sujeito cognoscente no sistema-mundo moderno/colonial. Juntas, essas dimensões contrapõem-se ao universalismo abstrato cartesiano, afirmando que todo conhecimento é situado e corporificado, constituindo-se em estratégia decolonial de resistência à colonialidade do saber e do ser.

⁸⁸ Para esta categorização, Segato tem por referência a ativista e escritora boliviana Julieta Paredes.

⁸⁹ Para Rita Segato (2015), a história da esfera pública é a história do patriarcado, tendo em vista a concomitância do desenvolvimento de ambas as estruturas.

binarismo, próprio à modernidade, está atrelado ao mundo do “um” que necessita do “outro”, exterioridade que o define. O par um-outro, conforme Segato (2021), produz um divórcio entre aquilo que é do masculino e aquilo que é do feminino – ambos encarnados, respectivamente, em corpos de homens e mulheres. A elas caberia a arena doméstica, ontologicamente incompleta e desprovida de relevância social; enquanto a eles caberia a direção do tecido comunitário, produzindo, desde os seus parâmetros, equivalência universal sobre a qual outras identidades e padrões passariam a ser mensurados. Dessa forma, o mundo moderno passou a ser regido pela norma de que apenas os sujeitos “filtrados, processados e transformados nos termos universais da esfera “neutra” podem adquirir voz política” (ibid., p.84).

Diante desse panorama, o patriarcado colonial-moderno de alta intensidade desfigura o tecido comunitário do mundo-aldeia de maneira violenta, transformando as práticas sociais e inaugurando a modernidade. As relações sociais que sucederam a ordem patriarcal de baixa intensidade, nesse sentido, não se estabeleceram de modo espontâneo, a partir das classificações dos sujeitos nativos, mas baseadas em imposições coloniais que têm sido reforçadas ao longo do tempo de modo a eliminar as reminiscências do mundo-aldeia (Segato, 2021). A antropóloga e professora emérita da UnB, afirma que as consequências dessa configuração colonial-moderna podem ser encontradas atualmente na barbárie do feminicídio, o qual tem crescido ano após ano na América Latina, a despeito dos avanços nos direitos das mulheres e nas discussões a respeito desses (ibid.). Essas violações contra a dignidade feminina são manifestação do reordenamento promovido pelo *pater* a fim de manter o par um-outro em sua devida configuração, tendo em vista que os ataques contra o outro feminilizado e minorizado são formas de disciplinamento impostas pelo regime patriarcal àqueles que desestabilizam ou desestruturam sua égide (Segato, 2005, 2015).

Ao formular a conceituação dos dois patriarcados, Rita Segato contesta a tese de Maria Lugones de que o período pré-colonização seria marcado pela ausência de gênero e, portanto, de práticas patriarcais (Segato, 2021). Ainda que o mundo aldeia permitisse uma melhor circulação das posições em relação ao gênero ocidental moderno⁹⁰, os tributos masculino e feminino, com determinadas hierarquias já estavam presentes, bem

⁹⁰ “(...) muitos povos norte-americanos, primeiras nações canadenses e todas as religiões afro diaspóricas, têm vocabulários para identidades e práticas transgêneras, permitiam o que o Ocidente chama de casamentos do mesmo sexo e tinham outras formas de transitividade de gênero proibidas pelo rígido sistema colonial-moderno de gênero.” (Segato, 2021, p.79)

como os atos de dominação deles sobre elas no mundo-aldeia (ibid.). Demonstrações dessa existência da ordem de gênero podem ser encontradas nos rituais de iniciação masculina, que visavam a produção de homens a partir do reconhecimento de seus pares, bem como na demonstração de todo tipo de poderes sobre os recursos existentes nas comunidades. Nessa direção, a prévia distribuição de papéis e símbolos duais facilitou a intrusão do patriarcado colonial-moderno nesses espaços, haja vista que possibilitou a afinidade com as hierarquias pré-coloniais (Segato, 2021.). Contudo, com a modernidade, ocorreu um processo de reinterpretação das nomenclaturas e posições existentes no mundo-aldeia, de forma a acentua-las nas sociedades de Estado, potencializando o patriarcado. Segato (2021, p.80) descreve o processo:

Em primeiro lugar, há uma superinflação da importância dos homens dentro da comunidade, dado seu papel de intermediários com o mundo externo – tradicionalmente, com os homens de outras casas e aldeias e, agora, com a administração branca. Em segundo lugar, os homens enfrentam a emasculação e a perda de status quando se aventuram fora de sua comunidade e enfrentam o poder da administração branca. Por fim, há uma superexpansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade, bem como um desmantelamento e privatização da esfera doméstica.

A dualidade então acabou por se transformar em binarismo de gênero, associando os homens ao público e ao político. Tal processo se deu a partir da dominância da linguagem da modernidade que, por meio de atributos como a cidadania, instaurou uma nova forma de patriarcado com códigos igualitários (Segato, 2021). Logo, para além da violência colonial, capitaneada pelos europeus, a imposição da ordem patriarcal moderna contou com sujeitos indígenas nativos (e com escravizados), a partir da imersão em práticas comunitárias que fortaleceram o lugar de determinados homens, ligados à administração colonial, enquanto rebaixara outros a posições desprovidas de prestígio. As hierarquias de gênero modernas foram acompanhadas, portanto, de hierarquias entre as masculinidades e entre as feminilidades, fenômeno que se acopla à centralidade da categoria raça para a caracterização da colonialidade do poder (Quijano, 2005).

A introdução de conceitos como igualdade, democracia e cidadania, em meio à estabilidade do patriarcado de alta intensidade, expressa a tática moderna de impor remédios a problemas criados pela própria modernidade. Quanto à questão de gênero, essa contradição se expressa a partir de programas de reforma que, nas últimas décadas, tem advogado pela igualdade de gênero em países do Sul Global. Estes programas adotam a máxima da transversalidade do gênero nas políticas, mas, segundo a autora, falham ao

pressupor que o binarismo que opõe o público e o privado é extensivo a todas as sociedades. Tal pressuposto de negação esbarra em práticas de etnias indígenas, as quais concebem o mundo como pertencente a múltiplos, sem atribuir ao outro (diferente, mas não inferior) o *status* de um problema que necessita ser resolvido, pois no mundo-aldeia “não há imperativo de comensurabilidade” (Segato, 2021, p.90). Enquanto isso, a produção do Eu da modernidade está atrelada a essa classificação:

Este papel de *otro* femenino, no blanco, colonial, marginal, subdesarrollado, deficitario como han mostrado Edward Said y una generación entera de teóricos postcoloniales, pasa a constituir-se en la condición de posibilidad del *uno* - sujeto universal, humano generalizable, con *H*. Su tributación, la dádiva de ser que de él se extrae, fluye hacia *el centro*, plataforma del *sujeto humano universal*, lo construye y lo alimenta (Segato, 2015, página).

A transição do dual para o binário, ou seja, do patriarcado de baixa intensidade para o patriarcado de alta intensidade trouxe as violências contra as mulheres para outro patamar. A opressão patriarcal se expressa na modernidade desde o controle da autonomia sexual e reprodutiva até a tortura infligida psicológica, patrimonial, física ou sexualmente contra o outro feminino, em diferentes vias de manter estáveis os locais atribuídos pela ordem do *pater*, ao mesmo tempo abstrata e material. Seja um, dois ou mais os estágios dessa configuração social, o fato é que a suposta universalidade e a atualidade do patriarcado tem sido contestada por parcelas do pensamento feminista, na medida em que o conceito pode ser utilizado para negar estruturas de gênero próprias a determinadas culturas, não pautadas pelo binarismo sexista; para afirmar a perpetuação da hegemonia do *pater familias* em momento no qual as configurações de gênero seriam mais fluidas/oscilantes e não fixas, outrora centradas no par dominação masculina-subordinação feminina; e para contestar a centralidade do caráter gendrado do patriarcado, o qual marginalizaria o conteúdo racial que marcou, a exemplo, a diferença sexual no cenário da escravidão (Bento, 2024). Portanto, é preciso considerar que a oposição masculino-feminino não funciona de forma linear se cruzada com outros marcadores.

Nesta mesma direção, o patriarcado enquanto conceito não seria adequado, em absoluto, para compreender as experiências das mulheres negras, já que os elementos tipicamente associados ao feminino – sendo um deles a passividade – não dão conta da caracterização histórica atribuída ao “segundo sexo” quando visto racializado. Contudo, argumento aqui que a ideia de uma estrutura social patriarcal, materializável, entre outras

dimensões, nas práticas das masculinidades, não perde sua validade empírica quando há o tratamento de marcadores adicionais. Ao contrário, permite o entendimento de que outros fatores (principalmente a raça) vão ao encontro do gênero no bojo da herança legada pelo processo colonizatório, e são naturalizados por esforço continuado da frente estatal-empresarial-midiática cristã, nos termos de Rita Segato (2021); frente esta que é componente das sociedades de Estado contemporâneas, subjugadoras de corpos e subjetividades.

Atualmente, persiste o patriarcado, mas sob a convivência com processos de resistência que operam reivindicações não apenas legais, mas de ruptura com práticas sociais violentas que diminuem ou anulam existências, especialmente de mulheres, que permanecem sendo entendidas enquanto propriedades (continuidade da lógica escravista). Essas frentes de oposição às opressões desembocam nos movimentos sociais e nas arenas institucionais, dentre as quais se incluem as políticas não governamentais das masculinidades que, a partir de redes, alianças e parcerias, passam a executar projetos de revisão de comportamentos reflexos de cultura que mantém os marcos da dominação masculina ao centro das ações postas a cabo pelos agentes. Logo, não se pode falar em imutabilidade das estruturas de gênero/sexualidade e raciais postas, já que há abertura para mudanças a partir do esforço envolvendo atores nacionais e internacionais.

Diante da continuidade das interações sociais que consolidam o par um-outro, a ordem patriarcal, que é também racial, apresenta igualmente variações intrarregionais, manifestando-se conforme especificidades no interior da América Latina, contexto de origem e interesse de Saffiotti, Segato e Vigoya. Nesse sentido, no Brasil, o patriarcado de alta intensidade apresentou-se de forma conjugada a um processo de escravidão que perdurou por quase quatro séculos, e excluiu os homens negros da associação com o ideário do *pater* (Bento, 2024), dado o seu lugar social feminilizado frente aos homens brancos, especialmente os grandes proprietários; conquanto aspectos de virilidade, acentuados pelas masculinidades hegemônicas patriarcais, também passaram a ser incorporados, ao longo da história, às masculinidades negras. Para compreender de que forma as transições ocorridas nos contextos coloniais para os modernos, fizeram emergir um regime no qual o binarismo masculino-feminino esteve intimamente atrelado ao binarismo branco-negro (correspondente à dupla humano-não humano), é importante retomar a caracterização das configurações sociais patriarcais em intelectuais que interpretaram a formação nacional.

3.2 O patriarcado nas reflexões sobre o Brasil

A interpretação do modelo patriarcal no Brasil consiste em novo esforço adaptativo e conceitual. Em um país marcado pela ausência da filiação paterna e pelas desigualdades no exercício da parentalidade⁹¹ (Thurler, 2009), a noção mítica do “Pai”, base do patriarcado, permanece enquanto referência normativa do parentesco. No campo das reflexões sobre o Brasil, identifiquei interpretações que posicionam o patriarcado, análogo ao escravismo (Aguiar, 2000), como constitutivo da nossa formação. Ainda que seja controversa a ideia de que o Brasil seja marcado por singularidade que o diferenciaria do restante do mundo (Tavolaro, 2014), é importante ressaltar a presença de especificidades desde a colonização, ainda que estas sejam compartilhadas com outras sociedades latino-americanas.

A escravização, por exemplo, é constitutiva das nossas relações sociais e de nossa economia (que se assentou em definitivo sobre a mão-de-obra negra). Tendo aparecido em outras sociedades coloniais, por aqui fincou raízes por quase quatro séculos, tendo sido o Brasil o último país a aboli-la. Outro exemplo de especificidade do país é a dominação exercida pela metrópole portuguesa em nossas terras, a qual não teve como resultado o desenvolvimento urbano e social do país, processo esse lido por Sergio Buarque de Hollanda (2014) como desprovido de planejamento. Aqui reivindico foco conceitual na noção de um patriarcado nacional, que é também racial, o qual não envolveu apenas a subordinação dos homens sobre as mulheres, mas deles brancos, burgueses e heterossexuais sobre os demais homens: negros, indígenas, homossexuais e demais sujeitos masculinos feminilizados pelo colonialismo gendrado local.

No pensamento social produzido por teóricos brasileiro, entendo serem três os autores que têm centralidade nesse debate: Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Abdias do Nascimento. Gilberto e Oliveira escreveram na primeira metade do século XX, contexto no qual o Brasil atravessava um processo incipiente de industrialização e urbanização, momento de produção de novas interpretações sobre o nosso país, a nossa formação e a nossa cultura. A partir da teoria, os problemas nacionais foram observados a fim de que saídas fossem direcionadas. Se constituía então uma *intelligentsia*, ainda que desprovida

⁹¹ Para Ana Liési Thurler (2009), a parentalidade se refere ao efetivo exercício da paternidade e da maternidade, para além do reconhecimento documental.

de um projeto utópico (Martins, 1987). Com essas leituras, na esteira do movimento modernista, visava-se afastar o modelo cultural submetido às tendências europeias (Cândido, 1984).

Abdias do Nascimento, pensador negro, trouxe a questão do patriarcado em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, publicado em 1978, momento em que o país já havia passado pela transição do Brasil rural para o Brasil urbano. Abdias do Nascimento era um crítico da ideologia da “democracia racial”. Oliveira Vianna, por sua vez, advogava por perspectiva antiliberal, valendo-se de noções evolucionistas para explicar as desigualdades raciais e sociais na primeira metade do século XX. Já Gilberto Freyre foi crítico das teorias racialistas predominantes no final do século XIX e início do século XX, que maldiziam os elementos negro e indígena e suas respectivas contribuições para a sociedade brasileira. O resgate desses pensadores não significa que, em seu conjunto, tenham abordado de forma uníssona o patriarcado de maneira a problematizá-lo. Trata-se, nos textos colocados, de apontar como esta foi a organização social que vigorou no país, alinhada a configurações que reverberaram a cultura patriarcal em suas substâncias. Logo, o protagonismo do “senhor” ou “pai de todos” no Brasil é indissociável dos demais aspectos da sociedade local, tendo em vista que diz respeito ao modo como as interações sociais se organizavam e seguiram se organizando em nosso contexto.

Primeiramente, específico o argumento de Oliveira Vianna, jurista carioca, que realizou retrato da sociedade brasileira como desprovida de “povo”. Carecia o nosso país de um aglomerado organizado que se visse enquanto tal. Sem “povo” não seria possível falar de universalização de direitos (igualdade civil), ou seja, de difusão do liberalismo político. Apesar de ter-se implantado com a República uma constituição baseada nos princípios liberais que vigoravam nos Estados Unidos da América, a bem da verdade a norma não se materializara em práticas sociais e institucionais condizentes à nova realidade. Dessa forma, Vianna trabalhou com a ideia de que organizar os sujeitos nacionais dispersos em uma coletividade demandaria uma ação vertical do Estado, reformando os estabelecimentos sociais de cima pra baixo. Logo, ao invés de um corpo estatal que se ausenta das grandes questões nacionais, deveríamos dispor de planejamento.

Em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), Vianna também trabalha com essas noções, reiterando alguns pilares do culturalismo sociológico e do evolucionismo para pensar a nação. Logo, pode-se dizer que o autor foi um dos inauguradores da sociologia

no país, na medida em que observou aspectos sociais e territoriais do Brasil de forma a produzir inferências a respeito do que nos caracterizaria. Muitas de suas ideias flertam com o racismo científico da época. Contudo, a compreensão do seu argumento não implica completa adesão, mas certo conhecimento da mentalidade das elites intelectuais estabelecidas ao fim do século XIX e que adentraram posteriormente o Estado nacional.

A respeito do patriarcado, temos em *Populações Meridionais do Brasil* (1920) uma de suas principais abordagens. Conforme Vianna, na ausência de uma coletividade organizada, prevaleceriam as famílias, os clãs liderados por seus patriarcas. A figura masculina e branca, portanto, se encontra no centro dessa sociedade. O Brasil teria se formado sob o jugo desses proprietários que, no interior de seus latifúndios, lideraram núcleos independentes uns dos outros, à revelia da sociedade. Por isso mesmo, a lei mais importante não era aquela presente na Constituição e sim a ditada dentro dos engenhos e cafezais, desde as grandes propriedades (Vianna, 1920/2005). Lei patriarcal essa que abrangia a economia dos latifúndios, os escravos, os empregados, as mulheres, os agregados e as crianças.

O patriarca, no Brasil, era “senhor” e “pai” de todos. As relações de poder se organizavam tendo ele como ponto de partida. Na República nascente, esse estava no domínio não apenas da economia, mas também da política. A cultura do voto sob mando, por exemplo, teve como cabeças esses homens. Vianna (2005), em seu texto, aborda o patriarcado de forma romântica, ao fazer um elogio aos patriarcas, eles que seriam os líderes de seus respectivos espaços, fatias do território nacional. Seriam os senhores das terras os mais empreendedores e os mais honestos no trato com os negócios. Por se aproximarem da raça branca, possuiriam virtudes carentes aos mulatos e aos pretos, manifestantes das características próprias às raças inferiores, aquelas cujas qualidades não seriam suficientes ao desenvolvimento da nação (ibid.).

A família, que é abrigo e abrigada por esse patriarcado, é compreendida pelo autor como base da sociedade humana e a unidade fundamental para análise e compreensão dos fenômenos sociológicos. Portanto, é inescapável, para o estudo da formação nacional, um olhar sobre a família patriarcal concentrada no campo, pois é nela que se inicia e se irradia o poder do *pater* para outras esferas. O conjunto dessas famílias patriarcais constituiu a nobreza rural, herança do mundo luso. Conforme Vianna (2005), essa espécie familiar é marcada pela autoridade e pela austeridade, diferentemente da mancebia e da transitoriedade das famílias da plebe rural. Isso daria à família patriarcal um caráter de

educadora moral do povo brasileiro. Em função da consolidação dessas práticas patriarcais, podia-se dizer que havia entre nós ilhas de virtudes (ibid.).

Na família patriarcal, o *pater* fazia às vezes de chefe e “pedagogo”. Educava e dava ordens aos filhos e empregados. Escolhia os maridos de suas filhas. Determinava também a profissão dos filhos, ou o seu lugar na economia da propriedade familiar. Castigava, por vezes com severidade, a sua prole, em um tipo de educação aterrorizante para os jovens. Produzia-se então um clima de respeito – com direito a pedido de benção – aos pais; regime de obediência aos mais velhos. O pai era “senhor”, sendo assim nomeado pela própria esposa que também ganhara o título de “senhora” (Vianna, 2005). Para o autor, esse clima de reverência à tradição vigorou com mais força durante a colonização e influenciou o estado das relações sociais no Brasil rural.

Para Vianna (2005), as características do homem do campo eram reflexos da nobreza agrária. Fidelidade à palavra dada, probidade, respeitabilidade e independência moral. É nesse indivíduo que se encontrava o homem ideal para fazer negócios, já que a palavra dita significava palavra cumprida. Seria mais entre os nobres do que entre a plebe que esses aspectos se encontravam vívidos, haja vista a diferença racial que tornava a elite rural patriarcal (de ascendência europeia) propensa à retidão. Tal conduta podia ser atribuída à fixação aos domínios que os senhores mantinham. Armações ou enganos, quando descobertos, podiam significar a desmoralização social. O maior capital do patriarca na sociedade rural era o cumprimento dos acordos, pois sem credibilidade era desmoralizado diante de similares e subordinados (ibid.). O *pater* concentrava a atenção, o respeito, a honra.

Ao idealizar o patriarcado brasileiro, Vianna (2005) colocou o chefe de família e de propriedade como o sujeito que exerce o paternalismo para o bem, em nome da proteção dos seus dependentes. Era crucial para um membro da plebe contar com “senhor” como padrinho; ser como alguém da família, tal qual um filho. O patriarca era venerado na comunidade, pois protagonizava a política, a economia e a sociedade locais. Ele e os seus pares – os demais homens brancos proprietários – constituíram o progresso do nosso tecido social, fazendo valer as hierarquias, onde cada qual possuía um lugar que lhe cabe (ibid.). Coroando sua teorização, o autor apresentou neste livro quatro tipos de classificação familiares em seu texto: a patriarcal, primeiramente, e mais três, sendo elas: a quase patriarcal, a de tronco e a instável.

Patriarcal e quase patriarcal apontavam para formação social particularista, enquanto a de tronco e a instável apontavam para formação social comunitária, onde a coletividade possui mais importância do que os grupos que habitam as fazendas. As duas primeiras eram majoritárias entre a elite rural e as demais entre os subalternos e nos meios urbanos, nos quais a desestruturação familiar se faria mais presente. Orgulhosos de sua tradição, nome e patrimônio, os patriarcas, líderes de suas organizações familiares, se enquadravam na noção autoritária e hierárquica de sociedade defendida pelo autor.

O contexto analisado por Vianna (2005) – em condição de contemporâneo – possui similaridades com o estudado posteriormente por Jurandir Freire Costa em *Ordem Médica e Norma Familiar*. Este autor, já na década de 1970 em diante, se propôs a realizar uma arqueologia da família brasileira colonial, tentando compreender seu processo de normatização e higienização com base nos propósitos do Estado e nos saberes da medicina. Neste caso, o objetivo de Costa (1999) era apontar como a organização familiar patriarcal dispersa na Colônia e no Império ia de encontro aos objetivos de modernização do Estado-nação, na medida em que apresentava empecilhos para o controle demográfico e político da população. Diante desse desencontro, era necessário transformar a família colonial em família colonizada.

Pode-se afirmar que a família colonizada é, por excelência, burguesa, branca e nuclear, marcada pela individuação dos seus membros. Para que houvesse a materialização desse novo modelo, foi necessária uma série de adaptações físicas e psíquicas que readequassem os comportamentos, hábitos e vestuários de homens e mulheres, domesticando-os para o progresso. Alguns exemplos desse reordenamento estiveram: no combate aos casamentos consanguíneos, na repressão sexual – a qual incluía o combate ao onanismo –, no reforço às atribuições da figura materna como o aleitamento e os cuidados higiênicos da prole; e na marginalização dos sujeitos inadequados a exemplo de homossexuais, libertinos e prostitutas (Costa, 1999). A principal repercussão desta junção de aspectos esteve na intensificação da objetificação da mulher, figura que deu continuidade ao tipo de posse relativo aos agregados e aos escravizados. Com base nessa transição, é possível afirmar que o modelo da família colonizada não superou o patriarcado citado por Vianna (2005), mas atribuiu a ele um formato mais agregado, o qual dialogava com a sociedade em processo de industrialização e urbanização.

Casa Grande & Senzala (1933), clássico que aborda a formação nacional, consagrou-se pelo elogio à miscigenação em um país no qual o debate intelectual, alinhado às políticas de branqueamento, ainda rejeitava as contribuições africana e indígena para a identidade nacional. No livro, Gilberto Freyre, intelectual pernambucano e um dos pioneiros das ciências sociais brasileiras, definiu nossa sociedade enquanto agrária, escravocrata e patriarcal. Agrária do ponto de vista da formação da economia; escravocrata no que tange ao regime de trabalho e às relações hierárquicas; e patriarcal no referente à organização familiar. Esse último tópico assume centralidade na sua obra.

Freyre (1933/2006) concebeu a colonização brasileira como processo de hibridação, o qual só foi possível em razão de o colonizador português vir de contexto no qual já era presente o multiculturalismo, dada a convivência com os judeus e os mouros. O português, além de se adaptar melhor a esses outros povos, também se acostumou melhor ao clima tropical, próximo ao da Península Ibérica; contrariamente aos colonizadores holandeses e franceses que tiveram dificuldade de se instalar durante suas missões no Nordeste. Além disso, Portugal, considerada pelo autor como uma metrópole entre a Europa e a África, não transpôs suas divergências políticas, religiosas e territoriais para o Brasil e contou com o catolicismo como forma de aglutinar as populações aqui presentes e as que estavam de chegada. Com isso, nossa sociedade fundamentou-se na conciliação e na flexibilidade (ibid.).

Ademais, as relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras e entre homens brancos e mulheres indígenas ajudaram a formar cenário de mistura entre os povos. O Brasil é o país da miscigenação, tese defendida sob certo louvor de Gilberto Freyre à nossa “mistura” cultural. Vale ressaltar, à revelia do texto do autor, que essa miscigenação de modo algum se deu sob pacifismo. A violação dos corpos das mulheres negras e indígenas foi intensa, principalmente nas grandes propriedades, onde estava autorizado ao patriarca o usufruto das terras e das pessoas escravizadas. Neste Brasil que se formava também era comum, segundo ele, a poligamia, onde aos homens brancos era possível uniões conjugais simultâneas. O direito masculino se sobrepunha seja no estamento senhorial seja nos segmentos populares, mas de maneira mais intensa onde a masculinidade hegemônica ia ao encontro das posses de latifúndios e de escravizados.

Seguindo nessa linha, Freyre (2006) afirma que a iniciação sexual dos meninos brancos nas fazendas se dava com as “mulatas”. O aprendizado patriarcal em relação ao sexo tinha contornos raciais e se manifestava desde cedo. No resgate de um dito popular

pelo autor, separava-se a mulher para casar-se (a branca), da mulher para trabalhar (a negra) e da mulher para fornicar (a mulata). Ou seja, a partir do olhar do patriarca se estabelecia a classificação do “outro” feminino.

A estabilidade do patriarcado foi o fundamento para o sucesso da colonização portuguesa no Brasil⁹². A família estendida liderada pelo *pater* incluía mulheres, escravos, agregados e apadrinhados que habitavam os espaços das fazendas, microsociedades autossuficientes. Ou seja, para os que viviam no interior dessas propriedades dificilmente era necessário recorrer ao mundo externo. Produzia-se para exportar, mas também para o consumo interno. Portanto, os pactos sociais (amizades ou casamentos, por exemplo) também se concretizavam ali. A vida começava e tinha fim no latifúndio (Freyre, 2006).

Nas grandes propriedades, manifestava-se o poder absoluto e cotidiano do patriarcado. O patriarca, branco, tinha o controle dos subalternos. Os homens negros, por exemplo, eram desprovidos de prerrogativas, emasculados e feminizados na condição escravizada. Logo, a ideia de paternidade não esteve associada no período da colonização à sua figura (Sleenes, 2012). Por outro lado, o patriarca detinha o controle dos corpos das mulheres brancas e negras de sua fazenda. As sinhás eram submetidas aos desejos do seu senhor e em paralelo davam ordens às suas escravas de maneira autocrática (Freyre, 2006). Portanto, ainda que na condição de “segundo sexo”, as sinhás desfrutavam de privilégios, dado o seu lugar na casa-grande.

Em outra obra intitulada *Sobrados e Mucambos* (1936), Gilberto Freyre (2013) aborda algumas cenas coloniais de subordinação feminina. Quando da visita de homens às casas das elites, no meio urbano ou rural, as filhas e esposas eram mantidas reclusas em espaços onde não pudessem ser vistas. Esse era um fenômeno que impressionava aos visitantes estrangeiros, já que não era possível conhecer as mulheres brasileiras durante as reuniões domésticas. Da mesma forma, essas mulheres não podiam sair nas ruas das cidades desacompanhadas de um homem. Era necessária a autorização do patriarca para que ir e vir fosse uma possibilidade para elas. As escravizadas, por sua vez, se encontravam em funções de quituteiras ou vendeiras nos espaços públicos. A modernização do Brasil tradicional, entretanto, veio de encontro a esse modo de organização espacial dos gêneros (Freyre, 2013).

⁹² A antropóloga Mariza Corrêa critica a ênfase de Freyre no modelo patriarcal de família. Segundo a autora, outros modelos de família foram cruciais, porém às margens da casa-grande. Essas organizações familiares diversas detiveram papel fundamental na organização social colonial (Corrêa, 1981).

Em síntese, a formação social brasileira é lida como patriarcal na visão freiriana. Sob o julgo do “masculino” autorizado ao mando, foram constituídas relações sociais que extrapolaram para as arenas econômica e política. Atualmente, este patriarcado que requer ser obedecido é representado por coronéis, oligarcas, políticos e demais sujeitos que conseguiram e conseguem transmitir as suas posições de modo intergeracional. Esses são ilustrativos de hierarquia social na qual persiste o patriarcalismo da colônia, além do *ethos* herdado desse universo de dominação do qual fala o autor em seu tratado sobre a constituição da sociedade nacional.

Abdias do Nascimento é o terceiro dos autores que identifico como abordando o patriarcado enquanto estrutura central da formação nacional. Ativista, intelectual e político negro, o autor deu importante contribuição para a reflexão sobre as relações raciais no Brasil. Durante a sua trajetória, Abdias esteve à frente de mandatos legislativos; na luta pelos direitos civis da população negra e no universo artístico e teatral, propulsionando o Teatro Experimental do Negro (TEN) entre as décadas de 1940 e 1960. Em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), marca o pensamento social brasileiro ao criticar a ideologia da “democracia racial”, considerada nociva para a compreensão das interações sociais no país. Longe de democrática e inclusiva, nossa sociedade, conforme o autor, é marcada pela exclusão social e pela supremacia branca.

Dessa maneira, o autor se opõe diretamente a Gilberto Freyre, pensador que, em sua visão, se valeu da noção de “lusotropicalismo” para consolidar determinada imagem do Brasil que exclui o racismo e a violência, para firmar a ideia de conciliação entre as raças. As hierarquias raciais sempre estiveram entre nós, porém foram eufemizadas, inclusive sob a estratégia colonial de divisão da comunidade negra entre pretos, pardos, mestiços, entre outras categorias (Nascimento, 2016). Essa reflexão vai na mesma direção de Lélia Gonzalez (1984) que aponta para as dificuldades de articulação política entre os cidadãos negros brasileiros na medida em que estes se encontram desidentificados com a própria raça. Ou então, como interpreta Virginia Bicudo (2010), ao apontar que o negro brasileiro estaria em busca da assimilação subjetiva de uma normatividade branca – já que o sujeito branco é considerado sinônimo do humano ou do universal.

Conforme Nascimento (1977/2016), ao contrário do argumento de Gilberto Freyre, a permanência de elementos culturais herdados da população negra não indica a ausência de racismo no Brasil, tendo em vista que esses elementos culturais fincaram raízes em nosso contexto por meio de processos de resistência. Abdias também contesta

outro imaginário que se propagou intelectualmente através do pernambucano Gilberto Freyre: o mito da escravidão benevolente. Conforme o crítico, longe de brando, o regime escravocrata nacional envolveu a prática de múltiplas violências contra negras e negros que não ficam atrás do que se passou nos EUA. A população negra brasileira teria sido maltratada, humilhada, subnutrida e logo descartada. Não houve, por parte dos grandes proprietários, preocupação quanto à saúde dos escravizados que, na condição de enfermos, eram prontamente substituídos dada à enorme disposição de mão-de-obra (ibid.).

As pessoas escravizadas, longe de serem coniventes e passivas a essa ordem que recaia com toda a força sobre si, produziram inúmeras revoltas, sendo a mais marcante a que originou a República de Palmares (Nascimento, 2016)⁹³. Em meio à solidificação dos conflitos e posições raciais, uma das estruturas mais violentas que se impôs sobre a população negra foi o modelo de família patriarcal, herdado de Portugal. De princípio, esta organização com o patriarca ao centro e seus subordinados nas margens possuía uma cor social: branca. Ao homem negro, mais uma propriedade do patriarca, não era aventada a possibilidade de chefia-la⁹⁴.

Por sua vez, a mulher negra ocupava a “função” de objeto econômico e sexual. Dentro e fora dos lares, o seu corpo estava sujeito à violação. A partir do ato em que se infligia à sua dignidade, mantinha-se um tipo de moralidade que representa o outro lado do patriarcado. Longe de ser organização pautada pelo respeito, o patriarcado operava a partir da ideia de que as mulheres negras estavam disponíveis laboral e sexualmente, incluso para a prostituição e o ganho dos homens brancos. Nascimento (2016) menciona como exemplo a cafetinagem, uma das atividades das quais se ocuparam os portugueses.

No Brasil Colônia, as mulheres negras se encontravam em maioria com relação aos homens negros. Geralmente eram esses que se ocupavam da parte mais brutal do trabalho, detendo expectativa de vida menor. Esses possuíam também importante papel na reprodução da mão-de-obra, embora não fossem reconhecidos como figuras paternas (Bento, 2024), pois, em termos composicionais, a noção de família patriarcal repelia o

⁹³ Palmares é símbolo de resistência em uma época na qual a insubmissão da comunidade negra precisava ser contida, não só pelo temor dos proprietários de que aqui o “haitianismo” se desenvolvesse, mas também porque a riqueza da nação só era possível a partir dos esforços dispendidos pela mão-de-obra escravizada. Essa foi a razão mesma da independência do Brasil ter se dado de forma dissociada da abolição, que só veio ocorrer ao final do século XIX (Prado Júnior, 2012).

⁹⁴ As famílias negras eram apontadas como desajustadas, na medida em que carregavam estruturações que eram consequência do impacto que a escravização teve nessa população (Fernandes, 2008).

elemento negro da parentalidade. Ao negro restava o lugar do sujeito sem vínculos, enquanto à negra era relegado o papel da mulher abandonada, imprópria ao casamento e própria para as relações sexuais e a geração dos futuros escravizados. Permeará no período pós-colonização a “fantasia” da objetificação em torno do grupo. Afinal, conforme Abdias do Nascimento (2016), a “mulata” como produto de exportação nacional, imagem viva em nosso carnaval, pode ser considerada herança do patriarcado racial.

Na obra em questão, Nascimento (2016) critica também as ideias de Pierre Verger. Segundo ele, este antropólogo foi um dos responsáveis por fazer o elogio da violação sexual das mulheres negras, que em sua teoria materializava a união entre os povos, a celebração da mistura entre os brancos europeus e os colonizados. Demonstrava-se a partir dessa confluência que havia tolerância e hibridez, quando na verdade o patriarcado brasileiro se constituiu desde o início com base no estupro (ibid.). Assim como se invadiam terras, se invadiam corpos⁹⁵. Essa metáfora serve para balizar a reflexão sobre uma pretensa história de cordialidade em que o Brasil, terra de grandes proprietários ao centro, constituiu-se nação a partir de mudanças sem conflitualidades, sem que houvesse prejuízos aos subalternos.

Trazendo essas leituras para a análise realizada na presente tese, sabe-se que encarnar todos os aspectos da masculinidade patriarcal hegemônica marcada pela dominação, pela posse e pela virilidade não é algo acessível ou possível a todos os homens. Homens negros, homo ou bissexuais, *trans*, ou mesmo aqueles pertencentes às camadas populares, ainda que gozando de prerrogativas simbólicas, são afastados desse paradigma. Entretanto, como afirmam os sociólogos James W. Messerschmidt e Raewyn Connell (2013), mantém-se a partir desse tipo ideal do “masculino” o verdadeiro significado daquilo que é ser “homem”. Destarte, o patriarcado, herdado da colonização e liderado por alguns, produz no contingente masculino, de diferentes etnias, sexualidades e classes sociais, a réplica em diferentes matizes de comportamentos socialmente estruturados que visam manter a dominação masculina.

O *ethos* autocrático e violento do patriarca, perceptível positivamente em Gilberto Freyre (2006, 2013) e Oliveira Vianna (2005), mas criticamente em Abdias do Nascimento (2016), é frequente na história do Brasil e dissemina-se entre homens das

⁹⁵ Conforme Lia Zanotta Machado (1998), a violência sexual configurada enquanto poder masculino concede aos autores das violências uma justificação moral para os seus atos, de tal forma que a violação acaba não sendo compreendida enquanto tal.

camadas altas, médias e baixas da estratificação social, ajudando a organizar a sociedade e acentuar as desigualdades entre os gêneros. A cultura patriarcal, produto de nossa formação social, impacta, assim, na maneira pela qual homens são socializados e é também reproduzida ou internalizada por mulheres nas posições em que ocupam. Desde essa ótica, que entrelaça a produção das masculinidades com o patriarcado enquanto apoteose do domínio masculino, compreende-se como, no Brasil, as violências perpetradas entre os próprios homens e dos homens contra as mulheres operam como forma de afirmação do falo – afinal, o “macho” só o é a partir das posses que detém. Eis aqui mais uma das heranças coloniais.

A pretensão masculina de domínio sobre outros corpos, característica apontada nos pensadores sociais como própria ao patriarcado nacional, é observável igualmente na contemporaneidade, a partir dos *rankings* de violências contra as mulheres e contra as populações LGBTs, negra e indígena. Simultaneamente, muitos homens negros, indígenas e LGBTs também operam perpetrando a violência contra as mulheres e outros meninos e homens adolescentes. Nesses diferentes indicadores, o país lidera mundialmente, seja no que tange às agressões seja no que tange aos assassinatos. Com isso, a cultura do patriarcado converte-se em cultura do “sangue”, vitimando os próprios homens, e as mulheres, na medida em que a prática desses crimes está intimamente relacionada ao modo como os seus autores entendem o local social do feminino e do masculino dissidente, bem como de pessoas brancas e negras, e assim por diante, interseccionalmente, em linha na qual a vulnerabilidade está diretamente relacionada a posse de um ou mais marcadores.

Em Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Abadias Nascimento, sob diferentes interpretações, a cultura patriarcal é também cultura de divisão racial e consolidação de uma masculinidade que manda sobre outras. O patriarca está acima dos seus escravizados, empregados ou agregados, a depender da conjuntura histórica, o que não quer dizer que alguns homens subalternizados não desejem se impor e exercer o mando sobre outras e outros vistos como menores que ele. Logo, a reverberação de práticas escravocratas e de mando em nossas relações sociais liga-se intimamente ao eixo estruturador patriarcal, no qual um ou mais homens realizam o comando arbitrário dos demais e das mulheres, feminizando-os. Esta reverberação por parte de homens subalternizados pode acabar, inclusive, sendo via de mera exibição de poder masculino ou da recuperação da

masculinidade diminuída⁹⁶. Em geral, são sujeitos considerados racializados (juntamente à população feminina) os que recebem as ordens e os que ocupam a base dessa hierarquia, nos quais os que se encontram no topo compõem a elite de proprietários e influenciadores dos campos político e econômico em país com dificuldades crônicas de alcance dos moldes coloniais de modernização.

A distribuição atual de rendimentos e de posições no mercado de trabalho demonstra que a população negra, a mesma escravizada por quatro séculos em nosso país, permanece na tentativa de sobreviver às carências socioeconômicas e ao desemprego em maior quantidade. São repetidas as pesquisas realizadas por órgãos oficiais que ajudam a mensurar essa realidade, na qual diferenças sociais, que deitam raízes em um patriarcado racial, estão diretamente ligadas às desigualdades de acesso a vagas de emprego, às universidades e a postos de decisão. Essas disparidades geram demandas que estão no cerne de medidas que visam recuperar o fosso histórico entre os que historicamente estiveram em posições de vantagens e aqueles que foram relegados a colocações desvantajosas, como as ações afirmativas. Retomando as diferenças advindas de uma estrutura gendrada, quando pensada a situação das mulheres negras, na qual as subordinações de gênero e raça se cruzam, a marginalização advinda do patriarcado aumenta e impõe dificuldades de inserção e ascensão nos mais diferentes âmbitos.

Sexismo, racismo e homofobia estruturais. Três fenômenos que não podem ser entendidos como colaterais do patriarcado no Brasil, mas enquanto articulações lógicas de sua constituição. A masculinidade patriarcal, que é também masculinidade hegemônica, se faz a partir da repulsa da feminilidade e da inferioridade daquilo que está fora da hegemonia. Se chegamos até aqui com a manutenção do fenômeno que na abordagem freyriana foi o fundamento positivo da formação nacional, isso se deve aos males infligidos a grupos que carecem do poder herdado por gerações de patriarcas. O patriarcado encontra-se nas instituições políticas e na organização social atuais, beneficiando a uns e prejudicando a muitos. Enquanto aspecto sociológico, é um dos “males de origem”, parafraseando Manuel Bonfim (2008), que se tornou perene no pós-colonização.

Entretanto, nas últimas décadas, este patriarcado vem sendo contestado, a partir da defesa dos direitos de segmentos plurais. Na medida em que se movimentam em diferentes espaços os sujeitos historicamente marginalizados, produz-se deslocamento e

⁹⁶ Esse domínio simbólico pode ser reproduzido por mulheres em posições de poder

rupturas no modelo hierárquico que nos legaram os colonizadores. Modelo este baseado na seleção de marcadores que diferenciam os outros da nação. A própria família patriarcal que outrora fora a marca de nossa nobreza, hoje vem sendo reformulada em seus contornos, no Brasil, na América Latina e nas sociedades ocidentais⁹⁷. Se o *pater* encarnado em figuras masculinas conservadoras e misóginas se encontra sob ataque por parte de grupos sociais libertários, o *pater* simbólico, entretanto, sobrevive resistente, sorrateiro e forte na cultura e em algumas práticas sociais.

⁹⁷ Cf. Roudinesco (2003)

CAPÍTULO 04

AS MASCULINIDADES NO IMAGINÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE POSTAGENS NO INSTAGRAM

Perspectivas contemporâneas sobre o patriarcado e as masculinidades: os homens em suas pluralidades

No Brasil, as lutas sociais que grassam nos últimos sessenta anos têm vivido um *boom* desde a década de 2010, em boa parte devido à emergência das redes sociais que permitiram novos instrumentos de ação coletiva. Feminismos, movimentos negros e LGBTQs, entre outros, têm ajudado a constituir o que Miskolci (2021) nomeou de “esfera público técnico-midiaticizada”, na qual as disputas por reconhecimento atingem o seu ápice. Diante disso, tanto gênero quanto sexualidade são categorias da ordem do dia. Ainda que pessoas vinculadas a estes movimentos e estes em si gerem “pânico moral” entre diferentes setores, também produzem mudanças que têm como uma de suas consequências o constrangimento do masculino tradicional. Nessa direção, a ordem patriarcal instituída (em formato intenso de alta intensidade, nos termos de Rita Segato, fazendo referência a Julieta Paredes) no país, por meio de processo colonial, tem sofrido questionamentos e transformações, as quais possibilitam o questionamento da subjugação das mulheres, expressas em índices de violências que chegam ao extremo do feminicídio e da perpetuação da divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que ocorre incremento nos direitos femininos e nas suas possibilidades de representação. Estamos, portanto, diante de um processo de reforma inacabado, no qual práticas sociais patriarcais continuam a se reproduzir em diferentes espaços, porém sob tensão.

Nesse contexto contemporâneo, a condição masculina, destituída de universalismo, se depara com a pluralidade interior (entre os próprios homens) e exterior (em relação às mulheres e novas identidades de gênero como pessoas agênero ou não binárias), pois na alta modernidade⁹⁸ não apenas a masculinidade hegemônica goza de visibilidade existencial, disputando prestígio social. Sujeitos antes subalternizados emergem, impondo desafios às organizações tradicionais. A complexificação do social nas sociedades contemporâneas apontada por sociólogos como Claude Dubar (2008) e

⁹⁸ Cf. Giddens (2002). Para o sociólogo britânico, a alta modernidade seria o estágio atual de acentuação dos aspectos da modernidade.

Bernard Lahire (2015) em suas produções se converte também em complexificação das questões de identidade. Tendo em vista que a masculinidade hegemônica se associa à repulsa da diferença – vista como rebaixada –, há um momento no qual os homens têm de lidar, mais do que em períodos históricos anteriores, com o ataque à pretensa estabilidade de suas performances, dependentes do automatismo do domínio. Logo, a eclosão identitária (mas que não se reduz ao tema do reconhecimento) impacta a formulação de intervenções sobre os homens e as masculinidades, na medida em que introduz outros problemas, os quais são transversais à condição masculina.

Conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho, Raewyn Connell teorizara o surgimento das políticas das masculinidades na década de 1970, quando os países do Norte global viviam a chamada “segunda onda” do movimento feminista, que reivindicou a politização de questões antes relegadas à ordem do privado como o trabalho doméstico, o casamento, a maternidade, a sexualidade e as violências infligidas contra as mulheres por seus parceiros e demais homens. Dessa forma, parcelas dos homens também começaram a se organizar por meio de grupos de matriz pró-feminista ou de reivindicação da masculinidade tradicional, tendo em vista a necessidade de se situarem em uma sociedade em que as mulheres passaram a ocupar espaços de poder (Connell, 1995).

Pode-se dizer que este processo histórico continua até os dias atuais, renovando-se, na medida em que as demandas feministas, seja na Europa, nos Estados Unidos ou na América Latina (com as devidas diferenças) ainda não foram convertidas na forma de igualdade material entre os gêneros. O incômodo progressista ou conservador dos homens com os ganhos ou tentativas de ganhos feministas (e de grupos LGBTs) prevalece. Não à toa a profusão de grupos e projetos sobre masculinidades detém centralidade atualmente e busca falar para diferentes públicos, tentando desestabilizar os velhos paradigmas do patriarcado.

Na análise das três organizações estudadas nesta tese (Promundo, PDH e MEMOH), observou-se a predominância do discurso sobre a diversidade das masculinidades e das paternidades. Essa constatação inicial teve repercussões significativas no processo de interpretação e enquadramento teórico dos dados empíricos. Ao me deparar com o material de pesquisa, constatei que a ideia do homem singular carece de sentido, tanto para o estado atual dos estudos sobre masculinidades quanto para as ações promovidas no mercado e na sociedade civil. Logo, há homens, distintos em seus marcadores, que necessitam de abordagens e projetos diferentes que deem conta do modo

pelo qual as masculinidades hegemônicas (também variáveis) os atingem. Nessa direção, são comuns: a recorrência ao conceito de interseccionalidade, o recurso aos temas de raça, etnia e orientação sexual (e pouco de classe social e identidade de gênero); e o protagonismo da discussão sobre as paternidades, tendo em vista que o ser homem (em seus matizes) desemboca no ser pai. Neste último ponto identifico protagonismo que já estava presente nos grupos de homens que analisei em minha dissertação de mestrado (Silva Filho, 2021).

A diversificação do masculino também demanda esforço institucional dos membros das instituições. Na medida em que o homem enquanto sujeito universal passa por processo de erosão, erodem também quaisquer pretensões de metodologias universalistas no âmbito das políticas das masculinidades. Isso pode ser constatado mais claramente no Promundo, que a partir da “sopa de letrinhas” abarca públicos diferentes, inclusive não os restringindo ao conjunto dos homens. A diferença também se faz presente nos materiais produzidos e nos discursos evocados. Tal diversidade também é expressa nas iniciativas do Projeto MEMOH e do Instituto PDH.

Diante deste cenário de conflito entre a ordem patriarcal e a exponencialização do pluralismo no Ocidente e na América Latina, o qual reverbera na tematização das masculinidades no Brasil, compreendo a necessidade de destrinchar ambos os tópicos chave constatados nas organizações (interseccionalidades e pluralidades do masculino; e paternidades), a partir de breve apresentação dos conceitos e debates teóricos que alicerçam os discursos institucionais. Conforme Foucault (1996), o discurso está entrelaçado a formas de poder⁹⁹ e saber, atuando como meio de legitimação de verdades que interessam aos dominantes. Fazendo uma analogia do tipo ideal de discurso foucaultiano com relação ao discurso empregado pelas organizações, é necessário dar um salto: os arsenais discursivos presentes nos casos aqui focalizados operam não apenas para legitimar as instituições perante o público externo, como se prescindissem do conteúdo que subjaz às retóricas, mas para guiar as ações que são executadas ao longo dos cronogramas institucionais. Discurso e práticas encontram-se inter-relacionados, a partir da incorporação de conceitos circulantes nas ciências sociais no intuito de produzir intervenções qualificadas. Portanto, a “verdade” das organizações não está distante da sua linguagem.

⁹⁹ O qual não é fixo e, portanto, atravessa o tecido social (Foucault, 2016). Na concepção do filósofo francês não é válida a associação automática do conceito de poder com coerção e negatividade, tradicionalmente relacionados ao poder político emanado do Estado.

4.1.1 Eixo Temático I – Masculinidades e interseccionalidades: raça/etnia, identidade de gênero e orientação sexual.

O termo interseccionalidade tem sido recorrente no discurso organizacional dos entes da sociedade civil, inclusive nas instituições que atuam sobre o tema das masculinidades. Quando se fala sobre interseccionalidade há intenção por se referir à consideração de marcadores sociais que atuam sobre os sujeitos e que, no caso dos homens brasileiros, podem aumentar ou reduzir sua vulnerabilidade diante das consequências da ordem capitalista, patriarcal, colonial e racista aqui gestada. Nesse sentido, a evocação da interseccionalidade é útil para somar ou sobrepor o conjunto de opressões ou privilégios que abrange determinados grupos sociais¹⁰⁰.

O conceito de interseccionalidade presente hoje não apenas na academia, na política, na sociedade civil e no mercado, foi cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), ao analisar o caso de uma mulher negra que vinha sendo discriminada na busca por emprego, tanto por empresas que contratavam mulheres brancas quanto por aquelas que contratavam homens negros; à ausência de nomeação para essa dupla exclusão (ligada ao ser mulher e ao ser negra), a autora recorreu à noção do interseccional, o qual conjuga múltiplas opressões, permitindo tratamento que não seja segregado (ibid.). Entretanto, tem se argumentado recentemente que o conteúdo conceitual ao qual esse se refere não é novo e já vinha sendo trabalhado por feministas negras como a historiadora marxista norte-americana Angela Davis e as sociólogas brasileiras Heleieth Saffiotti e Lélia Gonzalez, ambas com obra evidenciada nos últimos anos (Davis, 2016; Gonzalez, 2018). O fato é que embora a percepção do problema de cruzamento de subordinações fosse antiga, a nomeação desse entroncamento na forma do presente conceito é um legado “crenshawiano”, o qual condensou o fenômeno.

O impacto da interseccionalidade para as iniciativas estudadas tem sido a tentativa de intervir sobre a diversidade de temas que tocam as vivências masculinas, não apenas focalizando as parentalidades (agenda central), mas passando pelos afetos, as emoções, a

¹⁰⁰ Essa sobreposição prática tem sido criticada por não permitir tratamento analítico adequado de cada um dos marcadores imbricados no jogo interseccional, na medida em que os isola em posições naturais, fixas e isoladas. Uma das possibilidades de sua substituição conceitual foi pela consubstancialidade como ferramenta de análise e intervenção (Kergoat, 2010).

sexualidade, o racismo e a homofobia, bem como a maneira pela qual esses homens têm se relacionado com terceiros, especialmente com as mulheres, sobre as quais recai a responsabilização sobre o cuidado com os homens (Hirata e Kergoat, 2007). A forma “grupo”, que é central para os casos estudados e para outras iniciativas institucionais voltadas às masculinidades, caminha igualmente nessa direção, já que propicia abertura para que todas as angústias vivenciadas pelos homens participantes possam ser tematizadas. Interseccionalidade, nesse ínterim, não é conceito adereço do repertório discursivo, mas modo pelo qual se busca organizar os trabalhos, a fim de impactar as trajetórias dos públicos-alvo.

No caso Promundo, a interseccionalidade é palavra reiterada como via de abranger as atividades voltadas, principalmente, para homens negros (foco da organização nos últimos anos), nas atividades que tematizam parentalidades e desenvolvimento da primeira infância juntamente a estes. Essa reiteração chega ao ponto de o conceito ingressar como um dos princípios basilares da instituição, explicitado e exposto aos *stakeholders*¹⁰¹ como fundamento das ações empreendidas. No caso do MEMOH, este conceito não aparece diretamente como premissa organizacional dita, mas é replicado a partir da inserção de homens com marcadores sociais distintos nos grupos reflexivos (prioridade desde a inscrição destes) e a tematização dos diversos arranjos do masculino em sua metodologia e em suas ações.

Já com relação ao PDH, são inúmeros os conteúdos *online* – desde o blog Papo de Homem até a página do Instagram – que falam sobre as diversidades das masculinidades, fenômeno que resulta em benefícios e em prejuízos para as partes imbrincadas neste jogo. Abaixo trago algumas figuras ilustrando como estes organismos sociais trabalham em iniciativas referentes à questão do pluralismo populacional intra gênero, o que pode ser lido como uma das vias de materializar a interseccionalidade como prática organizacional. Todas as imagens utilizadas possuem direitos autorais referentes às instituições.

¹⁰¹ Atores que orbitam em torno da organização

Figura 2 - Cartilhas antirracista e indígena elaboradas pelo Instituto Promundo



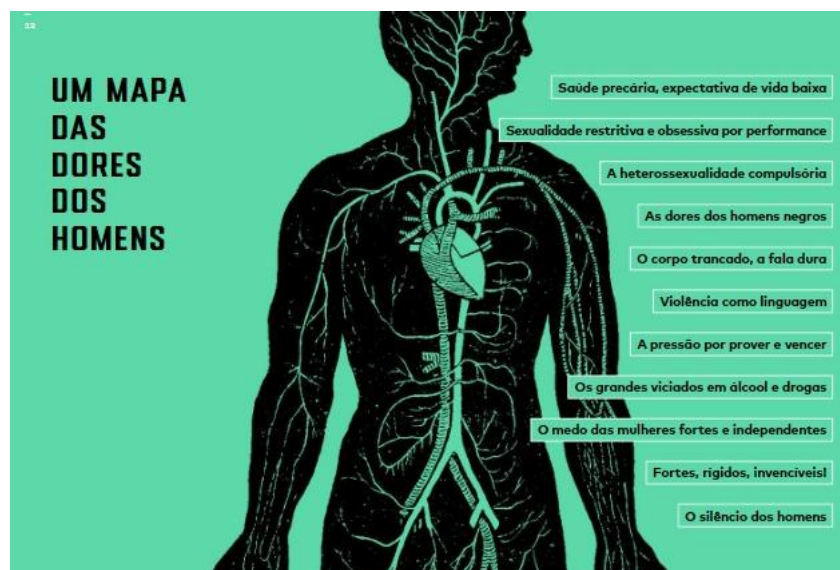
Fonte: Promundo (2025)

Figura 3 - Divulgação na rede social Instagram de evento sobre interseccionalidade e pensamento feminista promovido pelo MEMOH



Fonte: Projeto MEMOH (2025)

Figura 4 - Pôster elaborado pelo PDH ilustrando os principais tópicos da pesquisa “O Silêncio dos Homens”



Fonte: Instituto PDH (2025)

Diante destas cenas eivadas de formatos diferentes, a interseccionalidade aparece de forma literal ou não explicitada como maneira de considerar a complexidade do masculino. Com base no dilema dos homens que não são unos, mas plurais, faz-se premente a evidenciação da seguinte questão: tornar-se homem não é processo unívoco. Em função disso, o conceito de “masculinidades” no plural, trabalhado por Connell (2005), é tão importante, e relaciona-se ao conceito de interseccionalidade nos casos estudados. Afinal, não existe o “homem”, mas homens, marcados por singularidades. Embora existam semelhanças entre eles, como o fato de serem atravessados pela rejeição ao feminino e por possuírem demanda pela virilidade, é necessário cruzar a identidade masculina com outras variáveis como raça/etnia, classe, região e orientação sexual: tarefa que no âmbito do movimento feminista, nos movimentos sociais e na academia, foi pluralizado pelas ativistas negras, ao pensar a realidade social das mesmas, invisibilizadas em algumas das práticas políticas e teóricas da luta social das mulheres (Collins, 2016).

No caso dos homens, a masculinidade hegemônica tem sido tradicionalmente associada aos homens brancos (Connell, 2005). Sobre eles têm recaído a maior parte das vantagens sociais relativas ao masculino, de tal maneira que são os homens brancos, heterossexuais e ricos que ocupam a maior parte dos locais de prestígio em distintos campos sociais. Além do mais, nos dados de searas nas quais os homens aparecem em desvantagem em relação às mulheres – a exemplo de educação, saúde, violência e

expectativa de vida –, é possível observar que os prejuízos recaem muito mais sobre homens negros. Portanto, quando falamos de “privilégio masculino” não se pode deixar de falar em “privilégio branco” que, no cenário latino-americano, se relaciona ao histórico colonial da região, já tematizado, em linhas gerais, na seção anterior.

No caso dos homens negros, surge um conjunto de demandas que, por exemplo, são estranhas ao universo dos homens brancos, dentro e fora do Brasil. Conforme Nkosi (2014), o homem negro possui pênis, mas é desprovido de falo, o qual não deve ser compreendido como sinônimo do órgão genital masculino, mas como conceito que abarca o “poder” e as “prerrogativas” que são derivadas da posse simbólica dele. Baseado nas reflexões do teórico martinicano Frantz Fanon, Nkosi aponta que o “negro”, ao ser racializado, fica de fora da definição universalizante do humano, o que acarreta o seu rebaixamento à condição de animal. Este estaria marcado pela força física, a brutalidade e a virilidade extremas, expressas nas capacidades laboral e sexual. A figura do negão, que detém pênis avantajado capaz de “comer” várias mulheres, endossa este paradigma, enquanto o homem negro gay ou afeminado/sensível e/ou com pênis pequeno destoa do mesmo, acentuando esse rebaixamento. Nessa direção, o homem negro se destacaria pelo vigor corporal, enquanto o homem branco se destacaria pelo vigor intelectual. Este fenômeno acarreta naquilo que Zanello (2018) chama de “empoderamento colonizado”, processo no qual a ênfase em determinadas características ocorre a fim de manter intocável a dominação do homem branco (Fanon, 2008; Nkosi, 2014).

Dita subalternização se reflete na condição dos homens negros em nossa sociedade. São eles as maiores vítimas de homicídios no Brasil e aqueles que ocupam a maior parte do sistema carcerário. Além disso, por meio de imagens de controle, são fixados como sujeitos perigosos, dada a associação histórica e racista entre cor negra da pele e violência, também decorrente do racismo estrutural que perpassa a totalidade das instituições (Almeida, 2018). Como consequência do panorama, acabam sendo os maiores alvos das abordagens policiais e as maiores vítimas de ações estatais que resultam em mortes. Soma-se a isso o fato de que os homens negros são mais mal remunerados que os homens brancos, ainda que mais bem remunerados que as mulheres negras, e comumente se encontram em postos de trabalho mais precarizados e insalubres como no ramo da construção civil e da limpeza urbana, enquanto os homens brancos ocupam a maior parte dos postos que exigem ensino superior¹⁰².

¹⁰² Cf. Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2023)

No que diz respeito aos homens gays e bissexuais, recai também uma série de consequências negativas. Homens sexo-gênero dissidentes são impelidos a fazer da linguagem do “armário” algo constitutivo das suas vidas, espécie de estratégia de sobrevivência (Sedgwick, 2007) para fazer frente à cis heteronormatividade. Espera-se, em geral, que o homem seja provedor e reprodutor: possibilidade muitas vezes anulada na vida de pessoas não heterossexuais, ainda mais se restritas às conformações familiares legítimas. Além disso, espera-se que deseje mulheres e não homens, ao custo de ser violentado, simbólica e fisicamente. Ser “veado” ou “bicha” é diferente de ser homem no imaginário social. O gay opera em sua existência, portanto, como não homem. Logo, como parte do processo de construção social das masculinidades, há a rejeição da homossexualidade, e a não pertença à heteronormatividade significa ter negado o acesso à “casa dos homens”, o que resulta em *bullying*, homofobia e risco de vida. Tal dificuldade, socialmente imposta, de ser reconhecido enquanto homem e gay ao mesmo tempo, faz com que os homossexuais muitas vezes se vejam distanciados de aspectos da masculinidade tradicional. Isso repercute em consequências tardias e comportamentos reiterados, nos meios homossexuais, de negação das feminilidades e de clamor pela virilidade (Miskolci, 2014) que podem ser interpretadas como a tentativa de afirmação da masculinidade negada.

Entre os homens gays e/ou bissexuais, também ocorrem cruzamentos. Há uma diferença entre ser e estar no mundo enquanto gay branco profissionalmente bem-sucedido em uma grande metrópole, acessando certo nível de reconhecimento social e inserção em espaços de sociabilidade e segurança destinadas a um público homossexual com capacidade de consumo; e a vivência de ser e estar no mundo enquanto homem gay negro, pobre, periférico, marcado por vulnerabilidades de classe e raça que se somam à sua condição enquanto homossexual. Esses cruzamentos se acentuam a depender do cenário em que esse sujeito esteja inserido. Logo, há diferenças entre ser gay ou bissexual residindo na Zona Sul do Rio de Janeiro ou no interior do Amapá. Trata-se de outras possibilidades de identificar espaços de acolhimento e estabelecimento de relações sexuais ou afetivas, como atesta a pesquisa de Lourival Carvalho em comunidades rurais do Piauí (Neto, 2017).

Por fim, as transmasculinidades (homo, bi ou hétero) enfrentam dilema ainda mais difícil: os sujeitos a ela vinculados necessitam disputar a esfera pública no sentido de serem identificados como homens tanto por suas comunidades quanto pelo Estado

enquanto cidadãos plenos (Ávila e Grossi, 2013), na medida em que subvertem a inteligibilidade de gênero, dependente de coerências. Nesse sentido, importa retornar ao problema do reconhecimento em Axel Honneth (2012): não basta ao sujeito reconhecer-se a si mesmo, pois sua identidade deve ser ratificada jurídica e intersubjetivamente. Com isso, para além do direito à vida, as lutas sociais das pessoas transexuais têm se dado na arena dos direitos civis: pelo registro e respeito ao nome social, pela criminalização da transfobia e pela criação de ações afirmativas em espaços educacionais e de trabalho. Em uma sociedade em que o gênero é designado antes mesmo do nascimento como algo imutável, a própria noção de transexualidade gera controvérsias e disputas que deslocam homens e mulheres *trans* para o terreno da abjeção no qual se tornam corpos matáveis (Bento, 2017; Butler, 2015). Homens trans contribuem, nesse sentido, para desestabilizar a associação entre masculinidades e seus referentes biológicos, os quais seriam os corpos identificados como masculinos, marcados por um pênis.

É importante notar que, com base em Almeida (2012), homens transexuais teriam mais facilidade que mulheres transexuais para obter o reconhecimento social através de técnicas de passabilidade como a mastectomia e o uso prolongado de hormônios como a testosterona. Além disso, o desconhecimento comum e generalizado da condição transmasculina contribui para esse cenário no qual “boycetas”¹⁰³ passam como despercebidos. Entretanto, não são todas as pessoas transmasculinas que se submetem a tais procedimentos médicos ou cirúrgicos, o que leva ao entendimento de que a transexualidade não pode ser compreendida sob uma perspectiva estrita da nosologia, como historicamente têm sido feito, mas a partir de olhar identitário a respeito dos próprios sujeitos que demandam olhar diferenciado daquele previamente assignado aos seus corpos, pois ainda que, por diferentes motivos, optem por utilizar apenas adereços ou se valer de comportamentos ligadas ao masculino no seu processo de afirmação, continuam se identificando e requerendo a identificação enquanto pertencentes ao gênero oposto (ibid.).

Em suma, as particularidades aqui elencadas povoam os estudos sobre masculinidades, os quais concedem a determinadas identidades mais foco do que outras, como pontua Ferreira (2022) acerca da ausência da perspectiva transmasculina nas pesquisas sobre o tema realizadas no Brasil. Na díade teoria-ação, o fomento a investigações mais plurais repercute em políticas das masculinidades que levam em conta

¹⁰³ Expressão empregada em páginas de redes sociais *online* destinadas ao público transmasculino

a necessidade ou de ações segregadas – por públicos distintos – ou de ações integradas, que levem em conta diferenças entre os homens, as quais necessitam ser conciliadas por abordagens de gênero holísticas, sensíveis aos prejuízos e vulnerabilidades de cada um. Constata-se que a masculinidade não beneficia e nem custa de maneira símile, e os homens não são considerados enquanto tais na mesma medida. Ser homem está atrelado a processos de subjetivação e identificação que passam pelo olhar do outro, responsável por validar o sujeito com suas respectivas insígnias, cuja validade é imediatamente reconhecível. Esta interação, contudo, adquire outro conteúdo na medida em que se encontra com demais fenômenos interacionais que perpassam os corpos.

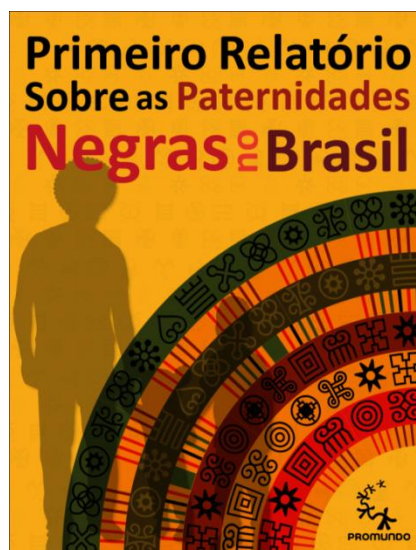
4.1.2 Eixo Temático II – Masculinidades e paternidades

A relação entre o ser homem e o ser pai tem se configurado como o mais importante dos temas debatidos no interior de iniciativas que atuam com as masculinidades. Em concepções psicologizantes da construção do masculino, tem sido comum a atribuição da formação do sujeito homem à responsabilidade paterna, na medida em que a masculinidade funcionaria como tipo de herança a ser transmitido (Corneau, 2014). Frente a este raciocínio, a ausência do pai (ou de alguém que exerça esse papel) significaria mais que a negação de acesso a direitos, de reconhecimento documental ou de apoio material/afetivo. Para o menino, o crescimento sem o pai em fases como a infância e a adolescência implicaria na constituição de uma virilidade incompleta, dada a subjetividade inacabada daí resultante. Consequências como a violência, o suicídio, o uso de drogas e o abandono dos estudos seriam frutos da ausência do pai socializador, introdutor do sujeito nas normas vigentes (ibid.).

Em perspectiva mítica, o poeta estadunidense Robert Bly caminha para o mesmo horizonte: a ausência da transmissão da masculinidade, decorrente da mudança do papel paterno (mais voltado agora ao mundo público) nas sociedades industriais, bem como o colapso dos ritos de iniciação, produziu homens desnorteados, desorientados em razão da ausência de ordem patriarcal, estabilizadora do masculino (Bly, 1991). Portanto, não haveria saída além do patriarcado, material e simbólico, para lidar com a conformação dos indivíduos em sociedade, na medida em que a díade ausência-presença do pai corresponde, respectivamente, à dupla negatividade-positividade do Eu.

No caso das organizações estudadas, contudo, prevalece outro olhar: o efetivo exercício da paternidade é uma medida para se alcançar a igualdade de gênero. Diante disso, a construção social de outras masculinidades passa pela construção social de outras paternidades e isso repercute na recorrência com a qual o debate sobre o ser pai aparece nos grupos e organizações direcionados ao tema, influenciadas por visões também presentes no campo acadêmico. No caso Promundo, a paternidade é alçada à condição de principal agenda e liga-se à revisão da ordem de gênero como todo, como se verá no próximo capítulo. No âmbito do Projeto MEMOH, embora o ser pai não apareça enquanto enunciado institucional central, como se viu a partir do depoimento do entrevistado 03, trata-se de temática que possui protagonismo no debate dos grupos reflexivos e que, em diferentes momentos, é mobilizado nos conteúdos virtuais institucionais que circulam. O PDH, por sua vez, tem mobilizado a paternidade como questão em diversas de suas iniciativas e nos conteúdos direcionados ao público-alvo, na medida em que é enxergada como questão problemática para os homens. Abaixo, trago imagens que ilustram a representatividade desta agenda em cada um dos casos analisados.

Figura 5 - Relatório sobre a situação social das paternidades negras elaborado pelo PROMUNDO



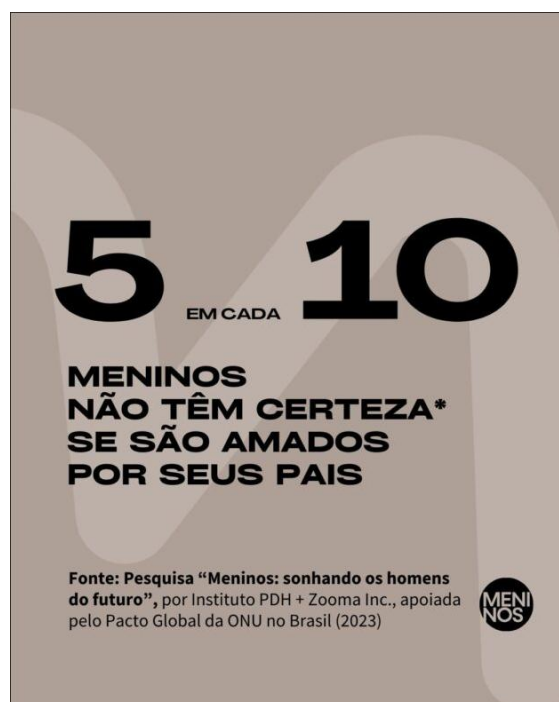
Fonte: Promundo (2025)

Figura 6 - Capa do episódio de podcast do MEMOH sobre o tema das paternidades



Fonte: Projeto MEMOH (2025)

Figura 7 - Pôster do PDH com resultado da pesquisa “Meninos: sonhando os homens do futuro”



Fonte: Instituto PDH (2025)

A contraposição entre os tipos ideais de paternidade – ausente e presente – apresenta, em si, conteúdos relativos ao exercício nulo ou ativo da parentalidade que, *a priori*, caberia coletivamente aos homens, mulheres e demais; pressuposto que se defronta com a feminilização do cuidado, marca da sociedade patriarcal. Nos grupos masculinos

de cunho terapêutico, por exemplo, a tônica dos homens é a de tornar-se pais melhores do que os seus foram, ou seja, os participantes operam sob a rejeição do modelo de paternidade com o qual conviveram, de forma a alterar suas trajetórias e possuir práticas mais igualitárias (Silva Filho, 2021). Em âmbito institucional, a dimensão subjetiva (do alcance do “bom pai” como ideal do eu) convive com a dimensão da transformação das medidas governamentais, pois aqui as organizações não intenciam mudar apenas a biografia dos sujeitos participantes das atividades, mas igualmente alterar o modo pelo qual o Estado lida com o acolhimento dos pais que se engajam na criação dos filhos, tendo em vista a concentração das expectativas sociais em torno das mães. Nesse sentido, o tipo de grupo institucionalmente abarcado por tais projetos se situa em lógica de ação política, cuja demanda resvala para diferentes setores.

A ausência do pai no Brasil (desde o registro de nascimento) é uma questão importante e está atrelada à vulnerabilidade social e econômica das pessoas que vivenciam essa realidade. Como mostra Ana Liési Thurler em pesquisa realizada nos cartórios de nascimento do Distrito Federal nos anos 2000, o desconhecimento do pai incluso na certidão de nascimento está mais relacionado aos segmentos periféricos do que às classes média e alta (Thurler, 2009). Isso significa que o não reconhecimento institucional paterno se insere em contexto de negação de direitos. Na contemporaneidade, a outra face desse não reconhecimento paterno está na negação dos afetos e do cuidado, esse mais comum e enquadrado juridicamente sob a insígnia do “abandono afetivo”, fenômeno disseminado entre todos os estratos sociais e relacionado à dissociação entre as masculinidades e a reprodução da vida, fundamentada na responsabilização com o outro.

Busca-se na construção de novas paternidades a proximidade com modelos de maternidade socialmente apregoados e cuja coerção atinge às mulheres, desde a negação da autonomia sexual e reprodutiva. É possível afirmar que as organizações estudadas veiculam o ideário dessa nova paternidade em uma plêiade de ações que escapam à circunscrição dos grupos. Quando realizável, a parentalidade plena por parte do homem não envolveria apenas passear com os filhos nos fins de semana, mas se responsabilizar pela nutrição, o asseio, a educação, a saúde e a segurança deles, retirando das mulheres a exclusividade das atribuições necessárias, em função da vulnerabilidade da prole. Logo, o registro documental passaria a ser acompanhado pela afirmação dos afetos, um dos fatores que, na modernidade, ajuda a definir as articulações familiares (Kehl, 2003) e a

figura do “paizão”, lida como exceção aos paradigmas parentais vigentes, passaria a ser normalizada, em benefício não somente dos filhos mas dos próprios homens que aprendem a cuidar.

É importante ressaltar que a paternidade e as próprias noções de “família” e “infância”, como as concebemos, são contemporâneas, conforme ilustra o historiador francês Philippe Áries em *História Social da Criança e da Família* (Áries, 1981). A obra do autor apresenta como principal aspecto a ser considerado na discussão sobre família, infância e juventude o exercício de historicização dessas noções promovido pelo autor. Áries demonstra em seu texto os processos de constituição e reconstituição das arenas familiar e doméstica, esclarecendo que o que hoje entendemos como adequado para crianças, adolescentes e jovens (bem como quem consideramos como tais) não era um dado natural nos séculos XIV e XV, por exemplo. São, isso sim, construções de pedagogos, reformadores e moralistas que passaram a se preocupar de maneira detida sobre as configurações familiares a partir do século XVII, culminando na ideia de “família nuclear” nos oitocentos.

No caso dos pais abordados e atendidos pelas instituições, são esses majoritariamente biológicos e heterossexuais, vivendo em relações conjugais com mulheres, com as quais tentam dividir as tarefas do cuidado, a fim de evitar repetir as trajetórias paternas de seus antepassados ou ancestrais. São eles também, em sua maioria, homens envolvidos em processos de reflexividade e alteração de ações em atividades promovidas pelas organizações. Esse desejo de ser um “pai melhor”, forma de angústia e reparação, é também identificado nos homens de classe média auto-organizados em grupos de cunho terapêutico ou espiritualista, já mencionados. A construção social das masculinidades na modernidade é atravessada por diferentes problemáticas, as quais impactam a vida material e subjetiva dos indivíduos que são lidos e (auto)designados sob esse gênero. Logo, o “masculino” (que pode ser considerado por distintas perspectivas teórico-empíricas) está imbricado à paternidade, tema fulcral na sociedade patriarcal, na qual o valor máximo do homem está ligado a ser pai e chefe de família.

No Brasil, a paternidade mostra-se central mesmo com a existência de uma média de 100 mil crianças sem o nome do pai no universo médio de 1.600.000 nascimentos anuais desde 2018 (Agência Brasil, 2022). Ou seja, ao mesmo tempo que o país se assenta sobre modelos hegemônicos de parentesco, trata-se de sociedade na qual há um “patriarcado sem pai” (Thurler, 2009). Isso pode ser explicado pela construção social do

gênero masculino – produtora de pais ausentes –, ligada ao processo de socialização no qual os homens se veem obrigados constantemente a obter a aprovação dos pares, acarretando em consequências negativas para si, como o desprezo ao autocuidado e o silenciamento de problemas emocionais; e em consequências negativas para outrem, como a prática de violências contra as mulheres e a subalternização daqueles considerados afeminados ou frágeis (Grossi, 2004; Zanello, 2018).

Socialmente, o tornar-se pai emerge de diferentes maneiras: por filiação genética, adoção, vinculação legal ou desejo simbólico de filiação/paternidade. Essa última modalidade faz parte do processo de desvinculação da procriação em relação à sexualidade, fenômeno iniciado na década de 1960. Essa trajetória histórica na qual a figura do pai já não possui a mesma relevância de outrora não aponta para sociedade pós-patriarcal, assim como não indica a superação da necessidade do reconhecimento paterno. Nessa direção, as paternidades, desde a ótica da diversidade de gênero e sexualidade, acabam não ingressando como escopo dessas organizações, embora a retórica das pluralidades seja presente.

Nos casos analisados, a função paterna é neles restringida, dado o fato de que os programas e projetos que atravessam o tema das masculinidades com o tema das paternidades pouco mencionam as paternidades homoafetivas ou *trans*, as quais envolvem homens transgêneros que gestam ou casais gays que optam pela adoção ou pela utilização de barrigas de aluguel. Contudo, como se verá no próximo capítulo, ocorre nas instituições o encontro precípua da figura do “pai” com a figura do “negro”, e em menor medida com as do “indígena” e do “ribeirinho”. Busca-se o realce das masculinidades negras, em um movimento de resgate simbólico, a fim de incorporá-las em campo valorativo, assentado por imagens e discursos que valorizam seu acoplamento à função do *pater*, dada à importância dos pais negros na sociedade brasileira, especialmente na construção de infâncias e na produção de subjetividades em locais marcados por fragilidades. Mas que imagens e discursos executam essa associação entre o pai evocado com o homem negro? E quais os motivos pela eleição do homem negro para tal?

*

A partir de agora, apresento análise das postagens selecionadas nas páginas oficiais das três organizações estudadas na rede social *Instagram*. A apresentação das imagens segue a divisão por eixos temáticos acima apresentada, sendo o primeiro tópico de análise relacionado às paternidades, em cruzamento com a temática das

masculinidades negras; e, na sequência, o segundo relativo à diversidade sexual e de gênero, um dos balizadores do debate contemporâneo sobre a condição masculina. Nos dois eixos importa observar o atravessamento da perspectiva interseccional, diluída como modelo prático de condução das iniciativas.

Faço também ressalva acerca da diferença na densidade de informações, postagens e do nível de engajamento em cada uma das páginas (Cf. Quadro 06). Desde sua origem, o PDH (ainda intitulado Papo de Homem no perfil da rede), em oposição ao Instituto Promundo e ao Projeto MEMOH, fez do mundo virtual seu núcleo central de atuação, embora nos últimos anos ações institucionais presenciais tenham adquirido protagonismo. Contudo, atualmente, e dando continuidade a esta tradição, a página oficial permanece enquanto campo chave, mobilizando elevados níveis de interação, permeada por debates plurais e pela evidenciação de situações sociopolíticas em alta a cada contexto. O perfil do PDH também possui maior número de postagens entre os três – a maior parte destas direcionadas a comunicação direta com os seguidores.

O Instituto Promundo, nesse sentido, detém grau intermediário de atividades virtuais, com volume relevante de postagens, porém focalizadas na divulgação das ações e causas da organização (especialmente quando próximo de eventos ou em efemérides), sem privilegiar lógica que poderia enquadrar a página no modelo de diálogo contínuo com seus adeptos. Trata-se então de perfil predominantemente institucional. Por fim, o MEMOH, dentre as três, tem, em sua página, a menor densidade e frequência de posts, sendo também a mais recente nesse conjunto, com as primeiras publicações datadas do ano de 2019. Ainda assim, é o segundo em número de seguidores, com volume aproximadamente sete vezes maior que o Promundo. A página do projeto tem sido direcionada para a divulgação dos grupos reflexivos, de trechos das rodas de conversa e raramente de posts temáticos com dados e problematizações direcionados aos seguidores.

Faço essa diferenciação tendo em vista o maior ou menor número de posts a ser apresentado em cada um dos tópicos, bem como a diferença qualitativa entre esses, explicada pela tendência de cada um dos perfis e o papel cumprido ora como arena de materialização de ações direcionadas às masculinidades ora enquanto braço auxiliar às iniciativas.

Quadro 6 - Informações sobre as páginas oficiais das instituições analisadas

Perfil Oficial¹⁰⁴	Número de seguidores	Número de posts
Papodehomem	242.000	3.191
promundo_br	3.988	583
projeto.memoh	29.400	271

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no Instagram (2025)¹⁰⁵

Além do critério temático expresso pelos eixos, também considerei o aspecto temporal na seleção das postagens. Todas as imagens de posts, enquadradas nesse capítulo, estão situadas no intervalo entre os anos de 2020 e 2024 (penúltimo ano de produção desse texto). A partir de 2020, o volume e recorrência das publicações – nas três páginas – se mostraram maiores, dada a transferência das atividades e campanhas institucionais para a *web* como forma de adaptação ao contexto de pandemia da covid 19. A exemplo disso, os grupos reflexivos, nucleares em duas das três iniciativas (Promundo e MEMOH), passaram a ser *online*, transformando os perfis oficiais em vitrines destas ações que envolvem diretamente os homens. Com base no conteúdo que aqui resgato, é possível evidenciar o modo como as instituições concebem as masculinidades e de que maneira tais concepções alcançam os demais atores sociais alinhados à questão. Esse componente mobilizador permite a compreensão de questões subjacentes aos espaços investigados e fornece o quadro no qual se encaixam – e se transformam em ação – problemáticas fulcrais de nossa época. Vale acrescentar que as imagens selecionadas para a análise não esgotam o material visual existente nos perfis oficiais das organizações quanto aos temas referidos. A seleção para esta etapa levou em conta o caráter representativo dos *posts* e mesmo a limitação de conteúdo de cada uma das instituições em relação às outras, a qual varia conforme o tópico abordado.

A metodologia de análise das imagens segue os parâmetros da interpretação semiótica, bem próxima do protocolo aplicado na análise de conteúdo tradicional. Com base nesse método, é possível, como primeiro passo, descrever as imagens que são apresentadas, processo que se desdobra no desvendamento do sentido conotativo que possuem. Dessa forma, o sentido denotativo ou literal, acessível em primeiro momento, é ultrapassado, abrindo espaço para que os significados e o contexto cultural não

¹⁰⁴ Nomes dos endereços dos perfis

¹⁰⁵ Dados referentes à 20/03/2025

enunciados possam ser desenvolvidos e alcançados na interpretação. Isso ocorre, pois, a análise das imagens (originalmente fotografias no caso da teoria do método, mas atualmente adaptáveis ao caso das postagens em rede) tem como objetivo: identificar regularidades subjacentes ao cenário no qual elas foram geradas e evidenciar a temática focalizada bem como os desdobramentos da mensagem pictórica transmitida (Loizos, 2008); todas essas etapas são acompanhadas pela reflexão crítica acerca dos componentes.

Ao articular as imagens e reconstruir seu sentido, o método permite que as cenas focalizadas tenham a sua ambiguidade desfeita desde a ancoragem nos textos; da mesma forma que demonstrem uma distribuição espacial dos significantes, os quais adquirem sentido a partir da relação de proximidade entre os componentes (Penn, 2008). Nos casos aqui analisados, os perfis são direcionados à propaganda das organizações, com a intenção de persuadir, atrair o público e ganhar a confiança dos seguidores. Logo, a interpretação semiótica se torna interessante para se identificar mensagens que estão além do dito em si, da comunicação direta e objetiva, com vistas a apreender mensagens subjacentes, contradições entre o dizer e o representar; fatores que estão nas sombras e que atuam na interação com os destinatários.

Quadro 7 - Definição procedimental dos tópicos metodológicos da análise semiótica

IDENTIFICAÇÃO DA FIGURA	ANÁLISE DO SIGNIFICADO	CONTEXTUALIZAÇÃO CULTURAL	REFLEXÃO CRÍTICA
Descrição dos elementos visuais presentes na imagem, incluindo personagens, cores, cenários, gestos e expressões. Foco na composição, iluminação e no que está visível na cena.	Interpretação dos símbolos e mensagens subjacentes à imagem. Identificação de metáforas, contrastes e elementos que comunicam emoções, relações de poder ou valores implícitos. Conexão entre os elementos visuais e suas possíveis leituras simbólicas.	Inserção da imagem dentro de contexto social, histórico e cultural ampliado. Consideração de normas, valores e discursos sociais relacionados à representação na imagem. Análise de como a imagem reflete ou questiona realidades culturais vigentes.	Avaliação crítica da imagem a partir de uma perspectiva sociológica. Identificação de possíveis limitações, estereótipos ou contradições na representação. Questionamento de suas implicações sociais, políticas e ideológicas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas considerações de Gemma Penn (2008) (2025)

Na busca por sentidos superiores de significação, a leitura das imagens tenta ser replicável, na medida em que constata pessoas, objetos, fatos e processos observáveis por múltiplos sujeitos. O método pode propiciar leituras mais universais/generalizáveis ou

apenas singularidades analíticas. Contudo, o que mais interessa ao analista, como observa Loizos (2008), não são os elementos peculiares das imagens, mas sim as associações e os mitos partilhados culturalmente que os leitores mobilizam em sua interpretação. Dessa forma, escapa-se de enquadramentos puramente subjetivos. Importa afirmar que o olhar sobre as postagens não é aqui o fim, mas meio de compreensão do objeto de estudo. No âmbito da presente pesquisa, revelam como o debate sobre masculinidades travado pelas políticas não governamentais opera como abertura para que outros temas que compõem o “espírito de nossa época” sejam igualmente tratados pelas instituições juntamente ao seu público, de modo conectado a dinâmicas globais do debate sobre masculinidades. Ademais, revelam o investimento na questão das paternidades (com suas pluralidades, especialmente raciais e de sexo-gênero), dado o esforço de sinonímia do “novo homem” com o “novo pai” no âmbito dessas discussões.

4.2 Ser homem como ser pai (e negro)

A negação histórica da possibilidade de paternagem aos homens negros, a qual se soma à reprodução de padrões históricos de negligência e violência, produziram um ciclo no qual a ideia de um patriarcado, como se viu no terceiro capítulo, possuiu um claro corte racial. Diante deste cenário, a permanência e/ou modificação de estruturas sociais solidificadas no imaginário passa pela criação de representações que ora fomentam ora contestam os estigmas relacionados aos sujeitos subalternizados no interior desta ordem. Paralelamente, no caso das organizações selecionadas para este estudo, para que suas mensagens, produtos e proposições alcancem o maior número de pessoas, é necessário se atrelar ao espaço das redes sociais, parte fundamental da esfera pública contemporânea. Neste movimento de marketing digital, ocorre de serem acionadas as contra imagens do masculino racializado, as quais valorizam o homem negro, ajudando a moldar para este outras realidades (mesmo que ficcionais) acerca das vivências familiar e paterna. Como se verá na presente seção, estes enquadramentos que cruzam as questões de gênero, raça e, em menor intensidade, classe abram além de janelas analíticas, janelas políticas, na medida em que resgatam da invisibilidade uma figura tão pouco lembrada e registrada no pensamento social brasileiro: o pai negro.

4.2.1 Instituto Promundo

A importância do tema das paternidades para intervenções relacionadas às masculinidades manifesta-se na enunciação do desenvolvimento do “ser pai” como principal agenda de intervenções da primeira organização estudada. Na medida em que protagonista de parte das ações voltadas aos homens (no rol das atividades executadas na esfera dispersa da sociedade civil), o Promundo, ao elencar o progresso das parentalidades como fundamento da maioria de suas ações, também traz à tona o quanto o cuidado na criação dos filhos – especialmente na primeira infância – é balizador de biografias e subjetividades, dentro de lógica social lida como saudável: aquela que se configura em formações familiares nas quais as crianças estariam livres de abusos e violências e atravessadas por cuidados e afetos identificados como positivos.

Historicamente, essa esfera de proteção, quando representada na publicidade (mesmo de cunho social), associa-se a figuras de classe e raça arquetípicas, as quais não incluem pessoas negras nos quadros da normalidade parental. Se no período escravista, conforme Berenice Bento (2024), a ideia de uma paternidade dos homens negros era anulada ou sequer mencionada, conforme mostra a pesquisa da autora acerca dos debates da promulgação da Lei do Ventre Livre, atualmente organizações sociais a exemplo desta cumprem o papel de criar representações simbólicas que enquadram as masculinidades vistas como racializadas na seara parental. Diante disso, a próxima imagem, publicada no perfil oficial da organização em 2020, marca o início da análise das contra representações que atribuem um caráter racial às experiências de parentalidade.

Ainda que esteja evidenciado na página oficial o caráter racial das publicações com pais e filhos negros, dada a atenção provocada por contra representações (com indivíduos em papéis históricos incomuns), a todo momento busca-se inter-relacionar a paternidade negra com a paternidade genérica. No post abaixo, a frase “Ser pai é uma experiência única” acompanhada da fotografia de um pai com seu filho no colo (ambos negros) contribui para situar a figura do pai racializado como universal – no sentido de ser igualmente representação legítima e extensiva à positividade da função paterna.

Figura 8 - "Ser pai é uma experiência única!"



Fonte: Promundo (2020)

No que se refere à identificação dos componentes da imagem, à primeira vista, é possível observar um homem jovem sorridente segurando uma criança no colo, ambos em um fundo claro e neutro, transmitindo alegria e carinho. O homem usa uma camisa xadrez sobre uma camiseta branca, enquanto a criança veste uma camisa xadrez em tons semelhantes. No canto superior esquerdo, aparece o logotipo do Promundo, representado por figuras estilizadas em laranja. Na parte inferior da imagem, há uma área azul com formas onduladas que apontam para movimento, suavidade e acolhimento. Sobre ela, lê-se o texto em branco: "Ser pai é uma experiência única!".

A expressão do pai negro com seu filho nos braços, que mais se assemelha a um retrato, sugere felicidade e conexão emocional, sentimentos ligados a laços de cuidado e presença na relação entre as figuras paterna/materna e suas respectivas descendências. O chamado, casado ao retrato, demonstra que essa aproximação, além de positiva e geradora de afetos da criança ou direcionados a ela, representa experiência singular para o homem que deseja imersão na paternidade como atividade social cotidiana. Vale destacar que a composição da imagem reflete uma mensagem favorável à paternidade, destacando a importância do estabelecimento de vínculos para um pai jovem, que poderia estar interessado em desempenhar outros papéis na vida.

A imagem simboliza, sob ótica contextual, a transição ambicionada pelas instituições de modelos tradicionais de paternidade para abordagens de presença, as quais rompem com o estereótipo de que o pai é apenas um provedor financeiro, distante,

estabelecimento de limites e da ordem. Essa alteração ajuda a refletir evolução nas normas culturais e sociais que incentivam os pais a desempenharem a completude das possibilidades relacionais advindas da paternidade, destacando-se o cuidado emocional e físico de seus filhos, também como um ganho aos pais.

O chamado da publicação, evocado a partir do sorriso das partes envolvidas na fotografia, denota que, quando a paternidade idealizada (do homem-pai como cuidador ativo, parte do discurso organizacional), é praticada, há uma janela de usufruto mútuo, com a transformação de trajetórias individuais que ao mesmo tempo contribuem para a revisão de desigualdades de gênero. Ou seja, mudanças comportamentais compõem o movimento microsocial que se dá em meio a reproduções macrosociais que continuam a atrelar os homens ao não cuidado.

Na lógica discursiva enunciada na análise acima, o não exercício do cuidado retira dos homens a possibilidade de estarem mais satisfeitos consigo e com suas famílias. Importa, contudo, ponderar essa retórica, na medida em que um dos principais benefícios das masculinidades está justamente na desresponsabilização pelo cuidado. O não cuidado (especialmente com o outro) possibilita maior tempo livre para que os homens possam se dedicar a projetos pessoais, tendo em vista que a gestão das tarefas de reprodução da vida (cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças e idosos etc.) é delegada às mulheres (Pinheiro e Medeiros, 2016).

Estudo publicado pelo IPEA em 2023, intitulado *Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil*, aponta que as mulheres dedicam 11 horas a mais por semana ao cuidado não remunerado do que os homens, especialmente quando há crianças pequenas ou idosos com mais de 80 anos no domicílio (Pinheiro *et al* 2023). Contudo, essa não socialização dos homens – brancos e negros – para o cuidado desemboca na desresponsabilização consigo mesmos, o que se expressa nos índices de adoecimento e mortalidade masculinas (também determinados por fatores além do gênero).

Na segunda imagem selecionada para a análise, há o encontro entre o pai e o bebê, em uma cena cujo enquadramento remete à possibilidade de um encontro gerador de afetos e cuidados mútuos entre aquele que possibilita a vida e o ser que desde a sua atitude é existencialmente possibilitado. Atrelado à imagem a seguir, consta o relato anônimo do participante de um dos grupos reflexivos promovidos pela organização, o qual indica que a iniciativa promovida pelo Promundo, como parte do projeto *Uma Ilha de Paternidades*,

foi responsável por envolvê-lo mais na vida do seu filho. Como política para a masculinidade que transita do global ao local, através de parcerias com diferentes instituições, revisando as práticas microsociais em pequenas escalas, os grupos para pais e mães nas periferias brasileiras não buscam, nos termos de um dos entrevistados (02), ensinar aos pais como trocar fraldas ou dar leite às crianças, embora a promoção dessas atitudes acabe por ser consequência das discussões neles travadas.

Figura 9 - #PaisQueCuidam



Fonte: Promundo (2020)

A imagem apresenta um pai negro sorrindo enquanto olha para um/a bebê recém-nascido/a deitado/a em berço hospitalar. O homem parece envolvido e emocionado com o momento, o que representaria o vínculo inicial entre pai e filho. O/A bebê está enrolado/a em cobertor rosa, dormindo tranquilamente, indicando provavelmente ser uma menina. No canto superior esquerdo, há o logotipo da iniciativa, com o texto "Uma Ilha de Paternidades". No canto superior direito, está o logotipo "Primeira Infância é Prioridade". No centro esquerdo da imagem, um balão azul contém a seguinte frase: "Esse grupo me ajudou a perceber que eu posso ser um pai que participa mais da vida do meu filho." A frase é atribuída a "B. (pai pela primeira vez)" e seguida da hashtag #PaisQueCuidam.

A imagem promove a importância da participação ativa dos pais na criação dos filhos, especialmente desde os primeiros momentos, destacando o apoio de grupos de

paternidade. Pode-se atestar que o centro da imagem é o olhar do pai sobre o/a bebê, que, assim como vinculado a mãe, também lhe pertence. Diante dessa interação, a publicação expressa o encantamento de um homem negro com a criança que acaba de vir ao mundo, ou seja, a construção do ser pai desde a aproximação inicial com o ser que demandará vigilância, ternura e cuidado. A imagem também emerge como retrato do relato citado e, portanto, como a materialização daquilo que pode ser gerado pela transformação dos homens-pais nesses grupos.

Os grupos de homens, a exemplo do divulgado nesse flyer, operam, nos diferentes formatos, como espaços de reflexão coletiva sobre os comportamentos masculinos prejudiciais a si e aos demais, não necessariamente adotando perspectiva feminista. Na modalidade terapêutica, a paternidade sem sido um dos assuntos centrais abordados pelos participantes¹⁰⁶. Como demonstrado na imagem casada ao discurso de um participante, são os grupos promovidos pelo Promundo também focalizados, tal qual seu objetivo principal, no tema do “novo pai” (supostamente não patriarcal).

A maternidade compulsória, paralela à paternidade por opção, são aspectos caracterizadores de sociedades patriarcais e coloniais como a brasileira. A cena de olhar do pai sobre sua/seu filha/o recém-nascida/o, ao conter admiração e emoção e conotar a formação de vínculo paterno desde a primeira etapa da primeira infância, ajuda a quebrar, por meio de comportamentos individuais, com a ideia social das emocionalidades e vínculos simbólicos e físicos dos genitores com a prole enquanto matérias restritas ao feminino. Os homens são agentes ativos da socialização primária daquelas/es que deles derivam (Bergen, Luckmann, 1999).

Na sequência, em outra publicação, utilizada para divulgar o *II Seminário Paternidades – Online* no ano de 2021, ocorre gesto direto do pai negro com sua/eu filha/o. O evento, cuja publicização se dá por essa fotografia, foi promovido pela organização em agosto daquele ano, como parte da programação do Mês dos Pais. Importa observar que nesses eventos, os convidados, como constatado pelo relatório da organização referente ao ano, eram predominantemente negros – pretos e pardos – e moradores de periferias que expunham sua experiência nas iniciativas da instituição e os benefícios dessa na relação com seus filhos (Promundo, 2021). Ademais, durante o período da pandemia, no qual ocorrera a realização do seminário divulgado acima, os grupos reflexivos descentralizados passaram a ocorrer concentrados no aplicativo

¹⁰⁶ Cf. Silva Filho (2021)

WhatsApp (Programa P online), com base na atribuição de atividades que eram dirigidas para os participantes dos grupos, os quais deveriam atestá-las virtualmente (Promundo, 2021).

Figura 10 - II Seminário PATERNIDADES



Fonte: Promundo (2021)

Vemos um homem negro segurando um/a bebê em seu colo, enquanto mostra um livro para ele/a. O homem está sentado em um ambiente interno e olha atentamente para a criança e para o livro, demonstrando carinho e atenção ao bebê, que usa um gorro cinza e está igualmente interessado no momento. Na parte inferior da imagem, há um banner com as seguintes informações: Em destaque, o texto "FALTA POUCO!" em letras maiúsculas e na cor laranja. Logo abaixo, o título do evento: "II Seminário PATERNIDADES - ONLINE". As datas do evento: "26 e 27 de agosto". O horário: "14h às 16h". O local da transmissão: "YouTube Promundo", acompanhado do ícone do YouTube.

Ao invés da observação como contemplação, a publicação de divulgação é caracterizada pela observação que se faz acompanhada da leitura de estória para a criança, ato que opera como introdução dessa no universo da criatividade, do conhecimento e da herança geracional. O pai negro cumpre o papel de agente socializador e educador da criança negra em seus braços. Logo, outras possibilidades de leitura de mundo (nos sentidos figurado e literal, na medida em que reside aqui a perspectiva racial) podem ser gestadas desde os vínculos entre pais e filhos.

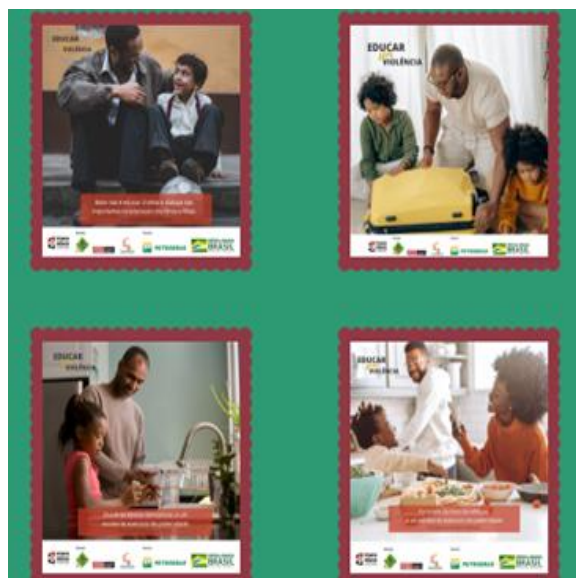
Uma das funções convencionais dos pais, em distintos arranjos familiares, tem sido a de educar não apenas as condutas e práticas sociais (socialização primária), mas

fomentar o estoque de conhecimentos formais dos seus filhos, possibilitando (com variações de classe social) o acesso à imaginação e ao letramento social, em complemento ao papel principal de oferta da educação que é do Estado. Portanto, a cena do pai vai ao encontro da lógica de que a educação é ampla e não está restrita ao ambiente escolar.

A divulgação do II Seminário Paternidades, ao enfatizar imagem de um homem negro realizando leitura junto com sua/seu filha/o, rompe com duas “imagens de controle” (Bueno, 2019) tradicionalmente associadas aos homens negros: a de que esses são brutos/selvagens/violentos/ignorantes, logo, não ligados a gestos de sensibilização; e a de que são desprovidos de intelectualidade. Além disso, o contato de ambas as figuras retratadas tem como mediação um livro com figuras negras ao fundo, o que pode indicar também processo de politização da questão racial a partir da primeira infância, transmitindo indiretamente a consciência racial do pai para o bebê. Nesse sentido, uma socialização afro centrada permite que o espaço familiar seja também espaço para questionar as estruturas sociais, não apenas de sua reprodução.

Outra demonstração de conjunto de imagens que realçam a figura do pai negro na página oficial da organização se deu ainda no ano de 2021, quando fora divulgada a campanha *Educar sem Violência*, a qual teve a participação da instituição em parceria com fundações e governos. A campanha abordava a importância do cuidado sem a utilização da violência física contra crianças e adolescentes. Todas as imagens selecionadas para publicação (que são *posts* separados, mas congregados na imagem abaixo) retratam pais negros no convívio com crianças, em sua maioria também negras. As cenas de sorrisos trocados nas interações ou de gestos de auxílio e companheirismo transmitem noções de ganhos (com as paternidades engajadas) para pais e filhos; o cuidado seria não apenas doação, mas porta para nova socialização, na qual o eu masculino não exclui a receptividade a experiências marcadas pela sensibilidade.

Figura 11 - Educar sem violência



Fonte: Promundo (2021)

A imagem é composta por quatro quadros com molduras vermelhas e um fundo verde. Cada quadro apresenta uma situação cotidiana de pais e filhos, com o tema "Educar sem violência". Na sequência, segue a descrição de cada quadro, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Primeiro quadro (superior esquerdo): Um pai sentado em uma calçada, olhando para seu filho, que também está sentado ao lado dele. Ambos estão em um momento de interação próxima. Segundo quadro (superior direito): Um pai e dois filhos pequenos interagem enquanto organizam uma mala amarela. Terceiro quadro (inferior esquerdo): Um pai está ao lado da filha na cozinha, "ajudando-a" a lavar louça. Quarto quadro (inferior direito): Uma família sentada à mesa, compartilhando uma refeição. O pai, em posição de atender à mesa, e a mãe sorriem enquanto interagem com o filho, mostrando um momento de união, descontração e afeto familiar. Abaixo de cada um dos quadros há logotipos que se referem a diferentes organizações públicas e privadas, inclusive ao governo federal do ano de 2021.

As cenas, marcadas por encontros cooperativos entre pais e filhos, expressam as formas diversas pelas quais os vínculos pai-filho – tal qual tradicionalmente os vínculos mãe-filho – se estabelecem. Desde o preparo das refeições, passando pela lavagem de utensílios domésticos e chegando até brincadeiras, momentos de conversa e aconselhamento. Ser pai participativo não seria, nesses enquadramentos, tarefa redutível a momento específico. Logo, as cenas transmitem, respectivamente: a importância de educar com diálogo e paciência; a ideia de colaboração e ensino prático; o aprendizado por meio de tarefas diárias e a convivência familiar; e a importância de promover uma

criação baseada no diálogo e na afetividade, sem o uso de violência, reforçando a campanha representada pelos logotipos na parte inferior de cada imagem. As cenas indicam, essencialmente, um pai presente no ambiente doméstico, nas relações cotidianas, na vida das/os filhas/os, mesmo que esse não subverta papéis de gênero.

O cenário institucional de entrada do debate sobre a condição dos homens nas organizações foi também esforço de ressignificação das interações existentes entre homens-pais e os sujeitos que representam seu legado, e os quais abrem a possibilidade para que homens, e no caso acima homens negros, se engajem em diferentes atividades de cuidado relacionadas aos seus filhos. O compartilhamento desses momentos é forma de redirecionar as posições abertas para homens e mulheres nas formações familiares contemporâneas em constante reconfiguração.

Criticamente, vale ressaltar que os sentidos conotados pelo conjunto de imagens da campanha Educar sem Violência em contexto político nacional de centralidade do discurso conservador de “defesa da família” (contexto esse indicado pelo slogan governamental atrelado à campanha) mostram que é possível reforçar paternidades e masculinidades “cuidadas” desde olhar que também privilegie o fortalecimento dos laços familiares tradicionais normativos. Por outro lado, no caso abordado, a presença e circulação de pessoas negras contrasta com a concretização dessa normatividade que é, secularmente, embranquecida. De todo modo, fica explícito o tipo de família que o então governo federal estava defendendo, enquadrando-a sob a ótica patriarcal em nova roupagem.

Outra imagem selecionada no mesmo período foi a da convocação do *Primeiro Relatório sobre Paternidades Pretas do Brasil*, publicação inédita no país, construída a partir de pesquisa quanti-qualitativa com homens negros que estão situados no “ofício” da paternidade. Nela, tem-se a cena de um homem negro deitado com filho encostado em seu ombro, em compartilhamento mútuo de local de aconchego. Mais uma vez o pai negro aparece em harmonia com sua prole. Ao se fazerem presentes em brincadeiras ou momentos de descanso/diálogo os homens negros das imagens atendem à dimensão que se pode apontar como lúdica do cuidado, o que não significa que esteja ignorada a representação do “ser pai” ligado a relação existente entre atenção com as crianças e a sobrevivência dessas.

Figura 12 - Pais Pretos Presentes



Fonte: Promundo (2021)

A imagem está dividida em duas partes principais. À esquerda: uma fotografia que mostra um momento de carinho entre um homem negro e uma criança. Ambos estão deitados ou reclinados, sorrindo e olhando um para o outro, demonstrando afeto e cumplicidade. À direita: Um fundo branco com texto e elementos gráficos. No topo, há dois logotipos: um que diz "Pais Pretos Presentes" e outro da organização "Promundo". Abaixo, está o convite com o texto: "Convidam os pais pretos a compartilharem suas experiências paternas conosco, respondendo a algumas perguntas, para elaboração do I Relatório das Paternidades Pretas do Brasil. Leia a descrição!" Há também dois elementos decorativos em formato de corações na cor laranja, que complementam o design.

O abraço entre o homem negro e a criança negra da imagem sinaliza mais uma vez momento de vínculo retratado nos *flyers* institucionais da organização. Se em outro momento a ligação emocional se dava com o bebê, aqui a criança está em outro estágio, não sendo possível identificar sua inserção no estágio na primeira infância, mas, sem dúvidas, em algum momento da fase humana infantil. Nesse sentido, o afeto, negado como possibilidade para as masculinidades – e mais ainda para a masculinidade negra – transborda no contato entre os integrantes fotografados.

O supramencionado processo de ressignificação do masculino, em geral devedor das agendas políticas feministas, propiciou as condições para que os homens também incluíssem ou passassem a considerar a expressão do carinho como via legítima de viver o gênero. Um dos canais dessa expressão é a relação pai-filho, na qual – em meio às

interdições culturais dos limites que os homens não devem ultrapassar a fim de não serem interpretados como frágeis/sensíveis – a vivência da autorização do amor concreto com relação aos filhos é porta aberta para experimentação de sentimentos anteriormente negados em sua integralidade.

A compreensão da relação de cuidado estabelecida, não mais no estágio inicial da primeira infância, mas em outro momento, no qual a criança possui também outra compreensão das ligações que estão postas entre si e aquele que a proporciona cuidados – sendo esse não necessariamente o genitor ou aquele que gera, pois a paternidade, como a maternidade, é uma atividade social – realça a máxima de que homens negros presentes fortalecem não apenas suas famílias, mas as comunidades nas quais se inserem, dando margem para a cooperação nas relações intergênero.

Vale indicar, com base na interpretação semiótica das publicações acima, que na primeira infância, estágio focalizado nas ações da organização, o acompanhamento do sujeito em sua fase inicial possibilita a proteção contra a fome, os acidentes, as violências e os abusos; ainda que, em tese, todas essas consequências negativas possam ser produzidas pelos cuidadores. Judith Butler (2015) aponta a vulnerabilidade como elemento intrínseco da condição humana, ou seja, a dependência do cuidado integraria nossa constituição ao longo da vida, mas especialmente em determinadas etapas. Portanto, a aproximação pai-filho ou o exercício da função paterna pelo sujeito masculino racializado possibilita a reprodução da sociedade, na medida em que mantém vivos os corpos que, em algum momento de suas trajetórias, poderão vir a sofrer violências raciais.

A construção do homem negro cuidador, porém, não tem início após o nascimento ou adoção da criança. A paternidade é produzida ao longo do tempo e seu nascimento antecede o momento em que é concedida a “luz” à prole. No caso de gravidez da mulher ou da pessoa que gesta, a figura do pai, quando presente, se inclinada a atender as vulnerabilidades do bebê, passa a vivenciar a fusão do ser homem com o ser pai desde a observação do crescimento da barriga e o preparo para a chegada da/o filha/o, momento esse impactado por fatores sócio econômicos, na medida em que passa por ritos como a aquisição dos recursos materiais adequados para a recepção da criança. Vivencia-se, então, a contraposição à cisão típica do masculino, caracterizada pelo psicanalista Sócrates Nolasco (1993): aquela entre o homem da razão e da mente e o homem do corpo e das emoções, já que a paternidade atestaria a mescla de ambas as esferas.

Na contramão desse fenômeno, nas publicações da organização na rede social *Instagram*, homens negros e mesmo mulheres negras – que aparecem em dimensões iconográficas ora como mães solteiras em comunidades marginalizadas ora como cuidadoras de filhos de terceiros (amas de leite, babás ou empregadas domésticas)¹⁰⁷ – são valorizadas como parte da possibilidade de constituição de famílias negras nucleares e, como na imagem abaixo, veículos simbólicos para comemoração das festas de fim de ano de 2022. Tal família pode ser classificada como afro centrada, tendo em vista que não partem da representação de relações afetivo-sexuais interracialais. Ao lado da mulher da cena, observa-se a criança negra e o pai negro, sendo esse homem idealizado a figura que protagoniza os *posts* da instituição.

Figura 13- A EQUIPE PROMUNDO DESEJA BOAS FESTAS!



Fonte: Promundo (2022)

A imagem mostra uma família hetero sorridente em um momento de carinho. Um homem negro carrega uma criança negra no colo, a qual brinca alegremente com ele, enquanto uma mulher negra sorri ao lado, interagindo com a criança. O fundo é verde com detalhes de pequenas estrelas ou flocos decorativos espalhados. O logo do Promundo está no canto superior esquerdo, acompanhado de uma estrela dourada pendurada no canto superior direito. Na lateral direita da imagem, lê-se a mensagem: "A

¹⁰⁷ Cf. Bueno (2019)

EQUIPE PROMUNDO DESEJA BOAS FESTAS!", transmitindo um clima de celebração, relacionado a festividades de fim de ano.

A imagem, que retrata família negra feliz, expressa o compartilhamento dos cuidados entre pai e mãe, processo capaz de fortalecer a sinergia entre os componentes da tríade. Esse compartilhamento pode ser depreendido da posição que a filha ocupa nos ombros do pai, desdobramento da atividade de acolhimento paterno como todo, fato que vai ao encontro dos ideais organizacionais da instituição, preocupada com a associação entre masculinidades e paternidades. O pai a sustenta nas costas, como se fosse firme e seguro para ela.

A cena familiar, ligada à reunião parental que ocorre nas festas de fim de ano, se insere em contexto de busca por maior representatividade de minorias políticas e sociais e de ressignificação das imagens de pessoas negras, desde o deslocamento do seu local e representação de vulnerabilidade para posições de centralidade, fenômeno que tem ocorrido em múltiplos segmentos, os quais incluem a sociedade civil, em função da mobilização social. Outro locus comum dessa transformação tem sido a mídia, especialmente o universo do entretenimento, no qual figuras negras tem passado a ser mais frequentes.

Há aqui esforço comunicacional em enquadrar as imagens das paternidades em contra movimentos que escapem ao paradigma branco hegemônico. A palavra “pai”, portanto, não poderia ser dissociada da palavra “negro”, bem como a palavra “mãe”, na medida que constituem, juntos por meio da ligação heterossexual, possibilidades de formação familiar específica: a família “estruturada” capaz de oferecer recursos importantes – afetivos e materiais – para uma criança em processo de desenvolvimento.

Com base na descrição, indica-se a existência de ação da instituição no sentido de expandir o antirracismo institucional para além dos projetos com os públicos-alvo, trazendo-os para a própria estética com a qual essa se apresenta ao ambiente externo. A família negra da mensagem de fim de ano é apenas um exemplo, pois as figuras que a compõem desdobram-se em diferentes momentos (de divulgação de cursos, de convocações para pesquisas ou mesmo em campanhas educativas na rede social). Esse desdobramento, contudo, realça o papel do homem na produção do cuidado, dado o objetivo de ressignificar as masculinidades, incluso negras, reduzidas historicamente ao corpo, à bruteza e à virilidade como mecanismos de afirmação do eu. Essa ótica racista anulara a relação das masculinidades negras com a atenção a si e ao outro, a menos que

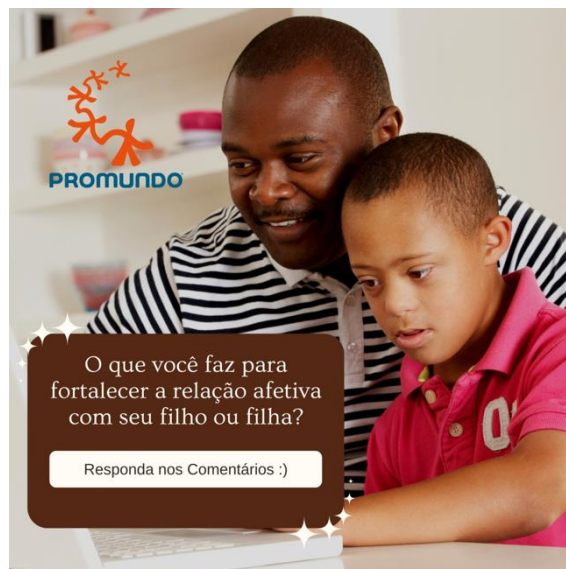
essa se desse pela exploração da mão de obra deste homem que tem sido historicamente violentado. O resgate simbólico do pai negro é, nesse sentido, resgate de processos de humanização, em uma primeira leitura. Afinal, essa humanização tem como referência a família nuclear, heteronormativa e burguesa de fundo. É uma humanização em uma perspectiva definida de sucesso na sociedade neoliberal.

Pela frequência com que se apresenta aos seguidores da organização nas redes sociais, a busca por um masculino negro idealizado e desejável — articulado a uma proposta de mudança social que propõe novas perspectivas sobre o ser homem racializado em um contexto simultaneamente sexista e racista — configura-se como um dos pilares das estratégias da organização. Tais estratégias visam o alcance de metas mensuráveis, desde as mudanças de comportamento observadas entre os participantes dos grupos reflexivos e em outras ações promovidas.

Há linha de continuidade do fator racial com o fator de classe, tendo em vista que o foco da instituição tem sido cenários sociais vulnerabilizados, ou seja, espaços nos quais são encontrados maioria de pessoas racializadas. Os grupos de reflexão sobre a condição masculina, presentes nas camadas médias, atingem aqui — sob outra forma e na tônica das paternidades e do cuidado — homens periféricos, beneficiários de programas sociais e usuários do SUS e do SUAS (Promundo, 2019; 2022). Com base neste processo, é possível que o debate sobre a condição masculina se restrinja àquelas/es que compõem os segmentos menos escolarizados e de menor renda.

Em outra imagem, mais recente, publicada em agosto de 2022, a interseccionalidade, expressa como paradigma organizacional, se materializa na figura do pai negro ao lado do filho igualmente negro. A legenda, que é uma questão dirigida aos leitores da publicação, aborda o voluntarismo dos pais no que diz respeito ao fortalecimento da relação com seus filhos. Os seguidores são induzidos a comentarem seus repertórios de fomento à afetividade com a prole. Na publicação original, contudo, não há respostas, algo que revela o baixo grau de engajamento presente na página do Promundo, o que a alinha mais com a página oficial do MEMOH e menos com a do Instituto Papo de Homem, a qual possui além de número elevado de seguidores (aproximadamente 212.000 em julho de 2024), maior densidade de comentários abaixo das postagens. Nesse sentido, as imagens dos pais negros, que em si mesmas refundam pressupostos sob os quais são lidas as masculinidades negras, operam como comunicadoras das agendas de intervenção da instituição.

Figura 14 - O que você faz para fortalecer a relação afetiva com seu filho ou filha?



Fonte: Promundo (2022)

A imagem mostra um homem adulto e uma criança interagindo juntos, simbolizando um momento de aprendizado ou lazer, por meio da tecnologia. Ambos estão olhando atentamente para uma tela de computador, com expressões de concentração e interesse. O homem sorri gentilmente, enquanto a criança, vestindo uma camisa polo rosa, observa com atenção. A presença da criança reforça a mensagem de inclusão e diversidade. No canto superior esquerdo da imagem, há o logotipo da organização Promundo, com figuras estilizadas em laranja representando pessoas em movimento. Na parte inferior, há um texto inserido em um fundo marrom com o seguinte conteúdo: "O que você faz para fortalecer a relação afetiva com seu filho ou filha?" Abaixo, uma chamada para ação: "Responda nos Comentários :)", incentivando a interação.

A imagem, acompanhada do respectivo texto, expressa a aproximação paterna marcada pelo acompanhamento do desenvolvimento do filho em determinada atividade. A cena também marca composição que reforça a ideia de cuidado, educação, inclusão e paternidade ativa, ao mesmo tempo em que convida o público leitor da publicação a refletir acerca de práticas que fortalecem os laços afetivos entre pais e filhos. O processo familiar de acompanhamento do progresso da criança em etapas necessárias ao desenvolvimento infantil se faz ainda mais necessário em casos como o da imagem, nos quais a criança possui demandas específicas.

A abordagem da imagem reflete mudanças culturais que vêm ocorrendo em diferentes sociedades e que incentivam os pais a serem protagonistas no cuidado emocional, na educação e no desenvolvimento dos filhos. Ademais, a publicação organizacional responde à dupla demanda de diversidade existente no debate público contemporâneo: uma visando à representatividade de pessoas negras na publicidade e propaganda; outra, no mesmo movimento, ansiando pela inclusão/representatividade. Logo, há cruzamento de marcadores sociais diferentes em uma mesma exposição que reivindica mudanças no âmbito dos cuidados e tenta comunicar o fenômeno desde a figura do pai participativo e atento às ações do seu filho.

A cena de homem negro com seu filho negro, em momento de atividade no computador, denota simplicidade, embora conote, na união com a questão suscitada pela publicação, a materialização de demandas de valorização da igualdade, da parentalidade ativa e da diversidade social em um mundo tecnológico, em que ambos possuem acesso a equipamentos modernos, conectando-os a outros lugares que não apenas a cena em si. Portanto, a reconstrução das práticas hegemônicas de paternidade pode estar atrelada a outras transições necessárias para enquadramentos sociais justos, que não promovam a exclusão de sujeitos historicamente marginalizados e os mostrem integrados na sociedade midiaticizada do futuro.

A afetividade é via de cuidado na primeira infância e compõe o quadro da parentalidade na modernidade. Se as crianças não eram necessariamente objetos de atenção específica dos pais até a altura do século XVIII; das mães e principalmente dos pais não havia a expectativa de espera que gestos de amor e carinho fossem emitidos para com os “rebentos” (Áries, 1981). Noções burguesas, contudo, ajudaram a construir uma maternidade e uma paternidade idealizadas, das quais, em primeiro momento, estiveram excluídas pessoas negras, na condição de colonizadas e escravizadas. No estágio atual, está aberta, nas sociedades ocidentais, a disputa para que maternidades e paternidades plurais componham o rol das possibilidades sociais, dando continuidade a um processo que gradualmente vem incorporando pessoas negras, ainda que a estrutura colonial, patriarcal e racista permaneça incidindo seja na morte de pais, mães e filhos negros (em desestruturação familiar de causas estruturais) seja na negação dos afetos positivos como atributos os quais os homens negros detém. Diante da permanência da selvageria enquanto arquetípico e como elemento subjugado às intempéries históricas, as famílias

negras permanecem repelidas do papel de componentes do Estado-nação, relegadas à própria sorte e organizações próprias.

Na sequência, trago duas publicações também selecionadas no recorte realizado dos posts: a primeira, correspondente à imagem de homem negro com bebê, ilustra a divulgação de artigo assinado pela organização britânica *Saving Brains* acerca da Metodologia P; por sua vez, a segunda referente ao Dia da Consciência Negra, postada no mês de novembro de 2022, na qual é utilizada a imagem de homem negro também com criança no colo, expressa a aproximação do pai com seu filho, ajudando a romper com imagens que relegam à mãe o papel de única cuidadora e abrindo margem para possibilidades pictóricas que vão além do vínculo mãe-bebê como exclusivo na formação da criança.

Figura 15 - Envolvendo Pais e Mudando Normas



Fonte: Promundo (2023)

Na imagem, observamos um homem negro dando um beijo carinhoso em uma criança negra sorridente, que aparenta felicidade. O design inclui elementos visuais e textos coloridos. Há menção a uma iniciativa ou programa, destacando frases como "Envolvendo Pais e Mudando Normas" e "Perspectivas sobre o Desenvolvimento, Escolha e ajudando a Programação Transformadora de Gênero no Brasil". Também aparece o logo "Saving Brains", sugerindo conexão com organização ou projeto relacionado ao desenvolvimento infantil. O visual transmite amor, cuidado e engajamento familiar.

A imagem, que à primeira vista expõe o beijo do pai sobre o rosto da filha bebê, ajuda a ilustrar cenário normativo de aproximação afetiva do homem negro com aquela que simboliza sua herança. Ao invés da criança presente nessa figura, outras meninas e meninos poderiam ocupar esse lugar de sujeitos que recebem carinho, com base na resignificação comportamental trabalhada nos grupos e em outras atividades institucionais. O fim último da resignificação do masculino seria, portanto, o bem-estar da filha ou do filho abraçado (Ele dá um beijo na filha, a filha está lavando louça; o filho, por sua vez, aparece na posição de parceiro, alguém com quem compartilhar atividades como as realizadas em um computador).

Culturalmente, essa figura está associada à lógica da desejada transformação das masculinidades e paternidades, ancorada na promoção de vínculos afetivos entre homens negros — historicamente associados a uma virilidade extrema — e as crianças às quais estão ligados, que podem ser positivamente impactadas pela adoção de práticas paternas de cuidado. Para o fomento dessa lógica, a instituição analisada também elabora e divulga publicações que expandem o conhecimento acerca do tema do cuidado. A imagem expressa a permanência da associação entre paternidades e masculinidades negras, buscada pela organização, e rompe com o ideário que relega a possibilidade do paternar eivado de carinho aos homens brancos, esses em muitas situações igualmente ausentes no cuidado.

Na próxima cena, é o abraço do sujeito-pai racializado no bebê quem toma a cena. Chama a atenção o fato de que este abraço paterno opera como lembrete de efeméride que concerne à toda a população negra brasileira e não especificamente aos homens negros e a temática da paternidade; a princípio, tal publicação, que seria válida para o Dia dos Pais, realça a missão organizacional de centralizar esforços nas paternidades e seu desenvolvimento — como expresso desde o fim da década de 1990; contudo, para além do superficial, é possível afirmar que o cruzamento de imagem e data rememorada atrela o progresso das parentalidades racializadas com a consciência racial como todo, haja vista que uma das consequências do racismo estrutural tem sido o esgarçamento do tecido social periférico e a subjetivação dos homens negros com base em padrões hegemônicos (que são coloniais e patriarcais) de masculinidade, ambos nocivos ao cuidado.

Figura 16 - 20 DE NOVENBRO CONSCIÊNCIA NEGRA



Fonte: Promundo (2023)

A imagem mostra um momento íntimo e afetuosos: um homem segura e abraça um bebê, demonstrando carinho e proteção. Ele está com os olhos fechados e inclina a cabeça para tocar gentilmente a cabeça da criança, envolvida em cobertor azul escuro. No canto superior esquerdo está o logo do Promundo, e na parte inferior aparece o texto: "20 DE NOVENBRO CONSCIÊNCIA NEGRA" e "MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA", em destaque, com elementos gráficos simples, como formas arredondadas e uma paleta de tons quentes.

O retrato do pai negro vinculado ao seu filho negro, um bebê, por meio do abraço, opera como significante cujo conteúdo é a inclusão do vínculo de cumplicidade e de identidade como um dos elementos que compõe a consciência negra a ser celebrada anualmente. Portanto, a valorização da cultura e da identidade negras passa pela formação de redes familiares que são também redes étnico-raciais, nas quais os pais têm protagonismo socializador e não apenas provedor, como preconizado por meio dos paradigmas tradicionais de masculinidade.

A imagem está inserida contextualmente no cruzamento dos debates raciais e de gênero, desde a ótica interseccional. Esse cruzamento pode ocorrer na formatação de práticas parentais de cuidado que envolvam pais e filhas/os negras/os, ajudando no enfrentamento das desigualdades de gênero entre homens e mulheres da comunidade

negra, e das desigualdades raciais, tendo em vista o fortalecimento das relações comunitárias e identitárias no interior desse contingente populacional.

A imagem expressa a permanência da associação entre paternidades e masculinidades negras, buscada pela organização, e rompe com o ideário que relega a possibilidade do paternar eivado de carinho, transmissão, herança e perspectiva futura aos homens brancos, heterossexuais e de classe média, em muitas situações igualmente ausentes no cuidado.

O conjunto de imagens acima, pode-se pontuar, faz referência não apenas à paternidade em si, mas à proximidade física e afetiva pai-filho. Nos termos de um dos entrevistados, levantados no capítulo 02, o ideário da igualdade de gênero possibilitou sua aproximação com o filho desde a gestação da criança, e “salvara” sua vida, mudando sua relação consigo e demais familiares. A proposta, desde a criação da organização, conforme esse mesmo relato, foi abrir caminho para que esse igualitarismo alcançasse novos públicos. Nesse sentido, as figuras acima, publicizadas em rede social, subvertem não somente as imagens ou ausência sobre as paternidades negras, mas o próprio *corpus* de representações das paternidades ampliadas. O pai ausente, produtor de traumas emocionais na sua prole, é figura presente nos estudos sociais e nas práticas analíticas. Se sobre o pai recai a tarefa da introdução adequada do sujeito na ordem social, sua abstenção com relação aos filhos provoca a desordem subjetiva (Courneau, 2014). A estigmatização das mães solteiras e dos filhos criados por essas é fundada nesse raciocínio, especialmente quando essas provêm das camadas populares; essa percepção sociológica, contudo, embora seja crítica à valorização do *pater* como ordenador dos arranjos familiares, não indica desresponsabilização dos homens pelos cuidados parentais e nem diminui a sua importância como via de acesso aos direitos de suas filhas/os.

Contudo, a associação negativa decorrente da teorização do pai como personagem estabilizador da psique faz com que a situação das comunidades negras seja de “confusão” dada *a priori*, tendo em vista que a maioria dos casos de abandono do pai se dá em contextos de negação da cidadania (Thurler, 2009; Pinho, 2020). Ao resgatar o pai negro em seu material publicitário, o instituto vai na contramão das imagens de controle que remetem à irresponsabilidade generalizada de homens negros, além de promover a ideia de que o cuidado pertence a todas/es/os¹⁰⁸. As postagens exemplificadas nas redes

¹⁰⁸ Messner (1997) identifica, com base em estudos realizados nos Estados Unidos da América, que a taxa de cuidado exercida é maior entre homens de famílias negras e latinas do que entre homens pertencentes à famílias brancas. Estudo de Picanço, Araújo e Sussai (2021) sobre o tema, no Brasil, e operacionalizado via

possuem similaridades com a lista de ações que os relatórios da organização apresentam; afinal, o meio virtual canaliza a transmissão de atos organizacionais. Além disso, a variedade de imagens com homens negros exercendo a função paterna é manifestação do quanto as masculinidades negras, nessa concepção organizacional, não são restritas a tópicos como encarceramento em massa e violência policial.

A valorização do homem negro no ato de paternar no âmbito dos conteúdos circulantes na rede social *Instagram* prima pela máxima seguida nos outros materiais da organização, ao conter imagens positivas envolvendo pessoas negras e populações tradicionais em contextos familiares. Afinal, não é apenas o homem negro alvo das ações que buscam dar significado outro às masculinidades desde o projeto traçado pela instituição. Ingressam nestas estratégias de visibilidade homens indígenas, quilombolas e ribeirinhos, sujeitos singulares de ações executadas nas regiões Norte e Nordeste. São todos esses segmentos vinculados às masculinidades subalternas. Nessa toada, contribui-se para romper com paradigmas que enquadram as pessoas racializadas, especialmente negras, no terreno da natureza (Bueno, 2019; Collins, 2016; Fanon, 2008); e os quais tem servido igualmente para esquadrihar-las em locais de marginalidade. Ao mesmo tempo, realça-se o lugar destes como portadores de uma masculinidade que necessita de intervenções institucionais mais apuradas dadas as suas situações de classe e raça, variáveis que os colocam em lugar de precariedade existencial e social.

Não é só nas imagens acima que o pai negro é figura central. No anexo do relatório da organização referente ao ano de 2020, a vinculação a este sujeito fica ainda mais explícita (Promundo, 2021). Nele, é ressaltado que o modelo de masculinidade hegemônica, por se fundamentar em questões como a capacidade de provisão e o sucesso financeiro, coloca os homens negros em posição de rebaixamento. Por uma série de impeditivos históricos, a exemplo de legislações racistas, não haveria como pretos e pardos incorporarem para si a virilidade admirada e cultuada socialmente, embora o tentem fazer sob outros aspectos, empregando práticas violentas contra mulheres e crianças negras e contra outros homens negros.

A discussão final do relatório 2021 retoma autores como Frantz Fanon, Raewyn Connell e Michael Kimmel e traz questões que são comuns no debate teórico acerca das masculinidades negras. Fanon aparece para ilustrar a inferioridade do homem negro em

surveys, aponta que maiores ou menores práticas de cuidado entre homens e mulheres brancas/os ou negras/os estão imbricados ao maior ou menor nível de escolaridade, à ocupação profissional, à filiação religiosa e ao maior ou menor número de filhos.

relação ao homem branco; seu processo de desumanização. Connell, por sua vez, emerge com o conceito de masculinidade hegemônica, que abarca determinados sujeitos masculinos enquanto exclui outros, incluso negros. De Kimmel, por sua vez, toma-se emprestada a dualidade entre masculinidades hegemônicas e subalternas, sendo essas últimas as que abarcariam o lugar de gênero dos indivíduos aqui abordados (Connell, 1995; Connell, Messerschmidt, 2013; Fanon, 2008; Kimmel, 1998). O autor, membro da organização, acrescenta que nessa toada de invisibilização e subalternidade, sobre o homem negro recaem estigmas¹⁰⁹ que o enquadram de forma a torna-lo alvo perene de diversas violências.

O homem preto é visto como suspeito, como o potencial criminoso pelo poder armado do Estado. Nesta luta constante entre hegemonia e subalternidade, onde este homem preto é intimado, diariamente a lutar por um lugar nessa cadeira que para ele é inexistente, dá-se a ele, a falsa esperança, para chegar à hegemonia, através da possibilidade de matar seus irmãos de cor. Neste cenário, apresenta-se o “fiel escudeiro” (um homem viril, forte, pênis de tamanho avantajado. Uma ameaça ao homem branco por sua sensualidade irresistível às mulheres brancas, mas assexuado.) que é uma das representações do negro (...) ou a figura do capitão do mato (Promundo, 2021, p.74).

Portanto, se a experiência dos homens negros em nossa sociedade é tão distinta à dos homens brancos, o exercício das paternidades também o será. Há uma posição específica de raça e classe que dialoga com a de gênero nesses casos. O medo de morrer ou de que seus filhos morram por meio da violência estatal é algo que se enquadra nas experiências de pais pretos e pardos no país, haja vista que o direito à vida não lhes é garantido. Assassínatos pelas mãos de policiais, revistas arbitrárias e assédios moral e judicial são emblemáticos dessa realidade. Nos anos de 2010, por exemplo, se notabilizou o caso do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, cuja tortura e assassinato por policiais na UPP¹¹⁰ da Favela da Rocinha (Rio de Janeiro) foram remontados em 2023 no documentário *Cadê o Amarildo?* do cineasta Rafael Norton¹¹¹. No filme, Amarildo é

¹⁰⁹ Segundo Erving Goffman (1980) os processos de estigmatização marcam as relações sociais, ao separar os “normais” daqueles tidos como “anormais”, em geral pertencentes aos grupos subalternizados. Para o sociólogo, o olhar daquele que se situa em uma posição de vantagem produz uma série de expectativas acerca dos comportamentos dos que carregam um estigma, o que acaba por estabilizar posições e imagens determinadas para quem ocupa o lugar da alteridade. Isso não significa que mediante processos de identificação cotidiana esses sujeitos serão apenas “dominados”, já que podem ocupar alternadamente papéis de normalidade ou não. Perpassam por esses fenômenos os dilemas do reconhecimento e da intersubjetividade, pois é a partir de atos de cognição e de comunicação que se percebe que aquele com quem se interage ou não é “diferente” do tipo ideal que encarnaria as normatividades.

¹¹⁰ Unidade de Polícia Pacificadora

¹¹¹ O também filme documentário *Auto de Resistência*, dos cineastas Natasha Neri e Lula Carvalho, expõe como os homicídios cometidos pela polícia militar em comunidades cariocas têm sido justificados por meio

descrito através dos depoimentos de sua esposa e filhos como sustentáculo familiar que foi precocemente eliminado pelo Estado. Amarildo não é exceção; sua história, que teve notoriedade midiática e mobilizou movimentos sociais, é apenas uma dentre as milhares que colocam pais negros e seus filhos e parentes da mesma cor como corpos descartáveis na sociedade brasileira (Cadê o Amarildo?, 2023).

Frente a essa realidade, o texto do anexo do Relatório 2020 do Promundo acrescenta que, sem abandonar a responsabilidade individual dos homens negros, é possível pensar em modelos de paternidade que sejam baseados em esforços comunitários, assemelhados à experiência dos quilombos. Porquanto “faz-se importante respeitar o aquilombamento como experiência do cuidado. Pensar num movimento onde a responsabilidade do cuidado é de todos sem retirar o que é próprio de cada um” (Promundo, 2021, p.75). Tem-se aqui leitura que é interseccional e voltada à nova forma de paternar, distinta do paradigma individualista ocidental e de classe média, predominante no debate que inter-relaciona masculinidades e paternidades e recai na forma de cobranças sobre estes sujeitos. Aquilombar seria não somente inovar nas práticas de parentalidade, mas também resistir a enquadramentos “brancos” que propulsionam, ao invés de benefícios socioeconômicos às pessoas negras, sua escravização ou morte.

O enegrecimento de práticas e visões de mundo, que surge aqui como máxima, é atitude que vai na contramão de leituras históricas introjetadas entre a população negra, manifestando-se desde seus processos de subjetivação. Conforme a psicanalista Neusa Santos Souza (2021) em *Tornar-se Negro*, trabalho publicado originalmente em 1983, o ideal do eu¹¹² de mulheres e homens negros é o ser branco; ou seja, para ascender social e simbolicamente em sociedade racista como a nacional, seria necessário rejeitar tudo aquilo que está associado à estética, à cultura e à ancestralidade negras e mesmo buscar estabelecer relacionamentos afetivo-sexuais e de amizade apenas com pessoas brancas¹¹³, pois contrariamente aos EUA, onde prevalece a regra de “uma gota de sangue”, no Brasil o embranquecimento seria a possibilidade ligada aos ganhos econômicos somados à

de instrumentos legais que os equivalem a legítima defesa, justificando essa que quase sempre leva os casos à arquivamento (Auto de Resistência, 2019).

¹¹²O ideal do eu, na teoria freudiana, corresponde à função do super eu com a qual o eu se compara e cuja materialização procura alcançar através de processo de aperfeiçoamento contínuo (Freud, 2014).

¹¹³ A autora tirou suas conclusões de entrevistas com dez pessoas negras – de ambos os gêneros – que se encontravam em processo de mobilidade econômica e social na cidade do Rio de Janeiro. Logo, trata-se de indivíduos negros então pertencentes aos estratos médios (Souza, 2021), recorte de pesquisa que remete a trabalho anterior: a dissertação sociológica da psicanalista Virginia Bicudo na década de 1940, que, na cidade de São Paulo, também fizera observações baseadas em relatos de pessoas racializadas que conquistaram posições de destaque (Bicudo, 2010).

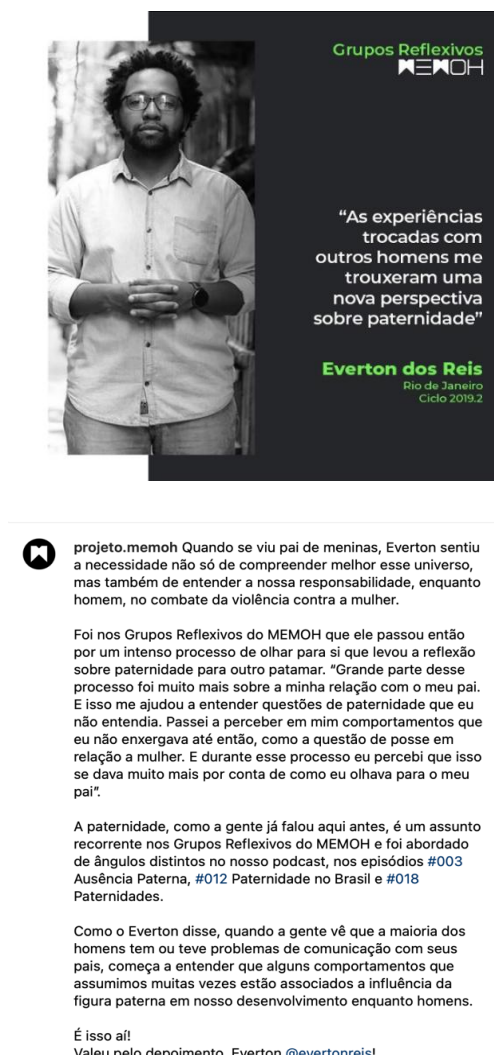
incorporação de *habitus* associado às elites tradicionais (Almeida, 2018). Essa imposição resultaria em psicopatologia específica à qual só poderia ser superada com a construção de referenciais próprios e não alheios, eurocêtricos (Souza, 2021). Uma paternidade aquilombada, portanto, pode ser entendida como parte desse processo de afirmação de um ego negro, impulsionado pela retórica antirracista, a qual tem sido difundida nas ações e imagens da organização.

4.2.2 Projeto MEMOH

Como segunda organização analisada dentre o conjunto das pesquisadas nesta investigação sociológica, o MEMOH tem atuado, predominantemente, por meio dos grupos reflexivos, cuja metodologia de domínio público tem sido apropriada por iniciativas relativas ao masculino no Brasil, as quais não necessariamente possuem relação institucional com o projeto (assim autointitulado de maneira a denotar maior efemeridade, fluidez e inventividade das ações – contraponto a ideia de instituto, eivada de formalidade). Dentre as questões trabalhadas pelos grupos reflexivos da organização está a paternidade, prática social que atravessa as masculinidades e que, em diferentes momentos, é tematizada em *lives*, reuniões entre os participantes e publicações com intuito de comunicação das pautas organizacionais.

Dada à densidade reduzida das postagens na página, com protagonismo da publicidade de eventos do projeto que podem ou não ocorrer no próprio *Instagram*, selecionei quatro momentos (dois dos quais se desdobram em mais de um post) em que imagens circulantes aos seguidores comunicam o tema das paternidades, todas elas explorando o tema do ser pai imbricado ao tema do ser negro. Isso não indica que a abordagem da parentalidade (quando, por exemplo, em uma transmissão) foi discutida tendo referência apenas os problemas dos homens negros; em um dos podcasts do MEMOH (de 4 de outubro de 2019) sobre o tema, por exemplo, é possível ter acesso a diálogo em que há reflexividade mais universalista acerca da diáde masculinidades-paternidades, tendo em vista questões comuns ao conjunto dos homens. Porém, é preciso observar que, pela composição dos participantes do MEMOH, identificada por imagens, há evidente protagonismo dos homens negros – alguns deles pais – na realização das rodas de conversa. Abaixo segue a primeira imagem selecionada, a qual foi publicada no ano de 2020, como parte da divulgação dos grupos reflexivos de gênero e masculinidades.

Figura 17- Uma nova perspectiva sobre paternidade



Fonte: MEMOH (2020)

O lado esquerdo da imagem apresenta uma foto em preto e branco de Everton dos Reis, um homem negro de expressão séria, óculos de armação escura e cabelos crespos. Ele veste uma camisa social casual com as mangas dobradas e está posicionado em ambiente externo, com desfoque no fundo, sugerindo uma rua ou espaço urbano. A imagem é composta inteiramente por texto com informações sobre a trajetória de Everton dos Reis e seu aprendizado nos Grupos Reflexivos do MEMOH. No canto superior esquerdo, o logotipo do MEMOH é destacado em preto e branco. A narrativa explica como a experiência de ser pai de meninas levou Everton a refletir sobre seu papel como homem e pai, além de compreender sua responsabilidade no combate à violência contra

a mulher. A mensagem também destaca o papel dos Grupos Reflexivos em abordar temas como ausência paterna e paternidade no Brasil.

A conjunção entre imagem e texto comunica o impacto positivo dos Grupos Reflexivos do Projeto MEMOH na vida de homens, enfatizando a transformação de perspectivas sobre paternidade por meio de trocas de experiências com outros homens. Ademais, as figuras reforçam a importância de espaços de diálogo e aprendizado coletivo, a exemplo dos grupos de homens, para repensar masculinidades. O texto, em específico, opera como extensão da fotografia contextualizando o depoimento de Everton em panorama de transformação pessoal e aprendizado coletivo.

Ambas as imagens, assim como as demais publicações do Projeto MEMOH apresentadas nessa seção, constituem a narrativa que questiona as expectativas tradicionais sobre os papéis masculinos na sociedade, especialmente no que diz respeito à paternidade e à interação com outros homens. Sociologicamente, elas dialogam com a ideia de que a masculinidade tradicional é muitas vezes construída com base em valores não mais cabíveis para os movimentos que buscam homens mais empáticos e conectados com demandas por transformação social, os quais dão vazão aos seus discursos especialmente por meio dos grupos reflexivos.

No depoimento que acompanha a publicação (conjunção texto-imagem), Everton, autor da frase publicada na imagem junto à sua fotografia, discorre que o novo olhar que adquiriu sobre os cuidados com os filhos e a relação com sua companheira representa ruptura com paradigmas ligados à sua relação com o pai. A figura do *pater familias* é projetada como espécie de fantasma que perpassa os comportamentos masculinos ao longo da vida. Afinal, as incompletudes do pai com relação a parentalidade mítica contribuiriam para infligir aspectos negativos aos indivíduos, como a visão da mulher enquanto propriedade. Essas práticas, atreladas a rol cultural patriarcal, são percebidas não como resultantes esperadas da construção social do masculino, mas como anomalias do ser e estar no mundo enquanto homem. A concepção que subjaz aqui é a de que as masculinidades ideais seriam necessariamente positivas, e não atreladas a violência que se relaciona a afirmação da virilidade. São, portanto, as paternidades – sob enquadramentos cisgênero e heterossexuais – produtoras de angústia quando estabelecidas vivências masculinas problemáticas.

Desde a análise, é possível pontuar que, na contemporaneidade, um dos principais motivos de recorrência às terapias *psi* tem sido o choque percebido por pacientes entre o

retrato de família burguesa instituída como aceitável e as organizações familiares às quais as pessoas integram em suas trajetórias (Kehl, 2003). Frente a essa questão, quando se percebe que não é possível o alcance da felicidade como produto das práticas sociais postas, explodem conflitos, não necessariamente solúveis. O movimento das paternidades tem sido similar, a partir do momento em que existe reivindicação de homens, em grupos a exemplo dos promovidos pelo MEMOH, para superarem os traumas da ausência do pai (com suas peculiaridades raciais) e reconstruírem suas próprias ações parentais. O desejo da mudança emerge com a compreensão de que se é um pai afastado do *pater* das narrativas míticas, estruturado por laços de afeto e atenção a/os sua/eus filhas/os. Para atravessar essas incongruências, as masculinidades acabam sendo alvo de desestabilização.

Na tríade de imagens selecionada a seguir, tem-se a divulgação de gravação de roda de conversa *online* (construída igualmente para podcast) realizada entre membros protagonistas do projeto, e que abordara o tema do ressentimento entre pais e filhos. Na imagem é possível observar quatro homens negros, em ambos os enquadramentos (primeira e segunda partes), atores que trazem olhar outro não apenas das masculinidades, mas de como essa se manifesta prejudicialmente sobre as parentalidades racializadas. Importa destacar que o referido evento foi realizado em agosto de 2023, contexto de mês dos pais, nos quais as organizações costumam intensificar as atividades relativas ao tema. Os posts, ao serem clicados na página oficial, dão acesso a trechos em vídeo das conversas, que foram ao mesmo tempo terapêuticas e políticas, interconectando a esfera macrossocial, assentada na figura do pai ausente, com os dilemas individuais dos participantes.

Figura 18 - "Falar de paternidades é um lugar de dor"¹¹⁴



_podcast



roda de
conversa



**RESENTIMENTOS ENTRE
PAIS E FILHOS**

[PARTE 1]

Ouçá agora: link na bio

¹¹⁴ Para preservação da identidade dos participantes da roda de conversa e sua não autorização para circulação nesse trabalho (contrariamente aos materiais de cunho publicitário que se pressupõem públicos), foram ocultados os seus rostos.



Fonte: MEMOH (2023)

A imagem principal – e que chama atenção de imediato – é composta por um fundo preto com texto destacado em verde fluorescente e branco. A frase em verde diz: "Falar de paternidades é um lugar de dor". Abaixo, em branco, aparece o complemento: "O ressentimento entre pais e filhos". Há também linhas diagonais brancas que cortam o design, contribuindo para o estilo minimalista.

Para compreender a *live* retratada em imagem é preciso mobilizar a noção de ressentimento, nuclear para a discussão dos participantes. O ressentimento é comumente associado à raiva que não consegue ter vazão entre o sujeito ressentido e o objeto produtor desse afeto. Para a psicanalista Maria Rita Kehl, o ressentimento estaria associado à ruminação, na qual o indivíduo passa a transferir ao outro a responsabilidade por seu sofrimento, sem, contudo, lutar em prol da resolução dos dilemas que o afligem. Logo, ressentir-se seria, antes de tudo, ato de covardia (Kehl, 2020). Esse continuum de ocultação, típico do ressentimento, faz com que os homens, socializados pelo silenciamento emocional, não compartilhem suas inquietações com relação ao distanciamento afetivo e mesmo as violações produzidas pelos pais. Dá-se origem, por conseguinte, a ciclo vicioso, que tende a se reproduzir nas práticas parentais de homens que atravessaram o ciclo de “frieza” pai-filho.

O contexto de pandemia de covid 19, marcado pela transição das atividades organizacionais para a arena virtual, foi também cenário de expansão do debate sobre questões de gênero na esfera pública. O entrecruzamento entre essa emergência da discussão e a crise sanitária manteve, contudo, uma série de questões prévias na ordem

do dia, dentre as quais problemas da paternidade e dos arranjos familiares, cujos conflitos foram acentuados em situação de isolamento social. A realização de eventos voltados à discussão do tema à época, portanto, demonstra a continuidade do foco na parentalidade em situação adversa e ao mesmo tempo alinhamento a uma questão crucial (relação pais-filhos) diante do agravamento das condições pandêmicas de vida.

A centralidade do debate sobre paternidade no campo das masculinidades expõe considerações particulares. Se o abandono documental (ausência de registro na certidão do pai; desconhecimento do genitor) é um fenômeno concentrado nas camadas populares (e negras), o abandono afetivo está presente em todos os segmentos sociais. A socialização/subjetivação dos homens para o não cuidado, além de produzir homens disfuncionais na arena doméstica, constitui pais que não criam vínculos emocionais com seus filhos. Nas classes médias, essa modalidade de paternidade não afetiva acaba por restringir a figura do pai àquele que provê a família financeiramente. O suposto amor paterno, portanto, manifestar-se-ia na manutenção das condições materiais da vida. Embora importante, a relação pai-filho mediada pela provisão também produz sofrimento psíquico, sendo essa uma das principais questões de debate nos grupos masculinos classificados como terapêuticos (Silva Filho, 2021). Essa angústia, raiz de ressentimento, é retomada, por sua vez, nos grupos reflexivos da presente organização.

A *live*/podcast acima retratada, como formato de transmissão de conteúdo, tem duas finalidades principais para o projeto MEMOH: simular ambiente de debates que se assemelha ao dos grupos reflexivos promovidos a partir da metodologia da organização e trabalhar publicamente os eixos que são de preocupação da organização quando o objetivo é a superação das masculinidades hegemônicas como vias únicas de ser homem: algo que se explicita na diversidade dos membros, não apenas racial, mas de orientação sexual, presente também nos episódios do podcast inaugurado em 2019, o qual mescla discussões sobre masculinidades hétero, bi, gay, *trans*, branca, negra etc. sem necessariamente segmentar os convidados por gravação. Com base nessa sensibilidade, a paternidade é pluralizada, mas sem excluir o fato de que homens diversos também vivenciam angústias semelhantes na sua relação com os respectivos pais.

Neste e nos outros dois casos analisados, o diálogo sobre paternidades não é um fim em si. Falar sobre o ser pai como questão chave para as masculinidades implica promover ações que sejam ou propositivas ou prescritivas. O dever ser como *modus operandi* ingressa no palco. Nas políticas não governamentais das masculinidades,

localizadas no mercado e na sociedade civil, este processo é baseado em chamados para a prática que se conectam com a busca pela mudança de conduta dos homens que procuram os grupos promovidos, impelidos por inquietações do cotidiano. Logo, não basta falar que é homem em processo de mudança; é necessário compartilhar com seus pares quais mudanças efetivamente ocorreram no curso da reflexividade e que estão sendo colocadas em ação. Na próxima imagem, divulgação de outra roda de conversa, é expresso que o tema do cuidado sai do terreno da subjetividade e a palavra “prática” é mencionada. O diálogo passa do terreno das introspecções que incomodam para a atividade que move sujeitos masculinos sob “recuperação”, acoplando seu engajamento em práticas de atenção a si e aos demais.

Figura 19 - Naturalizando o Cuidado com a Prática



Fonte: MEMOH (2023)

A imagem é apresentada em um formato gráfico com fundo preto, detalhes em verde e uma foto centralizada em preto e branco. A composição segue um design minimalista, com elementos modernos. O retrato preto e branco mostra um homem usando óculos de armação escura, barba cheia e expressão séria. Ele veste uma blusa clara e participa de uma conversa ou gravação. "Naturalizando o Cuidado com a Prática" está em destaque na parte inferior, indicando o tema central da conversa. "EP02 do Roda de Conversa" indica que este é o segundo episódio de uma série.

A imagem, que reitera o protagonismo das masculinidades negras desde a associação da figura de um pesquisador preto à divulgação de uma roda de conversa sobre

cuidados, soma com os eventos realizados em 2023 pelo projeto, em complemento às suas atividades, enfatizando a necessidade de construir outra masculinidade desde o cuidado com terceiros e o autocuidado.

O evento divulgado e destacado com o título "Naturalizando o Cuidado com a Prática", insere-se em debate sociológico e político contemporâneo sobre o cuidado como prática que pode e deve ser aprendida culturalmente por homens e mulheres. Tradicionalmente, no contexto patriarcal, o cuidado não é uma função masculina. A roda, ao propor problematizar o papel do homem como figura cuidadora, desafia essas normas tradicionais, promovendo visão inclusiva sobre quem pode e deve cuidar. Tal deslocamento social se situa em esforço para desconstruir papéis de gênero fixos e instituir novas narrativas sobre a masculinidade.

A ênfase no "cuidado" em eventos sobre masculinidades, a exemplo da roda divulgada, remete à crítica das desigualdades na divisão de trabalho reprodutivo (não remunerado), amplamente debatida por sociólogas feministas como Helena Hirata e Danièle Kergoat. Tanto a postagem quanto o evento em si propõem naturalizar o cuidado como prática compartilhada, o que sugere que esse público pode e deve assumir mais responsabilidades nesse campo. Isso pode representar avanço ao desafiar lógica que perpetua a sobrecarga feminina.

Mais uma vez um homem negro (no caso o convidado, sociólogo especialista no tema das masculinidades negras) protagoniza a discussão publicizada na página oficial; debate que é fundamento para a ressignificação de gênero ambicionada por homens em geral, e negros em particular, comprimidos por aspectos das masculinidades hegemônicas. A transição de sujeito para sujeito-objeto é movimento que passa pelo fim da inação dos homens quanto às responsabilidades que compõem a reprodução social. Não basta ser cuidado, é preciso cuidar. É nessa linha que no *post* anterior, que divulga os nomeados grupos reflexivos do projeto, é marcada a frase de um dos participantes do ciclo, que diz: "As experiências trocadas com outros homens me trouxeram uma nova perspectiva sobre paternidade". As outras possibilidades de paternidades buscadas, entretanto, caracterizam-se pela similaridade com a normalidade das maternidades em vigência. Ou seja, em ótica crítica, o pai idealizado em muito se aproxima do que seria uma mãe socialmente comum.

Nesta linha, na imagem abaixo, publicada na página oficial no ano de 2023, a tematização das paternidades se dá através da figura de uma mulher-mãe negra e sua filha.

No Brasil, a figura da mãe solteira aparece nos discursos moralistas desde o século XVI, na medida em que, ao contrário das maternidades, as paternidades jamais figuraram como compulsórias em nossa cultura. O abandono dos filhos pelos pais é um componente histórico de nossa sociedade (Del Priore, 2008). Atualmente, a mãe solteira, figura produtora de “filhos desajustados”¹¹⁵, concentra-se nas periferias do país, sendo em geral mulher negra, a qual não goza do apoio do companheiro/pai, muitas vezes também negro.

Figura 20 - O real significado de 'pãe'



projeto.memoh Neste Dia das Mães, o MEMOH te convida a refletir o por quê não devemos idealizar esse termo “pãe” que vemos tanto por aí no Brasil.

Você, com certeza, já escutou coisas como: “minha mãe foi mãe e pai ao mesmo tempo” ou “nunca precisei de um pai, tive minha mãe”. Reconhecer e enaltecer o esforço que nossas mães fizeram para nos cuidar não tem nada de errado, mas você sabe qual o problema dessas frases?

Ausência. Sim, mães só vão conseguir exercer a maternidade sem se sobrecarregarem, quando nós, homens, nos tornarmos presentes e dispostos a cuidar de igual pra igual com elas. Assim como é necessário toda a sociedade valorizar verdadeiramente o trabalho e atividades relacionadas ao cuidado.

Mulheres já chefiam mais de metade dos lares brasileiros. O número de lares chefiados por mães solo explodiu e explica boa parte do cenário atual, segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Como disse a socióloga Milena do Carmo, “as mulheres foram às ruas, mas os homens não voltaram para casa”.

Para todas as “pães” agradecemos o cuidado e lamentamos a sobrecarga. Já para todos nós, homens, trazemos uma questão: Qual o seu papel em sua família? Ele também é de cuidado? O que você tá fazendo para evitar que a mulher do seu lado não fique sobrecarregada?

¹¹⁵ Referência a declaração concedida pelo ex-vice presidente Hamilton Mourão, atualmente senador da República pelo estado do Rio Grande do Sul, na campanha eleitoral de 2018.

Fonte: MEMOH (2023)

A imagem central da postagem é composta por fundo verde com uma foto central em preto e branco de uma mulher sorrindo enquanto segura e abraça uma criança. Ambas estão em momento de afeto e alegria. No canto superior esquerdo, aparece o texto "memoh.com.br" em preto. O título principal diz: "O real significado de 'pãe'", com a palavra "pãe" destacada em negrito. Há elementos gráficos como linhas e círculos que complementam o design.

Segue-se com o texto explicativo do Projeto MEMOH abordando o significado do termo "pãe" e os desafios enfrentados por mães em contextos de ausência paterna. Ele convida à reflexão sobre a idealização do termo e discute a sobrecarga que muitas mães enfrentam, destacando dados como a alta porcentagem de lares chefiados por mulheres no Brasil. Também menciona a necessidade de maior envolvimento dos homens nas responsabilidades familiares e sociais.

A imagem faz o resgate do tema da função paterna, dessa vez encarnada em corpo feminino. O post visa discutir a ideia de "pãe", noção popular para se referir a mães solteiras que, além de prover os cuidados das crianças, são responsáveis por garantir o sustento dessas e exercer o papel de "chefes do lar". Ou seja, exerceriam os papéis tradicionais do masculino e do feminino, fazendo as vezes do pater famílias naqueles espaços onde falta um homem que os incorpore. O significado do post relaciona-se à exploração do tema da maternidade e da ausência de figuras paternas engajadas. Logo, há um chamado para importância de dividir responsabilidades familiares.

A mobilização da figura da "pãe" é reflexo da realidade cultural brasileira, onde a ausência paterna permanece sendo normalizada e as mães seguem sobrecarregadas com responsabilidades desproporcionais. Ao mesmo tempo, a imagem acompanhada de problematização em texto é um chamado à ação, o qual busca conscientizar e incentivar mudanças estruturais que promovam uma divisão mais equitativa das responsabilidades parentais. O Projeto MEMOH usa essa imagem para dar visibilidade a um tema que desafiam a sociedade a repensar seus valores e práticas familiares, dada à reprodução de negligências parentais de forma intergeracional.

A publicação da organização não procura glorificar a existência das "pães", mas apontar a união das funções paterna e materna, assim historicamente concebidas, como exaustivas para as mulheres que estão nesse lugar, o qual se constrói desde a não responsabilização dos homens os quais estiveram envolvidos em relações afetivo-sexuais

com essas. O signo “pãe” pode ser acompanhado de fenômenos como: abandono do lar, não pagamento da pensão alimentícia, violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes; e mesmo negligência de afetos e cuidados por parte do homem-pai. O post da organização aponta que 50,9% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, dado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2023)¹¹⁶. Se a consequência desse panorama é a precarização da vida das mulheres-mães, a causa se encontra nas normas sociais de gênero que não promovem a corresponsabilização parental.

Com base na análise da imagem, é possível pontuar que a maternidade como dom é lida enquanto parte da natureza. Ser mãe seria uma tarefa de amor incondicional, marcada pela doação irrestrita. Logo, é pela maternidade que o cuidado não remunerado atinge seu ápice. Elisabeth Badinter em seu estudo clássico *Um Amor Conquistado O Mito do Amor Materno*, publicado originalmente em 1980, argumenta que o instinto materno, hoje dado como elemento comum das práticas parentais, é uma construção estabelecida desde o fim do século XVIII nas sociedades ocidentais. Tomando o caso da França como referência, a filósofa atesta que antes desse momento a proximidade mãe-filho não era ambicionada pelas genitoras. Era frequente que, logo ao nascerem, as crianças fossem entregues a amas mercenárias como forma de desresponsabilizar os pais biológicos do cuidado. Entre as mulheres dos meios aristocráticos essa entrega era celebrada como maneira de evitar a perda de tempo com os bebês e de abraçar as possibilidades de dedicação aos maneirismos sociais (Badinter, 1985).

O processo de entrega das crianças fomentava os já altos índices de mortalidade infantil da época, tendo em vista que as amas mercenárias, responsáveis por grande quantidade de crianças enviadas por famílias de diferentes classes sociais, não protegiam adequadamente os bebês, provendo a alimentação e a higiene dos rebentos de maneira precária. Ainda que o fato do risco de vida para os pequenos fosse conhecido, a prática de “doação” das crianças permanecia rotineira e a morte ou não retorno dessas, longe de despertar luto e/ou angústia, acabava sendo incorporado com alívio pelas famílias doadoras (Badinter, 1985). O instinto materno, portanto, teve que ser produzido discursivamente para chegarmos ao ponto de as mães desejarem ter junto de si os seus filhos. Esse processo de construção do amor de mãe como o “amor supremo” ajudou a compor reordenamento de gênero no qual a maternidade deixou de ser atividade

¹¹⁶ Esse número alcançou 51,7% dos lares no ano de 2023

dispensável para tornar-se compulsória; além disso, integrou esforço demográfico dos estados europeus para estabilizar as taxas de crescimento de suas populações. O êxito dessa transição foi concomitante à normatização da configuração familiar patriarcal e vitoriana como a considerada normal. Com o instinto materno naturalizado, a criança também passou a ser protagonista da vida entre familiares; digna de toda a atenção (Áries, 1981; Badinter, 1985).

Badinter argumenta que quando ocorria o retorno das crianças após sua estada com as amas essas eram lidas como estranhas por seus pais. A proximidade mãe-filha/o ou pai-filha/o era então inexistente e forçava os responsáveis a buscar o casamento de suas “crias” o mais cedo possível, como forma de livrar-se dessas. Participavam desse afastamento tanto o homem quanto a mulher, e muitas vezes mais afirmativamente a mãe, o que contraria noção corrente contemporânea da maternidade como ligada ao desejo de posse dos filhos. Parentalidade e incômodo, nesse contexto, são espécies de sinônimos. Saindo da sociedade branca, pode-se dizer que esta possibilidade de escolher ou não doar os filhos, contudo, não era concedida às pessoas negras escravizadas das colônias europeias no mesmo período, na medida em que a prole reproduzida pelas mulheres negras era automaticamente considerada propriedade do senhor; ou seja, forma de perpetuar a sua força de trabalho (Bento, 2024). Logo, as condições para o exercício da parentalidade eram diferenciadas conforme o estatuto de humanidade.

Diante desse quadro histórico, compreendo que, assim como o mito do amor materno, há também um ideal da paternidade negra em constituição, a qual perpassa pela sua vinculação amorosa, cuidadosa e provedora à sua família, especialmente a seus filhos e filhas, o que ajuda a elementos tradicionais vinculados à figura do pai negro, como: ausência e abandono. Historicamente, em perspectiva ampliada sobre o ato parental, o lugar do pai fora o da autoridade sobre a mulher e os filhos; porém, mais recentemente esse lugar tem se deslocado para a arena do cuidado e auto-cuidado. Entretanto, mantém-se o ideal patriarcal que gera expectativa do reconhecimento do pai como legitimador das subjetividades. Dentro dessa lógica do amor natural esperado, a ausência da figura paterna passa a ser produtora de sofrimento. Afinal, diz o filho: o que eu fiz para merecer essa negação? A resposta possível a essa pergunta: ser um homem negro.

4.2.3 Instituto PDH

No que diz respeito à abordagem da temática das paternidades, o Instituto Papo de Homem, cuja focalização se dá sobre a produção de conteúdos sociais para corporações, tem, tal qual nos outros dois casos estudados, optado por conjunto de imagens sobre o ser pai que o entrecruza com o ser negro. Logo, no conjunto dos casos sob investigação, é possível identificar regularidade sociológica das práticas institucionais, especialmente no referente ao modo como a publicidade se materializa. Isso não exclui o fato de que paternidades outras (incluso brancas e cis heteronormativas) são mobilizadas para realização do debate; porém, é evidente ao seguidor do perfil oficial que as postagens selecionadas entre os anos de 2020 a 2024 tem privilegiado olhar interseccional, sem sobreposição de marcadores sociais da diferença por outros, mas baseadas na evidenciação de ambas as problemáticas que vitimam pessoas negras no país: a racial e a de gênero. Em menor medida, a problemática de classe social também é exposta, embora as representações interseccionais predominantes sejam as de famílias negras das classes médias.

Na primeira imagem selecionada, de 18 de agosto de 2020, é ressaltado – sob inscrição da temática –, o abraço de outro pai negro com seu filho e em cena cujo fundo se assemelha a uma praia, evidenciando o caráter não genético da paternidade. Se o “ser homem” é antes de tudo eivado de normas sociais de gênero, o ser pai é eivado de normas sociais de parentesco que reduzem a paternidade ao terreno do biológico, o que entra em choque com a existência de várias formas de sê-lo que escapam a esse esquadrinhamento. A supramencionada encarnação corporal múltipla da função paterna possibilita centralizar o papel do cuidado na constituição de laços filiais pai-filho. O homem-pai biológico que não se aproxima da criança/adolescente em momentos cruciais do seu desenvolvimento dá lugar ao sujeito sob negação – aquele que nunca fora verdadeiro “pai”, mas apenas responsável inicial pela procriação, não se implicando naquilo que concerne a paternidade como atividade social. Esse *locus* do *pater* permanecerá vazio ou poderá ser ocupado por outro homem, mulher ou terceiro comprometido com a vinculação ao indivíduo que necessita constituir-se como sujeito.

Figura 21 - Pai é quem cria



Fonte: Papo de Homem (2020)

No post acima, um homem carrega uma criança pequena no colo, de costas para a câmera. A criança, com pele morena e cabelos cacheados, repousa a cabeça no ombro do homem em um gesto que transmite carinho e confiança. Ela tem uma expressão tranquila, com os olhos semiabertos, demonstrando conforto e proximidade emocional. O homem, parcialmente visível, tem a pele morena e está sem camisa, o que reforça a sensação de contato direto e naturalidade. Seu gesto, segurando a criança com firmeza e delicadeza, destaca a relação de cuidado e acolhimento. Na parte inferior, sobre uma faixa verde clara, está escrito: "PAI É QUEM CRIA" Logo abaixo, em letras menores, lê-se: "A paternidade muito além da árvore genealógica." No canto superior direito, há o logotipo com o texto "Pai 2023".

Ainda que o lugar do homem negro civilizado, humanizado, neoliberal seja o lugar do pai, espelhando-se em um pai branco, em relações heterossexuais e uma família nuclear burguesa, existe a chave da negação da paternidade biológica/genética como única forma de filiação parental, presente na imagem, a qual opera a celebração da paternidade como ato de amor e responsabilidade, independentemente de laços genéticos. A publicação enfatiza que ser pai é estar presente, oferecer cuidado e criar um ambiente seguro e amoroso para a criança, fato considerado mais valioso do que a legitimidade socialmente atribuída aos filhos de “sangue” em prejuízo de demais formas de vinculação paterna.

O contexto cultural da publicação é o mesmo atrelado às demais imagens do PDH analisadas; são tentativas de evocar mudanças na forma como percebemos e valorizamos o papel dos pais, ampliando o entendimento do que significa ser pai em sociedades cada vez mais diversas e inclusivas. Na publicação em questão, além da referência às paternidades outras que não passam pela filiação genética originária, há referência às paternidades negras, desde a escolha reiterada de homem negro com bebê no colo para mobilizar a discussão do tema em questão.

A diversificação de valor para outros arranjos familiares e outras modalidades de paternidade é especialmente importante em um cenário global no qual a diversidade de famílias — incluindo famílias adotivas, homoafetivas e monoparentais — é cada vez mais reconhecida do ponto de vista jurídico e social. Nesse sentido, falar de outros caminhos para ocupação da função paterna ajuda a desmistificar a ideia de que a família nuclear heterossexual gestada desde laços genéticos e sanguíneos deve ser a modalidade ambicionada pela totalidade dos atores sociais.

O homem que se vincula posteriormente ao nascimento da criança, sem relações genéticas com essa, pode ser nomeado como “pai de criação”, termo que se faz presente no texto do post acima, utilizado para divulgação do evento Pai 2020, palco para “desafios das paternidades, tudo no plural, porque ser pai é muito plural e vai muito além da transmissão de genes” (Papo de Homem, 2020). Novamente, publicação do evento fora postada no Mês dos Pais, como parte da ação do PDH e outras organizações em pautar o debate sobre o “ser pai” – com suas diversidades – em momentos nos quais já são esperadas campanhas publicitárias acerca da questão, voltadas para o incentivo ao consumo da população, tendo em vista o fomento a ritos de entrega de presentes por parte de filhas/os/es no segundo Domingo de Agosto, dia mercadológico estratégico por permitir maior reunião das famílias.

Diante destas adaptações da paternidade atualmente, é possível afirmar, com base no psicanalista francês Jacques Lacan (2005), que o fenômeno da filiação paterna é estabelecido por meio do uso da linguagem. Assim como a diferença sexual, a paternidade se instaura pelo discurso (Ambra, 2021). O pai, marcado por sentimentos e obrigações, não é elemento pertencente à natureza, embora seu papel estabelecido previamente pela reprodução componha o rol das espécies. Logo, falar em “função paterna” não necessariamente desemboca no exercício desta pelo pai biológico, na medida em que é predominantemente simbólica. Pais adotivos, mães solteiras, pais homossexuais, tios,

entre outros/as, podem cumpri-la na estrutura patriarcal. Logo, é possível ver como, mesmo na ausência de um pai convencional - homem heterossexual que reconhece o seu filho, em geral decorrente de casamento com mulher heterossexual -, se mantêm vivos o exercício e a sensação da paternidade frente a reconfiguração dos modelos familiares (Pinho, 2020; Roudinesco, 2003).

O *pater* é, dessa forma, estabelecido como centro da vida familiar, sob o qual circundam os demais membros; se não está presente, se faz, por meio das práticas tradicionais da filiação, as quais perpetuam os laços familiares como vínculos de obrigação e reciprocidade, a despeito das relações efetivamente estabelecidas, as quais podem passar ao largo do ideal do amor, construído pela afirmação do puro sentimento e a negação de seu caráter social (Moschkovich, 2022). Frente a isso, é ficcional a sinonímia entre as articulações familiares com espaços de acolhimento e segurança que se projetam contra o mundo externo ameaçador (cuja presença é a do outro que está fora do parentesco). As relações, familiares ou não, se constroem a partir de práticas de troca e recepção entre os agentes localizados na interação; e o valor positivo que possa ser atribuída a essas não é intrínseco, mas resultante dos gestos intersubjetivos operados.

A próxima imagem selecionada, cujo enquadramento corresponde a um homem-pai negro com filho sentado em seus ombros, concerne à publicação cujo clique também conduz a vídeo, na sintonia das anteriores. Na gravação, postada em 6 de agosto de 2021, o pai em foco fala do significado de ser pai por inteiro, o que não corresponderia a saber apenas o nome do filho. Pressupõe-se que esse deve estar envolvido na vida da criança em meandros ligados ao seu bem-estar integral, na toada das palavras de usuária que comentara o post de modo a complementar o vídeo:

Ser pai é: saber quais vacinas tomou e quais tomará, qual o tamanho da fralda que está usando, quando será a próxima consulta no pediatra, quais dificuldades está tendo na escola, qual comida favorita, qual a dosagem dos remédios e etc. Porque só passar tempo juntos não resolve muita coisa. E para aqueles homens que não vivem com as mães dos filhos, parem de se colocar como vítimas porque mais cansada que uma mãe não existe outro ser humano. (Comentário de leitora, 06/08/2021)

O vídeo marcado pela hashtag #PaiporInteiro compôs a campanha Paternidade Responsável do Ministério Público da Bahia e fora replicado pelo PDH de forma a divulgar o projeto no contexto da pandemia de covid 19. Da mesma forma que os demais *posts*, e contrariamente as campanhas institucionais, surge imagem menos produzida e

mais sintonizada a uma realidade vivida pelos participantes da cena. Algo que também se expressa na espontaneidade dos ambientes focalizados.

Figura 22 - Postagem do PDH na rede social Instagram



Fonte: Papo de Homem (2021)

A imagem apresenta um momento descontraído entre um pai e seu filho. O homem, que está sorrindo levemente, carrega a criança nos ombros. Ele tem barba cheia e cabelos curtos e crespos, e veste uma camisa verde. Seu olhar é direto para a câmera, transmitindo um ar de tranquilidade e alegria. A criança, que está sobre seus ombros, parece estar interagindo com algo fora da câmera. Ela veste um casaco azul e segura um objeto vermelho, possivelmente uma caneta ou marcador. Suas pernas estão visíveis e cobertas por uma calça preta com estampas de raios amarelo. Ao fundo, o ambiente é simples, com o teto de telhas onduladas e uma parede em tons neutros, possivelmente em um espaço externo ou varanda.

Aparentemente simples e sem profundidade, a cena do post transmite sensação de intimidade, diversão e companheirismo, destacando a importância de momentos cotidianos na construção do relacionamento entre pai e filho, incluso pela via do lazer. Desde essa conexão genuína, é possível celebrar a importância dos pequenos momentos que constroem os relacionamentos familiares. A publicação, nesse sentido, comunica a ideia de que paternidade vai além de prover sustento; é sobre afeto e o fortalecimento emocional da criança, especialmente no estágio da primeira infância.

O enquadramento de vídeo da campanha do MP-BA está alinhado a uma redefinição da representação de pessoas negras na publicidade governamental no último

período. No caso acima, há o encontro dessa com as redefinições de gênero, a partir da problematização da relação entre masculinidades e cuidado que se vale do protagonismo de um pai negro com sua criança negra apoiada nos ombros. Representações positivas de paternidade negra são especialmente importantes em um contexto histórico e sociológico em que, por muito tempo, essas famílias foram estigmatizadas por narrativas racistas que associam homens negros a ausência ou distanciamento familiar.

Em contexto estadual cuja marca é a presença de pessoas negras, houve, no vídeo que é enquadrado pela publicação – centralizada na imagem de homem negro com uma criança negra –, esforço de entrecruzar representações da paternidade com representações raciais majoritárias, convocando os sujeitos masculinos, alcançados pela iniciativa, a engajaram-se no cuidado, na medida em que podem crescer, brincar e se fazer presentes na vida dos pequenos, contribuindo para o progresso das/os filhas/os e o seu próprio, ao instituir outros marcos de subjetivação, nos quais o masculino não indica necessariamente distanciamento afetivo.

Por sua vez, em publicação de 5 de agosto de 2022 (então mês dos pais), a questão da paternidade fora problematizada com a divulgação do álbum “Mr Morale & The Big Steppers” do rapper estadunidense Kendrick Lamar. A divulgação do post se deu por meio de vídeo (enquadramento abaixo) que discorre sobre as músicas lançadas por Lamar, baseadas na sua experiência enquanto filho e enquanto pai. Em conjunção a essa, outra imagem que trago para o centro da análise é uma postagem de 31 de agosto de 2022, a qual opera como “manual” de criação de um grupo de homens-pais, iniciativa travada pelo PDH também no mês dos pais e que pode ser replicada por outros coletivos masculinos interessados em levar a frente à iniciativa.

Figura 23- Kendrick Lamar e "GUIA PRÁTICO SOBRE COMO CRIAR GRUPO DE PAIS"



Fonte: Papo de Homem (2022)

A imagem mostra cena familiar com quatro pessoas negras em ambiente intimista. No centro, um homem de perfil, com barba e vestindo uma camiseta branca, segura no colo uma criança pequena. A criança olha diretamente para a câmera com uma expressão séria, enquanto o homem parece envolvido na interação com ela. Ao fundo, uma mulher com cabelos cacheados volumosos está sentada em uma cama. Ela segura um bebê no colo e está concentrada na amamentação. A parede é simples, de cor marrom, com alguns detalhes como pedaços de tecido ou manchas brancas. Na parte superior esquerda da imagem, está escrito: "MR. MORALE & THE BIG STEPPERS". Logo abaixo, em letras

brancas grandes: "Kendrick Lamar sobre a relação com seu pai e não saber lidar com as emoções."

A imagem retrata um grupo de homens sentados em círculo, aparentemente participando de uma roda de conversa em um ambiente espaçoso e rústico. O local tem paredes de concreto exposto e cortinas brancas ao fundo. Cada homem está sentado em uma almofada ou diretamente no chão. Na parte inferior da imagem, em letras brancas sobre um fundo verde escuro, lê-se: "GUIA PRÁTICO SOBRE COMO CRIAR GRUPO DE PAIS".

A primeira imagem realiza entrelaçamento de características culturais, emocionais e simbólicas relativas a parentalidade. Trata-se de retrato que explora imageticamente os temas de paternidade, masculinidade, vulnerabilidade emocional e relações familiares, especialmente no contexto da herança intergeracional de possível ausência paterna. Por sua vez, na segunda imagem, a postura dos participantes indica que eles estão envolvidos em uma dinâmica coletiva, trocando experiências sobre a paternidade enquanto papel social ou enquanto conjunto de atividades práticas do dia a dia na relação com as/os filhas/os. O grupo aparenta incluir homens de diferentes idades, reforçando a noção dos grupos reflexivos como espaços de partilha sobre o tema.

Ambas as imagens estão inseridas em contexto cultural e social de alteração nas práticas de paternagem, de modo a romper com a ausência ou desatenção vivenciada na trajetória desses homens, os quais buscam agora retratar sua função paterna na arte ou refletir acerca dessa experiência em grupos reflexivos. As postagens do PDH, que também possuem caráter informativo, desembocam no enfrentamento aos papéis tradicionais e incentivam os homens a adotarem papéis mais emocionais e presentes. Sociologicamente, os dois posts também destacam as barreiras estruturais que dificultam a almejada transformação e celebram os esforços para superá-las. A imagem é um lembrete de que o cuidado emocional e a situação de vulnerabilidade não são fraquezas, mas ferramentas para romper ciclos de trauma e construir novas trajetórias.

Mais uma vez a ausência paterna vivenciada aparece como justificção para reconstrução das práticas pessoais de parentalidades, visando a tornar-se melhor pai do que o que o seu pai fora. Lamar, artista negro, aparece no enquadramento da publicação segurando seu filho, próximo à esposa que surge em cena segurando um bebê de gênero não identificável. É reiterado, dessa maneira, o protagonismo da família negra nos conteúdos produzidos sobre parentescos/parentalidades; ainda que no caso do Instituto

Papo de Homem – bem como no Instituto Promundo – pais brancos sejam centro de algumas postagens, como no dia 31 de agosto de 2022, quando o PDH abordara a criação de grupos reflexivos para pais, expondo espécie de mini tutorial a respeito desse tipo de iniciativa. Ambas as imagens, portanto, falam sobre como o ser pai não é papel que pode ser simplesmente abandonado, mas deve ser problematizado, inclusive coletivamente, de modo a produzir a renovação dos modelos parentais que tem sido transmitidos de geração em geração.

A criação de grupos reflexivos voltados exclusivamente às paternidades contribui para sistematizar o debate sobre tema que tem protagonizado as preocupações masculinas seja em iniciativas espontâneas ou compulsórias, como os grupos reflexivos com homens autores de violências contra as mulheres, seja em projetos da sociedade civil que inter-relacionam o masculino idealizado ao desenvolvimento de práticas parentais ativas. Parte das políticas das masculinidades – pró e antifeministas – no Brasil e no exterior é pautada pela reunião de homens-pais que ora desejam compartilhar suas inquietações com a criação da/os filha/os ora intencionam contestar supostas injustiças cometidas em processos de divórcio e atribuição da guarda de crianças. Ambos os movimentos ocorrem internamente às configurações tradicionais de família que se veem abaladas com o crescente número de separações – 1 a cada 2 dos matrimônios brasileiros¹¹⁷ no ano de 2022, conforme levantamento do IBGE – além da emergência de dilemas relacionados a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres, aos direitos das crianças e adolescentes, às questões de orientação sexual/identidade de gênero, e a formatos outros de relacionar-se, a exemplo da não monogamia e dos relacionamentos abertos.

A pressão socialmente exercida em torno da família nuclear mítica ocorre em paralelo aos crescentes questionamentos sobre a masculinidade hegemônica e sua influência negativa sobre as trajetórias dos homens. Grupos como os divulgados pelo PDH são parte da tentativa de não contenção desses efeitos, o que mobiliza contingentes masculinos de classe média para repensar o seu papel com relação ao cuidado. Ademais, abordam o ato de paternar conjuntamente a problemas de distanciamento ocasionados pela construção social do ser homem. Essa reflexividade, contudo, não se restringe às problematizações específicas das masculinidades. A paternidade também pode ser evidenciada de forma desvinculada das questões caras ao igualitarismo, baseada no foco

¹¹⁷ Não há especificação se são esses apenas os casamentos heterossexuais ou se estão inclusos nos dados também casamentos homossexuais

na prática cotidiana de filhos com pais (com pouca ou nenhuma exibição das mães), o que acentua o ideário do pai herói. Na rede social *Instagram*, por exemplo, influenciadores e perfis oficiais tem atuado nessa linha, ao privilegiar o dia a dia de pais participativos, sem vinculá-los a variáveis como classe social, raça/etnia e diversidade sexual e de gênero, as quais interferem nas práticas parentais. Por sua vez, o caminho adotado pelas organizações – do ponto de vista discursivo e imagético – tem ido na contramão.

Na próxima imagem, trago outra publicação, de 21 de setembro de 2023, que leva a vídeo quando clicada e cujo protagonismo é de homem negro, coordenador do documentário “O Silêncio dos Homens” e que abordara a questão das paternidades no Evento Pai, promovido pela instituição naquele ano.

Figura 24 - A paternidade é um importante convite ao autocuidado



Fonte: Papo de Homem (2023)

A imagem apresenta o rosto de um homem como foco principal. Trata-se de homem negro que possui cabelos crespos e volumosos que ocupam boa parte da composição da imagem. Sua barba é cheia, cobrindo o queixo e parte do rosto, e ele tem um bigode discreto. Ele usa óculos de armação arredondada e escura, que destacam seus olhos. Sua expressão facial é séria, mas transmite certa tranquilidade, com um olhar direto para a câmera. Ele veste uma camiseta cinza, e uma pequena parte de seu braço tatuado é visível no canto inferior direito da imagem. Sobre a imagem, há um texto em letras brancas grandes que diz: “A paternidade é um importante convite ao autocuidado”,

centralizado na parte inferior. Acima desse texto, em menor tamanho e cor branca, está escrito: “Evento Pai – 2023”, com um pequeno traço azul-claro logo abaixo dessa frase.

O post integra a divulgação do evento Pai – 2023, realizada pelo Instituto PDH, e faz, a partir da legenda inserida, a inter-relação entre paternidade e autocuidado. Na gravação, coadunada com a legenda, o então palestrante discorre a respeito da relação entre ambos os temas (gravação essa que só pode ser acessada se clicada no post original). Pode-se afirmar que o enquadramento possibilita, mais uma vez, a associação de um homem negro com dois eixos temáticos que a esse grupo social são historicamente negados.

No presente contexto, no qual se inclui a emergência das organizações analisadas, a paternidade tem sido repensada em diferentes cenários culturais, especialmente em sociedades que antes associavam a figura paterna exclusivamente ao local da disciplina. A divulgação contida na imagem – acompanhada de vídeo – sugere abordagem mais humanizada e sensível do tema, a qual inclui o autocuidado, a introspecção e o envolvimento emocional. Isso reflete transformações sociais nas quais os homens são incentivados a abraçar suas vulnerabilidades e a investir em sua saúde mental, emocional e física, de modo a tornarem-se figuras paternas mais conscientes.

Frente a um cenário no qual homens adoecem mais e morrem mais cedo do que as mulheres, principalmente homens negros e especialmente por causas evitáveis, o tornar-se pai – não apenas para momentos de lazer com os filhos – implica tornar-se cuidador, comprometido com aspectos relativos à alimentação, à saúde, à educação e ao bem-estar das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Sendo o cuidar do outro atrelado ao cuidar de si, ocorre com o fenômeno da paternidade a possibilidade do duplo ganho, já que os homens aprendem habilidades as quais seriam ausentes em caso de não participação na socialização de terceiros.

Já na próxima imagem, também em formato de recorte audiovisual, abaixo exposta, um pai negro e sua filha se situam em cena de cuidado, na qual o homem ajuda a menina a arrumar seus cabelos cacheados/crespos. Diferentemente de outras publicações já expostas neste capítulo, a interação se dá com a filha e não mais com o filho.

Figura 25- "Algo que parece “sem importância” para você pode fazer toda diferença na vida do seu filho"



Fonte: Papo de Homem (2024)

A imagem retrata cena que evoca ternura na relação pai-filha. Nela, vemos uma criança e um adulto interagindo, sugerindo relação de cuidado e proximidade. A criança é uma menina de pele negra, com cabelos cacheados volumosos. Ela está sentada e parece introspectiva, com o olhar direcionado para baixo. A garota veste uma camisa branca ou bege clara, com gola delicada. Sua expressão facial é séria e contemplativa, reforçando um tom de reflexão na cena. Ao lado, apenas parcialmente visível, está um adulto que ocupa – de forma provável – o papel de pai ou figura paterna. Ele está vestindo uma camisa social azul-claro, e sua mão aparece no centro da imagem, penteando ou ajeitando o cabelo da criança.

A imagem utilizada na publicação opera como *frame* de vídeo exibido ao ser o post clicado, e é selada com a frase “Algo que parece “sem importância” para você pode fazer toda diferença na vida do seu filho”. A frase não apenas faz referência ao gesto do pai em mexer nos cabelos da filha (enquadrado pelo post), o qual exprime ato de cuidado que vem a fortalecer os vínculos da relação parental. Essa mensagem se dá com relação ao contexto do filme cujo trecho está no vídeo: o longa-metragem estadunidense “Paternidade”, que narra a história de homem negro que cria a sua filha sem ajuda da mãe, já falecida. A princípio não relevante, dado o caráter prático da situação retratada, a

colaboração do homem com a menina, ao tornar-se frequente, produz situação de aproximação com o desenvolvimento da criança.

Do ponto de vista contextual, a publicação aponta para a tentativa de redistribuição de papéis no interior das famílias. Em sociedades onde a masculinidade hegemônica ainda predomina, o envolvimento paterno em tarefas cotidianas representa uma ruptura com padrões tradicionais que excluem os homens do cuidado direto com os filhos. O tipo de representação evocada no post também desafia as expectativas sociais de que o cuidado emocional e físico com as crianças seja responsabilidade exclusiva das mães. Ao mostrar um pai envolvido em um ato de cuidado, a imagem normaliza e valoriza o papel ativo dos homens no investimento de tempo e atenção com as crianças, desde a perspectiva do afeto relacional.

O pater como fundamento familiar contribui para a subjetivação não apenas do menino mas também da menina, a qual se situa na tríade familiar nuclear mãe-pai-filha (modelo tradicional), cuja adaptação pode se dar em arranjos como pai-filha, a menina mais os avós, a menina e outros parentes, a menina e outros cuidadores sem relação de parentesco, entre outras configurações. Ressalto o fato de que junto à imagem filha-pai se encontra a valorização da beleza negra, marcada pela centralidade que o estilo de penteado possui na cena. Por muito tempo associado ao feio e à baixa qualidade (cabelo “ruim”), assim como demais aspectos estéticos negros, o cabelo vem passando por processo de revalorização no campo da cultura.

A representação da imagem/vídeo da publicação analisada chama atenção por enquadrar sujeito masculino entranhado em gestos lidos como femininos, a exemplo da atenção aos cabelos da/o filha/filho e ao asseio das crianças e adolescentes, gestos produzidos em geral pela mulher-mãe. O *post*, nesse sentido, evoca a quebra de paradigmas hegemônicos que dividem as vivências possíveis ao longo do binarismo colonial masculino-feminino.

No conjunto das publicações relativas ao tema, por sua vez, terminei por selecionar enquadramento de *post*, publicado em 26 de julho de 2024, no qual a menina negra está próxima do seu avô. A imagem, contudo, não corresponde à publicação audiovisual clicada, a qual aborda a questão dos aprendizados transmitidos de uma geração para outra por meio de vídeo no qual um avô dialoga com seu neto em um cenário de estúdio. Ou seja, ambas as pessoas do *frame* abaixo não se encontram na gravação exibida no *post* abaixo. De todo modo, o aprendizado intergeracional, que contribui para

a formação de grupos sociais que compartilham não apenas experiências temporais, mas também aspirações e ideologias comuns, dá o tom da abordagem privilegiada pelas imagens veiculadas.

Figura 26 - "O que uma geração pode aprender com a outra?"



Fonte: Papo de Homem (2024)

A imagem retrata momento de interação entre um homem negro idoso e uma criança negra pequena, capturado em ambiente natural. O homem idoso, de pele negra e cabelos e barba grisalhos, está olhando para a criança com uma expressão afetuosa e atenta. Ele veste uma camiseta cinza clara e parece estar sentado ou apoiado em um tronco de árvore.

A criança, também de pele negra, tem cabelos presos em um coque e está vestindo uma blusa rosa clara. Ela olha para o homem com uma expressão curiosa e envolvida, sugerindo uma troca de olhares ou um momento de diálogo silencioso. Na parte superior esquerda, está escrito: "DIA DOS AVÓS" Logo abaixo, em letras maiores e brancas: "O que uma geração pode aprender com a outra?".

O encontro das gerações que ocorre na focalização da imagem transmite mensagem de união, aprendizado mútuo e amor entre pessoas negras que se encontram em fases diferentes da vida: uma mais ligada a seu início e outra mais direcionada a seu desenvolvimento e/ou término. De certa forma, pode-se afirmar que o enquadramento celebra os avós — pais negros em dobro — como figuras centrais na transmissão de valores comunitários e memórias familiares, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância dessas conexões para a representação positiva das famílias negras, destacando o papel vital dos idosos em contextos marcados pela racialização. A

organização, voltada para os debates sobre masculinidades e paternidades – e com foco importante nas camadas raciais dessas duas questões – procura, desde essa espécie de publicação, tematizar igualmente a interferência do fator geracional na discussão das parentalidades e da conexão emocional de pais e filhas/os. Especificamente essa publicação busca o contraste com os desafios que os idosos enfrentam no mundo contemporâneo (tema também emergente no contexto societal de envelhecimento populacional), a exemplo da marginalização e do isolamento, tendo em vista continuarem a ser enxergados como fardos. A conjunção entre a legenda e a imagem, por sua vez, expõe que é possível haver momento de respeito e afeto entre os mais novos e os mais velhos, principalmente porque esses últimos possuem experiência e sabedoria a ser repassada.

Os signos introjetados no processo de socialização primária, o qual conta com o auxílio de diferentes atores geracionais (dentre os quais se incluem os avós), permanecem ao longo da vida, embora possam ser modificados ou rompidos. Essa etapa na qual a conduta dos sujeitos é gestada é marcada por figuras parentais que também indicam referências morais, a exemplo dos mais velhos, sob os quais é selada a perspectiva referencial que os posiciona em locais de autoridade. Na cena da publicação, a interação avô-neto expressa a interação entre o masculino que transmite ensinamentos e introduz os meninos na “casa dos homens”. A partir da ótica sociológica, a retórica da biologia (socialmente desvinculada) irá ditar a circunscrição de comportamentos apropriados para elas e eles, anulando existências que transitam na matriz binária ou rompem com ela. A continuidade dessas práticas de gênero só se sustenta graças à transmissão realizada de forma intergeracional.

O encontro entre sujeitos em fases distintas da vida foi mobilizado de modo a divulgar produções bibliográficas do PDH sobre temas relativos à comunicação/diálogo entre pessoas cujas ideias são distintas (diferença que pode ocorrer em razão da perspectiva etária). Na gravação, um homem idoso pergunta a seu neto o que ele aprendeu com o avô (no caso ele) sobre ser homem. O rapaz responde com características ligadas ao trabalho, à resiliência e à honestidade. Na sequência, fala do aprendizado sobre ser homem com o pai, o qual, conforme o jovem, seria mais emocional, mostrando a ele que a masculinidade não seria restrita a dureza, mas também envolveria extravasamento. Ambos os envolvidos na cena são negros e o rapaz faz referência a “amigos da quebrada”, o que denota a inserção em contexto periférico. O vídeo é emblemático por situar a família

como instituição por excelência dos aprendizados de formação inicial da ordem de gênero/sexualidade. Concepções sobre o masculino e o feminino introjetadas na primeira infância passam a significar, para os sujeitos, realidade objetiva e imutável, a despeito do caráter subjetivo dos paradigmas que norteiam o comportamento em sociedade (Berger e Luckmann, 1999).

Diante desse cenário, o PDH, em suas publicações de cunho educativo, tem resgatado ângulos plurais da temática das paternidades. O caráter informativo da instituição faz das publicações em rede um dos núcleos da sua atividade, a qual envolve e mobiliza atores nacionais e internacionais diversos. Importa notar que o “fantasma” do pai, diferentemente de outras figuras dos debates e intervenções sobre masculinidades, é transversal, na medida em que, presente ou ausente, repercute nas subjetividades dos indivíduos integrantes de sociedades de cultura ocidental ou ocidentalizada, cujos modelos de parentalidade detêm expectativas de afeto e cuidado direcionadas aos homens-pais e principalmente às mulheres-mães. A reivindicação por pais mais participativos enquanto tais, portanto, torna-se premissa se a problemática é a demanda por masculinidades outras não pautadas na negação dos aspectos que socialmente remetem ao feminino.

4.3 Ser homem como ser pai e (também) LGBTQIA+

A paternidade em reformulação, com a qual me preocupei analiticamente até aqui, tem sido debatida por diferentes conhecimentos das ciências humanas e sociais. Esta discussão ganha força de forma simultânea ao fortalecimento do papel dos novos arranjos familiares. A reconfiguração familiar, a depender do seu direcionamento, acaba se tornando uma reconfiguração social do patriarcado – o que não indica seu declínio ou desaparecimento. Nesse enquadramento, a ordem social, na qual gênero e sexualidade estão relacionados a locais hierárquicos rígidos (*modus operandi* do devir patriarcal), passa a se apresentar de outra forma. Este cenário, contudo, permite que sujeitos antes desautorizados a viver o ideal familiar nuclear possam representar os papéis e funções paterno e materno, a despeito da rejeição enraizada no imaginário coletivo a modelos de família alternativos. No caso específico do segundo eixo desta etapa da tese, relativo às instituições e pautas da diversidade sexual e de gênero, a vivência de uma nova forma de parentalidade corresponde precisamente aos relacionamentos conjugais e adoções

parentais concretizados por pessoas cujas orientações sexuais e identidades de gênero divergem da norma. Mas não só, tendo em vista que problemáticas gerais da comunidade também possuem espaço.

Este rol de questões tem sido trabalhado pelas três organizações, seja por meio de publicações *online* (algumas das quais serão exibidas na sequência) que provocam os leitores a refletir a respeito, seja por meio de eventos ou mesmo por postagens que fazem referência a alguma data importante para a comunidade LGBTQIA+. Nestas situações, a citação da problemática da paternidade pode ou não ocorrer. Contudo, considere importante mobilizar o conjunto dos conteúdos, fundamentados ou não no tema, tendo em vista que as peculiaridades do conteúdo abordado no intervalo de 2020 a 2024, nos três casos, estão englobadas pela narrativa da diversidade como modo de conduzir as ações projetadas pelos atores institucionais, bem como destaque que a categoria diversidade opera como palavra de ordem que fornece possibilidades mais livres para o exercício das masculinidades. Nesse sentido, “novos homens” como “novos pais” variam em suas marcações de identidade.

4.3.1 Instituto Promundo

A primeira organização analisada tem trabalhado, como já se viu, com outras questões que ultrapassam a circunscrição das masculinidades *stricto sensu*. A diversidade sexual e de gênero é uma delas. No presente momento, o trabalho direto com o tema ainda permanece ocorrendo por meio de publicações *online* e ações pontuais com parceiros, identificadas através dos seus relatórios (Promundo, 2019, 2020, 2021, 2022), embora exista a intenção de institucionalizar um programa D de diversidade. O fato é que abordar a construção social das masculinidades passa pela discussão sobre o quanto esta é atravessada pela homofobia, sendo esta análise da estrutura social um dos principais legados dos estudos sobre masculinidades para a análise de problemáticas sociais como a discriminação e o preconceito.

Os *posts* que fazem referência à orientação sexual e identidade de gênero aparecem em menor medida do que aqueles ligados à agenda racial. Contudo, assim como no tocante à questão racial, os conteúdos *online* fazem referência à pauta de forma isolada ou a temas transversais, especialmente à questão da paternidade, tópico que atravessa toda a agenda da organização. A relação do ideário de um “novo homem” com um “novo pai”

é, por conseguinte, mediada por variáveis que intervêm sobre o *modus operandi* da paternagem, ou seja, do vínculo de cuidado e afeto estabelecido entre homens pais e seus filhos. Com o exemplo das paternidades negras, atestou-se que a vivência do “ser pai” sofre impactos do modo como as diferenças reservam posições desiguais na sociedade. No caso das paternidades homossexuais/gays, a discriminação é capaz de afetar tanto os pais que acolhem quanto as crianças adotadas, vulneráveis à rejeição social em razão da configuração familiar na qual estão inseridas, como se verá a partir daqui.

Na primeira imagem do tema, selecionada entre as publicações do *Instagram* do Promundo, apresenta-se *post* que realça o ideário da família homoafetiva e das relações masculinas homossexuais, ambas vinculadas à paternidade como prática social.

Figura 27 - Essa é a minha família!



Fonte: Promundo (2020)

A estética da imagem pode ser lida como intimista. O fundo apresenta um ambiente externo, com árvores e vegetação ao fundo, transmitindo uma sensação de conexão dos sujeitos fotografados com a natureza. O título "Essa é a minha família!" aparece no topo, em letras grandes e negritadas, chamando atenção. Logo abaixo, há uma frase inspiradora: "Vocês não imaginam o amor que existe nessa frase", com fundo laranja. Na imagem principal, vemos dois homens sem camisa, segurando duas crianças. A criança à esquerda veste uma roupa rosa vibrante, enquanto o bebê à direita está envolto em um pano branco, realçando a simplicidade da cena. As expressões das pessoas envolvidas transmitem cumplicidade. Na parte inferior, há um rodapé laranja com

detalhes em branco, apresentando informações sobre o evento. A palavra "HOJE" aparece em amarelo brilhante, destacando-se no centro e conferindo relevância à mensagem da divulgação.

Por meio de tom caloroso e acolhedor, a cena de dois homens (um deles com fenótipo negro) segurando, cada um, respectivamente, um bebê nos braços, demonstra que não é só a criação dos filhos e a junção familiar que podem se tornar vívidas com o casamento/adoção por dois homens pais homossexuais. A felicidade e o bem-estar que podem ser propiciados desde a atenção e o cuidado também são oportunidades que advém desse encontro. A frase que acompanha a fotografia ajuda a reafirmar o orgulho presente na chance existente de pontuar, ainda que como experiência pessoal, que indivíduos homossexuais possuem “família”, ou seja, detém aquela que é a principal via de reprodução social, na medida em que primeira instituição de socialização: o campo familiar.

A imagem explicitada dá seguimento ao processo de valorização de modelos familiares alternativos. Esse fenômeno, de cunho político e cultural, enfrenta resistências em diversos países, incluso aqueles nos quais direitos de adoção e casamento estariam, em tese, consolidados juridicamente. O contexto cultural da imagem remete, como em outras publicações enfatizadas ao longo do capítulo, ao crescimento de produções – audiovisuais, bibliográficas, musicais etc. – que discorrem sobre as vivências de sujeitos tradicionalmente marginalizados. Essa ascensão reverbera na aplicação, por empresas e organizações sociais com vínculos locais e globais, de imagens e símbolos que remetem à emancipação desses públicos.

É notória a centralidade do esforço de sinonímia da discussão sobre paternidades (ênfatisada nesse seminário online realizado no contexto da pandemia) com as discussões sobre o local reservado às masculinidades contra hegemônicas, no caso as masculinidades de homens gays/bissexuais que exercem, em uniões homoafetivas, a função paterna. Esse protagonismo colabora para valorização da diversidade, da equidade e da inclusão de pessoas LGBTQIA+, particularmente homossexuais, com relação a pessoas cisheterossexuais, além de advogar pela possibilidade de expansão dos arranjos parentais. Vale acrescentar que instituições direcionadas à reforma das masculinidades tem como premissa a ideia de que transformações sociais passam por transformações de gênero. Esse deslocamento, por sua vez, não se resume a superação dos abismos existentes entre

homens e mulheres, podendo atravessar a problematização das hierarquias de identidade e sexuais.

Em contextos democráticos (e levando em conta seus potenciais intrínsecos), as organizações sociais tem na defesa da pauta acerca das famílias homoafetivas, com seus respectivos direitos, uma importância política. Tal importância reside na sua capacidade institucional de promover visibilidade, inclusão e conscientização. Além disso, estas organizações podem exercer o questionamento das normas sociais vigentes, diretamente relacionadas à marginalização de pessoas LGBTQIA+, especialmente no contexto familiar. Por meio de campanhas de sensibilização como a da imagem acima analisada, bem como pela produção de conhecimento e mobilização social, as organizações (enquanto políticas não governamentais das masculinidades) podem igualmente abrir margem para a desconstrução de preconceitos, bem como possibilidades no que diz respeito ao “ser homem” e ao “ser pai”, em reenquadramentos alinhados ao surgimento dos novos arranjos familiares. Ademais, em contextos de reação conservadora, estas instituições acabam operando como atores capazes de contestar governos e empresas no tocante a implementação de políticas igualitárias que sejam capazes de abarcar a parentalidade homoafetiva. Por fim, no campo de atendimento direto a esse público, e na ausência de iniciativas estatais, em nível local, nacional e internacional, tais instituições, a depender da estrutura a qual dispõem, estão habilitadas a ofertar suporte jurídico, psicológico e social a esse público, serviços considerados fundamentais quando do enfrentamento cotidiano de discriminações.

Entretanto, a idealização da capacidade dessas entidades contrasta com os limites de sua efetiva atuação, especialmente quando se trata de transformar estruturas históricas da sociedade. Por não possuírem o poder do Estado, nem sua receita e capilaridade, estas organizações dependem de parcerias institucionais para a “implementação”¹¹⁸ de políticas. Sua capacidade financeira e de ação acaba sendo limitada por escassos recursos humanos e monetários, dificuldades logísticas e oposição de grupos conservadores ou religiosos que contestam a legitimidade das suas agendas, especialmente quando estas se voltam para a reforma de sistemas desiguais baseados em hierarquias de gênero e sexualidade. Em governos de extrema direita, por exemplo, a fração da sociedade civil e do mercado, cujas diretrizes incluem a promoção da equidade (inclusive para famílias homoafetivas), pode vir a ser perseguida, como bem mostra o caso norte-americano

¹¹⁸ Termo, em geral, aplicado ao contexto do Estado.

contemporâneo. Acrescenta-se que, ainda que as referidas instituições possam obter avanços nestas arenas, esses são insuficientes e incapazes de substituir o papel do Estado, ator determinante na regulação do mundo social. Dessa forma, embora sejam fundamentais na promoção de debates e mudanças, as organizações sociais comumente identificam barreiras congênicas que demandam coordenação com os demais agentes que compartilham das suas bandeiras.

Outro caso no qual as questões aqui abordadas se fazem presentes – já que envolvem tema que desperta resistências anti direitos importantes – é o da imagem seguinte, correspondente a celebração do Dia da Visibilidade Trans do ano de 2021.

Figura 28- Dia da Visibilidade Trans



Fonte: Promundo (2021)

A imagem acima é marcada pela estética minimalista e ilustrativa, contendo cores suaves que formam um cenário imagético de acolhimento e inclusão. O plano de fundo é um laranja claro salpicado de pequenos pontos brancos, simulando um céu estrelado. O logo da Promundo está no canto superior esquerdo, discreto, mas visível. À direita, um elemento gráfico de aquarela verde marca o dia 29.01, relacionado ao Dia da Visibilidade Trans. No centro da composição, há uma ilustração de uma figura estilizada, que parece ser uma pessoa trans segurando uma placa. Essa pessoa tem traços coloridos e usa um chapéu e uma faixa em tons de azul, roxo e rosa, remetendo à bandeira trans. A placa que ela segura contém a mensagem: "Nós te convidamos a pensar sobre a existência de paternidades trans", em letras grandes e legíveis.

A imagem, na medida em que aborda o "Dia da Visibilidade Trans", atribuindo destaque para a questão da paternidade trans, questiona simultaneamente normas familiares e de gênero, contestando a ideia do transexual como aquele que existe como impossibilidade (Bento, 2017). Diante disso, pode-se indicar que o chamado evocado pela organização é oposto ao das construções cisnormativas e binárias de gênero. Nessa direção, são normalizadas as experiências trans de parentalidade, as quais emergem como configurações relacionais da contemporaneidade ocidental. O elemento artístico, com ilustrações e cores suaves que remetem às cores da bandeira trans (rosa e azul) e o uso da linguagem neutra no chamado reafirmam o caráter militante e transgressor da postagem.

O "Dia da Visibilidade Trans" tem um papel significativo na cultura política moderna por reivindicação de direitos civis, especialmente em meio a tradição autoritária e patriarcal do Brasil, país que é palco de ação do movimento LGBTQIA+ desde o final da década de 1970 (inicialmente movimento de afirmação homossexual). Ao destacar aspectos dessa luta, a partir da mobilização de uma data comemorativa voltada à visibilidade da população trans, a imagem insere-se na linha que aproxima identidades de gênero marginalizadas de modelos familiares normativos. Tal aproximação é viabilizada por conquistas recentes que permitem esse entrelaçamento, antes juridicamente negado no contexto nacional. Em última instância, a data referida na postagem opera na cada vez maior sinalização a necessidade de uma sociedade que incorpore a sua pluralidade, a despeito da mutação e fortalecimento dos conservadorismos.

No âmbito da comunidade de pessoas sexo-gênero dissidentes, a população trans tem sido a mais vulnerabilizada e violentada em decorrência da ruptura com as normas de gênero socialmente pressupostas, o que desperta reação violenta, incluso no campo político. No Brasil, conforme levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a expectativa de vida média desse grupo gira em torno de 35 anos, dado esse que tem circulado ao longo dos últimos anos na mídia, especialmente progressista. Diante desse quadro, a retomada, por uma organização social internacionalizada, da centralidade do Dia da Visibilidade Trans enquanto data de valorização das lutas do segmento, corrobora a tentativa de atrelar os embates dos transexuais/transgênero a outras reivindicações, como a da reforma das masculinidades e paternidades, pauta chave da entidade analisada.

Na linha do antecedente, a próxima imagem dá continuidade ao conjunto de publicações que apelam para o senso de ação coletiva do leitor/usuário da página oficial

da entidade. Este tipo de mensagem é comum para as três organizações analisadas e utilizado como mecanismo publicitário também em contextos empresariais, objetiva integrar aquele que observa com relação à agenda ou produto mencionado enquanto problemática do ponto de vista social e político. Cria-se, então, a sensação de pertencimento e responsabilidade daqueles que acessam o conteúdo, fator que pode vir a motivar a indignação ou solidariedade para com contestações na ordem dos campos de gênero e sexualidade. Entretanto, e novamente, o problema do potencial das organizações sociais e seus canais transparece aqui. A dinâmica das redes sociais faz com que, muitas vezes, o seguidor da página passe rapidamente pelas postagens publicadas, em lógica de consumo de imagens marcada pela liquidez, dada a quantidade significativa de informações que pode circular na tela de um computador ou smartphone na contemporaneidade, o que prejudica a formação de um vínculo empático com a mensagem das imagens.

As arenas digitais como arenas informacionais são cruciais para ações relacionadas às masculinidades (pró e antifeministas); o seu interior tem capturado, na medida em que se torna esfera pública técnico-midiatizada¹¹⁹, a ação dos movimentos sociais, cujos repertórios tem se materializado menos na eventualidade da rua e das instituições clássicas como os sindicatos e mais no dia a dia das plataformas virtuais. Quando se trata de disputar os direitos das pessoas LGBTQIA+, ou de demonstrar apoio a essas – como o faz o Instituto Promundo nesse cenário – o mesmo deslocamento acontece. A reivindicação por realidade mais inclusiva passa a ser iniciada desde a institucionalização de um conjunto de cenas, símbolos e significados virtuais que relembram ao público de seguidores da importância de garantir a dignidade, o respeito e a humanidade dos sujeitos vítimas de múltiplas discriminações. Nesse sentido, em datas específicas – especialmente no mês de junho¹²⁰ – ocorre o retorno frequente da estratégia que homenageia (mas também demanda) as conquistas do público de gays, lésbicas, transexuais/travestis, bissexuais, entre outros sujeitos dissidentes, os quais compõem o arco íris sócio político que dialoga igualmente com a temática das masculinidades, em

¹¹⁹ Cf. Miskolci (2021)

¹²⁰ Foram identificados, nos meses de maio (quando há o Dia Internacional de Combate à Homofobia, 17/05), e junho (mês do orgulho) uma concentração de postagens sobre o tema no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero, tendência que se repetiu em todos os períodos anuais do intervalo considerado (início do primeiro semestre de 2020 até o fim do primeiro semestre de 2024). Para ilustrar este movimento, foram selecionadas apenas aquelas postagens que constam na presente seção.

sua versão crítica de gênero. Caso clássico deste esforço é a retomada da bandeira ou das cores do arco íris em peças de comunicação, como se verá a seguir.

Figura 29- A luta LGBTQIAPN+ é de todos nós



Fonte: Promundo (2023)

A imagem apresenta um design fluido, com formas onduladas em cores brilhantes que evocam a bandeira LGBTQIAPN+. As cores — vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo — se mesclam suavemente, criando um efeito visual dinâmico. No centro da composição, há um espaço em branco estrategicamente posicionado, onde se encontra a frase principal: "A luta LGBTQIAPN+ é de todos nós. Vamos juntos, juntas e juntes?", escrita em uma fonte moderna, de fácil leitura, com letras em negrito e na cor preta. O contraste entre o texto e o fundo aumenta a legibilidade e chama atenção para a mensagem.

A imagem é centrada na luta LGBTQIAPN+ e adota uma linguagem inclusiva e mobilizadora, na medida em que expressamente convoca com a frase "juntos, juntas e juntes", relacionada a ação coletiva. Sociologicamente, a mensagem reflete a importância desse movimento como coletivo que reivindica por justiça social, equidade de direitos e visibilidade na esfera pública. Acrescenta-se a isso, o fato de que a pluralidade do acrônimo indica a interseccionalidade do grupo, relativa ao reconhecimento de identidades diversas e sub representadas, como pessoas não-binárias e assexuais. Na postagem, o uso de cores do arco-íris reforça a conexão com a bandeira LGBTQIA+, símbolo global de diversidade. Por fim, as formas orgânicas das cores – com historicidade política – representa a fluidez das identidades e a inclusão de múltiplas vivências dentro do movimento.

Do ponto de vista cultural, a imagem se insere no contexto de campanhas de conscientização crescentes e voltadas à inclusão de pessoas LGBTQIAPN+. A postagem, que opera como cena de circulação dos conteúdos sócio políticos que preocupam a entidade, reforça a noção de que a luta por direitos não deve ser isolada a um grupo específico, mas responsabilidade coletiva; essa integração tem sido outro debate contemporâneo no que diz respeito à defesa das agendas por reconhecimento (realizar alianças ou restringir os locais de fala?). No Brasil, a construção da mobilização coletiva se faz ainda mais central, tendo em vista ser esse o país com os mais altos índices oficiais de assassinatos dessa população.

Dentro dos limites de uma publicação online e reivindicando os direitos e a dignidade de grupo socialmente marginalizado e minoritário, a postagem da página do Promundo realiza um chamado à responsabilidade compartilhada ("de todos nós"), ou seja, com tonalidade universal, pontuando que a luta pelas pessoas LGBTQIAPN+ não se restringe a mobilização dessas mas envolve aliados (pessoais ou institucionais) das causas da diversidade e de outros grupos atentos às disputas por justiça social. Nesse sentido, a publicação deixa claro a importância de uma mobilização política que rompe com os limites de supostos monopólios de locais de fala e demanda.

Figura 30 - O Promundo é contra qualquer tipo de retrocesso!



Fonte: Promundo (2023)

O fundo da imagem apresenta um cenário desfocado de um prédio público, transmitindo um ambiente institucional. Em primeiro plano, há uma bandeira LGBTQIAPN+ em destaque, ondulando suavemente ao vento. As cores da bandeira —

vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo — têm tons suaves, dando um ar de delicadeza e movimento natural. No canto superior direito, o logo da Promundo aparece em um círculo branco, mantendo um design limpo e moderno. A frase principal, "O Promundo é contra qualquer tipo de retrocesso!", está em negrito, com as palavras "contra" e "retrocesso" destacadas para reforçar o impacto da mensagem. Abaixo, um subtítulo explica a questão em debate: "Sobre a votação do projeto que visa proibir o casamento homoafetivo no Brasil", em fonte menor.

A imagem expõe posicionamento contra a retirada de direitos da população LGBTQIA+, com foco específico no debate levantado por PL que institui a proibição do casamento homoafetivo no Brasil, aprovado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família em outubro de 2023. O uso da palavra "contra" em destaque, combinado com a linguagem imperativa, reforça a oposição da entidade a medidas legislativas que atentem contra direitos adquiridos. O fundo com a bandeira do arco-íris, símbolo global do movimento LGBTQIA+, alinha o discurso da instituição a valores igualitário universais, além de destacar (ancorado em texto) a relevância da resistência frente a propostas que ameaçam conquistas históricas recentes.

O contexto político e social do Brasil revela um crescimento político da extrema direita, sob o qual fazem frente os movimentos sociais, incluso os de gênero/sexualidade, cujas pautas e direitos têm sido ameaçados e colocados como contrários aos valores patriarcais tradicionais. Nesse cenário, algumas organizações sociais promovem a sensibilização da opinião pública, desde o alinhamento com a reivindicação por melhores condições de vida para a população LGBTQIA+, reivindicação essa que tem impactos estratégicos para a sociedade como todo, pois a melhoria das condições de vida das minorias sociais e políticas pode desembocar na formação de bem-estar em outros estabelecimentos sociais.

Com potencial de contestação com relação ao Projeto de Lei (PL), então aprovado, que proíbe o casamento homoafetivo no Brasil, a publicação repete tendência encontrada em outras mensagens online e direcionadas à oposição política, recaindo na não apresentação de alternativas positivas ou sugestões de mobilização ativa. Diante da imagem, que está ancorada em texto da publicação, é desconsiderada a apresentação de alternativas de mobilização, como o chamado a protestos ou mesmo a assinatura de petições. Recai-se, dessa forma, no posicionamento institucional do Instagram que não

leva em conta a incorporação de aspectos de ação direta par além de reforço que se atrela majoritariamente a constituição de uma imagem organizacional.

Embora de períodos distintos, mas com *designs* semelhantes, ambas as imagens desvendadas acima mobilizam as cores do arco íris, seja transfigurando-as na própria bandeira (fotografada) seja apresentando-as em visual elaborado para a convocação do público leitor no que se refere a tomar o seu lugar legítimo de reivindicação – no caso de ser LGBTQIA+ – ou a construir alianças a partir de outra posição, qual seja: a alteridade. Na ordem patriarcal, colonial e racial, a cujas raízes remontei no terceiro capítulo, a invisibilização e/ou eliminação de sujeitos que escapam a cis heteronormatividade compõe o roteiro social, na medida em que o autoritarismo ligado ao sistema hegemônico de práticas de subjugação dificulta a aceitação coletiva de outra posição afetivo-sexual que não seja o par homem-mulher (complementar e passível de reprodução¹²¹). Portanto, dentro e fora do Estado, a emergência de atores que desnaturalizam esses paradigmas detém a força produtora de tensão e pânico, já que contribui para criar fissuras no modo como estão organizados diferentes regimes, dentre os quais se incluem o regime psíquico derivado do patriarcado.

Figura 31- "Semana do Orgulho LGBTQIAPN+"



Fonte: Promundo (2024)

¹²¹ Já que igualmente nesse enquadramento é dada, *a priori*, a impossibilidade, por exemplo, de a existência masculina trans configurar existência capaz de gerar a vida.

A imagem é colorida e o plano de fundo combina tons de amarelo, vermelho e verde em formas curvas, transmitindo dinamismo e energia. No topo, o logo da organização Promundo está centralizado, com um design simples em azul, acompanhado de um elemento gráfico que lembra uma estrela em movimento. A frase "Semana do Orgulho LGBTQIAPN+" está em destaque com letras grandes e em vermelho, contrastando com o fundo branco. O subtítulo, "Pensando masculinidades e paternidades", aparece em letras menores, reforçando a mensagem central. Na composição, há duas fotos principais. Na parte superior, aparecem homens negros sorridentes em close-up, enfatizando união. Na parte inferior, vemos dois homens, cada um segurando uma criança, posando juntos com expressões ternas.

A publicação do Promundo, capaz de conjugar três tópicos que preocupam atores científicos dos campos do gênero e da sexualidade (masculinidades, paternidades e a questão da discriminação contra pessoas LGBTQIA+). Com base nessa conjugação, o post expressa a ideia da inclusão social do público focalizado desde a ênfase na possibilidade de formação familiar. Logo, o orgulho de ser divergente na medida em que se é homem gay (membros da comunidade selecionados para representação) passa também pelo exercício da paternidade e pela afirmação da masculinidade. Vale destacar que os frames familiares homossexuais em cena também consideraram a pluralidade racial, com a exposição de uma família diversa branca e uma família diversa negra.

Em 2011 o STF autorizou a união entre pessoas do mesmo sexo – desde o reconhecimento dessa como via de constituição familiar. Por sua vez, em 2015, esse mesmo tribunal reconheceu o direito desses casais realizarem o processo de adoção de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a chancela jurídica de famílias chefiadas por pessoas LGBTQIA+ abriu o caminho para que a chancela social também pudesse ser reivindicada. É nesse contexto que emerge a campanha da organização, a qual vislumbra que a discussão do cruzamento entre masculinidades e paternidades deve levar em conta marcadores de diferença e vulnerabilidade, a exemplo do marcador “orientação sexual”, raiz de violências que prejudicam ou eliminam a dignidade de indivíduos que não se enquadram na norma heterossexual.

A luta por direitos ao casamento e à adoção tem sido uma das principais bandeiras do movimento LGBT desde a década de 1990, ascensão que coincide com as repercussões da pandemia de AIDS nessa população. Dentro da lógica contemporânea de contestação às desigualdades de reconhecimento, as organizações da sociedade civil têm buscado

mobilizar outras possibilidades de família em meio às suas informações e representações. Na medida em que é realizada sua inclusão, há sinalização de que sujeitos sexo-gênero carregam a significância de humanidade, a qual contém a oportunidade para se viver em comunidade e, conseqüentemente, viver em família – espaço idealizado como de acolhimento e afeto, mas que pode estar entrelaçado à violência.

Diante da imagem acima, retomo Judith Butler (2003), que nomeia como 'desejo do Estado' as disputas travadas por pessoas homossexuais pela possibilidade de constituírem famílias nucleares e obterem reconhecimento estatal. Esse desejo pela juridificação das relações sociais passa, sobretudo, pela não inteligibilidade dos corpos no que tange ao acesso a prerrogativas básicas (cadastro em plano de saúde e direito à pensão, por exemplo) quando estes estão desencaixados dos formatos familiares nomeados na legislação. Ou seja, se o afeto e a sexualidade homo afetivos não existem enquanto elementos permitidos e sancionados pelo direito familiar (a forma pela qual o Estado tenta prever essa arena das relações sociais) não há como esses demandarem, de modo objetivo, o seu espaço social no que diz respeito ao exercício da parentalidade. Logo, é a juridicidade do real que cria a expectativa de formalização e, conseqüentemente, de concretude.

Com relação às publicações aqui explicitadas e analisadas, como foi possível observar, contrariamente às agendas sobre paternidades e antirracismo, a problemática posta e que relaciona paternidades e diversidade sexual e de gênero, ou apresenta essa última de forma “isolada”, tem sido menos frequente na abordagem da instituição na rede social *Instagram*. Contudo, tendo em vista o contexto de discussão sobre a reforma das masculinidades como eixo crucial de lutas sociais, a retomada de reivindicações que contestam a homofobia estrutural da sociedade faz com que haja ganho de protagonismo da pauta, haja vista que a constituição das masculinidades, em nossa sociedade, eivada de cunho patriarcal, é inseparável da subjugação de um masculino lido como inferiorizado, sendo esse tradicionalmente o masculino homossexual, que é rebaixado na “casa dos homens” e evitado na interação social hegemônica do público masculino, na medida em que a sexualidade homossexual possui no imaginário a capacidade do contágio entre pares (Nascimento, 2011; Welzer-Lang, 2001).

4.3.2 Projeto MEMOH

O MEMOH apresenta, com relação às outras duas organizações estudadas, o menor número de postagens acerca da temática; além de, no âmbito das ações listadas e disponibilizadas no site, não indicar a existência de atividades direcionadas a esse universo temático. Entretanto, ainda assim, foram identificadas três postagens no perfil oficial que relembram a importância das agendas da população LGBTQIA+, quando há uma relação dessas com o projeto de ressignificação das masculinidades propalado pela instituição e materializado por meio dos homens que procuram ou integram as suas iniciativas (no caso de parcerias com empresas, por exemplo). Na primeira publicação dessa seção, a mensagem de um comunicador, cineasta e homem *trans* ocupa o centro do post, realizado em 06/01/2023. Importa descrever a procedência do autor da mensagem, pois, das três postagens aqui exibidas, duas remetem de alguma forma (como autoria ou conteúdo) à pauta das transmasculinidades, questão que intersecciona diretamente a problemática das masculinidades e as problemáticas de sexualidade/identidade de gênero, tendo em vista que contemporaneamente ocorre disputa social sobre o pertencimento do masculino trans à órbita do masculino legítimo.

Durante a produção de minha dissertação sobre grupos terapêuticos de homens (2021), identifiquei o tema das masculinidades trans como fator gerador de conflito entre os participantes das iniciativas. A questão, quando aparecia em situações a exemplo do dia dos pais, resultava na divisão entre aqueles que pressupunham o sexo biológico como verdade última da realidade do sujeito, exemplificando a perspectiva de Foucault (2016) a respeito do “sexo rei” – a genitália como ditadora da essência do ser –, e aqueles que acreditavam que a autoafirmação ou auto identificação como homem era mais importante, em linha que divide o sexo e o gênero e não toma a similaridade dessas categorias como automática ou mesmo nega a ideia de gênero (como o fazem aqueles que denunciam a existência de uma ideologia em torno do conceito). Contudo, ainda que houvesse esta contraposição, em geral, os discursos dos grupos apregoavam a inclusão de indivíduos trans, como tem feito também as entidades sociais que compõem o universo de preocupação do presente trabalho.

Figura 32- A luta identitária é da sociedade inteira



Fonte: MEMOH (2023)

A imagem acima possui estilo minimalista e sóbrio, com fundo preto sólido que cria atmosfera de seriedade e introspecção. O design usa elementos gráficos geométricos em verde neon, como aspas estilizadas, estrelas e formas circulares, que adicionam um toque de dinamismo e modernidade à composição. No topo, há um marcador gráfico verde em forma de fita, que parece ser símbolo de importância ou destaque. A frase central, "A luta que chamam de identitária não é só nossa. É da sociedade inteira.", está disposta em uma fonte branca contrastante, com a palavra "identitária" em negrito, destacando seu significado. O nome do autor da citação, Ariel Nobre, está posicionado logo abaixo em uma fonte menor, mantendo a simplicidade do design.

A frase apresentada na imagem (portanto, o centro dessa) rompe com a noção de que lutas por reconhecimento identitário, frequentemente associadas a grupos sociais específicos (como as disputas envolvendo raça, gênero, sexualidade ou etnia), são isoladas ou restritas a grupos marginalizados. Ao contrário, essas estão ligadas a um projeto de transformação social que deve ser coletivo e igualmente capaz de beneficiar a coletividade. O uso do termo "identitária" aqui é significativo, pois, em geral, carrega uma conotação de isolamento ou exclusividade, servindo para reduzir a importância de discussões "setoriais". No entanto, o texto apontado, ainda que breve, colabora para chamar atenção para os erros dessa percepção.

De forma contextual, o termo identitarismo tornou-se central nos debates contemporâneos, especialmente nos cenários acadêmico e político, e de forma controversa. Ele refere-se a movimentos que destacam as experiências e demandas de grupos historicamente marginalizados para além do tema da classe social, como comunidades LGBTQIA+, populações negras, indígenas e outros sub-representados. Culturalmente, o identitarismo emerge como resposta à exclusão sistemática dessas vozes, sendo, no entanto, frequente alvo de críticas, especialmente por setores que o veem como fragmentação ou uma ameaça ao universalismo historicamente almejado por herança da Revolução Francesa. Essa perspectiva anti identitária pode desconsiderar como as desigualdades estruturais moldam as experiências de grupos específicos e precisam ser enfrentadas como parte da busca por equidade.

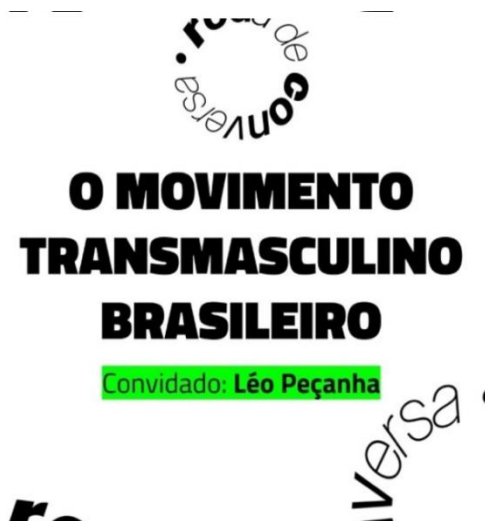
O ponto de vista levantado pela publicação da organização tem sido utilizado, nas disputas sociais por reconhecimento para fazer frente ao reducionismo anti identitário que nega a legitimidade de públicos específicos no tocante a reivindicação de suas demandas políticas, sociais e culturais. Sabe-se que as lutas ditas identitárias não existem no vazio; suas agendas buscam corrigir desigualdades estruturais que afetam a todos direta ou indiretamente. De modo simultâneo, faz-se importante entender que o identitarismo (que englobaria série de lutas anti opressão) pode ser mal compreendido ou instrumentalizado, inclusive com sua redução aos moldes de mercado – sob a leitura da representatividade publicitária como objetivo último de negros, mulheres e demais grupos vulnerabilizados. Logo, é necessário reforçar o diálogo sobre como as lutas identitárias além de expressar desejo ampliado por justiça social, são também mecanismos políticos que não se reduzem a enquadramentos organizacionais privados.

A ampliação da representatividade de grupos sociais lidos como identitários, seja no setor público seja no setor privado tem avançado, de modo a realçar a importância das lutas de segmentos que são minoritários social e/ou politicamente. De acordo com pesquisa da FIA *Business School*¹²², as mulheres ocupavam 38% dos cargos de liderança no Brasil em 2023, mantendo a proporção do ano anterior. No entanto, na alta liderança, a participação feminina caiu cinco pontos percentuais em relação a 2022, situando-se em 28%. Esses dados indicam que, embora haja avanços na ocupação de cargos de liderança por mulheres, ainda existe uma sub-representação significativa, especialmente nos níveis

¹²² Matéria jornalística de divulgação do estudo: Mulheres ocupam 38% dos cargos de liderança no Brasil - Forbes

hierárquicos de maior prestígio, o que demonstra que os números ainda estão abaixo do almejado, em termos de justiça social, já que o público feminino corresponde a mais da metade da população. Caso cruzadas as categorias gênero e raça, supõe-se um número ainda menor, dadas as vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres negras. Ainda na linha de análises do mercado privado, de acordo com outro levantamento, intitulado "Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas", e publicado pelo Instituto Ethos, apenas 4,7% dos cargos executivos nas 500 maiores empresas brasileiras são ocupados por pessoas negras, embora elas representem 56,1% da população do país. Já a presença de pessoas LGBTQIA+ em posições de destaque ainda é pouco quantificada; contudo, movimentos corporativos para fomentar ambientes mais inclusivos têm adquirido visibilidade, embora muitas vezes se limitem a campanhas que não possuem objetivos estruturais. Esses poucos avanços ocorrem em meio a cenário no qual o antiidentitarismo (progressista ou conservador) busca deslegitimar as pautas relativas aos marcadores sociais da diferença, ameaçadores de um almejado universalismo que supostamente existiu.

Figura 33 - O Movimento Transmasculino Brasileiro



Fonte: MEMOH (2023)

Semelhante à imagem anterior, na figura 33 também ocorre a adoção de um design limpo, com fundo branco e elementos textuais em preto. O título, "O Movimento Transmasculino Brasileiro", está em letras grandes e negritadas no centro, enfatizando o tema principal. O nome do convidado, Léo Peçanha, é destacado em verde neon, criando

um ponto focal que contrasta com o resto do design. No topo, o elemento gráfico circular com a frase "Roda de conversa" reaparece, reforçando a identidade visual e o conceito de diálogo. Assim como na imagem anterior, fragmentos desse círculo estão distribuídos nas bordas, dando um toque moderno e criativo à composição. A escolha de cores e o uso do espaço em branco conferem clareza e profissionalismo ao design, enquanto a mensagem principal é transmitida de forma objetiva e simples.

A imagem apresenta a divulgação de uma roda de conversa promovida pela organização, a qual contou com a presença de Léo Peçanha, professor e educador físico convidado, o qual também é um homem trans. Essa iniciativa tem significância no contexto institucional das discussões relacionadas às masculinidades promovidas pelo projeto, na medida em que possibilita a expansão em direção a perspectivas transmasculinas, refletindo compromisso anunciado com o pluralismo. O debate sobre o movimento transmasculino destaca a importância de dar visibilidade a experiências e desafios específicos enfrentados por homens trans no Brasil. Ao tratar do tema, o MEMOH não apenas reconhece a multiplicidade das masculinidades, mas também passa a abarcar outro olhar sobre a condição masculina, que não a reduz ao espaço da cisgenderidade. Destaca-se que a escolha de uma roda de conversa reforça o formato de grupo de homens já presente na metodologia dos grupos reflexivos.

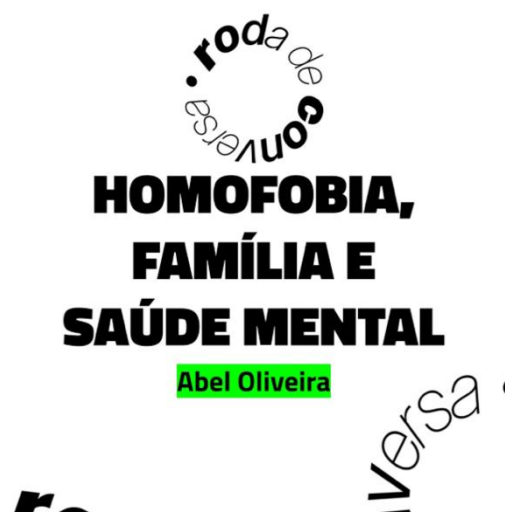
Nos últimos anos, a população trans – via mobilização social – tem contribuído para o alcance de destaque de formas outras de representação do masculino e do feminino, enfatizando, no caso dos homens, que as masculinidades são construções sociais que variam de acordo com contextos culturais e históricos, como bem colocado na teorização de Kimmell (1998) acerca da variabilidade do ser homem. As masculinidades trans, em particular, operam o questionamento – na sua própria existência – das normas de gênero binárias e hegemônicas. Homens trans enfrentam série de desafios no cenário nacional, como o problema no acesso a direitos básicos (a exemplo da saúde), fenômeno que desemboca nos índices de violência identificados contra o segmento no país, ainda que, de forma mais acentuada, essas violências ocorram contra mulheres trans.

A ascensão do debate sobre masculinidades trans ocorre em contexto global marcado por avanços e retrocessos nos direitos dessa população, tendo em vista ser uma das pautas que gera a articulação de reações transnacionais, as quais reverberam nos contextos nacionais. Logo, na contramão da maior visibilidade midiática e legislativa com caráter de inclusão em alguns países, ocorre evidência do conservadorismo e dos

ataques diretos ao segmento, com as proibições de cuidados de saúde afirmativos e o fomento a retórica anti trans. Ao abordar o tema em uma roda de conversa, ainda que com suas limitações de público e convidados, a organização cumpre papel na construção de pontes entre as discussões sobre masculinidades e a inclusão de experiências trans, colaborando para o questionamento da transfobia, fenômeno que ainda se apresenta socialmente naturalizado.

Da mesma forma que habita projeções sociais, as quais se refletem em estudos e pesquisas científicos, o ideal do “universal” também aparece no contexto das masculinidades como práticas sociais de gênero. Historicamente, a verdadeira masculinidade e a verdadeira virilidade não seriam marcadas enquanto identidades que se assemelham ao conjunto das demais. O universal não poderia ser, sob essa ótica, local. O identitarismo, enquanto categoria que cria rejeições – sendo sua própria nomeação dada como pejorativa a uma agenda ou movimento – é também o fenômeno pelo qual esse universal masculino é retirado do seu lugar e objetificado como produto de processos sociais de concessão de significados (subjetivos). A representatividade “identitária” é a ponta de lança da luta contida na imagem acima analisada. Dessa maneira, é dissolvida a pretensão de generalidade e ganha espaço a reivindicação de espaços anteriormente negados a grupos marginalizados. Traduzindo para o campo das masculinidades, isso significa reconhecer que o público masculino não é um bloco homogêneo. Essa heterogeneidade cria subalternidade e pode sujeitar os homens a violações que ocorrem no ambiente familiar, situação que se relaciona a tema de evento divulgado por meio da publicação abaixo.

Figura 34 - Homofobia, Família e Saúde Mental



Fonte: MEMOH (2024)

A imagem mantém a tendência minimalista das demais postagens, ao conter um fundo branco que dá destaque ao texto central. No topo, um elemento gráfico em formato de círculo exibe as palavras "Roda de conversa", dispostas em uma forma que parece girar, sugerindo diálogo e dinamismo. O título central, "Homofobia, Família e Saúde Mental", é escrito em uma fonte grande, preta e negritada, criando forte impacto visual. Abaixo, o nome do palestrante, Abel Oliveira, está destacado em verde neon, que contrasta com o fundo branco e atrai o olhar do espectador. As bordas da imagem contêm fragmentos do mesmo elemento circular, repetindo o tema da "roda de conversa" e criando uma sensação de continuidade. A simplicidade da composição direciona o foco para a mensagem.

A imagem está centrada na divulgação de roda de conversa com tema que inter-relaciona homofobia, família e saúde mental, cruzamento já expresso no título. O objetivo do evento foi mobilizar as trajetórias e vivências de pessoas LGBTQIA+ no país. A escolha dos tópicos está ligada a intenção de promover espaço de escuta, diálogo e conscientização sobre como a homofobia, muitas vezes originada ou perpetuada no ambiente familiar, impacta diretamente a saúde mental das pessoas. A roda de conversa, enquanto formato, é significativa porque prioriza a horizontalidade e o compartilhamento de vivências. O Projeto MEMOH, conhecido por seu trabalho na promoção de diálogos sobre masculinidades e inclusão, usa esse formato para criar um espaço seguro onde essas questões podem ser discutidas sem julgamento. Sob essa abordagem, é possível abordar

a homofobia como fator de exclusão e violência, especialmente no núcleo familiar, o qual, em tese, deveria operar como ambiente de acolhimento. Ao incluir a saúde mental, a discussão chama atenção para as consequências psicológicas dessa exclusão/violência, as quais atravessam aspectos como ansiedade, depressão e vulnerabilidade ao suicídio.

No cenário contemporâneo, o tema da homofobia no ambiente familiar está diretamente ligado a transformações sociais ocorridas, como a consolidação dos movimentos LGBTQIA+ em cenários democráticos, capazes de fomentar a desnaturalização da família como ambiente ligado ao acolhimento e aos afetos positivos, desassociado da violência, especialmente contra sujeitos que fogem aos enquadramentos cis heteronormativos. Esse questionamento de normas sociais tradicionais de gênero e sexualidade, além de possibilitar avanços como o casamento igualitário, fez emergir debates que se relacionam a condição individual das pessoas LGBTQIA+.

Sociologicamente, o ambiente familiar está relacionado a dinâmicas de poder e reprodução cultural. Conforme Pierre Bourdieu (2004), a família pode ser lida como espaço de socialização, no qual um certo tipo de *habitus* (esquemas de práticas, valores, normas, preconceitos) é transmitido. Na medida em que esse ambiente é marcado por homofobia, contribui para replicar exclusões, as quais podem ter sido tematizadas na roda de conversa mencionada na postagem, a qual é ligada ao surgimento de tensões históricas e sociais em torno dos padrões culturais que conformam as práticas familiares, especialmente em sociedades de tradição patriarcal.

A homofobia é uma expressão de opressão que se cruza com outras dimensões identitárias, como raça, classe, gênero e geração, evidenciando a centralidade das supramencionadas pautas identitárias na sociedade contemporânea. Quando ligada à família e à saúde mental, ela ilumina como estruturas sociais maiores, a exemplo do patriarcado e da heteronormatividade, se manifestam em micro espaços, nos quais persiste a autorização da violência sob o manto da afetividade e da preocupação que caracterizariam a família. No Brasil, o debate sobre identitarismo tem sido polarizado, além de criticado por supostamente "fragmentar" a sociedade. No entanto, o tema desta roda de conversa demonstra como questões ditas identitárias expressam sintomas de desigualdades estruturais que afetam profundamente a vida cotidiana. A discussão não é sobre "separar" ou "individualizar" lutas, mas relativa a como a exclusão de certos grupos compromete o bem-estar individual (no campo da saúde mental) e mesmo o bem-estar coletivo.

Se o debate sobre honra foi fundamental para analisar a problemática da violência contra a mulher desde uma perspectiva sociológica (Grossi, 2001), este é também um conceito que pode ser resgatado nas discussões sobre o tema da homofobia. De acordo com Daniel Borrillo, a homofobia é uma ideologia de aversão e desprezo às pessoas homossexuais, a qual se reflete em níveis macro e microsociais (Borrillo, 2010). Como já mencionado em momento anterior do trabalho, as práticas homofóbicas compõem a construção social das masculinidades. Ao enfatizar o caráter ideológico dessa aversão, Borrillo deseja mostrar que esta não é um processo psíquico individual (ou um desvio comportamental), mas dialoga com o modo pelo qual os sujeitos sociais homofóbicos põem-se em cena com seus outros – em interação não explicitada linguisticamente, mas que funciona como interação de reconhecimento, na qual a imagem pessoal se fragiliza diante de suas contrapartes, quando contaminada pelo fantasma da homossexualidade. É o caso, por exemplo, do homem pai que vê sua honra ameaçada quando seu filho, ao contrário de atestar a macheza heterossexual esperada, se coloca como homem gay no mundo público. Nesse caso, a masculinidade do pai poderá socialmente ser objeto de questão, pois não foi capaz de ser simbolicamente transmitida.

A sexualidade é um aspecto central do gênero, pois a heterossexualidade é nada mais nada menos que o mediador das expectativas sociais que enquadram homens e mulheres em um mesmo sistema binário, sendo este fator seu coincidente e aquele que permite a complementariedade de suas diferenças (Bento, 2017). A heterossexualidade é concebida igualmente no imaginário como caminho da reprodução genética e, portanto, social. É esse caráter que provê normalidade para as práticas sexuais, as quais se encontram no terreno da sujeira e da obscuridade. Estar em família (especialmente se nuclear, eivada da tríade mãe-pai-filhos), portanto, gera a expectativa de replicação futura de um novo arranjo familiar, o qual seria próprio ao menino ou menina (naturalmente heterossexuais), os quais, ao longo de suas trajetórias, introjetam as dinâmicas familiares e sociais que devem seguir. A existência do “veado” ou do “sapatão” no meio familiar, contudo, frustra esse cenário idílico. Essa frustração, quando não aceita pelos sujeitos da família, resulta na violência como resposta. Violência essa que pode ser física, patrimonial, sexual ou psicológica, essa última notadamente, mas também as anteriores, impactando a psique dos sujeitos vitimados pela discriminação.

Se a ruptura com os paradigmas de sexualidade é raiz de violências as mais diversas, como as citadas, as quais podem desembocar na morte em função dos prejuízos

a honra e da ameaça representada pela homossexualidade ao tecido social como todo, a ruptura com o gênero assignado desde o nascimento, a qual funciona como contestação dupla (embaralhando os paradigmas de gênero e sexualidade de forma paralela), é fator de violações cotidianas e risco persistente à integridade e dignidade dos sujeitos trans, considerados em cenários políticos conservadores enquanto inimigos dos preceitos da natureza e da nação. Nesse sentido, tematizar as transmasculinidades dentro da discussão sobre masculinidades acentua o caráter crítico e pró-feminista que está colocado no horizonte da organização analisada (e das duas demais). Afinal, implica os homens participantes das reflexões do projeto, em sua quase totalidade cisgênero, na contestação de abusos que podem vir a ser infligidos a outros homens que disputam o reconhecimento a sua masculinidade, independentemente das classificações genitais aplicadas.

A emergência destas discussões, pontuada nas análises das imagens, é demonstrativo de que se pode estender os significados contidos no conceito de masculinidade a fim de incluir as vivências transmasculinas e revelar seu caráter simbólico e relacional, ligado ao deslocamento de uma visão biologicista para outra que seja sociocultural. A masculinidade, entendida como construção social, é simultaneamente território de poder e espaço de disputa, no qual diferentes formas de "ser homem" convivem, se chocam e se (re) negociam. No caso dos homens trans, essa disputa torna-se ainda mais intensa, pois sua existência desafia a cisnormatividade que estrutura as concepções tradicionais de gênero e sexualidade. Ao transitarem entre os gêneros e reivindicarem o reconhecimento como sujeitos masculinos, indivíduos trans evidenciam que o ser homem não é condição estática ou exclusiva de corpos específicos, mas sim identidade construída e legitimada por terceiros. Contudo, é justamente a oposição existencial que impõem que os coloca como alvos de violência, algo que importa ser evidenciado nas ações de organizações como o Projeto MEMOH, instituição que se soma àquelas que enunciam discursivamente a possibilidade de inclusão do público transmasculino.

4.3.3 Instituto PDH

O Instituto Papo de Homem – marcado por sua atuação corporativa e multimídia –, embora adote como foco principal a discussão sobre masculinidades, tem, ao longo de sua trajetória (assim como nos dois outros casos analisados), promovido

problematizações em seus conteúdos no que diz respeito às normas tradicionais de gênero e sexualidade, o que significa igualmente incluir em suas ações tópicos referentes a diversidade. Quando da consulta às publicações do perfil oficial, atravessadas em geral por dilemas do homem heterossexual “médio”, questões relativas à população LGBTQIA+ são suscitadas em diferentes momentos. Diante desse cenário, sabe-se que as masculinidades, historicamente vinculadas ao papel do patriarca e provedor em estruturas familiares tradicionais, excluíram, por muito tempo, experiências ligadas aos arranjos negadores da tríade mãe-pai-filho.

Nesse sentido, o “**novo pai**” como **pai homoafetivo** é figura mobilizada pela organização em algumas de suas publicações, o que indica a intenção discursiva de romper com o binarismo e com expectativas de parentalidade exclusivamente ligadas à cis heteronormatividade. Destaco que essa segunda sinonímia¹²³ é também crucial para a análise aqui empreendida, ainda que o protagonismo dos materiais do Instituto não advenha desse campo, já que é importante pontuar que alguns destes produtos já partem da ideia de que pais e filhos LGBTQIA+ devem ser reconhecidos e valorizados em razão de sua singularidade. Este processo indica uma linha de raciocínio na qual não é o modelo familiar normativo que atribui valor positivo aos indivíduos que a ele se vinculam, mas a adesão dos sujeitos dissidentes a este que o torna mais próximo de refletir a inclusão das dissidências vista (por alguns) como horizonte no âmbito das democracias contemporâneas.

Se no caso da organização 01, o tema da diversidade ingressa como base para a instituição de um programa sobre a questão em nível organizacional e na organização 02, algumas rodas de conversa relacionadas (com intersecção com a discussão ampliada das masculinidades) têm sido feitas; para a organização 03 a condição do ser LGBTQIA+ aparece apenas nas postagens virtuais, embora sejam estas muitas. Algumas destas – representantes de identidades diferenciadas da comunidade – foram selecionadas para a construção do presente tópico. Vale destacar que a constatação da minoritização dentro do conjunto evidencia que a abordagem ainda ocupa uma posição periférica no âmbito organizacional, carecendo de práticas sistematizadas e de pesquisas que abordem de forma direta as paternidades homoafetivas ou os arranjos familiares dissidentes. Dessa forma, neste exemplo de política para as masculinidades, o tema adquiriu importância, porém ainda segue como resquício da explicitação da pluralidade das masculinidades

¹²³ A primeira é a do “novo pai” como “novo homem”

enquanto eixo estruturante de atuação. Esse silêncio relativo faz emergir a demanda por compreender sexualidade e gênero como categorias interdependentes (Silva Filho, 2024), pois o modo pelo qual se constrói a masculinidade não apenas impacta as configurações familiares, atravessando outras concepções normativas, referentes a orientação sexual e identidade de gênero.

Figura 35 - Homens também podem ser bissexuais



Fonte: Papo de Homem (2021)

O fundo verde escuro cria um contraste com os elementos coloridos da imagem. O centro é ocupado por uma ilustração estilizada de um homem segurando uma bandeira da bissexualidade, composta pelas cores rosa, roxo e azul. O personagem veste uma regata amarela e calça preta, com um sorriso que transmite confiança e orgulho. Abaixo da figura, a frase "Homens também podem ser bissexuais" está em letras maiúsculas e brancas, seguida pela hashtag #VisibilidadeBissexualMasculina em menor tamanho. No canto inferior direito, a sigla PDH reforça a identidade visual. O design é moderno e empático, celebrando a diversidade dentro da masculinidade.

A mensagem apresentada na imagem "Homens também podem ser bissexuais", acompanhada da hashtag #VisibilidadeBissexualMasculina, mobiliza uma ruptura com a invisibilidade histórica da bissexualidade no campo das masculinidades e da própria comunidade LGBTQIA+. O enunciado acima contesta crença socialmente enraizada que associa a orientação bissexual masculina a uma condição transitória, ambígua ou ilegítima, muitas vezes interpretada como etapa temporária rumo à homossexualidade. O horizonte de possibilidade que está posto indica a existência legítima dessa orientação, rompendo com a lógica que restringe as experiências afetivo-sexuais masculinas a uma

dicotomia rígida entre a heterossexualidade e a homossexualidade. A imagem, ao afirmar a bissexualidade como realidade vivida por homens, sugere uma ampliação das fronteiras identitárias associadas ao masculino.

A invisibilidade da bissexualidade masculina está relacionada a dinâmicas socioculturais que organizam a sexualidade a partir de categorias fixas e mutuamente excludentes. No Brasil, e em muitos outros contextos, a bissexualidade é deslegitimada tanto no interior da comunidade LGBTQIA+ quanto na sociedade em geral, o que contribui para a perpetuação de estereótipos que associam essa orientação a indecisão, promiscuidade ou inautenticidade. Essa invisibilidade também se conecta a construções tradicionais da masculinidade, que valorizam a estabilidade e a certeza, enquanto a bissexualidade seria sinal de fraqueza ou instabilidade. A publicação, ao afirmar a presença de homens bissexuais, insere-se em um movimento contemporâneo que busca não apenas visibilizar essas identidades, mas também desconstruir as categorias sexuais rígidas que sustentam o imaginário coletivo sobre o que é ser homem.

A afirmação pública da existência de homens bissexuais implica no reconhecimento de que a sexualidade é um campo de experiências múltiplas e não uma trajetória linear e predeterminada. O caráter disruptivo da bissexualidade reside justamente em sua capacidade de desafiar a estrutura binária que sustenta não apenas as orientações sexuais, mas também as expectativas de masculinidade. A noção de que homens devem expressar desejo exclusivamente por mulheres é parte de uma construção que articula gênero e sexualidade em rol de inteligibilidade, relegando ao campo da dúvida aqueles que escapam desse padrão. A publicação, ao destacar a possibilidade de existir como homem bissexual, contribui para a desconstrução dessa norma e abre espaço para que as masculinidades sejam compreendidas a partir de suas diferenças, ao invés de convenções preexistentes.

Importa destacar que a imagem acima, elaborada e compartilhada pelo Instituto PDH, e dada a visibilidade do seu perfil oficial, cumpre papel importante na visibilização da bissexualidade masculina, tendo em vista ser esta identidade frequentemente marginalizada tanto em espaços heteronormativos quanto dentro da própria comunidade LGBTQIA+. A bissexualidade é historicamente estigmatizada como uma orientação "confusa", sujeita à invalidação através de estereótipos que a associam à indecisão, à promiscuidade ou a um estado transitório entre a heterossexualidade e a homossexualidade. No caso dos homens bissexuais, há ainda o agravante da fetichização

e da invisibilização, pois podem ser percebidos como "realmente gays" ou enquanto heterossexuais que estão experimentando algo passageiro; logo, sujeitos à descredibilização. Na contramão, a campanha acima contrapõe essas concepções, reafirmando a existência e legitimidade da bissexualidade masculina e promovendo um discurso que contribui para a desconstrução de tabus e preconceitos que impactam a identidade e o bem-estar de homens bissexuais.

Figura 36 -" Ame e se orgulhe dos seus filhos e filhas LGBT+"



Fonte: Papo de Homem (2023)

A imagem utiliza um fundo verde escuro que transmite seriedade e elegância. No topo, há traços em formato de arco-íris que irradiam como raios de luz, simbolizando diversidade e celebração. A frase principal, "Ame e se orgulhe dos seus filhos e filhas LGBT+", está em letras grandes e brancas, com destaque para a palavra "orgulhe" em itálico, criando uma ênfase emocional. Abaixo, em uma fonte menor, a pergunta "Por que celebrar o Orgulho LGBT+ é importante?" convida à reflexão. No canto inferior direito, um elemento curvo em formato de arco-íris exibe as cores clássicas da bandeira, com a sigla PDH destacada em branco. O design é equilibrado, misturando energia e sobriedade.

A mensagem da publicação está focalizada no incentivo ao afeto e ao orgulho familiar com relação a filhas/os LGBTQIA+, o que auxilia na ruptura com padrões tradicionais de rejeição. Nessa toada, o verbo "orgulhar-se" não é apenas instrução, mas chamado à resignificação das relações familiares diante da explicitação social da diversidade sexual e de gênero. Com isso, a ideia de celebrar o orgulho LGBTQIA+ aponta para a necessidade de reconhecer essas identidades não como desvios a serem

tolerados, mas como expressões legítimas de existência que merecem valorização. Portanto, a ancoragem da publicação supera a mera aceitação passiva, deslocando-se para o campo da valorização ativa.

A postagem acima está inserida em contexto político e cultural no qual a vivência de pessoas LGBTQIA+ persiste marcada por preconceito, violência e rejeição familiar. No Brasil, país que lidera estatísticas de violência contra pessoas LGBTQIA+ e no qual se discutem retrocessos no que diz respeito aos direitos do segmento, campanhas como a promovida pelo PDH adquirem relevância, na medida em que ressaltam o papel central da família no acolhimento dessas identidades. A valorização do discurso de aceitação e orgulho se contrapõe a invisibilidade e patologização das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes. Contudo, a noção de “orgulho” aqui dialoga diretamente com o conceito contemporâneo de “tolerância” – um termo que, embora positivo à primeira vista, carrega limites importantes, relativos a aceitação condicional e hierárquica, em que o “normal” concede espaço ao “diferente” desde que esse não ameace as estruturas tradicionais.

A mensagem da postagem é relevante ao incentivar o orgulho e o amor familiar como pilares fundamentais para a vivência digna das pessoas LGBTQIA+. Entretanto, são latentes limitações típicas de campanhas focadas no discurso da tolerância. O apelo para que os pais “amem” e “se orgulhem” de seus filhos pode, paradoxalmente, reforçar a noção de que a aceitação ainda depende de um gesto da figura paterna ou materna, mantendo o poder familiar no centro da relação. Além disso, ao não questionar, neste momento específico e diretamente, as estruturas cisheteronormativas que historicamente excluíram essas identidades, a organização pode reforçar a narrativa do reconhecimento das diversidades de formas de viver as masculinidades e paternidades no Brasil contemporâneo como resquícios daquilo que está fora dos núcleos familiares normativos.

Diante do inicialmente exposto e dando sequência ao processo analítico, pode-se pontuar que a heterossexualidade, mais do que uma orientação sexual, configura-se como norma societal, responsável por estruturar não somente as relações interpessoais, mas também as instituições que organizam os conceitos de família e parentalidade. Monique Wittig (2022), em suas análises sobre o regime heterossexual compulsório, destaca que a heterossexualidade pode ser lida como um sistema político que sustenta a manutenção das hierarquias de gênero e a própria organização familiar tradicional. Nessa direção, a imposição da família nuclear heterossexual – composta por pai, mãe e filhos – não é um

fenômeno natural, mas dispositivo social que regula a reprodução, o cuidado e a transmissão patrimonial dentro de uma lógica binária e excludente, tendo em vista serem inúmeros os arranjos extra patriarcais. Se a norma estabelece que a paternidade e a maternidade são funções rigidamente vinculadas ao sexo biológico e às identidades de gênero cisgêneras, inviabiliza-se o reconhecimento de arranjos que escapem a essa configuração, como aqueles compostos por pais ou mães LGBTQIA+ e evidenciados/valorizados pelas publicações do PDH.

Para ter êxito, contudo, a discussão sobre novos arranjos familiares e práticas parentais demanda enfrentar a estrutura normativa que naturaliza a heterossexualidade como padrão. O surgimento de famílias homoafetivas, transparentais e outras rompe com a ideia de que o cuidado, o afeto e a criação de vínculos dependem de uma configuração binária e heterossexual para ocorrer. Wittig (2022), ao pontuar que "as lésbicas não são mulheres", destaca o potencial político das identidades dissidentes na desestabilização da categoria "mulher" como dependente de sua relação com o homem. Replicando essa lógica de subversão, arranjos familiares chefiados por sujeitos sexo-gênero dissidentes deslocam a paternidade e a maternidade de suas referências biológicas e normativas, o que expõe o exercício da parentalidade como prática relacional e não destino determinado pela biologia. Logo, a ampliação do conceito de família no debate público auxilia na reafirmação da multiplicidade de formas legítimas de cuidado, pertencimento e amor.

Figura 37- "Afinal, como é ter dois pais?"



Fonte: Papo de Homem (2023)

A fotografia mostra uma família diversa em um ambiente ensolarado, com vista para uma cidade ao fundo, possivelmente à beira-mar. Dois homens adultos estão ao lado de três crianças, sugerindo uma dinâmica de pais e filhos. Os adultos vestem camisas estampadas coloridas que adicionam vivacidade à cena. As crianças sorriem, com roupas casuais que reforçam a naturalidade do momento. O título, "Afinal, como é ter dois pais?", está em letras brancas na parte inferior, sobre um fundo sombreado que destaca o texto sem comprometer a imagem. No canto superior esquerdo, a palavra "Paternidades" aparece em letras menores, sugerindo que a imagem faz parte de uma série temática. O conjunto evoca acolhimento e felicidade, promovendo diversidade familiar.

A mensagem transmitida pela publicação expressa, em seu significado, a tentativa de normalizar e visibilizar as dinâmicas familiares compostas por dois pais, rompendo com a lógica que associa a paternidade a um homem cisgênero e heterossexual. O questionamento no título da publicação que leva a um vídeo ("Afinal, como é ter dois pais?") expõe a tentativa de despertar a curiosidade e abrir espaço para o diálogo sobre a pluralidade de arranjos familiares contemporâneos. O uso do verbo "ter" enfatiza a perspectiva das crianças, deslocando o olhar da validação externa para a experiência concreta e afetiva no cotidiano. Logo, a paternidade se constrói no cuidado e no vínculo familiar, e não em uma estrutura biológica predefinida.

A publicação surge em contexto no qual a diversidade de arranjos familiares tem adquirido maior visibilidade, mas segue enfrentando resistência, especialmente com a crescente do conservadorismo político e social no Brasil. O reconhecimento legal das famílias homoafetivas, conquistado por meio de decisões jurídicas, esbarra na ideia de que a paternidade deve seguir um modelo heteronormativo legítimo. Diante disso, a postagem PDH se insere na tentativa de evidenciar a existência de famílias com dois pais, inserindo essa vivência no debate sobre masculinidades. Portanto, trata-se de iniciativa virtual e audiovisual que busca normalizar aqueles que ocuparam historicamente o local do inaceitável.

Embora a postagem tenha o mérito de trazer à tona a vivência de crianças com dois pais, há uma sutil centralidade no tom de curiosidade presente na frase "Afinal, como é ter dois pais?", que pode reforçar, de maneira não intencional, a ideia de excepcionalidade desse arranjo familiar. O questionamento implícito sugere que essa realidade ainda é vista como incomum, o que, por um lado, atrai atenção ao tema, mas, por outro, mantém a diferença como uma característica a ser explicada. Além disso, a ausência de menções explícitas à construção social da paternidade fora dos moldes tradicionais limita o alcance crítico da publicação, que poderia avançar ao problematizar como as masculinidades dissidentes também reconfiguram as práticas parentais. Novamente, ocorre a contraposição entre a norma legítima e a tolerância da diferença e dos desvios desta

A questão da publicação acima (que é também porta para vídeo), intitulada "Afinal, como é ter dois pais?" compõe a sequência imagética do processo de crítica de paradigmas, posto pelos debates sobre diversidade sexual e de gênero. Na medida em que a heterossexualidade enquanto regime político não se limita a regular práticas sexuais, mas define fronteiras sociais entre o que é legitimado e o que é marginalizado (Wittig, 2022), a família chefiada por dois homens em uma relação afetivo-sexual, passa a desafiar a estrutura que vincula a função paterna a uma figura masculina cisgênera e heterossexual, ao mesmo tempo que se atrela a uma tentativa de integração ou incorporação, que indica a luta pela legitimação. O campo familiar, enquanto espaço social de reprodução de valores e estruturas, foi historicamente consagrado pela primazia da heterossexualidade. Ao mencionar a experiência de ter dois pais enquanto objeto de curiosidade que necessita ser esclarecido, a postagem evidencia o funcionamento de uma regra socialmente dita que

distingue o familiar legítimo – com o pai e a mãe heterossexuais – do familiar “exótico”, cuja existência demanda explicação e atrai olhares.

Ao discutir a dinâmica que opõe o sagrado e o profano nos campos sociais, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004) demonstrou como certas práticas e identidades são sacralizadas e outras relegadas ao espaço do não-pertencimento, aquele que está fora. Fazendo uma analogia da sua teoria dos campos para pensar um suposto campo familiar, a heterossexualidade assume o papel de princípio organizador desta arena, delimitando os limites entre o sagrado, isto é, as famílias reconhecidas institucional e culturalmente, e o profano, representado por arranjos dissidentes. As famílias homoparentais são inseridas nesse espaço profano, não porque careçam de vínculos afetivos ou funcionais, mas porque desestabilizam a lógica que atribui ao casal heterossexual a posição central e natural do patriarcado. Quando se pergunta “Afinal, como é ter dois pais?”, há uma operação em um ponto de transição, no qual o profano começa a se tornar visível e a questionar o que havia sido previamente estabelecido como legítimo no “campo”.

Esse processo de deslocamento, no entanto, não ocorre sem resistência. A heteronormatividade, enquanto regime político, não apenas define práticas aceitáveis, mas impõe sanções simbólicas e jurídicas aos sujeitos que escapam ao seu controle. O reconhecimento jurídico de casais homoafetivos no Brasil, bem como a exposição de suas experiências cotidianas, altera parcialmente as fronteiras desse campo, mas não anula a estrutura que continua a demarcar o familiar legítimo como heterossexual (por vezes tentando retroceder em prerrogativas aparentemente consolidadas aos “subversivos”). A continuidade desse processo de inclusão das famílias que buscam respeitabilidade depende de uma crítica que não apenas torne visível o profano, mas que também revele os mecanismos pelos quais o sagrado é reproduzido. Diante disso, as dinâmicas estabelecidas deixam claro que enquanto o profano luta por visibilidade, o sagrado resiste, ajustando suas fronteiras de modo a manter o seu poder de definição – que é violento – acerca do que constitui uma família “de verdade”.

Figura 38 - "O que todo pai precisa saber..."



Fonte: Papo de Homem (2023)

O fundo verde vibrante da imagem traz energia e positividade. No centro, a frase principal, "O que todo pai precisa saber...", está em letras maiúsculas, brancas e negritadas, com um leve contorno que simula um efeito 3D, criando profundidade. Abaixo, o texto complementar, "antes de conhecer o namorado do filho ou a namorada da filha?", usa uma fonte menor, destacando as palavras "namorado" e "namorada" com sublinhados em laranja, reforçando a ideia de aceitação e compreensão. No canto superior direito, há um símbolo de aspas em branco sobre um pequeno retângulo laranja. No rodapé, a sigla PDH está disposta verticalmente, integrando o design. A combinação de cores fortes e contraste faz a mensagem se destacar.

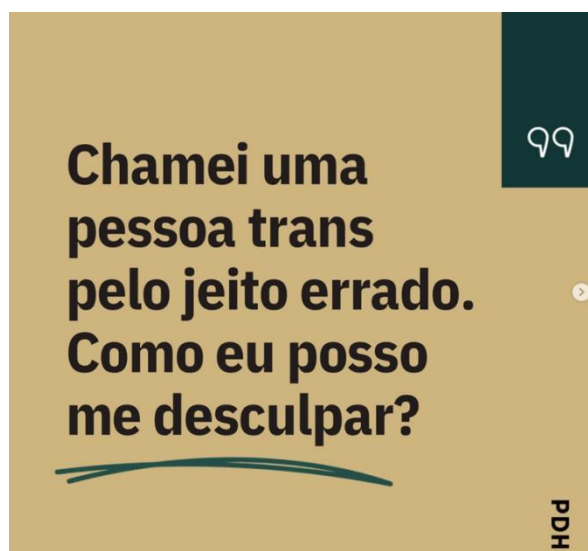
A frase mobiliza expectativas familiares tradicionalmente associadas ao momento de conhecer um parceiro afetivo, mas o faz ao introduzir, de maneira sutil, reflexão acerca das normas sociais vigentes de gênero e orientação sexual. O enunciado questiona, implicitamente, a expectativa padrão de que meninos namorem meninas e vice-versa, evidenciando como essa lógica é internalizada como parte da natureza. O uso do verbo "precisar" sugere a importância de uma preparação anterior a esse encontro, indicando que o papel paterno não se esgota na aceitação passiva, mas demanda compreensão ativa das dinâmicas relacionais contemporâneas.

A publicação insere-se em cenário social no qual as vivências familiares vêm sendo ressignificadas por práticas que valorizam a escuta, o respeito mútuo e a aceitação da distinção à norma. As interações entre pais e filhos LGBTQIA+ refletem uma transformação geracional, na qual o diálogo sobre afetos, identidades e relacionamentos

passa a ocupar espaço mais aberto no ambiente familiar. O questionamento apresentado sugere que a construção de uma relação saudável e inclusiva no âmbito parental se vincula a disposição dos pais em compreender as experiências e os vínculos de seus filhos sem partir de expectativas preestabelecidas, demanda microssocial recente historicamente.

A provocação inserida na postagem sugere mudança na postura familiar diante das relações de pais, filhas e filhos. O foco recai sobre a necessidade de o homem-pai, tradicionalmente associado a figura do patriarca, vigilante e controlador, assumir postura de aprendizado diante das dinâmicas emergentes de gênero e sexualidade. Seguindo essa linha, o termo "precisar saber" desloca a autoridade paterna para o campo da escuta e da abertura, rompendo com o discurso que associa o pater à proteção contra o “desvio” e a inadequação. Logo, a publicação propõe uma revisão crítica das expectativas que cercam o papel paterno.

Figura 39 - "Chamei uma pessoa trans pelo jeito errado. Como eu posso me desculpar?"



Fonte: Papo de Homem (2023)

A imagem possui um fundo bege claro que transmite suavidade e acessibilidade. O texto principal, "Chamei uma pessoa trans pelo jeito errado. Como eu posso me desculpar?", está centralizado em preto, em uma fonte limpa e legível. Abaixo do texto, há uma linha curva em verde escuro, adicionando movimento e continuidade ao design. No canto superior direito, um ícone de aspas em branco sobre um fundo verde escuro complementa a composição. A sigla PDH aparece no rodapé, disposta verticalmente. A

simplicidade da paleta de cores e do layout reflete uma abordagem empática e reflexiva, incentivando o diálogo e a conscientização.

O questionamento apresentado como centro da publicação aborda a prática cotidiana de nomeação e reconhecimento de identidades trans. O uso da expressão “pelo jeito errado” remete a uma falha comum em um contexto de cisnormatividade, onde o uso inadequado de pronomes e nomes permanece frequente. A formulação da pergunta sugere que o erro não é definitivo e que a responsabilidade pela reparação é de todos, no que diz respeito ao reconhecimento da identidade de pessoas trans.

A publicação reflete tensão cultural crescente em torno da nomeação correta de pessoas trans no Brasil e no mundo, a despeito dos avanços das lutas sociais por reconhecimento. O nome social, cuja adoção é garantida desde decisão do STF no ano de 2018, representa um dos elementos fundamentais na afirmação da identidade, especialmente em um cenário no qual o uso incorreto intencional – o chamado “deadnaming” – é utilizado como ferramenta de violência simbólica. A publicação insere-se no debate sobre o respeito às identidades dissidentes, em contraponto a discursos que naturalizam o erro ou o justificam pela ignorância que não poderia ser revertida (por ser geracional, a exemplo).

O enunciado enfatiza a função da ação reparadora no processo de reconhecimento das identidades trans. A centralidade da questão reside na disponibilidade de corrigir o erro e não na punição ou no constrangimento pelo equívoco cometido. Essa perspectiva ressignifica a noção de “erro” ao inseri-la em uma lógica de aprendizado, afastando a culpabilização paralisante (que pode ficar resumida a arena da criminalização) e se aproximando da ideia de responsabilidade ética. Dessa forma, a publicação não apenas gera orientação acerca de uma prática inclusiva, mas reforça o princípio de que o respeito ao nome e aos pronomes corretos não é favor, mas expressão básica de efetivação da dignidade humana.

As problemáticas mobilizadas nas duas figuras acima remetem à centralidade de nomeações e simbolismos culturais na organização das interações sociais e na constituição das identidades. A atribuição correta de nome a uma pessoa trans, bem como a preparação paterna para interações com os vínculos afetivos de seus filhos e filhas não são apenas práticas cotidianas, tal qual aparentam em superfície; trata-se de gestos que operam no campo simbólico, no qual categorias, significados e reconhecimentos são estabelecidos, disputados e ressignificados. O nome, marcador identitário, carrega

consigo não apenas uma referência pessoal, mas a inscrição de um indivíduo em um sistema de códigos que chancela ou marginaliza a sua existência. Da mesma forma, o papel paterno, ao ser deslocado de uma posição de controle para uma função mediadora e atenta às experiências dos filhos, altera imaginário (e prática) da estrutura familiar tradicional. Portanto, ambos os temas evocam a relação entre linguagem, poder e pertencimento, evidenciando que as práticas discursivas e relacionais não apenas descrevem a realidade, mas a produzem e a mantêm. O que está em questão, neste contexto, é o processo contínuo de negociação pelo qual indivíduos e famílias reconstroem suas posições em sociedade, desafiando significados fixados e reivindicando novos lugares existenciais, processo que afeta o ser e estar no fazer da parentalidade.

*

O cruzamento entre diversidade sexual e de gênero e a construção das masculinidades contemporâneas evidencia o modo pelo qual essas dimensões se coimplicam na organização dos papéis e expectativas atribuídos às masculinidades nas sociedades atuais. As publicações analisadas, referentes às três organizações, demonstram que, ao se propor a discussão da construção social do ser homem, torna-se inevitável abordar as múltiplas formas de orientação sexual e identidade de gênero que atravessam essa vivência. A normatividade heterossexual e cisgênera, historicamente vinculada à concepção patriarcal do masculino, opera como eixo estruturante de comportamentos, relações e práticas. O movimento dessas organizações, ao incluir em suas postagens pautas sobre parentalidade homoafetiva e a visibilização da bissexualidade e da transexualidade, aponta para uma contestação na qual ocorre o debate não apenas referente ao reconhecimento identitário institucional, mas também concernente à reorganização das referências culturais associadas ao que significa ser homem.

Conforme aponta Renan Quinalha na construção de percurso sobre as lutas do movimento LGBTQIA+, no Brasil, a heteronormatividade foi reforçada não apenas no plano social, mas também no aparato jurídico, o que consolidou, ao longo do tempo, um modelo de masculinidade vinculado à negação de qualquer expressão de desejo ou identidade que escapasse às categorias cisheteronormativas (Quinalha, 2021). Essa normatização legal repressora vai ao encontro do ideário de um patriarcado racial que submete seja homens seja mulheres seja pessoas negras ou pessoas sexo-gênero dissidentes à possibilidade de violência constante, em linha social de subalternização. Diante disso, as postagens analisadas evidenciam que parte das masculinidades

contemporâneas passam por um processo de revisão destes pressupostos colonial-modernos, ao trazer à tona a realidade de parentalidades, paternidades e famílias homoafetivas, tópicos centrais nas postagens e na atuação das organizações estudadas. O campo das políticas não governamentais, ao incorporar estes elementos sociais, vale dizer também, tem ajudado a reposicionar a noção de masculinidade em direção a uma construção menos “dura” e mais sensível a singularidades.

A visibilidade em perfis oficiais de organizações sociais, sabe-se, não implica – nem de longe – a dissolução de estigmas, mas representa um passo social que pode ser espreado para empresas, governos e fundações parceiras no que diz respeito à promoção de iniciativas de desnaturalização de normas de gênero e sexualidade, as quais, durante séculos, tem determinado quem pode ou não ser reconhecido como homem (ou mais e menos homem), ainda que a chave organizacional possa expressar parâmetros neoliberais de representatividade – sem vinculação com questões econômicas que também atravessam a vida desses sujeitos.

De todo modo, as políticas das masculinidades, ao dialogar com estas preocupações que são primordialmente dos movimentos feminista, LGBTQIA+ e negro, passam a funcionar como espaço de articulação de novas referências sociais, reconhecedoras da pluralidade das experiências de gênero e sexualidade sem, contudo, romper com as tensões que atravessam tais processos de reconhecimento. Este fenômeno de reconfiguração, contudo, não se esgota nas publicações virtuais, sendo atravessado pelas experiências e percepções daqueles que atuam nessas organizações. Portanto, para além das imagens e representações sociais que cá estão postas, importa vislumbrar de que maneira os sujeitos efetivamente tem feito circular estes paradigmas emergentes na operacionalização de atividades e na construção dos seus “produtos”. Deixo em aberto, contudo, essa análise microssocial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se observa ao longo do processo histórico, o homem universal, o homem humano, em especial quando branco, heterossexual e pertencente aos segmentos econômicos dominantes, ainda persiste como aquele que, do alto de suas marcas, é invisível enquanto especificidade. A identidade específica e a alteridade moram no Outro. Tentei deslocar este suposto universalismo ao longo deste trabalho ao mostrar que, nas últimas décadas, os estudos sobre as masculinidades e as políticas das masculinidades, em nível global e local, desestabilizaram tal tranquilidade, posicionando os homens como objetos. Este posicionamento decorre de um olhar que busca integrar a população masculina nas ações voltadas para a igualdade de gênero.

Para investigar este deslocamento, o qual tem ocorrido desde a década de 1990 no campo internacional, busquei analisar a concentração da discussão e das ações sobre as masculinidades no país, as quais tem ocorrido de forma predominante no âmbito do mercado e da sociedade civil, passando ao largo do Estado, com poucas exceções históricas, a exemplo da política da Licença Paternidade, da PNAISH e dos grupos reflexivos para homens autores de violências no Judiciário. A partir desse foco, me interessei em analisar três organizações: Instituto Promundo, Instituto PDH e Projeto MEMOH, na busca pelo conhecimento de seus discursos (dos agentes e organizacionais), repertórios, atividades e parcerias. Estes elementos ajudaram a mapear os fluxos que transitam do Norte ao Sul do planeta e nos quais estas instituições estão inseridas, bem como auxiliaram na descrição e compreensão de suas dinâmicas internas, marcadas por metodologias próprias de atuação e assessoramento.

Retomo as duas questões que motivaram o desenvolvimento da investigação, sendo essas: a) em que medida a atuação com homens por parte das instituições não governamentais brasileiras reflete o fenômeno da internacionalização do debate sobre masculinidades? e b) em que medida é possível retirar os homens, em especial os homens negros, da visibilidade negativa ou parcial no campo das políticas públicas? Acerca da primeira, pontuo que, a despeito da origem e progresso inicial das agendas políticas e teóricas sobre masculinidades no Norte global – o que se soma aos vínculos internacionais estabelecidos pelas organizações locais com relação a instituições de países centrais do capitalismo –, nos casos estudados foi possível identificar a consolidação de metodologias e repertórios nacionais de atuação, que vem a se somar, especialmente no Promundo, com

perspectivas críticas, explicitamente anunciadas, acerca das configurações coloniais, patriarcais e racistas que moldaram as relações de gênero locais; ainda que essa contraposição ocorra na linguagem institucional da sociedade civil, a qual não busca o enfrentamento político direto com as questões estruturais denunciadas, mas a proposição de mensagens igualitárias no campo publicitário e da conscientização, materializado nas redes sociais e em outros instrumentos de divulgação a exemplo das cartilhas, manuais e relatórios anuais; e a realização de iniciativas microsociais com os públicos abarcados (como capacitações, *workshops* e grupos de cunho reflexivo).

No tocante a segunda, indico que as ações de visibilização dos homens, e dos homens negros, são históricas no Brasil. Contudo, essa historicidade se concentra no campo da negatividade; a visibilidade das masculinidades negras é materializada por meio da concentração desses sujeitos como alvos da violência estatal, na medida em que ocorre a pressuposição de que representam um risco a segurança da coletividade e aos projetos de nação (Miskolci, 2012). Em contraponto, recentemente, emerge o campo da positividade do ser negro, incluindo homens e mulheres lidos como racializados, em especial por meio das políticas das ações afirmativas e a aprovação de legislações de cunho antirracista como o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010.

Essas medidas, entretanto, não transformaram o Estado em benfeitor para essa população, na medida em que os agentes estatais continuam a ser propagadores da ideologia racista mortífera que ameaça a dignidade humana do grupo. Contudo, com as medidas adotadas nas últimas décadas, houve a possibilidade de existir um caráter dual da máquina estatal (benéfico e maléfico). Na seara das masculinidades negras, é o elemento racial e não de gênero quem prevalece; embora, como eu tenha tentado argumentar, especificamente no primeiro capítulo, o recorte “masculinidade” precisa ser compreendido igualmente como objeto capaz de propulsionar intervenções governamentais – aproximando singularidades entre as problemáticas de homens negros e não negros das camadas populares.

Fiz o percurso de pesquisa a partir da utilização de técnicas metodológicas qualitativas, compreendendo que as limitações pessoais para acompanhar em campo ações e grupos promovidos sistematicamente pelas organizações, exigiam outras saídas, dentre as quais se destacou em um primeiro momento as entrevistas semiestruturadas (com quatro homens das organizações, todos brancos e cisheterossexuais, o que por si só se mostrou um dado relevante) e, em segundo momento, a análise semiótica de imagens:

postagens publicadas pelas entidades em seus perfis oficiais na rede social *Instagram*. Essas postagens foram úteis para expor o foco comum em duas temáticas centrais: a paternidade, com seus cruzamentos com o debate racial, e a questão da diversidade sexual e de gênero. Esta etapa analítica explicitou a tentativa institucional comum de aproximar o debate sobre masculinidades de uma ótica dita interseccional.

A presente tese partiu do reconhecimento de que, no Brasil contemporâneo, ser homem é simultaneamente posição de privilégio e condição marcada por subordinações específicas, sobretudo quando o masculino está atravessado por marcadores sociais da diferença. Embora socialmente posicionados em estruturas de dominação, homens, em especial negros, vivenciam situações que os colocam como destinatários de medidas que reforçam suas existências diminuídas na hierarquia social, tendo a masculinidade hegemônica como referência, o que refaz o ciclo de subalternização entre eles. Acrescentei a esta percepção o fato de que as eventuais desvantagens masculinas, expostas nos números oficiais, não podem ser enquadradas sob a ótica das desigualdades intergêneros e do sexismo, sendo mais bem identificadas como impactos negativos intra-gênero, no âmbito da dupla face das masculinidades (benefícios x prejuízos), do classismo e do racismo.

Na busca de um enquadramento analítico para a pesquisa, por sua vez, focalizei o conceito de políticas das masculinidades, inaugurado por Raewyn Connell e posteriormente desenvolvido pelo sociólogo estadunidense Michael Messner. A partir dessa abordagem, problematizei a relação entre masculinidades e ação pública, sustentando que as políticas das masculinidades não se restringem àquelas elaboradas por e voltadas exclusivamente a homens, mas dizem respeito, de forma ampliada, aos modos como associações, movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais contribuem para a reprodução ou a contestação das hierarquias de gênero. Esse enquadramento permitiu mapear a inserção internacional do debate, com ênfase na circulação do conceito de gênero nas agendas multilaterais, especialmente no marco das conferências organizadas e nos documentos lançados pela ONU.

A partir das referidas arenas multilaterais, tem se consolidado uma pauta global de engajamento dos homens pela igualdade de gênero, que passou a influenciar o desenho de programas de saúde, ações educativas e intervenções comunitárias em diversos países. Evidenciei como organismos multilaterais, agências de cooperação e ONGs passaram a operar como vetores de difusão e mediação desse debate, promovendo parcerias com

Estados nacionais e demais entes da sociedade civil (sendo a maior expressão do fenômeno a aliança internacional *Men Engage*). Logo, o campo das políticas das masculinidades foi sendo constituído de forma simultaneamente nacional e transnacional, marcado por uma tensão contínua entre discursos de igualdade de gênero, práticas institucionais de controle, especificidades culturais e socioeconômicas dos contextos nacionais sob revisão e a manutenção de modelos normativos e eurocêntricos de masculinidade como referência a ser seguida.

Vale ressaltar que as organizações estudadas, embora surgidas em períodos históricos distintos (décadas de 1990, 2000 e 2010), com extensões diferentes e marcadas por estratégias singulares, compartilham um conjunto de marcas comuns. Nesse sentido, os materiais analisados revelaram que essas tem buscado a articulação e cooperação (financeira ou técnica) com o campo das políticas públicas, do mercado neoliberal e multinacional, assim como da sociedade civil, na medida em que operam, especialmente no caso do Instituto Promundo, enquanto ferramentas de *advocacy* para difusão e enquadramento da problemática. Importa igualmente pontuar que a arena multinacional é representada seja por entidades governamentais seja por entidades não governamentais (algumas das quais de caráter filantrópico) que tem atuado para a promoção de causas consideradas progressistas ao redor do mundo, dentre as quais a agenda pela igualdade de gênero. A circulação dessas agendas se materializa com base em diretrizes que podem vir a ser formulada em diálogo com atores externos aos países do Norte, fato que não necessariamente se concretiza na práxis da sociedade civil “global” (Fonseca, 2019).

Soma-se a esse conjunto de observações, os dados obtidos por meio dos relatos, que atestaram que a atuação dos membros vincula elementos temáticos institucionais com elementos da trajetória pessoal; o que demonstra a inter-relação dos dilemas sobre o masculino, focalizados nas instituições, com os dilemas existenciais e políticos dos colaboradores da pesquisa. Foi possível detectar, também a partir dos achados empíricos, que as iniciativas com foco em masculinidades no Brasil têm produzido técnicas servem tanto para a circulação entre outras instituições e grupos de homens brasileiros quanto para organizações estrangeiras que tenham interesse em replicar as experiências com homens executadas em território nacional.

Em suma, por meio do conjunto de capítulos apresentados nesta tese, objetivei – como contribuição aos estudos sobre masculinidades e aos estudos da Sociologia de gênero (e raça) no Brasil – propor uma nova interpretação acerca das formas organizativas

sob as quais tem ocorrido o debate sobre as masculinidades na sociedade. Em linhas gerais, houve a busca por ler as entidades não governamentais brasileiras que atuam na questão como formatos de mobilização que são resultantes institucionais de uma tendência do debate de gênero emergente na década de 1970 no mundo anglo-saxão.

Essas iniciativas não governamentais ajudam a incorporar, por fora do Estado, o tensionamento crescente sobre os paradigmas tradicionais do masculino com outros discursos e imagens que não os do patriarcado colonial-moderno, constitutivos da nossa formação enquanto povo. No entanto, essa incorporação é acompanhada pelo risco de enquadramento do problema sob a ótica neoliberal e familista conservadora, na qual soluções privadas se sobrepõem a resoluções coletivas em torno de estruturas antigas e de caráter político, ou seja, que interessam à sociedade como um todo. Preenche-se, com isso, o vazio na ordem pública a partir da atribuição de responsabilidade direta aos indivíduos, que devem, por seus próprios meios, lidar com situações que implicam vulnerabilidades e depositar em sua história pessoal a origem de seus dramas com a masculinidade nociva a si mesmos, às mulheres e ao meio social.

Conforme aponta a cientista política Flávia Biroli (2019), a conjunção do neoliberalismo com o conservadorismo desemboca em um tipo de família em perspectiva privatizante e moralmente convencional, atuando como expressão da regressão democrática. Afinal, essa família é enunciada de modo despolitizado, na qual os direitos no seu interior e exterior não são discutidos, assim como seus integrantes se imbuem das tarefas do cuidado e tampouco questionam o desmantelamento da infraestrutura pública voltados a elas (creches, escolas, restaurantes comunitários etc.). Sacralizada por meio da sensibilização emocional, essa família idealizada acaba por apresentar a tríade pai-mãe-filho enquanto necessidade cotidiana de sobrevivência, na qual as pessoas se refugiam das incertezas e precariedades do cenário global atual. Ao pai, é destinada a proteção e o bem-estar da unidade familiar, sendo colocado no lugar do guardião dos costumes e da tradição, a qual mantém sua aura de divindade.

Nesse enquadramento, é possível perceber que o arranjo neoliberal que ressignifica a família enquanto espaço de cuidado e responsabilidade moral igualmente estrutura as práticas institucionais das organizações que atuam com o tema das masculinidades. A retórica da corresponsabilidade, frequentemente mobilizada nesses espaços, reproduz o ideário da autogestão e da autorregulação, deslocando para os sujeitos atomizados o ônus da mudança social. Assim como a família é convocada a administrar,

em esfera privada, os custos da precarização coletiva, os homens são convocados à correção, a qual passa pela internalização de competências morais úteis para a vida em sociedade. Sob essa nova gramática da mudança, cujos marcos são eminentemente ocidentais, a crítica ao patriarcado enquanto estrutura pode ser neutralizada, o que não significa que as intervenções focalizadas não apresentem benefícios microssociais. Portanto, a ética do cuidado apregoada enquanto janela para um novo mundo pode fazer às vezes de dispositivo de governamentalidade.

Sob a perspectiva que busquei construir, indico que a pluralidade das masculinidades é importante para as organizações e mostra-se interessante para a diversificação da categoria. Contudo, são as masculinidades negras aquelas que tem obtido maior importância enquanto destinatários de intervenção, seja nas iniciativas institucionais seja nas representações que os entes buscam replicar. O sujeito-objeto masculino disfuncional continua, portanto, sendo o sujeito-objeto racializado. É a ele que se volta o peso do provimento material e afetivo, na medida em que aumenta a responsabilidade das famílias em uma ordem neoliberal crescentemente mercantilizada. Logo, ressalto que a polissemia discursiva e imagética dessas instituições acaba por fazer circular diferentes sentidos em suas iniciativas e materiais visuais, que apontam, sim, para outras masculinidades, ainda que articuladas com as demandas econômicas e morais conservadoras conjunturais.

A seleção das três instituições não buscou representatividade estatística. Antes, operou com base em critérios teórico-analíticos orientados à diversidade de formatos institucionais, momentos históricos e vinculações internacionais. A pesquisa adotou, portanto, uma lógica de seleção paradigmática, ancorada na proposta de observar casos estratégicos que, embora não generalizáveis em termos quantitativos, permitem identificar as dinâmicas que atravessam o campo das masculinidades no país. Portanto, as organizações operaram como tipos ideais empíricos e pontos de condensação discursiva a partir dos quais foi possível inferir padrões de atuação e lógicas de adaptação local dos repertórios, os quais tensionam a construção do masculino desde uma chave institucional. Ao término deste trabalho, aponto seis considerações elaboradas a partir dos resultados encontrados, as quais poderão ser exploradas melhor em pesquisas futuras do campo:

- 1) **Sobre a transformação ou superação da ordem patriarcal, histórica na sociedade brasileira e em outras sociedades, desde a transformação das práticas sociais masculinas:** Os imperativos normativos de transformação social, inseridos no ideário das organizações, contrastam com a ordem patriarcal racial persistente nas relações entre os sujeitos. Parte do trabalho de questionamento desta ordem – interpretada nesta tese ao considerar uma conjunção de variáveis trazida pelos estudos anglo-saxões, brasileiros e latino-americanos – passa pela transformação dos paradigmas de masculinidade. Os modelos de virilidade incrustados nos comportamentos individuais, quando reproduzidos em larga escala, ajudam a perpetuar um quadro de desigualdades e violências, fato que exige, ainda mais, o fim da noção de que o masculino e suas questões devem estar afastados das políticas de gênero ou devem ser abordados exclusivamente pela arena não governamental. Evidentemente, se o Estado foi firmado sobre os pilares patriarcais, racistas e classistas da nação colonial-moderna, é preciso que incorpore novas dinâmicas em sua atuação para que realize tais políticas sem reproduzir, contraditoriamente, aquilo que se quer superar.
- 2) **Sobre a relação do “novo homem” com o “novo pai”; pai esse marcado pela diversidade racial e sexual:** Parte considerável dos esforços das instituições analisadas está direcionado ao debate sobre paternidades; algo que passa não apenas por uma agenda interna, mas que é trazido enquanto elemento para problematização pelos próprios homens. Isso significa que circula nestas a compreensão de que transformar a paternidade é crucial para transformar a masculinidade. Esse “novo pai” estaria intimamente vinculado ao cuidado e aos afetos, produzindo um vínculo consistente com seu filho desde a primeira infância. Contudo, por meio de um conjunto de ações e representações, busca-se atrelar os homens negros a modelo de paternidade que assenta raízes no patriarcado colonial-moderno, já que esta possibilidade tem sido a esses historicamente negada; assim como tem lhes sido negada a ligação com paternidades afro centradas. Ainda que esse novo pai esteja suavizado em sua figura simbólica, é à família nuclear, burguesa, gendrada e adaptada ao mundo neoliberal, que ele acaba sendo positivado.
- 3) **Sobre o processo de institucionalização das iniciativas direcionadas às questões dos homens no Brasil:** o conceito de políticas das masculinidades (ou

para as masculinidades) auxilia na leitura da realidade institucional analisada, na medida em que permite ler (com base nos preceitos estabelecidos na obra de Messner) formas organizacionais dispersas e pouco institucionalizadas, mas que operacionalizam a mobilização em torno do tema. Nesse sentido, ao observar as diferentes versões destas políticas no primeiro capítulo, propus uma releitura do conceito para o contexto brasileiro (Quadro 02), observando que duas das formas apontadas podem ser vistas como institucionalizadas (instituições da sociedade civil e grupos reflexivos) e as outras duas como parcialmente institucionalizadas (grupos de homens e masculinistas/anti feministas). Abre-se, então, janela analítica para continuar mapeando como os homens têm se organizado entre si para afirmar ou contrapor posicionamentos críticos de gênero.

- 4) **Sobre a permanência da forma grupo como a forma política por excelência de intervenção com homens e masculinidades:** seja no caso dos grupos reflexivos para homens autores de violências contra as mulheres seja nos grupos reflexivos ofertados pelas instituições analisadas (e buscados espontaneamente por homens interessados) ou no caso dos grupos terapêuticos, igualmente de caráter espontâneo, tem predominado o formato grupo como modo de operacionalização das discussões sobre masculinidades entre homens. Esse formato é uma reatualização dos espaços de homossociabilidade, sua versão “saudável” e uma tentativa de que, entre pares, os homens consigam incorporar ou propor questões que desestabilizem suas práticas públicas ou privadas, e principalmente aquelas que dizem respeito à sua relação com mulheres e crianças (as quais aparecem na figura de filhas/os). Abrem-se questões: 1) até que ponto estas metodologias em grupos tem sido efetivas na produção de mudanças comportamentais? 2) Se em geral as iniciativas devem ocorrer sem a presença de mulheres, como é possível abordar o tema do sexismo concedendo o monopólio de fala para o público masculino? 3) Como a glamourização dos cuidados se transforma em compromisso efetivo com as mulheres de modo a não permanecerem sobrecarregadas com o trabalho nas famílias em um cenário marcado pelo neoliberalismo?
- 5) **Sobre os vínculos com empresas, governos e organizações nacionais e internacionais, existentes entre as políticas das masculinidades brasileiras:** via mapeamento institucional, mostrei que a ligação com empresas tem sido

predominante no caso do Projeto MEMOH e do Instituto PDH e a ligação com organismos internacionais e fundações filantrópicas tem sido predominante no caso do Instituto Promundo; tais ligações podem ser tanto técnicas quanto financeiras. Ou seja, não há padrão unificado que aponte as entidades parceiras exclusivamente como clientes ou financiadoras. Ao levantar os dados de nacionalidade das parcerias nos sites ou em relatórios, foi possível identificar a predominância de parcerias brasileiras (Projeto MEMOH e Instituto PDH – retrato de 2025) e norte-americanas (Instituto Promundo – retrato que considerou todo o intervalo de 2016 a 2022). Com isso, é necessário investigar melhor os canais de fomento das instituições, principalmente as internacionais, para atividades que abordem o tema das masculinidades. Como é formada, do outro lado da equação, a demanda para que a questão seja trabalhada?

- 6) Sobre a necessidade de homens como sujeitos de direitos e das masculinidades como categorias de políticas públicas:** como último ponto, volto à discussão com a qual iniciei o primeiro capítulo. A partir de variáveis empíricas, torna-se possível tensionar a ideia de que a categoria “homem” é, por si só, sinônimo de privilégio, fator que revela que os marcadores de raça e classe reconfiguram as experiências masculinas no Brasil. Essa constatação reforça a necessidade científica de tratar as masculinidades não apenas sob a ótica da problematização comportamental, mas enquanto condição a ser compreendida desde as suas desigualdades internas, o que significa propor políticas públicas que considerem os efeitos objetivos das desigualdades que atingem determinados perfis de homens, construindo intervenções que não apenas busquem desconstruir normas de gênero entre homens e mulheres, mas também reconhecer e enfrentar os danos causados por padrões de socialização e arranjos institucionais excludentes entre os homens. Tal proposição implica deslocar o foco exclusivo na responsabilização individual (sem retirar sua importância), passando para o exame das estruturas profundas e antigas do patriarcado racial, que produzem iniquidades desde o Brasil Colônia e, na Modernidade, pela mão do próprio Estado, estando este no lugar do grande patriarca, que distribui benesses e protege apenas a seus filhos prediletos e legítimos.

Em 2021, decidi estudar as organizações não governamentais que atuam com homens e masculinidades no Brasil, como etapa seguinte aos meus estudos acerca da temática, iniciados pela análise dos grupos terapêuticos de masculinidades existentes no DF. A princípio, já no doutorado, meu caminho investigativo me levava para uma análise institucional das entidades, com extrapolação, apenas de forma justificativa, para o contexto internacional no qual a discussão fora gestada. As leituras realizadas e os caminhos empíricos adotados, contudo, foram me direcionando para um conjunto outro de questões, os quais reforçaram: o caráter transnacional do objeto; a importância de considerar o Estado brasileiro e seu lugar como questão problemática no cerne do meu argumento, bem como a necessidade de atribuir protagonismo à questão racial para entender as masculinidades que interessam às organizações e a vulnerabilidade que pode estar entrelaçada à condição dos homens no país. Diante disso, se em diversos momentos me sentia com dificuldades de entender o raciocínio de pesquisa inicialmente estabelecido, a adição de tais elementos fez com que, na fase final de elaboração desta tese, enfim compreendesse meu propósito analítico.

Encerrando meu esforço sociológico, faço digressão relativa a acontecimentos do nosso tempo. Como temos assistido, a crescente diferença político-eleitoral entre os gêneros explicita que o tema das masculinidades está imbricado ao crescimento da extrema-direita no cenário internacional, o que aumenta a urgência em abordar problemáticas ligadas aos homens, especialmente os mais oprimidos, desde uma perspectiva crítica. O risco de não o fazer está na captura integral da discussão pela vertente masculinista. Afinal, as queixas dos homens encontram respostas fáceis na culpabilização das mulheres e dos pares vistos como fracos. Esse tipo de resposta, entretanto, retoma o ciclo da busca eterna pela masculinidade hegemônica, dessa vez de forma remasterizada, em simulacro patriarcal de inovação. Somente quando a ótica da relacionalidade entra em cena, as vantagens e desvantagens que atravessam públicos distintos podem vir à tona, retirando o caráter gendrado interseccional do masculino de uma arena de invisibilidade. Trata-se de esforço, sobretudo, imaginativo, pois ao ser acionado, não pode ignorar que os abismos entre os indivíduos permanecem vivos, incômodos e asfixiantes no mundo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros” **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, 2012.
- AGUIAR, Luiz Henrique M. **Intervenções psicossociais e responsabilização com homens autores de violências contra parceiras íntimas no Distrito Federal do Brasil e em Porto, Portugal**. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia: Universidade de Brasília, 2019.
- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 15, n.2, 2000: Pensamento Social Brasileiro.
- ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20 (2): 256, maio-agosto/2012.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, masculinidade e poder**: Revendo um caso do Sul de Portugal. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- AMBRA, Pedro. **O que é um Homem?** Psicanálise e História da Masculinidade no Ocidente. São Paulo: Zagodoni, 2019.
- ANDREWS, Kehinde. **A Nova Era do Império**: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ÁRIES, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. LTC, 1981.
- ARONOVICH, Lola. Prefácio In LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- ASAD, Talal. 2011. Reflexões sobre crueldade e tortura. **Pensata**, Revista dos alunos da Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v.1, n.1.
- AVILA, Simone; GROSSI, Miriam. “O ‘y’ em questão: as transmasculinidades brasileiras”. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 10., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2013.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **XY Sobre a Identidade Masculina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BARRAL, Daniel de Castro. **Os estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade**. 2018. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- BARROS, Douglas R. **Lugar de Negro Lugar de Branco?** Esboço para uma crítica à metafísica racial. Editora Hedra, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo Fatos e Mitos Vol. II**. São Paulo: Difusão Europeia, 1980.

BELOTTI, Elena. **Educar para a Submissão**: o descondicionamento da mulher. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975.

BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla. **O feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

BEIRAS, Adriano. BRONZ, Alan. SCHNEIDER, Pedro F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. **Nova Perspectiva**, v.29, n.68, p.61-75, dezembro 2020.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**: sexualidade e gênero na Experiência transexual. Editora Devires: 2017.

BENTO, Berenice. **Abjeção A Construção Histórica do Racismo**. São Paulo: Editora CULT, 2024.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 33, Número 01, jan./abr. 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 01, jan./abr. 2016.

BICUDO, Virginia. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Sociologia e Política: 2010.

BIROLI, Flávia. **A reação contra o gênero e a democracia**. Disponível em: [A reação contra o gênero e a democracia | Nueva Sociedad](#). Acesso em: 05/07/2025.

BLY, Robert. **João de Ferro**: um livro sobre homens. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

BONFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Biblioteca virtual de ciências humanas: 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. São Paulo: Editora Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Esboço para uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus Editora: 1996.

BRASIL. **Decreto 9.579 de 22 de Novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126

BRASIL. **Lei 9370, de 23 de Março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil

de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm

BUENO, Winnie de C. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro**: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, pp.219-260, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a Cultura. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v.2, 4, p.27-36, abril 1984.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

CECHETTO, Fátima R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte I). **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v.36, 01, 187-213, março/2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Vol. 31, n.1, jan.-abr. 2016.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. University of California Press: 2005.

CONNELL, Raewyn. MESSERSCHIMIDT, James, W. Masculinidade hegemônica Repensando o conceito. **Estudos Feministas**, vol.21, n.1, Florianópolis, jan./abr. 2013.

CONNELL, Raewyn. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, vol.20, n.2, jul./dez. 1995.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**., São Paulo, (37): 5-16, Mai. 1981.

COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

COURNEAU, Guy. **Pai Ausente, Filho Carente**. São Paulo: Manole, 2014.

CUSTÓDIO, Túlio. Per-vertido Homem negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição In RESTIER, Henrique. SOUZA, Rolf Malungo de. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Hucitec Editora, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989(1), 139-167.

- DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: Unesp, 2012.
- DONATH, Orna. **Mães Arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: EDUSP, 2008.
- DUPUIS-DÉRY, Francis. **A crise da masculinidade**: anatomia de um mito persistente. São Paulo: Editora Blucher, 2022.
- DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Edipro: 2012.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Santo André: Edipro, 2023.
- FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa Mulheres**: corpo e acumulação primitiva. Elefante Editora: 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Biblioteca Azul: 2008.
- FERREIRA, Sérgio R. Problematizando os Estudos das Masculinidades: A perspectiva transmasculina nas pesquisas brasileiras. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.8, n. 1, 2022.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mulheres**: responsabilidades aumentam mais que a renda. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mulheres-responsabilidades-aumentam-mais-que-renda>. Acesso em: 26/03/2025.
- FIALHO, Fabrício Mendes. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. **Working Papers**, Lisboa, WP9-06, p. 1-14, set. 2006. Disponível em <https://bit.ly/2C2qmht>. Acesso em 15/06/2020.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninas e meninos na educação infantil. **Pro-posições**, v.14, n.3 (42), set./dez. 2003.
- FLOOD, Michael. Work with men to end violence against women: a critical stocktake. **Culture, Health & Sexuality**, v. 17, supl. 2, p. 159-176, 2015.
- FONSECA, Vanessa do N. **Precisamos falar com os homens?** : Uma análise dos efeitos da colonialidade nas estratégias de transformação das masculinidades. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do Eu**. L&PM, 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Global Editora: 2006.

- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Global Editora: 2013.
- FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2020.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 2002.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2012.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTC, 1981.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. Nº 92/93 (jan./jun.) 1988.
- GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.
- GROSSI, Miriam Pilar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, n.75, p.1-37, 2004.
- HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol.37, n.132, p.595-609, set. dez. 2007.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras: 2015.
- HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JABLONKA, Ivan. **Homens justos**: do patriarcado às novas masculinidades. Editora Todavia: 2021.
- JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”. **Rev. Psic. Pol.** Vol.18, n.43, set. dez. 2018.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: **O que é esclarecimento? e outros textos**. Penguin & Companhia das Letras: 2022.
- KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. 2003. Disponível em: <https://www.fronteras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>.
- KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, 86, março 2010.
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n.9, p.103-117, out. 1998.
- KIMMEL, Michael. **Angry White Men**: American Masculinity at the End of an Era. New York: Bold Type Books, 2017.
- KIRJNER, Daniel de Almeida Pinto. **Entre gênero e espécie**: à margem teóricas das Ciências Sociais e do feminismo. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016

KUCHEMANN, Berlindes A. BANDEIRA, Lourdes. ALMEIDA, Tânia M. C. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do CEAM**, 3 (1), 63-81.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1393-1404, dez., 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. São Paulo: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias de gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, 2018.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Lucas B. **Política Sexual do Bolsonarismo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, 2020.

LIONÇO, Tatiana. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Psicologia Política**. vol. 18. nº 43. pp. 599-621. set. – dez. 2018.

LIONÇO, Tatiana. Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.2, p.11-21, 2008.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa in BAUER, Martin W. GASKELL, Peter. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOUIS, Marie V. Diga-me, o que significa gênero? **Sociedade & Estado**. vol.21 n.3 Brasília Set./Dez. 2006.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tábula Rasa**, n.9, p.73-102, 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**, 42, jan.-jun. 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro As construções da virilidade. **Cadernos Pagu** (11) 1998: pp.231-273.

MANJABOSCO, Felipe de Moura; SORATO, Gabriela Bezerra; MÜLLER, Elisa Rodrigues; COELHO, Beatriz Bernaud; DIAS, Cauan Tramontini. **Mortalidade por acidentes de trânsito por sexo no Brasil (2000-2020): análise de série temporal**. Porto Alegre: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), 2020.

MARTINEZ-MORENO, Julián. **Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2018.

MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián. **Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2018. 350 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1945). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.4, v.2, ANPOCS, junho de 1987.

MENEGON, Lizandra da Silva; MENEGON, Fabrício Augusto; KUPEKA, Emil. Mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil: análise de tendência temporal, 2006-2015. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, e8, 2021.

MESSNER, Michael. **Politics of Masculinities: Men In Movements**. SAGE Publications. 1997.

MESSNER, Michael. **Power at Play Sports and The Problem of Masculinity**. Boston: Beacon Press, 1995.

MESSNER, Michael. **Sex, violence and Power in Sports: rethinking masculinity**. Crossing Press: 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 07, n.15, p.590-621, 2016.

MILLS, Charles W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Editora Autêntica: 2021.

MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v.8, n.11, 11, 2014.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil do XIX**. Annablume Editora: 2012.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, janeiro-junho 2007: 101-128.

MOLINIER, Pascale. WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. DOARÉ, Hélène. SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MOSCHKOVICH, Marília. **Amor não é um sentimento**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/amor-nao-e-um-sentimento>. Acesso em: 20/01/2025.

MUSZKAT, Suzana. **Violência e Masculinidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. IPEAFRO: 2016.

NASCIMENTO, Marcos A.F. **Improváveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais**. 2011. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administração) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NETO, Lourival F. C. **A negociação da diferença na experiência de corpos e sexualidades plurais em comunidades rurais e na capital do Piauí**. Dissertação de

mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Universidade de Brasília, 2017.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NKOSI, Deivison Faustino. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

OLIVEIRA, Isabela V. **“Homem é Homem”**: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo de homens. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Pedro P. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, v.6, n.1, 1998.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf.

ONU. **Role of Men, Boys in achieving Gender Equality**. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/egm/men-boys2003/Connell-bp.pdf>.

ONU. **Women 2000: Gender Equality, Development, and Peace for the Twenty-First Century**. Disponível em: <https://webapps.ilo.org/public/english/standards/relm/gb/docs/gb279/pdf/esp-4.pdf>.

PAMPLONA Roberta.S. BARROS Betina.W. (2021). As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. **BIB**, São Paulo, n.95, pp.1-20, 2021.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In BAUER, Martin W. GASKELL, Peter. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica contra mulheres negras**. Brasília: Brado Negro, 2016

PETERS, Gabriel Moura. **Percursos na teoria das práticas sociais**: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. 2006. 268 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PICANÇO, Felícia. ARAÚJO Clara M.O. SUSSAI, Maira C. Papeis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.38, 2021.

PINHEIRO, Luana S. MEDEIROS, Marcelo. COSTA, Joana. BARBOSA, Ana de H. Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2023.

PINHEIRO, Luana S. MEDEIROS, Marcelo. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2016.

PINHO, Gerson Smiech. **Travessias da paternidade**: um estudo sobre o pai e sua função na clínica e na cultura. [Tese de Doutorado]. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafirmação em Salvador. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 127-145, jan./abr. 2005.

PINHO, Osmundo de Araújo. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, Osmundo de Araújo; SANSONE, Livio (org.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 257-283.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Companhia das Letras: 2012.

PROMUNDO. **Manual H**: trabalhando com Homens Jovens. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/manual-h-trabalhando-com-homens-jovens/>

PROMUNDO. **Manual M**: trabalhando com Mulheres Jovens. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/manual-m/>

PROMUNDO. **Programa P**: manual para o exercício da paternidade e do cuidado. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/programa-p-manual-para-o-exercicio-da-paternidade-e-do-cuidado-2/>

PROMUNDO. **Relatório Anual 2020**. 2021. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/relatorio-anual-2020/>

PROMUNDO. **Relatório Anual 2021**. 2022. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/relatorio-anual-2021/>

PROMUNDO. **Relatório Anual 2022**. 2023. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/relatorio-anual-2022/>

PROMUNDO. **Relatório Quadrienal 2016 a 2019. 2020**. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/relatorio-quadrienal-2016-a-2019/>

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à população LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA, Enid R.A. VAZ, Fábio M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. IPEA: **boletim mercado de trabalho**, 70, setembro 2020.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O eu soberano**: ensaio sobre as derivas identitárias. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- SARDENBERG, Cecília. O pessoal é político: conscientização feminista e emponderamento de mulheres. **Inc.Soc.**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018.
- SCHRAIBER, Lília B. GOMES, Romeu. COUTO, Márcia T. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciênc. saúde coletiva** 10 (1). Mar 2005.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007: 19-54.
- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13 (2): 256, maio-agosto/2005.
- SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade In SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.
- SEGATO, Rita. Patriarcado: del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. In: SEGATO, Rita. **La Guerra Contra Las Mujeres**. Traficante de Sueños: 2015.
- SEPARAVICH, Marco A. CANESQUI, Ana Maria. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. **Saúde Soc**. São Paulo, v.22, n.2, p.415-428, 2013.
- SILVA FILHO, Alberto L.A. ALMEIDA, Tânia M.C. A paternidade no centro pela busca de outras masculinidades entre grupos de homens. **Campos – Revista de Antropologia**, 25 (1), 2024.
- SILVA FILHO, Alberto L.A. **Em busca do outro masculino**: grupos de homens no Distrito Federal. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2021.
- SILVA FILHO, Alberto L.A. Sociologia de gênero e sexualidade para quê? Categorias sociológicas e políticas interdependentes. In GODOI, Rodolfo. NASCIMENTO, Carolina M.C. **Sociologia para quê?** Porto Alegre: Zouk, 2024.
- SLEENES, Robert W. **Na Senzala: uma flor esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- SOUSA, José R. SANTOS, Simone C.M. Análise de Conteúdo em Pesquisa Qualitativa. **Pesquisa e Debate em Educação**, v.10, n.2, p.1396-1416, 2020.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SPM. Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres: 2008.
- STOLTENBERG, John. **Refusing to be a man Essays on Social Justice**. Oxfordshire: Routledge, 1999.

TAVOLARO, Sérgio. A tese da singularidade brasileira revisitada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, n.3, 2014, pp.633-673.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

TREVISAN, João Silverio. **Seis Balas num Buraco Só: a crise do masculino**. São Paulo: Objetiva, 2021.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Biblioteca do Senado: 2005.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

VILAÇA, G., & D'ANDRÉA, C. Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. **Revista Eco-Pós**, 24(2), 410–440, 2021.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. São Paulo: Editora Autêntica, 2022.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculin0: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, 462, 2/2001.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Appris Editora, 2018.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

ZIZEK, Slavoj. Contra os Direitos Humanos. **Mediações**, Londrina, v. 15, n.1, p. 11-29, Jan/Jun. 2010.

ANEXOS

Anexo I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar, como voluntário e sem qualquer pagamento, em uma pesquisa do doutorado em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), desenvolvida pelo pesquisador Alberto Luis Araújo Silva Filho e sob a orientação da prof. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida. Após ser informado, caso aceite fazer parte desse trabalho, assine ao final deste documento, que possui duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador. Você tem todo direito de se recusar a participar agora ou a qualquer momento da pesquisa, sem sofrer quaisquer prejuízos.

Título da pesquisa: O homem enquanto sujeito e objeto: Políticas das masculinidades no Brasil contemporâneo

Você pode pedir esclarecimentos ao pesquisador e sua orientadora durante as fases da pesquisa e após a sua conclusão. O pesquisador pode ser contatado pelo e-mail albertosilvaterra@hotmail.com e sua orientadora pelo taniamaraca@unb.br

O objetivo da pesquisa será compreender de que forma as políticas das ações de intervenção sobre as masculinidades empreendidas pelas OSCs no Brasil contribuem para revisar as desigualdades de gênero no país e analisar em que medida essas são influenciadas pelas diretrizes de organizações internacionais. Para isso, a pesquisa envolverá o estudo de documentos institucionais e a realização de entrevistas com membros das organizações da sociedade civil. Este termo relaciona-se a uma dessas etapas.

O gravador será usado para registrar suas opiniões, quando permitir. Suas falas só serão usadas para a finalidade da pesquisa, sendo que poderão ser divulgadas em publicações e reuniões científicas, sem qualquer referência à sua identificação, que permanecerá anônima. Caso a pesquisa lhe cause algum desconforto, a equipe está disposta a auxiliá-lo de forma adequada, buscando ajuda profissional ou possível solução.

Nome e assinatura do pesquisador: _____

Eu _____ (nome _____ do participante), _____

_____, RG _____, concordo em participar desta pesquisa.

Local e data _____ / _____ / _____

Assinatura: _____

Anexo II

Roteiro de entrevista com representantes das organizações não governamentais

Bom dia/tarde/noite, meu nome é Alberto e, a seguir, vou lhe fazer algumas perguntas relativas à minha pesquisa sobre as organizações não governamentais que atuam com questões acerca de homens e masculinidades. Você pode levar o tempo que achar necessário para respondê-las.

Idade:

Identificação do entrevistado:

Orientação Sexual:

Posição que ocupa na organização:

Raça/Cor:

01 – De que forma se originou o (nome da instituição)?

02 – Como se deu o seu ingresso na (nome da instituição)?

03 – Como você definiria os objetivos da (nome da instituição)?

04 – Quais as principais ações institucionais que tem sido realizadas com homens e masculinidades?

05 – A instituição possui vínculos com empresas ou organizações estrangeiras? Se sim, quais?

06 – E com o poder público aqui no Estado e no Brasil, já foram realizadas ações conjuntas? Se sim, quais?

07 – Na sua opinião, como as ações operacionalizadas pela organização impactam na reflexão acerca das desigualdes de gênero existentes?

08 – E para os homens que participam das atividades, a instituição tem conseguido observar impacto nas suas trajetórias de vida?

(Há possibilidade de questões adaptáveis ao contexto de cada entrevistado/organização)